

TYPOGRAPHIA LEUZINGER — 7744-12

RELATORIO

DO

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1912

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

1º de Janeiro a 30 de Abril de 1912



RIO DE JANEIRO

1912

INDICE GERAL

	Pags
Introdução	I
Mensagem apresentada pelo Presidente da Republica ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1912 (Parte relativa ao Ministerio das Relações Exteriores)	III

EXPOSIÇÃO

Desastre do Titanic	3
Resumo e estado actual das questões de limites do Brasil (30 de abril de 1912):	
Guyana Franceza	3
Guyana Hollandeza	4
Guyana Britannica	4
Estados Unidos de Venezuela	6
Republica da Colombia	8
Republica do Ecuador	8
Republica do Perú.	9
Republica da Bolivia	11
Republica do Paraguay	17
Republica Argentina	17
Republica Oriental do Uruguay	18
Tratados e convenções de arbitramento — Data e logar da assignatura, data da approvação pelo Congresso Nacional, data do decreto de sancção, data das ratificações, data e logar da troca das ratificações e data do decreto de promulgação — Prazo de duração dos ajustes	20
Hespanha: Immigração hespanhola	28
Convenção Sanitaria Internacional — Denuncia por parte da Republica Argentina	29
Congressos e Conferencias:	
Commissão Internacional de Jurisconsultos	30
Conferencia Internacional de Policia Veterinaria	32
Congresso de Estudantes de Lima	32
Congressos, Conferencias e Exposições Internacionais:	
Convites recebidos pelo Governo Brasileiro	33
Corpo Diplomatico Estrangeiro:	
Entrega de credenciaes	35

Corpo Diplomatico Brasileiro :

Movimento do Corpo Diplomatico brasileiro no periodo de 1.º de janeiro a 30 de abril do corrente anno	35
---	----

Consulados Brasileiros :

I. Creação feita	36
II. Movimento do Corpo Consular	37
III. Quadros da receita e despesa dos Consulados :	
Receita e despesa dos Consulados remunerados pelo Thesouro Federal, incluindo os vencimentos dos respectivos funcionarios, no exercicio de 1911	38
Receita e despesa dos Consulados remunerados pelo Thesouro Federal, excluindo os vencimentos dos respectivos funcionarios no exercicio de 1911	40
Receita e despesa dos Consulados não remunerados pelo Thesouro Federal, no exercicio de 1911	42
Movimento de estampilhas de 1911	43

ANEXO A

HESPAHHA

Immigração hespanhola

N. 1 — Exposição do « Ministerio de la Gobernación » e Decreto Real prohibindo a sahida de emigrantes com passagem paga para o Brasil	3
N. 2 — Memorandum do Governo Brasileiro	6
N. 3 — Exposição do « Ministerio de Fomento » e Decreto Real equiparando o Brasil aos demais paizes para o effeito da emigração	15

CONVENÇÃO SANITARIA INTERNACIONAL

Denuncia

N. 4 — Nota da Legação Argentina ao Governo Brasileiro	17
N. 5 — Nota do Governo Brasileiro á Legação Argentina	18

CONGRESSOS E CONFERENCIAS

Commissão Internacional de Jurisconsultos

N. 6 — Convenção de 23 de agosto de 1906 — Direito Internacional	19
N. 7 — Telegramma circular do Governo Brasileiro á Embaixada em Washington e ás Legações na America	23

N. 8 —	Despacho circular do Governo Brasileiro á Embaixada em Washin- gton e ás Legações na America	24
N. 9 —	Augmento do numero de Delegados estabelecido pela Convenção de 23 de agosto de 1906 — Acta da sessão ordinaria do Con- selho Director da União Pan-Americana em Washington cele- brada a 27 de dezembro de 1911 — Protocollo assignado em Washington a 15 de janeiro de 1912	26
N. 10 —	Projecto de regulamento da Comissão Internacional de Juriscon- sultos	29

Conferencia Internacional de Policia Veterinaria

N. 11 —	Programma para servir de base á Convenção Internacional de Policia Sanitaria dos Animaes	33
---------	---	----

ANNEXO B

PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO, CORPO DIPLOMATICO E CORPO CONSULAR BRASILEIROS E ESTRANGEIROS

N. 1 —	Quadro do pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores	3
N. 2 —	Quadro do Corpo diplomatico brasileiro	6
N. 3 —	Quadro do Corpo diplomatico estrangeiro	11
N. 4 —	Quadro dos empregados desta Secretaria de Estado, comprehen- dendo todas as commissões de que teem sido incumbidos desde sua primeira nomeação até o presente	16
N. 5 —	Quadro dos empregados diplomaticos e consulares brasileiros em effectividade de serviço e em disponibilidade :	
	Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios	30
	Ministros Residentes	59
	Primeiros Secretarios	63
	Segundos Secretarios	85
	Consules Geraes de 1. ^a classe	103
	Consules Geraes de 2. ^a classe	114
	Consules	120
	Vice-Consules	124
	Chancelleres	126
	Agentes diplomaticos e consulares que se acham em disponibilidade	128
N. 6 —	Quadro do Corpo consular brasileiro	137
N. 7 —	Quadro do Corpo consular estrangeiro residente no Brasil	154

ANEXO C

LEIS, DECRETOS E CIRCULARES

N. 1 — Leis

Pags

3

N. 2 — Decretos

Decreto n. 9.319 de 12 de janeiro de 1912 — Publica a adesão da Colonia do Congo Belga á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo	3
Decreto n. 9.340 de 17 de janeiro de 1912 — Publica a adesão do Mexico ao Accordo assignado em Roma em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica	4
Decreto n. 9.363 de 7 de fevereiro de 1912 — Crêa o lugar de Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores	5
Decreto n. 9.369 de 21 de fevereiro de 1912 — Publica a adesão da Belgica pela Colonia do Congo á Convenção Internacional Radio-telegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906	6
Decreto n. 9.370 de 21 de fevereiro de 1912 — Publica a adesão dos Protectorados britannicos das ilhas Gilbert e Ellice e das ilhas Salomão á Convenção Postal Universal	7
Decreto n. 9.387 de 28 de fevereiro de 1912 — Publica a adesão da Republica do Salvador á Convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha	11
Decreto n. 9.388 de 28 de fevereiro de 1912—Promulga a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a China, assignada em Peking a 3 de agosto de 1909	12
Decreto n. 9.389 de 28 de fevereiro de 1912 — Promulga a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assignada em Petropolis a 11 de abril de 1909	17
Decreto n. 9.390 de 28 de fevereiro de 1912 — Promulga a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos de Venezuela, assignada em Caracas a 30 de abril de 1909	22
Decreto n. 9.391 de 28 de fevereiro de 1912 — Promulga o Accordo concluido entre o Brasil e o Perú para a navegação do rio Japurá ou Caquetá, assignado em Lima a 15 de abril de 1908	26
Decreto n. 9.392 de 28 de fevereiro de 1912 — Promulga o Tratado Geral de Arbitramento entre o Brasil e o Perú, assignado em Petropolis a 7 de dezembro de 1909	31
Decreto n. 9.425 de 13 de março de 1912 — Crêa um Consulado em Calcuttá	40
Decreto n. 9.490 de 30 de março de 1912 — Extende a jurisdicção do Consulado em Havana a toda a Ilha de Cuba	40
Decreto n. 9.516 de 10 de abril de 1912 — Promulga a Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Ecuador, assignada em Washington a 13 de maio de 1909	41

N. 3 — Circulares

	Pags.
Circular aos Corpos diplomatico e consular brasileiros sobre saques	46
Circular ao Corpo consular brasileiro sobre cobrança de sello por meio de verba	47
Circular ao Corpo consular brasileiro sobre carta de saude e conhecimentos de carga	47
Circular ao Corpo consular brasileiro sobre facturas consulares	48

ANEXO D

CONTABILIDADE

Resumo da proposta do orçamento da despeza do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1913	3
Tabellas explicativas da proposta do orçamento da despeza do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1913	4

ANEXO E

MONTEPIO

Quadro dos contribuintes do Montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, de 1890 até 30 de abril de 1912 . . .	3
--	---

Senhor Presidente

Em 10 de fevereiro do anno corrente o Brasil perdeu com a morte do Barão do Rio-Branco o homem publico que mais soube merecer a confiança completa e a carinhosa estima dos brasileiros. Por Decreto de 14 d'aquelle mez dignou-se V. Ex. nomear-me para o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, vago pela morte d'aquelle insigne compatriota. Tomei posse no mesmo dia e venho agora submeter a V. Ex., na fórma da segunda parte do artigo 51 da Constituição Federal, o relatorio d'este Ministerio correspondente ao periodo de 1.º de janeiro a 30 de abril ultimo.

Tenho a honra de apresentar a V. Ex. nesta occasião os protestos do meu mais profundo respeito.

Rio de Janeiro, maio de 1912.

Lauro Müller.

Mensagem apresentada pelo Presidente da Republica ao Congresso Nacional em 3 de Maio de 1912

(Parte relativa ao Ministerio das Relações Exteriores)

Tenho o prazer em communicar-vos que são perfeitamente satisfactorias as relações de amizade que mantemos com as demais potencias. Não tenho poupado esforços, e os não pouparei, para que essas relações se tornem cada vez melhores e mais proficuas.

No desenvolvimento da consolidação dessa obra a que deu todo o intenso labor e a dedicação que o sagraram Benemerito da Patria, soffremos desgraçadamente a perda do Grande Ministro que, mantendo a tradição da nossa politica, durante os nove annos em que geriu a pasta das Relações Exteriores, tão alto e nobremente se impoz á veneração e ao reconhecimento do Brasil.

Da obra imperecivel que lhe devemos, sobretudo na defesa dos nossos direitos quanto ás fronteiras e na celebração dos ultimos pactos que a definiram, não será cedo para fallar. Sabemos, graças áquella, o que temos de nós. E, com o nome e o prestigio que, indefectivelmente apoiado pela opinião nacional, nos augmentou no conceito do mundo, por melhor modo não lhe poderemos honrar a memoria do que nos fazendo capazes de demonstrar que não nos é mal dada a honra de possuir o patrimonio que nos coube e de perpetual-o.

O seu empenhado amor pela paz e pela harmonia no Continente e a sinceridade com que o praticou, desenvolvendo-o no largo systema de Tratados de Arbitramento que assignámos,

augmentam essa obra duradoura. Seu desaparecimento não foi só uma grande desgraça nacional. De todos os povos amigos recebemos as mais inequívocas demonstrações, que tanto nos penhoraram e sobremaneira agradecemos, de alta estima e consideração pelo illustre morto e de **partilha do nosso luto**. O Brasil soube ser **digno de si** mesmo na apothese que lhe fez.

Correspondendo ao sentimento unanime da nação, entendi que ao Barão do Rio-Branco não poderia ser prestada sinão as honras de Chefe de Estado, e assim se fez.

Espero que, no exame da mensagem especial que em tempo opportuno vos será presente, concorraes com o vosso voto para completar as homenagens á memoria do glorioso brasileiro que, na dedicação pelo nome e pela grandeza da patria, devê ser exemplo e orgulho para todos os nossos concidadãos.

Por decreto de 14 de fevereiro de 1912, foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores o Sr. Senador Lauro Müller, que tomou posse no dia 14 do mesmo mez.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores está em via de reorganização dentro do plano para que votastes o respectivo credito.

Pelo decreto n. 9.363, de 7 de fevereiro de 1912, foi creado o lugar de Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, sendo, por outro decreto da mesma data, nomeado para esse cargo o Sr. Dr. Enéas Martins, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Ao dirigir-vos a Mensagem do anno passado, tive de me referir penalizado aos movimentos que no Paraguay perturbaram a ordem e a paz, creando uma situação de desagradavel insegurança, por aquelle tempo como serenada. Infelizmente, esses mes-

mos tristes successos de appello ás armas para reivindicação do poder explodiram de novo e desde os ultimos mezes do anno findo até hoje aquelle paiz, infelicitado e depauperado por tantas contendas, se encontra em situação penosa.

Temos guardado a mais rigorosa neutralidade na luta interna, sem nos preoccuparmos de outros interesses que não sejam os da paz e da civilisação.

No intuito de defender direitos nossos, que os ~~desvários~~ pudesses attingir, fizemos partir para Assumpção assim a nossa pequena flotilha de Matto Grosso ~~como~~ outras unidades que formaram alli uma ~~pequena~~ divisão naval, á qual coube prestar, em momento decisivo, os deveres de humanidade que nessas épocas mais do que em outras se impõem. Tendo em attenção o calado de alguns desses navios e a época da baixada das aguas, já fizemos partir dalli as unidades que com uma vasante rapida poderiam ficar prejudicadas.

Não será demais repetir-vos o que os nossos representantes naquelle paiz têm sempre manifestado como pensamento do Governo Brasileiro : o nosso vehemente desejo de que o Paraguay entre num periodo de tranquillidade duradoura e se governe por si é cada vez maior.

 Havendo obtido aposentadoria do serviço diplomatico o Sr. Dr. José Pereira da Costa Motta, que com todo o aprazimento representava o Brasil na Republica Argentina, teve o Governo a fortuna de obter que o Sr. Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles prestasse ao paiz o patriotico serviço de acceitar o lugar de nosso Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario alli. Essa nomeação, que o Brasil todo recebeu com o devido apreço, despertou no paiz amigo as mais calorosas demonstrações de enthusiasmo do povo e do Governo. Ella é affirmação por factos da sinceridade da politica que o Brasil tem procurado seguir sempre de

estreitar cada vez mais solidamente os laços que felizmente nos ligam á grande Republica do Prata, como a todos os povos irmãos do Continente.

Tenho grande satisfação em mencionar o obsequioso acolhimento e as constantes demonstrações de sympathia que o povo, o Governo e as autoridades chilenas dispensaram aos Delegados do Brasil á 5.^a Conferencia Sanitaria Internacional das Republicas Americanas, reunida em Santiago do Chile, de 5 a 15 de novembro do anno passado.

A Nação Brasileira recebe sempre com muito prazer todos os actos que manifestam, mesmo em assumpto dessa natureza, a solida e precioza amizade que a opinião e os governos cultivam entre nós e o grande povo irmão que vive no Pacifico.

Assignalo com satisfação o acto de cortezia dos Governos da Grã-Bretanha, da Italia e da Republica Oriental do Uruguay, fazendo-se representar respectivamente pelos cruzadores *Glasgow*, *Etruria* e *Uruguay* por occasião do ultimo anniversario da nossa Independencia. Ainda no dia 15 de novembro ultimo, ao comemorar-se a data da Proclamação da Republica, fizeram-se representar, para saudar o pavilhão nacional, as Republicas Franceza, Argentina e Oriental do Uruguay, pelos cruzadores *D'Estrées*, *Nueve de Julio* e *Uruguay*.

Já é do vosso conhecimento a guerra que em meados do anno passado estalou entre o Reino de Italia e o Imperio Otto-mano.

A legação de Italia no Rio de Janeiro deu della conhecimento ao meu Governo em nota de 30 de setembro de 1911, affirmando que o fim do Governo Italiano, abrindo as hostilidades, coincidia com os interesses de todos os estrangeiros residentes na

Tripolitania e na Cyrenaica e com os interesses da civilização, cujos beneficios elle espera assegurar a regiões desde muito tempo desamparadas e nas quaes a actividade economica dos nacionaes de tantos paizes poderá desenvolver-se sem empecilhos sob o regimen da liberdade e do progresso que o Governo Real tem a intenção de nellas introduzir.

O Governo Brasileiro respondeu, em nota de 1 de outubro seguinte, lamentando as circumstancias que trouxeram o recurso ás armas e fazendo votos para que os belligerantes, pelos bons officios de uma potencia amiga, possam promptamente e sem maior effusão de sangue chegar a uma solução honrosa e satisfactoria, em que fiquem ao mesmo tempo attendidos os interesses geraes da civilização.

O attentado de 14 de março ultimo, em Roma, contra Suas Magestades o Rei e a Rainha de Italia, produziu em todo o Brasil profunda impressão.

Interpretando os sentimentos da nação, em nome do povo brasileiro e no meu proprio enviei felicitações a Suas Magestades por haverem escapado illesos áquelle attentado. E os termos da resposta dos Soberanos foram uma prova muito apreciada dos sentimentos que cultivamos com a nobre Nação Italiana.

Ainda ha poucos dias, em nome do Governo e transmittindo posteriormente votos da Camara dos Senhores Deputados em suas sessões preparatorias, manifestámos aos Governos dos Estados Unidos da America do Norte e da Grã-Bretanha os sentimentos que nos causou a grande catastrophe ultimamente produzida com o naufragio do *Titanic*. Acompanhamos com interesse o movimento que esse facto determinou a respeito do estudo e exigencias sobre a segurança para a navegação e não me descuidarei do que se fizer preciso no que respeita á nossa marinha.

Na minha primeira Mensagem tive a honra de dizer-vos que se havia reunido em Buenos Aires, de 18 de julho a 27 de agosto de 1910, a Quarta Conferencia Internacional Americana.

As novas resoluções alli votadas opportunamente vos serão remettidas para que sobre ellas vos pronuncieis. Das que foram approvadas pela Conferencia do Rio de Janeiro e que já obtiveram a necessaria sancção legislativa, posso annunciar-vos que estão expedidos os decretos ns. 9.190, 9.191, 9.192 e 9.193, todos datados de 6 de dezembro de 1911, promulgando as seguintes :

a) Convenção relativa a patentes de invenção, desenhos, modelos industriaes, marca de fabrica e commercio, e propriedade litteraria e artistica, de 23 de agosto de 1906 ;

b) Resolução concernente á Estrada de Ferro Pan-Americana, de 23 de agosto de 1906 ;

c) Convenção creando uma Commissão Americana de Jurisconsultos para a codificação do Direito Internacional Publico e Privado, tambem assignada em 23 de agosto de 1906 ;

d) Convenção fixando as condições dos cidadãos naturalizados que renovem a sua residencia no paiz de origem, assignada na mesma data das anteriores, por todas as Republicas Americanas, á excepção da de S. Domingos.

A Junta de Jurisconsultos que deveria reunir-se no Rio de Janeiro em 22 de abril do corrente anno foi novamente adiada para o dia 26 de junho proximo. Como sabeis, essa Conferencia, composta de Delegados das Republicas Americanas, tem por fim redigir um Codigo de Direito Internacional Publico e outro de Direito Internacional Privado.

Com o intuito exclusivo de facilitar os trabalhos, o Governo do Brasil transmittiu a todos os governos interessados o projecto elaborado pelos Srs. Epitacio Pessoa e Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, a que me referi o anno passado e que poderão

servir como simples bases de estudo e instrucções aos Delegados. E' com o maior prazer que receberemos os representantes da America toda nessa reunião, que desejamos sinceramente possa produzir os nobres resultados que tiveram em mira os Delegados á Conferencia Pan-Americana de 1906, reunida na nossa Capital.

Continuam os trabalhos da demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Bolivia, para execução do Tratado de Petropolis de 17 de novembro de 1903, tendo tambem em vista o disposto no Accordo concluido, em La Paz, entre a Bolivia e o Perú, a 17 de setembro de 1909.

As duas Commissões, Brasileira e Boliviana, já estão na bacia do Amazonas, de conformidade com o Accôrdo de Instrucções assignado em Petropolis, a 10 de fevereiro de 1911, tendo ambas partido de Manáos para o Acre no dia 18 de abril deste mesmo anno, para inicio dos seus trabalhos.

Para dar cumprimento ao disposto no art. 5.º do Tratado de 30 de outubro de 1909, que rectificou a nossa linha de fronteira com a República Oriental do Uruguay, foram nomeadas pelos respectivos governos as Commissões que, reunidas, formarão a Comissão Mixta Demarcadora. A chefia da Comissão Brasileira está confiada ao Sr. General Gabriel Pereira de Souza Botafogo.

Por occasião de serem combinadas as respectivas Instrucções houve necessidade de attender ao caso especial que se apresentava a respeito do arroyo S. Miguel e nesse sentido se entabellaram negociações. Apesar do desejo de findal-as sem demora, não foi isso possivel, e os trabalhos do começo deste anno no Ministerio explicam que se retardassem. Estou certo, entretanto, de que em breves dias os trabalhos da Comissão Mixta poderão seguir.

Como sabeis, em 1904, Delegados dos Governos da Republica Argentina, da Oriental do Uruguay e da do Paraguay assi-

gnaram com os do Brasil, no Rio de Janeiro, uma Convenção Sanitaria para defesa e prophylaxia nos portos maritimos e fluviaes no interesse de todos. Esse accôrdo procurou consignar os mais recentes progressos da sciencia nessa materia.

O Governo Argentino communicou ultimamente que no uso de direito que lhe reconhece a mesma Convenção, a denunciava, por já não estar de accôrdo com diversas medidas que elle entendeu dever exigir em momento em que isso se lhe afigurasse preciso. Assim sendo, deixará de estar em vigor, a partir de 31 de outubro deste anno.

Na fronteira com Venezuela a falta dos marcos indispensaveis para seu assignalamento produziu diversos attrictos e duvidas. Como sabeis, essa fronteira foi demarcada em commum entre a nascente do Memachi até o Serro Cupy. Desse ponto para léste não se poudé fazer a demarcação completa, mas os nossos Commissarios seguiram a linha do Tratado de 1859 até o Serro Anay.

Procuramos que Venezuela acceitasse os trabalhos realizados e que ainda não approvara ou os mandasse realizar ou verificar, afim de normalizar-se a situação. Apesar de acto assignado com esse intuito, nada praticamente se realizou pelo que mandamos propôr em fins do anno passado um Protocollo para combinação de um assignalamento rapido e urgente da demarcação entre os nossos paizes.

Depois de uma negociação a que tivemos de attender em momentos em que outras preocupações nos tomavam, para dar idéa dos nossos bons desejos e não adiar o assumpto, permitti que se assignasse a 29 de fevereiro deste anno um Protocollo em Caracas, executorio em parte do Tratado de 1859, para o levantamento dos marcos na região á margem esquerda do Rio Negro e o salto Maturacá.

O Governo de Venezuela já nomeou os seus Commissarios que com os nossos, cujo chefe é o Tenente-Coronel Manoel Luiz de Mello Nunes, devem reunir-se em Manáos ainda este mez, afim de subirem a dar execução aos trabalhos.

Tambem para dar cumprimento ao nosso Tratado de Limites com o Perú, foi assignado a 30 de abril o Protocollo de constituição da Comissão Mixta Demarcadora, de accôrdo com o art. 2.º do Tratado de 8 de setembro de 1909. Esse Protocollo deveria ter sido assignado a 30 de abril de 1911. Attendendo, porém, ás razões apresentadas pelo Governo do Perú, concertamos por troca de notas em adial-o por um anno. Ao terminar esse prazo, ainda que nos solicitem outros trabalhos já iniciados, não quizemos propôr mais um adiamento, que poderia ser mal interpretado. Dentro de seis mezes, a contar da data do Protocollo, devem ser nomeadas as respectivas commissões, salvo, como é natural, caso de força maior.

Não devo deixar de chamar a vossa esclarecida attenção para os compromissos que nos incumbem em relação a esses assumptos de fronteira. Convém que o Governo esteja habilitado a realizar as respectivas demarcações, sem o que permanecerá incompleta a obra patriotica da delimitação precisa do territorio da patria.

Com o Governo de Sua Magestade Britannica estudamos um Accôrdo completando a nossa fronteira com a Guyana, desde o monte Yakontipú, a leste, até a serra Roraima, a oéste, por isso que o rio Cotingo nasce na Roraima e não naquelle monte, conforme suppoz-se ao ser proferido em 1904 o laudo de Sua Magestade o Rei de Italia. Estudamos tambem um Tratado definindo toda a fronteira entre o Brasil e aquella colonia ingleza. Esses trabalhos se têm alguma cousa demorado pelas circumstancias que infelizmente são de todos conhecidas.

Espero poder em breve espaço de tempo submeter ao vosso exame constitucional a Convenção, firmada em 4 de outubro de 1910 em Buenos Aires, pelos Plenipotenciarios do Brasil e da Argentina, e complementar do Tratado de Limites de 1898.

Por ella fixamos a linha divisoria no trecho do rio Uruguay comprehendido entre a ponta sudoeste da ilha chamada Brasileira ou do Quarahim, e a foz do rio Quarahim.

Dentro do periodo a que se refere esta Mensagem foram trocadas as ratificações de 14 dos 31 Accordos de Arbitramento que temos celebrado com diversos paizes :

1) Em 6 de maio do anno passado foram trocadas as ratificações da Convenção com a Grã-Bretanha e Irlanda, assignada em Petropolis, a 18 de junho de 1909, depois promulgada pelo decreto n. 8.720, de 10 de maio de 1911 ;

2) Em 29 de maio tambem do anno passado, as da Convenção com Portugal, concluida em Petropolis, a 25 de março de 1909, e promulgada pelo decreto n. 8.766, de 31 de maio ;

3) Em 27 de junho, as da Convenção com a França, firmada em Petropolis, a 7 de abril de 1909, e promulgada pelo decreto n. 8.850, de 26 de julho ;

4) Em 29 de junho, as da Convenção com a Hespanha, assignada em Petropolis, a 8 de abril de 1909, e promulgada pelo decreto n. 8.851, de 26 de julho ;

5) Em 26 de julho, as da Convenção com a Noruega, concluida em Christiania, a 13 de julho de 1909, e promulgada pelo decreto n. 8.852, de 26 de julho ;

6) Em 26 de julho, as da Convenção com os Estados Unidos da America, assignada em Washington, a 23 de janeiro de 1909, e promulgada pelo decreto n. 8.890, de 9 de agosto ;

7) Em 2 de agosto, as da Convenção com a Republica de

Cuba, firmada em Washington, a 10 de junho de 1909, e promulgada pelo decreto n. 8.892, de 9 de agosto ;

8) Em 10 de agosto, as da Convenção com a Republica de Costa Rica, assignada em Washington, a 18 de maio de 1909, e promulgada pelo decreto n. 8.987, de 20 de setembro de 1911 ;

9) Em 28 de setembro, as da Convenção com a Austria-Hungria, firmada no Rio de Janeiro, a 19 de outubro de 1910, e promulgada pelo decreto n. 9.104, de 8 de novembro de 1911 ;

10) Em 14 de dezembro, as da Convenção com a China, assignada em Pekin, a 3 de agosto de 1909, e promulgada pelo decreto n. 9.368, de 28 de fevereiro de 1912 ;

11) Em 26 de dezembro, as da Convenção com o Mexico, concluida em Petropolis, a 11 de abril de 1909, e promulgada pelo decreto n. 9.389, de 28 de fevereiro de 1912 ;

12) Em 8 de janeiro de 1912, as da Convenção com a Venezuela, firmada em Caracas, a 30 de abril de 1909, e promulgada pelo decreto n. 9.390, de 28 de fevereiro de 1912 ;

13) Em 13 de janeiro de 1912, as do Tratado Geral com o Perú, assignado em Petropolis, a 7 de setembro de 1909, e promulgado pelo decreto n. 9.392, de 28 de fevereiro de 1912 ;

14) Em 12 de fevereiro de 1912, as da Convenção com o Ecuador, concuida em Washington, a 13 de maio de 1909, e promulgada pelo decreto n. 9.516, de 10 de abril de 1912.

Para dentro em poucos dias espero que esteja elevado muito mais o numero dessas ratificações, que estão em preparo.

Pelo Tratado de Petropolis, obrigou-se o Brasil, como sabeis, a construir, além da estrada de ferro ligando as secções francamente navegaveis dos rios Madeira e Mamoré, um ramal que, passando por Villa Murtinho ou outro ponto proximo (Estado de Matto Grosso) atravessasse o rio, pelo meio do qual corre a

nossa fronteira com a Bolivia, e fosse terminar nessa Republica, em Villa Bella, na confluencia do Beni e do Mamoré.

O Governo da Bolivia propoz e o do Brasil acceitou, pelas razões constantes da exposição de motivos de 14 de setembro de 1911. que acompanhou a minha mensagem de 20 do mesmo mez, a negociação de um Protocollo, substituindo esse ramal por outro que, partindo da cachoeira Páo Grande, na margem direita do Mamoré, atravessasse este rio e vá demandar a margem direita do rio Beni, a montante da cachoeira Esperança.

Em sua ultima reunião o Congresso Nacional deixou dependendo da simples votação de redacção final o projecto que approva esse Protocollo e autoriza a abertura dos creditos necesarios á terminação desse empreendimento, cujo valor julgo desnecessario encarecer ao vosso espirito patriotico.

Do Tratado de Commercio e Navegação Fluvial com a Bolivia, assignado no Rio de Janeiro, a 12 de agosto de 1910 e sancionado pelo decreto n. 2.365, de 31 de dezembro de 1910, foram trocadas as ratificações na cidade de La Paz, a 29 de julho do mesmo anno. O mesmo Tratado foi promulgado pelo decreto n. 8 891, de 9 de agosto de 1911.

As Convenções para a permuta de encomendas postaes que concluímos com a França a 3 de junho de 1909, com os Estados Unidos da America a 26 de março, com a Allemanha a 20 de abril e com a Italia a 19 de dezembro de 1910 pendiam, como tive a honra de vos dizer na minha primeira Mensagem, da troca de ratificações entre os paizes signatarios. Por nossa parte, esses actos internacionaes estavam já approvados em virtude dos decretos legislativos ns. 2.359 A, 2.360, 2.361 e 2.362, de 31 de dezembro de 1910. A troca das ratificações effectuou-se no Rio de Janeiro, nos dias 29 e 30 de maio e 7 e 27 de junho de 1911, tendo sido pro-

mulgadas as mesmas Convenções, respectivamente, pelos decretos ns. 8.767, de 31 de maio de 1911, 8.781, de 12 de junho de 1911, 8.853 e 8.799, de 20 de julho de 1911.

Estamos preparando os regulamentos necessarios para que esses Accôrdos, que ainda os não têm, entrem em execução, que não deve mais retardar-se.

O art. 4.º do Accôrdo de 14 de fevereiro de 1879, assignado entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, sobre a execução de Cartas Rogatorias, foi modificado por um Protocollo, firmado no Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1906. Esse Protocollo, devidamente approved pelo Congresso Nacional, em resolução de 4 de novembro de 1907, sancionada pelo decreto n. 1.769, de 6 do mesmo mez e anno, acaba de entrar em execução, promulgado pelo decreto n. 9.169, de 30 de novembro ultimo, por terem sido trocadas as ratificações na cidade de Montevidéo no dia 28 de outubro anterior.

A 13 de janeiro de 1912 foram trocadas nesta Capital as ratificações do Accôrdo concluido entre o Brasil e o Perú para a navegação do rio Japurá ou Caquetá, assignado em Lima, a 14 de abril de 1908. A promulgação desse Accôrdo fez-se pelo decreto n. 9.391, de 28 de fevereiro de 1912.

Os trabalhos das Conferencias Internacionaes de Haya, para unificação do direito relativo á letra de cambio e de Bruxellas, para unificação do Direito Maritimo, de que tratei na minha Mensagem de 1911, vão proseguir no curso do presente anno.

Para representar o Brasil nessas assembléas foi nomeado o Sr. Dr. Rodrigo Octaviò de Langgaard Menezes, que já havia sido nosso Delegado Plenipotenciario.

No intervallo dessas sessões, o Governo enviou para Haya

observações sobre o projecto de lei uniforme para a letra de cambio e a resposta ao questionario sobre o cheque, de que tambem se occupará na sua proxima reunião a Conferencia de Haya.

As duas Convenções firmadas em Bruxellas pelo nosso Delegado, e referentes a abalroação e assistencia maritima, foram submettidas á vossa approvação em 17 de novembro do anno passado. Para ellas peço a vossa attenção.

A Exposição Internacional de Hygiene, annexa ao Congresso Internacional contra a Tuberculose, que devia ser effectuada, em Roma, de 24 a 30 de setembro do anno proximo findo, foi adiada para 20 do mez de abril proximo passado.

O Governo do Brasil, convidado pelo de Italia a se fazer representar officialmente, nomeou para seus representantes os Srs. Drs. General Ismael da Rocha, Antonino Ferrari, Antonio Cardoso Fontes e José Augusto Moreira Guimarães.

Para o dia 7 do corrente, está convocada para Washington a 9.^a Conferencia Internacional da Cruz Vermelha, tendo-se instado pela representação do Brasil nessa reunião. O Embaixador do Brasil em Washington foi incumbido de nos representar nessa Conferencia, que deve ser honrada com a presença do Presidente da Republica dos Estados Unidos da America do Norte.

Tambem nos Estados Unidos, na cidade de Philadelphia, deve reunir-se a 23 deste mesmo mez o 12.^o Congresso Internacional de Navegação e para o qual foi o Brasil convidado por intermedio do Departamento de Estado.

Acudindo a esse convite, e devendo ser discutidas nesse Congresso theses de toda importancia para assumptos que tanto nos interessam como navegação, regimen de portos e outros connexos, já fiz designar nosso Delegado o Dr. Manuel Carneiro de Souza Bandeira, que será auxiliado, como Delegados technicos,

pelos nossos Addidos Naval e Commercial á Embaixada em Washington.

Além dos congressos, conferencias ou reuniões a que já me referi especialmente, o Brasil nomeou representantes ou vae se fazer representar no seguintes :

1.º Congresso Postal Continental Sul Americano (Montevideo, 8 de janeiro) — Delegados Dr. Francisco José de Almeida Brant, Domingos de Castro Lopes e Dr. Virgilio Silvestre de Faria ;

3.º Congresso Internacional de Hygiene Domestica (Dresden, de 2 a 7 de outubro) — Representantes Dr. Henrique de Figueiredo Vasconcellos e Antonio Cardoso Fontes ;

Congresso e Exposição Internacional Municipal e Congresso Internacional de Boas Estradas (Chicago, de 18 a 30 de setembro) — Representante Dr. José Custodio Alves de Lima ;

Congresso de Syphiligraphia (Roma, em setembro) — Representante Dr. Aureliano Vieira Werneck Machado ;

7.º Congresso Universal de Esperanto (Antuerpia, de 20 a 27 de agosto) — Representante Dr. Agenor Augusto de Miranda ;

5.º Congresso Internacional para o estudo das questões relativas ao patronato dos liberados e á protecção da infancia moralmente abandonada (Antuerpia, 16 de julho) — Representante Dr. José Bonifacio de Oliveira Coutinho ;

5.º Congresso Internacional de Lacticinios (Stockholmo, de 28 de junho a 1 de julho) — Representante Dr. Antonio de Padua Assis Rezende ;

5.º Congresso Internacional de Pescaria (Roma, 26 a 31 de maio) — Delegado Capitão-tenente Henrique Aristides Guilhem ;

Congresso Internacional de Musica (Roma, de 4 a 11 de abril) — Representante Sr. Jorge Antonio Barroso Netto ;

Exposição Internacional de Hygiene (Dresden) — Repre-

sentantes Drs. Oswaldo Gonçalves Cruz, Henrique Figueiredo Vasconcellos, Antonio Cardoso Fontes e Ataliba Florence ;

Exposição Internacional de Roma e Turim — Representantes Drs. Padua Rezende, Cortines Laxes e Mario Cardim ;

Conferencia Sanitaria Internacional (Paris) — Representantes Drs. Oswaldo Gonçalves Cruz e Henrique de Figueiredo Vasconcellos ;

Conferencia para a Protecção da Propriedade Industrial (Washington) — Representante Sr. Rinaldo de Lima e Silva, 1.º Secretario da Embaixada do Brasil em Washington, nessa occasião Encarregado de Negocios ;

Conferencia Radio-Telegraphica de Londres, a reunir-se em 4 de junho proximo (1912) — Representante Dr. Francisco Bhering ;

Conferencia sobre a Propriedade Industrial, a reunir-se em Londres a 3 de junho proximo — Representante Dr. José Rodrigues Vieira ;

Conferencia sobre a Assistencia aos Estrangeiros, que deve reunir-se de 4 a 7 de junho, em Paris.

Não estou longe de pensar que o Congresso Nacional examinará com a devida attenção os deveres que nos impõem convites para essas reuniões de character internacional e a utilidade de assistir nellas, que augmentam consideravelmente de anno para anno.

Foram publicadas as seguintes adhesões estrangeiras aos actos internacionaes de que o Brasil faz parte :

Da Colonia do Congo Belga (decreto n. 9.319, de 12 de janeiro de 1912), á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo, de 22 de julho de 1875 ;

Do Imperio de Marrocos (decreto n. 8.944 A, de 31 de agosto de 1911), á Convenção Internacional Radio-Telegraphica

de Berlim, de 3 de novembro de 1906 e ao Accôrdo Adicional da mesma data ;

Da Belgica, pela Colonia do Congo (decreto n. 9.369, de 21 de janeiro de 1912), á mesma Convenção e Accôrdo Adicional para vigorar a partir de 1 de janeiro do anno corrente ;

Do Imperio Ottomano (decreto n. 8.749, de 25 de maio de 1911) e do Mexico (decreto n. 9.349, de 17 de janeiro de 1912), ao Accôrdo de Roma, de 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica ;

Das Republicas de Costa Rica e do Salvador (decretos ns. 9.013, de 30 de setembro de 1911, e 9.387, de 28 de fevereiro de 1912), á Convenção de Genebra, de 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha ;

Da França e da Grã-Bretanha, pelo Archipelago das Novas Hebridias (decreto n. 8.706, de 4 de maio de 1911), e dos Protectorados Britannicos das ilhas Gilbert e Ellice e das ilhas Salomão (decreto n. 9.370, de 21 de fevereiro de 1912), á Convenção Postal Universal de Roma, de 26 de maio de 1906 ;

Da Republica de Cuba, ao Accôrdo de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado, publicada pelo decreto n. 8.874, de 3 de julho de 1911, que posteriormente foi declarada sem effeito, a pedido do Conselho Federal Suisso, pelo decreto n. 8.988, de 20 de setembro do mesmo anno.

Pelo decreto n. 8.700, de 2 de maio de 1911, foi ainda publicada a renuncia do Imperio Ottomano á reserva, que havia formulado, relativamente ao art. 181 da Convenção Sanitaria Internacional de Paris, de 3 de dezembro de 1903, por occasião de adherir a essa Convenção, conforme já fôra publicado pelo decreto n. 8.684, de 15 de abril do mesmo anno de 1911.

EXPOSIÇÃO

Desastre do Titanic

Por ocasião da catastrophe occorrida com o *Titanic* a Embaixada em Washington e a Legação em Londres significaram por ordem do Governo do Brasil e em seu nome aos dos Estados Unidos e da Inglaterra a dolorosa sympathia que aquelle desastre causára.

Logo após, mesmo em sessão preparatoria, a Camara dos Srs. Deputados approvou voto de pesar pela catastrophe e pediu que delle tivessem conhecimento os Governos Americano e Inglez pelo Ministerio das Relações Exteriores.

A' communicação desses sentimentos responderam os dous Governos, mandando o dos Estados Unidos que a sua Embaixada no Brasil «signifique por nota ao Governo Brasileiro o alto apreço com que o Governo e o Povo dos Estados Unidos da America acolheram as demonstrações de sympathia recebidas neste momento do Brasil.»

Resumo e estado actual das questões de limites do Brasil (30 de Abril de 1912)

Guyana Franceza

Por um despacho do Governo francez, em 1841, á sua Legação no Rio de Janeiro e do qual o Governo brasileiro recebeu cópia enviada pelo Barão de Rouen, bem como por uma nota de 18 de Dezembro do mesmo anno deste ultimo Governo áquella Legação, ficou ajustado que o Brasil e a França manteriam o *statu-quo* de inoccupação do antigo territorio litigioso na fronteira com a Guyana franceza.

Em virtude do tratado de arbitramento, concluido e assignado no Rio de Janeiro a 10 de Abril de 1897, foi submettida á decisão do Governo da Confederação Suissa a fixação da fronteira entre o Brasil e a mencionada Guyana.

Na mesma data tambem foi assignado um Protocollo relativo á organização de uma Commissão Mixta preparatoria, munida de instrucções communs e destinada a funcionar no territorio litigioso, e á execução do Laudo arbitral, por meio de demarcação, quando fosse elle proferido.

O Laudo, que tem a data de 1.º de Dezembro de 1900, determinou que a fronteira entre o Brasil e a Guyana franceza corra pelo thalweg do rio Oyapock desde a sua foz até a nascente principal e d'ahi até a fronteira hollandeza pela linha da divisão das aguas da bacia do Amazonas que, nessa região, é constituida na sua quasi totalidade pela cumiada da Serra de Tumucumaque.

Essa fronteira ainda não foi demarcada.

Guyana Hollandeza

A fronteira com a Guyana hollandeza foi determinada pelo tratado de 5 de Maio de 1906, assignado no Rio de Janeiro.

A linha de limites por esse tratado corre pelo divisorio das aguas entre a bacia do Amazonas ao Sul e as bacias dos cursos d'agua que affluem para o Norte no Oceano Atlantico, a partir da fronteira franceza até a fronteira com a Guyana britannica.

O tratado já está promulgado, mas ainda não foram nomeadas as commissões para demarcação da linha divisoria.

Guyana Britannica

Por meio de notas trocadas entre o Governo brasileiro e a Legação britannica no Rio de Janeiro, em 29 de agosto e 3 de

Setembro de 1842, estabeleceu-se o accordo para neutralisação do territorio litigioso na fronteira do Brasil com a Guyana britannica.

O tratado, assignado em Londres a 6 de novembro de 1901, submetteu esse litigio ao arbitramento de Sua Majestade o Rei da Italia.

Na mesma data e logar, foi assignada uma declaração, annexa a esse tratado, na qual se estabelece a fronteira do Brasil com a mencionada Guyana, a leste do territorio contestado, pelo *divortium aquarum* entre a bacia do Amazonas e as do Corentyne e Essequibo, desde a nascente do Corentyne até a do Rupununi ou a do Tacutú, ou a um ponto entre ellas, conforme a decisão do arbitro na zona litigiosa.

O Laudo proferido em 6 de junho de 1904, foi communicado aos representantes das duas Partes contendoras, no Palacio Quirinal, em 14 do mesmo mez, determinando a linha seguinte :

A fronteira entre o Brasil e a Guyana britannica fica fixada pela linha que parte do Monte Yakontipú ; segue na direcção de leste a divisão das aguas até a nascente do Ireng (Mahú) ; desce pelo thalweg o curso deste rio até a sua confluencia com o Tacutú ; sobe o Tacutú pelo thalweg até a sua nascente, onde encontra a linha de fronteira estabelecida pela declaração annexa ao tratado de arbitramento de 4 de novembro de 1901.

Por essa delimitação toda a parte da zona contestada que se acha a leste da linha de fronteira pertence á Gran-Bretanha ; toda a parte que se acha a oeste ao Brasil.

Em virtude do mesmo Laudo a fronteira a que se refere a declaração de Londres estende-se desde a nascente do Tacutú até a do Corentyne pelas serras Uasary, Ácaraby e Tumucumaque.

Depois de proferido o Laudo, o reconhecimento a que mandou proceder o Governo britannico sobre a fronteira por elle determinada, mostrou que o rio Cotingo não nasce no monte Yakontipú, porém sim no monte Roraima, mais para oeste, como

já havia verificado a commissão brasileira de limites com Venezuela em 1884.

Partindo do monte Yakontipú, a linha traçada pelo Laudo e devendo seguir na direcção de leste a divisão das aguas até a nascente do Ireng (Mahú), ficou em aberto a parte da fronteira entre o monte Yakontipú e o monte Roraima ao oeste, por onde corre o divisor das aguas até a nascente do Cotingo, no ponto da serra Roraima onde concorrem as tres fronteiras do Brasil, Venezuela e Guyana britannica.

Isso levou o Governo brasileiro a propôr ao da Gran-Bretanha a negociação de um accordo completando a mesma fronteira na parte indicada e, ao mesmo tempo, a de um tratado geral definindo toda a fronteira entre o Brasil e aquella colonia britannica. Esse tratado abrangerá o estipulado no referido Accordo, no Laudo de 6 de junho de 1904 e na Declaração de Londres de 6 de novembro de 1901.

Estados Unidos da Venezuela

A linha de fronteira com o Brasil estava determinada pelo artigo 2.º do tratado de Caracas de 5 de maio de 1859, desde as cabeceiras do Memachi até o Rio Negro, defronte da ilha de S. José, proximo á Pedra de Cucuhy (§ 1.º) e dahi em diante, em linha recta, até o meio do canal Maturacá e deste ultimo ponto até Cerro Cupy, e do Cerro Cupy em diante pelas serras Imeri, Guay, Urucusiro (aliás Curupira), Parima e Paracaima, que formam o divisor das aguas, até onde se estendem os territorios dos dous Estados na sua parte oriental.

A demarcação dessa fronteira desde o Memachi até Cerro Cupy fora feita pela Commissão mixta brasileiro-venezuelana, que trabalhou de 7 de janeiro a 9 de agosto de 1880 e dalli em diante até o extremo limite com a Guyana britannica somente pela Commissão brasileira de 1882-1884.

Em 9 de dezembro de 1905 foi concluído e assignado em Caracas um Protocollo, approvando e reconhecendo a demarcação feita em commum no anno de 1880 pela Commissão brasileiro-venezuelana na fronteira desde a Pedra de Cucuhy ao Cerro Cupy. Ficou assim sem effeito a parte da demarcação feita pela mesma Commissão mixta desde a cabeceira do Memachi até a ilha de S. José que constituia o § 1.º do artigo 2.º do tratado de 1859; isso porque o laudo do Rei de Hespanha decidiu a favor da Colombia e contra Venezuela o litigio de limites quanto aos territorios da margem direita ou occidental do Rio Negro.

Por outro Protocollo, tambem assignado em Caracas naquella data, ficou ajustado que uma Commissão mixta verificará o trabalho feito pelos Commissarios do Brasil de 1882-1884 na parte da fronteira que se estende desde o Cerro Cupy até um ponto no monte Roraima convergente das tres fronteiras do Brasil, Venezuela e Guyana britannica, dando sempre preferente attenção á divisão das aguas que vão ás respectivas bacias do Amazonas, Orinoco e Essequibo e fará a demarcação conforme o disposto nos §§ 2.º e 3.º do artigo 2.º do tratado de 5 de maio de 1859.

Este Protocollo ainda não foi ratificado como dispõe o artigo segundo que estabelece prazo para a nomeação das Comissões, Brasileira e Venezuelana, e o inicio dos seus trabalhos.

Para evitar attrictos e duvidas resultantes da falta de marcos indispensaveis para o assignalamento da fronteira, já demarcada, foi assignado em Caracas, a 29 de fevereiro do corrente anno, um Protocollo executorio, em parte, do referido tratado de 1859, para levantamento dos marcos á margem esquerda do Rio Negro, desde defronte da ilha de São José até o Salto de Maturacá.

Já foram nomeadas as duas Comissões para aquelle assignalamento.

Republica da Colombia

A fronteira entre a Pedra do Cucuhy e a foz do rio Apaporis, na margem esquerda do rio Japurá ou Caquetá, está determinada pelo tratado concluido e assignado em Bogotá a 24 de abril de 1907.

Ainda não está demarcada esta parte da fronteira.

Da foz do Apaporis para o Sul contendendo a Colombia com o Ecuador e o Perú para a posse de territorios até a margem esquerda ou septentrional do Amazonas, ficou nessa parte adiada a negociação para depois de resolvidos esses pleitos e para o caso em que os ganhe a Colombia.

Para essa parte da fronteira o Governo Brasileiro já accorreu separadamente a mesma linha de limites com a Republica do Perú em 1851 e com o Ecuador em 1904.

Republica do Ecuador

A fronteira com a Republica do Ecuador foi ajustada pelo tratado, assignado no Rio de Janeiro, de 6 de maio de 1904, tendo-se em vista o caso de ser decidido em favor do Ecuador a zona litigiosa entre elle, o Perú e a Columbia. Essa linha é a mesma que havia sido incluída pelo Brasil e o Perú nos actos de 1851 e 1874, admitindo como favoravel ao Perú o desfecho da questão do litigio.

A linha, pois, com o Ecuador será, — no todo ou em parte, conforme o resultado do litigio — (artigo primeiro do tratado), a linha geodesica que parte da bocca do igarapé Santo Antonio, na margem esquerda do Amazonas, entre Tabatinga e Leticia, e termina na confluencia do Apaporis com o Japurá ou Caquetá, menos na secção do rio Içá ou Putumayo, cortada pela mesma

linha, onde o alveo do rio, entre os pontos de intersecção, formará a divisa.

Essa linha depende, portanto, da solução do litigio entre o Ecuador, Perú e Colombia.

Republica do Perú

A fronteira com a Republica do Perú foi fixada pelos seguintes actos internacionaes :

— Tratado de Commercio, Navegação e Limites, assignado na cidade de Lima, a 23 de outubro de 1851. O tratado estabelece a fronteira pelo rio Javary, desde a sua nascente até a sua foz na povoação de Tabatinga, e d'ahi para o norte, em linha geodesica recta a encontrar o rio Japurá, defronte da foz do Apaporis.

Este tratado está em pleno vigor quanto á parte referente a limites, constante do artigo 7.º, havendo sido denunciados pela Republica do Perú todos os outros artigos relativos a commercio e navegação (notas de 24 de abril, 7 de julho e 25 de setembro de 1875, trocadas entre os dois Governos).

— Accordo assignado na cidade de Lima em 11 de fevereiro de 1874, para permutação de territorios na linha do Içá ou Putumayo.

Por esse acto ficou approvada a demarcação feita pelos Commissarios dos dous paizes no rio Içá ou Putumayo e combinada a cessão, por mutuo accordo, da parte dos respectivos territorios interceptada pela linha geodesica, no espaço que medeia entre os dois marcos definitivos, collocados na margem direita e na margem esquerda do referido rio Içá ou Putumayo, a 26 e 31 de Julho de 1873.

Dentro do espaço comprehendido entre esses dois marcos, a fronteira segue pelo alveo do mencionado rio Içá ou Putumayo,

passando entre as ilhas Brasileira e Peruana, e ficando de propriedade da Republica do Perú a margem direita e de propriedade do Brasil a margem esquerda.

A demarcação desta primeira parte da fronteira foi feita nos annos de 1866 e 1872-1874 pelas respectivas commissões mixtas.

Esses territorios da margem septentrional do Amazonas, desde a bocca do Igarapé Santo Antonio, perto de Tabatinga, até a bocca do Apaporis no Japurá, são litigiosos entre o Perú, o Ecuador e a Colombia. Assim, póde o Perú eventualmente perder uma parte da fronteira, caso sejam decididos contra elle esses litigios.

— Protocollo, assignado no Rio de Janeiro a 28 de Maio de 1897, determinando que uma commissão mixta proceda á substituição dos marcos, collocados para assignalar a fronteira commun entre os dois paizes, de conformidade com o tratado de 1851, que estiverem arruinados ou houverem desaparecido.

— Tratado de 8 de setembro de 1909, assignado no Rio de Janeiro, completando a determinação da fronteira entre os dois paizes e estabelecendo principios geraes sobre o seu commercio e navegação na bacia do Amazonas.

O artigo 1.º desse tratado declara que, estando já demarcada, em execução do artigo 7.º do tratado de 1851, as fronteiras do Brasil e do Perú na direcção do norte, desde a nascente do Javary até o Japurá ou Caquetá, ficam por elle estabelecidos os confins dos dois paizes, desde a nascente do Javary para o sul e para léste até o Acre, descendo pelo alveo do mesmo rio até o ponto em que comece a fronteira peru-boliviana, na margem direita do Alto Acre.

Por este tratado ficaram pertencendo ao Perú os dois territorios do Alto Juruá, acima da confluencia do Breu e do Purús, acima do lugar denominado Catay, que haviam sido neutralizados pelo Protocollo de um accordo provisório (*modus vivendi*), concluido no Rio de Janeiro a 12 de julho de 1904.

Ainda não foi constituida a Commissão Mixta que terá de demarcar esta segunda parte da fronteira, de accordo com o tratado de 1909, por ter sido o prazo de um anno, estabelecido no artigo 2.º para a nomeação das duas commissões parciaes, prorogado, por meio de notas de 23 de março e 23 de abril de 1911, até 30 de abril de 1912.

Nesta ultima data foi assignado, no Rio de Janeiro, o Protocollo especial estabelecendo o modo de constituir a Commissão Mixta e dando instrucções para a execução dos seus trabalhos.

Republica da Bolivia

Os limites entre o Brasil e a Bolivia já tinham sido determinados pelo tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição, assignado em La Paz aos 27 de março de 1867.

Pelas notas trocadas, naquela cidade, a 19 de setembro do mesmo anno, entre os Plenipotenciarios brasileiro e boliviano, foi explicado o sentido dos artigos 2.º e 27.º do mencionado tratado. Quanto ao primeiro desses artigos ficou entendido que, embora a linha divisoria dos dous paizes passasse pelo meio das lagôas Negra, Caceres, Gahiba, Mandioré e Uberaba, a navegação dellas seria commum ao Brasil e á Bolivia, ficando a policia dessa navegação dependente de ulterior accordo. O artigo 27.º não se refere a limites.

As commissões mixtas, em 1871 e de 1875 a 1878, fizeram a demarcação da fronteira determinada no tratado, desde o desagudouro da Bahia Negra, no rio Paraguay, na latitude de 20º-10', até á confluencia do rio Mamoré com o Beni. onde principia o rio Madeira, deixando de demarcar a linha geodesica tirada da margem esquerda do Madeira, na latitude sul de 10º-20' para Oeste até encontrar o rio Javary.

Essa demarcação, comprehendendo a que foi feita sómente pela commissão brasileira em virtude das reversaes de 30 de

novembro de 1875 e 24 de março de 1876, foi approvada por meio de notas, trocadas em La Paz a 23 de julho de 1879, e ainda por outras de 12 e 14 de novembro do mesmo anno, entre o Governo boliviano e a Legação brasileira na referida cidade.

Mais tarde, por notificação de 22 e 24 de fevereiro de 1879, datadas de La Paz, foi approvada a carta geral da fronteira entre os dois paizes.

Exceptuada a parte referente aos limites acima indicados, foram denunciados os demais artigos do tratado de 27 de março de 1867 por parte do Brasil em nota de 6 de setembro de 1883, deixando de vigorar um anno depois.

Não estando completa a demarcação, o Protocollo assignado, no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1895, determinou que se terminasse essa demarcação, fazendo-o na parte comprehendida entre o Madeira e o Javary (linha geodesica).

Outro Protocollo, assignado na mesma cidade a 10 de maio tambem de 1895, estabeleceu as instrucções pelas quaes se deveria guiar a commissão mixta encarregada da demarcação.

Essa commissão executou os seus trabalhos de 1895-1896.

Posteriormente, pelo Protocollo de 30 de outubro de 1899, substitutivo do de 19 de fevereiro de 1895, foi ordenada outra demarcação da mesma fronteira, entre os rios Javary e Madeira.

As instrucções para essa nova commissão foram dadas pelo Protocollo de 1.º de agosto de 1900, tambem assignado no Rio de Janeiro, e os seus trabalhos executados de 1901-1902.

Sobrevindo a revolução dos Acreanos, o Brasil, como consta do Relatorio deste Ministerio de 1902-1903, foi obrigado a intervir para proteger os seus nacionaes e resolveu occupar militarmente parte do territorio limitado pelo parallelo de 10º-20' de latitude meridional, que declarou ser a linha divisoria indicada pela letra e pelo espirito do artigo 2.º do tratado de 1867, devendo essa occupação durar até a solução do litigio por via diplomatica.

Em 21 de março de 1903, foi assignado em La Paz um Protocollo de accôrdo preliminar de *modus vivendi* entre os dous paizes e relativo á parte do territorio do Acre considerada litigiosa, situada ao Oeste do rio Yaco e limitada ao Norte pela linha geodesica do marco do Madeira á nascente do Javary e ao Sul pelo paralelo 10°-20', desde o referido marco até o Yaco.

O prazo do *modus vivendi*, que era de quatro mezes, foi prorogado por mais tres, até 21 de outubro de 1903, pelas notas de 14 e 15 de junho desse anno, trocadas entre a Legação brasileira em La Paz e o Governo boliviano.

A 17 de novembro de 1903 concluiu-se e firmou-se, em Petropolis, um tratado de permuta de territorios e outras compensações, de conformidade com o estipulado no artigo 5.º do tratado de 1867, modificando a linha divisoria entre os dous paizes, traçada por este tratado.

E' esta a fronteira ajustada no artigo 1.º do tratado de Petropolis :

§ 1.º) Partindo da latitude Sul de 20°-08'-35" em frente ao desagudouro da Bahia Negra, no Rio Paraguay, subirá por este rio até um ponto na margem direita distante nove kilometros, em linha recta, do forte de Coimbra, isto é, approximadamente em 19°-58'-05" de latitude e 14°-39'-14" de longitude Oéste do Observatorio do Rio de Janeiro (57°-47'-40" Oéste de Greenwich), segundo o Mappa da fronteira levantado pela Commissão Mixta de limites, de 1875 ; e continuará desse ponto, na margem direita do Paraguay, por uma linha geodesica que irá encontrar outro ponto a quatro kilometros, no rumo verdadeiro de 27°-1'-22" Nor-déste, do chamado « Marco do fundo da Bahia Negra », sendo a distancia de quatro kilometros medida rigorosamente sobre a fronteira actual, de sorte que esse ponto deverá estar, mais ou menos, em 19°-45'-36",6 de latitude e 14°-55'-46",7 de longitude Oéste do Rio de Janeiro (58°-04'-12",7 Oéste de Greenwich). Dahi

seguirá no mesmo rumo determinado pela Commissão Mixta de 1875 até 19°-2' de latitude e, depois, para Léste, por este paralelo até o arroio Conceição, que descera até a sua bocca na margem meridional do desaguadouro da lagoa de Caceres, também chamado rio Tamengos. Subirá pelo desaguadouro até o meridiano que corta a ponta do Tamarindeiro e depois para o Norte, pelo meridiano de Tamarindeiro, até 18°-54' de latitude, continuando por este paralelo para Oéste até encontrar a fronteira actual.

§ 2.º) Do ponto de intersecção do paralelo de 18°-54' com a linha recta que forma a fronteira actual seguirá, no mesmo rumo que hoje, até 18°-14' de latitude e por este paralelo irá encontrar a Léste o desaguadouro da lagoa Mandioré, pelo qual subirá, atravessando a lagoa em linha recta até o ponto, na linha antiga de fronteira, equidistante dos dois marcos actuaes, e depois, por essa linha antiga, até o marco da margem septentrional.

§ 3.º) Do marco septentrional na lagoa Mandioré continuará em linha recta, no mesmo rumo que hoje, até a latitude de 17°-49' e por este paralelo até o meridiano do extremo Sudéste da lagoa Gahiba. Seguirá esse meridiano até a lagoa e atravessará esta em linha recta até o ponto equidistante dos dois marcos actuaes, na linha antiga de fronteira, e depois por esta linha antiga ou actual até a entrada do canal Pedro Segundo, também chamado recentemente rio Pando.

§ 4.º) Da entrada Sul do canal Pedro Segundo ou rio Pando até a confluencia do Beni e Mamoré os limites serão os mesmos determinados no artigo 2.º do Tratado de 27 de março de 1867.

§ 5.º) Da confluencia do Beni e do Mamoré descera a fronteira pelo rio Madeira até a bocca do Abunan, seu affluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunan até a latitude de 10°-20'. Dahi irá pelo paralelo de 10°-20', para Léste até o rio Rapiirran e subirá por elle até a sua nascente principal.

§ 6.º) Da nascente principal do Rapiirran irá, pelo paralelo da nascente, encontrar a Oéste o rio Iquiry e subirá por este até a sua origem, donde seguirá até o igarapé Bahia pelos mais pronunciados accidentes do terreno ou por uma linha recta, como aos Commissarios demarcadores dos dois paizes parecer mais conveniente.

§ 7.º) Da nascente do igarapé Bahia seguirá, descendo por este, até a sua confluência na margem direita do rio Acre ou Aquiry e subirá por este até a nascente, se não estiver esta em longitude mais occidental do que a de 69º Oéste de Greenwich.

a) No caso figurado, isto é, se a nascente do Acre estiver em longitude menos occidental do que a indicada, seguirá a fronteira pelo meridiano da nascente até o paralelo de 11º e depois, para Oéste, por este paralelo até a fronteira com o Perú.

b) Se o rio Acre, como parece certo, atravessar a longitude de 69º Oéste de Greenwich e correr ora ao Norte, ora ao Sul do citado paralelo de 11º, acompanhando mais ou menos este, o alveo do rio formará a linha divisoria até á sua nascente, por cujo meridiano continuará até o paralelo de 11º e dahi, na direcção de Oéste, pelo mesmo paralelo, até a fronteira com o Perú; mas, se a Oéste da citada longitude 69º o Acre correr sempre ao Sul do paralelo de 11º, seguirá a fronteira, desde esse rio, pela longitude de 69º até o ponto de intersecção com esse paralelo de 11º e depois por elle até a fronteira com o Perú.

Para a demarcação dessa fronteira na bacia do Paraguay (§§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 1.º) foram assignadas no Rio de Janeiro, a 6 de fevereiro de 1907 as Instrucções para a respectiva commissão mixta.

Na mesma data foi tambem firmado um Protocollo de instrucções para o reconhecimento do rio Verde e de suas cabeceiras, sendo a mesma commissão mixta encarregada dos trabalhos de exploração e levantamento da planta.

Um outro Accôrdo, em data de 11 de fevereiro de 1911, determinou a demarcação da nova fronteira na bacia do Amazonas.

Por este Accôrdo a fronteira descripta nos §§ 5.º, 6.º e 7.º do tratado de Petropolis deve ser reconhecida e traçada pela Comissão mixta demarcadora do seguinte modo :

§ 1.º — Da confluencia do Beni e do Mamoré descerá pelo rio Madeira até a bocca do Abunan, seu affluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunan até a confluencia do Rapirran, por cujas aguas subirá até á sua nascente principal.

§ 2.º — Não sendo possivel, como haviam acreditado os negociadores do dito tratado de mil novecentos e tres, continuar a fronteira na direcção do sudoeste pelas aguas do Iquiry, por isso que o curso e a nascente d'esse rio ficam ao norte da nascente do Rapirran, os Commissarios Demarcadores, incumbidos anteriormente de traçar a linha divisoria (Artigo Primeiro, Paragrapho sexto do Tratado de mil novecentos e tres) « pelos mais pronunciados accidentes do terreno ou por uma linha recta », como lhes parecesse mais conveniente, se empregarão em levantar pessoalmente, ou fazer levantar por uma ou mais Sub-Commissões, todo o territorio comprehendido entre as nascentes do Rapirrán e do Iquiry, o igarapé Bahia e os rios Acre e Chipamaru ; e remetterão as plantas e informações que forem necessarias aos dois Governos para que estes adoptem amigavelmente a linha divisoria que lhes pareça preferivel.

§ 3.º — Da nascente do igarapé Bahia, seguirá a fronteira descendo por este, até a sua desembocadura no rio Acre ou Aquiry e subirá por este até a bocca do arroio Yaverija, seu affluente da margem direita, onde termina o territorio da Bolivia e começa o do Perú em virtude do Accôrdo concluido em La Paz pelas duas Republicas a 17 de setembro de 1909.

A nova linha de limites já está demarcada na bacia do Para-

guay desde a Bahia Negra até a entrada Sul do Canal Pedro II ou rio Pando, estando igualmente feito o reconhecimento do rio Verde e de suas cabeceiras.

Estão ainda sendo executados os trabalhos de demarcação da fronteira na bacia do Amazonas.

Republica do Paraguay

A fronteira entre o Brazil e o Paraguay está determinada pelo tratado de 9 de janeiro de 1872, concluido e assignado na cidade de Assumpção.

A demarcação foi feita durante os annos de 1872 (agosto) e 1874 (outubro), desde a foz do rio Apa, na margem oriental ou direita do rio Paraguay, até á margem direita do Paraná, em frente ao Salto das Sete Quedas, e pelo alveo do mesmo Paraná até defronte da foz do Iguassú.

Em 7 de maio de 1874 foi tambem assignado, na mesma cidade, um Protocollo resolvendo a questão levantada entre os Commissarios dos dous paizes sobre a principal nascente do Rio Apa.

Republica Argentina

Os limites com a Republica Argentina estão traçados pelo laudo de Washington de 5 de fevereiro de 1895, proferido pelo Presidente dos Estados Unidos da America em virtude do tratado de arbitramento, concluido e assignado em 7 de setembro de 1889.

O Protocollo de 9 de agosto de 1895, tambem assignado no Rio de Janeiro, determinou o modo de demarcar a fronteira, de accôrdo com o laudo.

O Protocollo de 1.º de outubro de 1898, ainda firmado no Rio de Janeiro, determinou que fossem collocados dous marcos para assignalar a foz de cada um dos rios Pepiri-guassú e Santo

Antonio, além dos que, em execução do laudo, deviam ser collocados nas nascentes dos mesmos rios.

O tratado de 6 de outubro de 1898, também assignado no Rio de Janeiro, estabeleceu a linha de fronteira de accôrdo com o laudo e o Protocollo de 2 de agosto de 1900 deu instrucções para a Comissão Mixta demarcadora da fronteira.

A fronteira está demarcada.

No Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1910, foi assignada a Acta com cinco artigos declaratorios da demarcação da fronteira, pelos quaes foi aceita a demarcação e confirmada a approvação de todas as actas das conferencias, termos de inauguração de marcos, carta geral da linha divisoria entre os dous paizes, plantas parciaes da mesma linha e de todas as ilhas e ilhotas e, em geral, todos os trabalhos executados desde 3 de novembro de 1900 até 6 de outubro de 1904.

O artigo 3.º dessa Acta descrimina todas as ilhas e ilhotas do rio Uruguay e do Iguassú pertencentes aos dous paizes.

Tambem em 4 de outubro de 1910 foi assignado em Buenos-Aires uma Convenção complementar do tratado de limites de 1898, fixando a fronteira entre a bocca do Quarahim e a extremidade meridional da Ilha Brasileira.

Este acto pende de approvação do Congresso Nacional.

Republica Oriental do Uruguay

A fronteira com o Uruguay foi determinada pelo tratado de 12 de outubro de 1851, concluído e assignado no Rio de Janeiro.

A interpretação exacta do § 2.º do artigo 3.º e do artigo 4.º desse tratado quanto á navegação das aguas communs, consta das notas de 3 de dezembro de 1851 da Legação Oriental e de 31 do mesmo mez e anno do Governo brasileiro.

O tratado, firmado em Montevidéo a 15 de maio de 1852, modificou algumas estipulações do tratado anterior.

Foi alterada a fronteira descripta no § 1.º do artigo 3.º, desde a embocadura do Arroio Chuy até a bocca do Jaguarão, passando a ser a seguinte :

« Da embocadura do Arroio Chuy no Oceano, subirá a linha divisoria pelo dito Arroio e d'ahi passará pelo pontal de São Miguel até encontrar a Lagôa Mirim, e seguirá costeando a sua margem occidental até a bocca do Jaguarão, conforme o *uti possidetis* ».

Foi modificado o artigo 4.º, desistindo o Brasil do direito adquirido á soberania dos terrenos que haviam sido cedidos pelo Uruguay em uma das margens da embocadura do Cebolaty, e em uma das margens do Tacuary.

A demarcação desta fronteira foi feita por uma Comissão Mixta entre o mez de novembro de 1852 e o de março de 1859.

No decurso da demarcação surgiram duvidas entre os Commissarios brasileiros e uruguayos no reconhecimento da linha do rio Chuy, estipulada no tratado de 1852. Essas duvidas foram resolvidas pelo Protocollo assignado em Montevideo em 22 de abril de 1853.

Ficou, assim, demarcada a fronteira entre os dous paizes desde a barra do Chuy até a bocca do Quarahim, na extremidade meridional da ilha Brasileira.

O tratado de 30 de outubro de 1909, concluido e assignado no Rio de Janeiro, rectificou, porém, a linha de fronteira pela Lagôa Mirim e Rio Jaguarão, concedendo o Brasil á Republica Oriental o condominio daquellas aguas.

Já foram nomeadas pelos dous paizes as Comissões, brasileira e oriental, que em commum procederão áquella rectificação, de accôrdo com o disposto no artigo 5.º do tratado.

Tratados e convenções de arbitramento

Actualmente o Brasil tem concluidos e assignados com outras Potencias trinta e um tratados ou convenções de arbitramento geral. Dezeses delles estão em pleno vigor ; nove dependem da troca de ratificações ; quatro pendem da approvação do Congresso Nacional (Mensagem de 25 de outubro de 1911) e dois ainda devem passar por esta ultima formalidade constitucional.

Na relação abaixo, além da designação do paiz, da data e logar da assignatura, ha a indicação da approvação pelo Congresso Nacional, dos decretos de sancção, troca de ratificações e decretos de promulgação, especificando-se o periodo que deve durar cada pacto internacional. Todos os que foram promulgados já estão em vigor.

- 1) — Tratado com a Republica do Chile, assignado no Rio de Janeiro a 18 de maio de 1899. — Approvado pelo Congresso Nacional em Resolução de 25 de agosto de 1899, sanccionada pelo Presidente da Republica no dia 31, mas sómente publicada pelo decreto n. 601, de 6 de setembro do mesmo anno. — Trocadas as ratificações em Santiago do Chile, a 7 de março de 1906, sendo a brasileira de 23 de janeiro e a chilena de 7 de março d'esse anno. — Promulgado pelo decreto n. 5.965, de 14 de abril de 1906. — Prazo de duração : — 10 annos, e d'ahi em diante indefinidamente até ser denunciado, subsistindo ainda por mais um anno a partir da notificação da denuncia.
- 2) — Tratado com a Republica Argentina, assignado no Rio de Janeiro a 7 de setembro de 1905. — Approvado pelo Congresso Nacional em Resolução de 1.º de outubro de 1908, sanccionada pelo decreto n. 1.971 da mesma data. — Trocadas as ratificações em Buenos Aires, a 5 de dezembro de 1908, sendo a brasileira de 9 de novembro e a argentina de

2 de dezembro d'esse anno. — Promulgado pelo decreto n. 7.277 de 7 de janeiro de 1909. — Duração : — periodos successivos de 10 annos

- 3) — Convenção com os Estados Unidos da America, assignada em Washington, a 23 de janeiro de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações em Washington, a 26 de julho de 1911, sendo a brasileira de 2 de janeiro d'esse anno e a norte-americana de 1.º de março de 1909. — Promulgada pelo decreto n. 8.890 de 9 de agosto de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 4) — Convenção com o Reino de Portugal, assignada em Petropolis, a 25 de março de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações no Rio de Janeiro, a 29 de maio de 1911, sendo a brasileira de 9 de março e a portugueza de 7 de fevereiro do mesmo anno. — Promulgada pelo decreto n. 8.766 de 31 de maio de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 5) — Convenção com a Republica Franceza, assignada em Petropolis, a 7 de abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações no Rio de Janeiro, a 27 de junho de 1911, sendo a brasileira de 30 de janeiro d'esse anno e a franceza de 12 de junho de 1909. — Promulgada pelo decreto n. 8.850 de 26 de julho de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 6) — Convenção com o Reino da Hespanha, assignada em Petropolis, a 8 de abril de 1909. — Approvada pelo Con-

gresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações no Rio de Janeiro, a 29 de junho de 1911, sendo a brasileira de 15 de março e a hespanhola de 30 também de março d'esse anno. — Promulgada pelo decreto n. 8.851 de 26 de julho de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.

- 7) — Convenção com os Estados Unidos Mexicanos, assignada em Petropolis, a 11 de abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações na cidade do Mexico, a 26 de dezembro de 1911, sendo a brasileira de 15 de março d'esse anno e a mexicana de 31 de janeiro de 1910. — Promulgada pelo decreto n. 9.389 de 28 de fevereiro de 1912. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 8) — Convenção com a Republica de Honduras, assignada em Guatemala, a 26 de abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Não promulgada por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 9) — Convenção com os Estados Unidos de Venezuela, assignada em Caracas, a 30 de abril de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações em Caracas, a 8 de janeiro de 1912, sendo a brasileira de 6 de março de 1911. — Promulgada pelo decreto n. 9.390 de 28 de fevereiro de 1912. — Duração : — por um periodo de 5 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes

antes da extincção d'esse prazo, ficará renovada por mais um anno, e assim successivamente.

- 10) — Convenção com a Republica de Panamá, assignada em Washington, a 1.º de maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 11) — Convenção com a Republica do Ecuador, assignada em Washington, a 13 de maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações na cidade de Quito, a 12 de fevereiro de 1912, sendo a brasileira de 9 de março de 1911. — Promulgada pelo decreto n. 9.516 de 10 de abril de 1912. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 12) — Convenção com a Republica de Costa Rica, assignada em Washington, a 18 de maio de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações em Washington, a 10 de agosto de 1911, sendo a brasileira de 8 de março de 1911 e a de Costa Rica de 20 de outubro de 1909. — Promulgada pelo decreto n. 8.987 de 20 de setembro de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 13) — Convenção com a Republica de Cuba, assignada em Washington, a 10 de junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações na cidade de Havana, a 2 de agosto

de 1911, sendo a brasileira de 3 de março e a cubana de 2 de agosto d'esse anno. — Promulgada pelo decreto n. 8.892 de 9 de agosto de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.

- 14) — Convenção com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, assignada em Petropolis, a 18 de junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações no Rio de Janeiro, a 6 de maio de 1911, sendo a brasileira de 11 de janeiro e a britannica de 22 de março d'esse anno. — Promulgada pelo decreto n. 8.720 de 10 de maio de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.

Em 3 de setembro de 1909, foi assignada na cidade do Rio de Janeiro uma — Declaração de rectificação d'essa Convenção, consignando duas modificações feitas nos exemplares originaes, no artigo 2.º, uma no texto brasileiro e outra no texto britannico correspondente.

- 15) — Tratado com a Republica da Bolivia, assignado em Petropolis, a 25 de junho de 1909. — Approvado pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.369 da mesma data. — Não promulgado, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 10 annos.
- 16) — Convenção com a Republica de Nicaragua, assignada em Guatemala, a 28 de junho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de Dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.

- 17) — Convenção com o Reino da Noruega, assignada em Kristiania, a 13 de julho de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.396 da mesma data. — Trocadas as ratificações no Rio de Janeiro, a 27 de junho de 1911, sendo a brasileira de 18 de fevereiro e a da Noruega de 25 do mesmo mez d'esse anno. — Promulgada pelo decreto n. 8.852 de 26 de julho de 1911. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 18) — Convenção com a China, assignada em Peking, a 3 de agosto de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.397 da mesma data. — Trocadas as ratificações em Paris, a 14 de dezembro de 1911, sendo a brasileira de 3 de fevereiro d'esse anno. — Promulgada pelo decreto n. 9.388 de 28 de fevereiro de 1912. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 19) — Convenção com a Republica do Salvador, assignada em San Salvador, a 3 de setembro de 1909. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.397 da mesma data. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 20) — Tratado com a Republica do Perú, assignado em Petropolis, a 7 de dezembro de 1909. — Approvado pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.398 da mesma data. — Trocadas as ratificações no Rio de Janeiro, a 13 de janeiro de 1912, sendo a brasileira de 17 de fevereiro e a peruana de 2 de dezembro de 1911. — Promulgada pelo decreto n. 9.392

de 28 de fevereiro de 1912. — Duração : — periodos successivos de 10 annos.

- 21) — Convenção com o Reino da Suecia, assignada em Stockholm, a 14 de dezembro de 1909. — Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento d'esse prazo, por mais um anno a partir do dia em que houver sido denunciada.
- 22) — Convenção com a Republica do Haiti, assignada em Washington, a 25 de abril de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.399 da mesma data. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 23) — Convenção com a Republica Dominicana, assignada em Washington, a 29 de abril de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro do mesmo anno, sancionada pelo decreto n. 2.399 da mesma data. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 5 annos.
- 24) — Tratado com a Republica da Colombia, assignado em Bogotá, a 7 de julho de 1910. — Approvado pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.399 da mesma data. — Não promulgado, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração : — periodos successivos de 10 annos.
- 25) — Convenção com o Reino da Grecia, assignada em Berlim, a 28 de julho de 1910. — Duração : — por um periodo de 10 annos, e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim d'esse periodo, obrigará até um anno a partir do dia em que houver sido denunciada.

- 26) — Convenção com o Imperio da Russia, assignada no Rio de Janeiro, a 26 de agosto de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.399 da mesma data. — Não promulgada, por ainda não haverem sido trocadas as respectivas ratificações. — Duração: — por um periodo de 10 annos e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim d'este periodo, ficará obrigatoria até mais um anno a partir do dia em que houver sido denunciada.
- 27) — Convenção com o Imperio da Austria-Hungria, assignada no Rio de Janeiro, a 19 de outubro de 1910. — Approvada pelo Congresso Nacional em Resolução de 31 de dezembro de 1910, sancionada pelo decreto n. 2.399 da mesma data. — Trocadas as ratificações no Rio de Janeiro, a 28 de setembro de 1911, sendo a brasileira de 6 de fevereiro e a austro-hungara de 5 de abril d'esse anno. — Promulgada pelo decreto n. 9.104 de 8 de novembro de 1911. — Duração: — periodos successivos de 5 annos.
- 28) — Tratado com a Republica Oriental do Uruguay, assignado em Petropolis, a 6 de janeiro de 1911. — Duração: — periodos successivos de 10 annos.
- 29) — Convenção com a Republica do Paraguay, assignada em Asunción, a 24 de fevereiro de 1911. — Duração: — por um periodo de 10 annos e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento d'esse prazo, vigorará por mais um anno, e assim successivamnete.
- 30) — Convenção com o Reino de Italia, assignada no Rio de Janeiro, a 22 de setembro de 1911. — Duração: — por um periodo de 10 annos e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do vencimento d'esse prazo, continuará obrigatoria até que, havendo denuncia, finde um anno depois do recebimento d'essa denuncia.

- 31) — Convenção com o Reino da Dinamarca, assignada em Copenhague, a 27 de novembro de 1911. — Duração: — por um periodo de 10 annos e, se não fôr denunciada 6 mezes antes do fim d'esse periodo, ficará obrigatoria até mais 6 mezes a partir do dia em que houver sido denunciada.

Hespanha

IMMIGRAÇÃO HESPAÑHOLA

O Governo de Hespanha, levado por informações de um agente do Conselho Superior de Emigração, aqui destacado, prohibiu pelo decreto de 20 de agosto de 1910 a sahida de emigrantes com passagem paga para o Brasil.

O decreto de prohibição, precedido de uma exposição que nos era altamente desfavoravel (annexo A, N. 1) perdurava em vigor até fins do anno passado, com prejuizo dos dois paizes, especialmente do Brasil que assim se via privado da immigração hespanhola por força de informações mal colhidas aqui.

Por isso o meu antecessor recommendou ao nosso Encarregado de Negocios em Madrid, Sr. Sylvino Gurgel do Amaral, que procurasse obter a revogação d'aquelle decreto. O Sr. Amaral deu inicio á sua missão, apresentando um memorandum (annexo A, N. 2), tendo encontrado da parte do Governo de Hespanha a melhor disposição. A 5 de janeiro ultimo, foi o Brasil equiparado aos demais paizes para o effeito da emigração (Annexo A, N. 3).

O artigo 2.º d'esse decreto revocatorio contem, entretanto, restricções quanto á zona da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, sobre cujas condições de insalubridade o Conselho Superior de Emigração estava disposto a dar aviso a quantos partissem com destino ao Brasil.

Ao communicar a assignatura do decreto por S. M. o Rei, disse o Governo de Hespanha ao nosso representante que aquella

restrição não tinha em vista desconhecer os esforços perseverantes empregados pelo Brasil para saneamento da zona.

Conhecidos como são hoje os trabalhos ali executados depois da viagem que fez o eminente hygienista Dr. Oswaldo Cruz, é de crer que a restrição do decreto hespanhol em breve desapareça inteiramente, de accôrdo com as gestões em andamento.

Convenção Sanitaria Internacional

DENUNCIA

Em 12 de junho de 1904 foi concluída e assignada uma Convenção Sanitaria, no Rio de Janeiro, entre o Brasil, a Republica Argentina, a Oriental do Uruguay e a do Paraguay.

O fim principal dessa Convenção foi estabelecer um regimen commum de protecção entre as quatro Republicas Contractantes quando, no territorio de uma dellas, explodisse algumas das chamadas molestias pestilenciaes exoticas, isto é, a febre amarella, o cholera-morbus e a peste oriental.

Essa Convenção, promulgada por decreto n. 5.705, de 5 de outubro de 1905, foi denunciada pelo Governo da Republica Argentina em nota de 21 de abril de 1912, devendo cessar os seus effeitos em 31 de outubro do corrente anno.

O fundamento da denuncia, constante da referida nota, é que, perante os grandes progressos da prophylaxia moderna, a mesma Convenção já não preenche os fins que as Altas Partes Contractantes tiveram em vista, sendo necessario que seja negociada outra sobre novas, melhores e mais solidas bases. (Vide Annexo A, N. 4).

O Governo Brasileiro aceitou a denuncia pela nota de 22 do mesmo mez e anno (Annexo A, N. 5).

Congressos e Conferencias

COMMISSÃO INTERNACIONAL DE JURISCONSULTOS

A 23 de agosto de 1906 foi assignada no Rio de Janeiro, pelos paizes concurrentes á III Conferencia Internacional Americana, uma Convenção creando uma Commissão Internacional de Jurisconsultos, encarregada de preparar um codigo de direito internacional publico e outro de direito internacional privado, que regulassem as relações entre os paizes da America.

A Commissão seria constituida por um representante de cada um dos Estados signatarios, nomeado pelo respectivo Governo, podendo dois ou mais Governos nomear, de accordo, um só representante que teria, em tal caso, direito a um só voto.

A primeira reunião da Commissão ficou fixada para o correr do anno de 1907, nesta cidade, e considerar-se-ia constituida a mesma Commissão quando estivessem reunidos os representantes de doze, pelo menos, dos Estados signatarios.

A mesma Commissão designaria as datas e logares das reuniões seguintes, sempre que a data da terminação dos seus trabalhos permittisse communicar aos Governos algum dos projectos adoptados ou partes integrantes dos mesmos, um anno, pelo menos, antes da data que fosse designada para a IV Conferencia Internacional Americana.

Uma vez reunida, a Commissão poderia dividir-se em duas outras commissões differentes, destinadas ao preparo de cada um dos codigos respectivamente.

Ficou recommendado expressamente que a Commissão de preferencia prestasse attenção aos principios e pontos que tivessem sido objecto de accrdos uniformes nos tratados e convenções e nos quaes existisse conformidade entre as leis nacionaes dos Estados da America, e, especialmente aos tratados de Montevideó

de 1889, os projectos adoptados pela II Conferencia Internacional Americana, e os debates que deram origem, inclusive todas as questões que significassem um progresso juridico effectivo ou tendessem á eliminação de desintelligencias ou conflictos entre paizes americanos. (Annexo A, N. 6.)

Não tendo sido possivel a reunião da Commissão no correr do anno de 1907, como estava preceituado, não foi a materia incluída no programma da IV Conferencia Internacional Americana, cujas sessões se celebraram em Buenos Aires, nos mezes de julho e agosto do anno atrazado.

O Governo brasileiro, que fazia grande empenho na reunião da Commissão, propoz que esta se realizasse (Annexo A, N. 7) a 22 de abril do anno corrente, no que foi attendido por todos os paizes que adheriram á convenção de 23 de agosto de 1906. E, para adiantar serviço mandou organizar dois projectos de codigo de direito internacional publico e de direito internacional privado, que serviriam de base ás deliberações da Commissão. Esses projectos foram elaborados respectivamente pelos srs. dr. Epitacio Pessôa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, e Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, advogado e antigo Ministro do Imperio, e distribuidos pelos paizes da America afim de que sobre o seu conteudo déssem aos delegados as necessarias instrucções. (Annexo A, N. 8.)

O impedimento em que se achava o representante do Brasil obrigou, porém, o seu Governo a solicitar novo adiamento para a abertura dos trabalhos da Commissão. De accordo com as instrucções recebidas, a nossa Embaixada em Washington negociou um protocollo complementar á Convenção de 23 de agosto, em virtude do qual foi marcada a data de 26 de junho proximo para inauguração definitiva dos trabalhos, e facultado aos paizes signatarios fazer-se representar por dois delegados em vez de um, mas com um só voto para deliberações. (Annexo A, N. 9.)

O Governo do Brasil preparou um projecto de regulamento para a Comissão, cuja sessão de inauguração será realizada a 26 de junho proximo no Palacio Monroe. (Annexo A, N. 10.)

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE POLICIA VETERINARIA

Reunir-se-á no dia 2 de maio proximo em Montevideo a Conferencia Internacional de Policia Veterinaria, convocada pelo Governo Oriental para adopção de medidas communs no interesse da defesa sanitaria animal dos paizes nella representados.

Deverão comparecer o Brasil, o Chile, a Republica Argentina, o Paraguay e a Republica Oriental do Uruguay, tendo por base de trabalhos um programma apresentado pelo Governo d'esta ultima Republica. (Annexo A, N. 11.)

O Brasil terá como representantes o Sr. Dr. Carlos Botelho, antigo Secretario da Agricultura do Estado de São Paulo, no character de delegado diplomatico; e os Drs. Alcides da Rocha Miranda, Director do Serviço Veterinario do Ministerio da Agricultura, e Eduardo Torres Cotrim, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, no de delegados technicos.

CONGRESSO DE ESTUDANTES EM LIMA

De accordo com a deliberação do ultimo Congresso de Estudantes em Buenos Aires, os estudantes peruanos publicaram em Lima o seu manifesto de convite directo aos collegas sul-americanos para uma reunião, que será na capital do Perú a 28 de julho proximo.

A Comissão Central organisadora procurou a Legação do Brasil em Lima, pedindo que fizesse conhecido do Governo o interesse que a classe academica peruana liga ao comparecimento de estudantes das escolas brasileiras. O mesmo voto manifestou

a Legação Peruana no Brasil, sendo ambos esses convites puramente officiosos.

Não houve, pois, convite official por parte do Governo mas sim o interesse manifestado de que os estudantes brasileiros não deixem de se fazer representar.

Foram enviados a este Ministerio, por intermedio da Legação do Brasil em Lima, exemplares do manifesto de convite dirigido pelos Estudantes Peruanos aos seus collegas sul-americanos, acompanhado de regulamento e de uma longa exposição de motivos da orientação, funcionamento e themas para o terceiro Congresso de Estudantes.

Congressos, Conferencias e Exposições Internacionaes

O Governo do Brasil foi convidado para se fazer representar nos seguintes Congressos que effectuaram a sua installação no decurso de 1.º de janeiro a 30 de abril do corrente anno :

— 7.º Congresso Internacional contra a Tuberculose e Exposição Internacional de Hygiene. — Roma.

Havia sido convocado para 24 a 30 de setembro de 1911, tendo sido, entretanto, adiado para 20 de abril de 1912.

O Brasil foi representado pelos Srs. Drs. General Ismael da Rocha, Antonino Ferrari, José Augusto Moreira Guimarães e Antonio Cardoso Fontes.

— 16.º Congresso Internacional de Orientalistas. — Athenas.

Convocado para 7 a 14 de abril de 1912.

O Brasil não se fez representar.

— Conferencia Internacional sobre o Negro. — Tuskegal. (Alabama — Estados Unidos da America do Norte).

Convocado para 17 a 19 de abril de 1912.

O Brasil não se fez representar.

Foram recebidos, no mesmo periodo, convites officiaes para os seguintes Congressos e Exposições :

— 4.º Congresso Internacional de Artes, Desenhos e Artes Applicadas, a reunir-se em Dresde, de 12 a 18 de agosto de 1912.

O Brasil não se fará representar.

— 18.º Congresso Internacional de Americanistas a reunir-se em Londres, em maio de 1912.

O Brasil será representado pelos Srs. Drs. Manoel de Oliveira Lima, Ministro na Belgica, e Antonio Carlos Simoens da Silva.

— Congresso de Viticultura a installar-se em Pamplona, em julho de 1912.

O convite foi transmittido ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, que ainda não resolveu sobre a acceitação.

— 8.º Congresso Internacional de Chimica Applicada, a reunir-se em Washington e Nova-York, em setembro de 1912.

Ainda não está resolvida a representação do Brasil.

— Congresso Internacional de Arte na Escola, a reunir-se em Paris. (Em projecto).

— 6.º Congresso Internacional dos « Sapeurs Pompiers » e Exposição Internacional « Ignifuge et de Sauvetage », em São Petersburgo, a effectuar-se de maio a junho de 1912.

O Brasil não se fará representar.

— 18.º Congresso da Associação Internacional para a protecção da Propriedade Industrial a reunir-se em Londres em junho de 1912.

Ainda não está resolvida a representação do Brasil.

— 6.º Congresso Internacional de Arroz e Exposição Internacional da Cultura e Irrigação do Arroz a effectuar-se em Vercelli (Italia), de outubro a novembro de 1912.

Nada se resolveu ainda sobre a aceitação do convite.

Corpo Diplomatico Estrangeiro

Entregaram as suas credenciaes :

Em 26 de janeiro de 1912, o Sr. Aniceto Valdivia y Sisay, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica de Cuba ;

Em 12 de março de 1912, S. Ex. Monsenhor Giuseppe Aversa, Arcebispo de Sardes e Nuncio Apostolico.

Movimento do Corpo Diplomatico Brasileiro

(NO PERIODO DE 1.º DE JANEIRO A 30 DE ABRIL DE 1912)

Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios:

Nomeado :

Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles para a Republica Argentina (Decreto de 20 de março de 1912).

Removidos :

Eduardo Felix Simões dos Santos Lisboa para a Legação em Portugal (Decreto de 30 de abril de 1912).

Dr. Olyntho Maximo de Magalhães para a Legação em França (Decreto de 30 de abril de 1912).

Bacharel José Manoel Cardoso de Oliveira para a Legação no Mexico (Decreto de 30 de abril de 1912).

Antonio da Fontoura Xavier para a Legação na Hespanha (Decreto de 30 de abril de 1912).

Promovidos :

Bacharel Raul Paranhos do Rio-Branco para a Suissa (Decreto de 30 de abril de 1912).

Oscar de Teffé von Hoonholtz para a Bolívia (Decreto de 30 de abril de 1912).

Bacharel José Pereira da Graça Aranha para a Hollanda (Decreto de 30 de abril de 1912).

Aposentados :

Dr. José Pereira da Costa Motta (Decreto de 20 de março de 1912).

Bacharel Pedro de Araujo Beltrão (Decreto de 17 de abril de 1912).

Secretario:

Designado :

Bacharel José Joaquim Moniz de Aragão, 2.º Secretario de Legação, para servir na Embaixada em Washington (20 de fevereiro de 1912).

Addido:

Nomeado :

Bacharel Paulo Coelho de Almeida para a Legação na Allemanha (Portaria de 27 de janeiro de 1912).

Consulados Brasileiros

(No periodo de 1 de Janeiro a 30 de abril de 1912)

I — CREAÇÃO FEITA :

Em virtude do artigo 3.º da Lei n. 322 de 8 de novembro de 1895, foi creado um Consulado em Calcutá (Decreto n. 9.425, de 13 de março de 1912) e extendida a toda a ilha de Cuba a jurisdição do Consulado existente em Havana (Decreto n. 9.490, de 30 de março de 1912).

II — MOVIMENTO DO CORPO CONSULAR :

Consul:

Nomeado :

Joaquim D. S. Nahapiet, para Calcutá (13 de março de 1912).

Vice-Consules:

Nomeados :

Carlos de Carvalho e Souza, para Milão, em 20 de abril de 1912, em lugar de Joaquim da Silva Lessa Paranhos, fallecido nesse posto a 9 de abril.

Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo, para Lisboa, em 8 de fevereiro de 1912, substituindo João Maria da Gama Berquó, exonerado em 8 de fevereiro de 1912.

III — QUADROS DA RECEITA E DESPEZA DOS CONSULADOS :

Vão em seguida estes quadros, todos relativos ao exercício de 1911 :

1.º — Receita e despesa dos Consulados remunerados pelo Thesouro Federal, incluindo os vencimentos dos respectivos funcionarios ;

2.º — Receita e despesa dos Consulados remunerados pelo Thesouro Federal, excluindo os vencimentos dos respectivos funcionarios ;

3.º — Receita e despesa dos Consulados não remunerados pelo Thesouro Federal ;

4.º — Movimento de estampilhas consulares.

Receita e despesa dos Consulados remunerados
pelo Thesouro Federal incluindo os vencimentos dos respectivos
funcionarios, no exercicio de 1911

SÉDE	RECEITA	DESPEZA	SALDO	DEFICIT
Consulados				
Antuerpia	89 :292\$300	21 :186\$995	68 :105\$305	
Assumpção	10 :630\$890	14 :488\$961		3 :858\$071
Barcelona	18 :421\$800	19 :837\$171		1 :415\$371
Boulogne s/mer (*)	713\$000	8 :552\$300		7 :839\$300
Bordéos	39 :222\$800	12 :335\$312	26 :887\$488	
Bremen	17 :628\$030	9 :968\$806	7 :659\$224	
Buenos Aires	69 :449\$859	37 :540\$093	31 :909\$766	
Cadiz	4 :692\$800	10 :830\$136		6 :137\$336
Cardiff	38 :441\$390	14 :829\$174	23 :612\$216	
Cayenna	74\$000	14 :001\$753		13 :927\$753
Cobija (**)		10 :000\$000		10 :000\$000
Genebra	2 :317\$235	10 :178\$625		7 :861\$390
Genova	61 :444\$900	33 :067\$716	28 :377\$184	
Glasgow	15 :069\$200	10 :594\$540	4 :474\$660	
Hamburgo	330 :917\$580	33 :725\$814	297 :191\$766	
Havre	87 :690\$056	31 :634\$384	56 :055\$672	
Iquitos	3 :613\$800	18 :703\$050		15 :089\$250
Lisboa	102 :990\$230	28 :321\$416	74 :668\$814	
Liverpool	192 :976\$038	38 :146\$648	154 :829\$390	
Londres	48 :692\$600	27 :181\$980	21 :510\$620	
Marselha	14 :392\$854	16 :537\$980		2 :145\$126
Montevideo	58 :709\$117	29 :741\$099	28 :968\$018	
Napoles	4 :930\$680	10 :789\$537		5 :858\$857
Nova York	166 :528\$020	32 :816\$358	133 :711\$662	
Paris	93 :101\$800	30 :627\$449	62 :474\$351	
Porto	136 :485\$470	26 :545\$600	109 :939\$870	
Rosario	5 :684\$430	13 :671\$060		7 :986\$630
Rotterdam	15 :105\$233	18 :325\$113		3 :219\$880
Salto	1 :019\$000	10 :982\$546		9 :963\$546
Southampton	56 :882\$440	13 :518\$663	43 :363\$777	
	1.687 :117\$552	608 :680\$279	1.173 :739\$783	95 :302\$510

SÉDE	RECEITA	DESPEZA	SALDO	DEFICIT
Transporte	1.687 :117\$552	608 :680\$279	1.173 :739\$783	95 :302\$510
Trieste	9 :817\$450	11 :668\$520		1 :851\$070
Valparaiso	8 :113\$730	14 :275\$868		6 :162\$138
Vigo	13 :045\$400	11 :693\$616	1 :351\$784	
Villa Bella	13 :706\$980	16 :446\$870		2 :739\$890
Yokohama (***)	560\$850	8 :154\$925		7 :594\$075
Vice-Consulados				
Alvear	1 :965\$200	5 :120\$000		3 :154\$800
Artigas	416\$000	5 :113\$280		4 :697\$280
Corrientes	286\$400	5 :021\$666		4 :735\$266
Funchal (****)				
Melo	861\$000	5 :113\$280		4 :252\$280
Milão	2 :432\$000	4 :000\$000		1 :568\$000
Libres	2 :391\$300	5 :266\$300		2 :875\$000
Paysandú	627\$000	5 :076\$049		4 :449\$049
Rosadas	4 :863\$000	4 :245\$000	618\$000	
Rivera	2 :731\$000	5 :192\$000		2 :461\$000
San Eugenio	595\$000	5 :490\$400		4 :895\$400
Santa Rosa	221\$000	5 :103\$041		4 :882\$041
Santo Tomé	1 :009\$200	5 :120\$000		4 :110\$800
Total	1.750 :760\$062	730 :781\$094	1.175 :709\$567	155 :730\$599

(*) A partir de maio, data da instalação do Consulado.

(**) Ainda não foi instalado.

(***) Falta a renda do 3.º trimestre

(****) Faltam as contas.

Receta e despesa dos Consulados remunerados
pelo Thesouro Federal, excluindo os vencimentos dos respectivos
funcionarios, no exercicio de 1911

SÉDE	RECEITA	DESPEZA	SALDO
Consulados			
Antuerpia	89 :292\$300	5 :186\$995	84 :105\$305
Assumpção	10 :630\$890	4 :448\$961	6 :141\$929
Barcelona	18 :421\$800	9 :837\$171	8 :584\$629
Boulogne s/mer (*)	713\$000	552\$300	160\$700
Bordéos	39 :222\$800	4 :335\$312	34 :887\$488
Eremen	17 :628\$030	1 :968\$806	15 :659\$224
Euenos Aires	69 :449\$859	20 :540\$093	48 :909\$766
Cadiz	4 :692\$800	2 :830\$136	1 :862\$664
Cardiff	38 :441\$390	6 :829\$174	31 :612\$216
Cayenna	74\$000	1\$753	72\$247
Cobija (**)			
Cenebra	2 :317\$235	178\$625	2 :138\$610
Genova	61 :444\$900	16 :067\$716	45 :377\$184
Glasgow	15 :069\$200	2 :594\$540	12 :474\$660
Hamburgo	330 :917\$580	17 :725\$814	313 :191\$766
Havre.	87 :690\$056	19 :634\$384	68 :055\$672
Iquitos	3 :613\$800	2 :703\$050	910\$750
Lisboa	102 :990\$230	12 :321\$416	90 :668\$814
Liverpool	192 :976\$038	22 :146\$648	170 :829\$390
Londres	48 :692\$600	11 :181\$980	37 :510\$620
Marselha	14 :382\$854	6 :537\$980	7 :854\$874
Montevideo	58 :709\$117	12 :741\$099	45 :968\$018
Napoles	4 :930\$680	2 :789\$537	2 :141\$143
Nova York	166 :528\$020	15 :816\$358	150 :711\$662
Paris	93 :101\$800	14 :627\$449	78 :474\$351
Porto	136 :485\$470	16 :545\$600	119 :939\$870
Rosario	5 :684\$430	3 :671\$060	2 :013\$370
Rotterdam	15 :105\$233	8 :325\$113	6 :780\$120
Salto	1 :019\$000	982\$546	36\$454
Southampton	56 :882\$440	5 :518\$663	51 :363\$777
	1.687 :117\$552	248 :680\$279	1.438 :437\$273

SÉDE	RECEITA	DESPEZA	SALDO
Transporte	1.687 :117\$552	248 :680\$279	1.438 :437\$273
Trieste	9 :817\$450	1 :668\$520	8 :148\$930
Valparaiso	8 :113\$730	4 :275\$868	3 :837\$862
Vigo	13 :045\$400	3 :693\$616	9 :351\$784
Villa Bella	13 :706\$980	2 :446\$870	11 :260\$110
Yokohama (***)	560\$850	399\$925	160\$925
Vice-Consulados			
Alvear	1 :962\$200	120\$000	1 :845\$200
Artigas	416\$000	113\$280	302\$720
Corrientes	286\$400	21\$666	264\$734
Funchal (****)	.	.	.
Melo	861\$000	113\$280	747\$720
Milão	2 :432\$000	—	2 :432\$000
Libres	2 :391\$300	266\$300	2 :125\$000
Paysandú	627\$000	76\$049	550\$951
Posadas	4 :863\$000	245\$000	4 :618\$000
Rivera	2 :731\$000	192\$000	2 :539\$000
San Eugenio	595\$000	490\$400	104\$600
Santa Rosa	221\$000	103\$041	117\$959
Santo Tomé	1 :009\$200	120\$000	889\$200
Total	1.750 :760\$062	263 :026\$094	1.487 :733\$968

(*) A partir de Maio, data da instalação do Consulado.

(**) Ainda não foi instalado.

(***) Falta a renda do 3º trimestre.

(****) Faltam as contas.

Receita e despesa dos Consulados não remunerados pelo
Thesouro Federal no anno do 1911

CONSULADOS	RECEITA	DESPEZA	SALDO
Altona	3\$000	1\$500	1\$500
Berlim	6 : 756\$000	3 : 052\$000*	3 : 704\$000
Braga	3 : 519\$466	2 : 264\$100	1 : 255\$366
Cannes	50\$000	31\$000	19\$000
Cherburgo	1 : 287\$915	830\$458	457\$457
Christiania	1 : 482\$580	1 : 482\$580	—
Copenhague	252\$000	252\$000	—
Dover	399\$000	199\$500	199\$500
Dresden	122\$000	65\$000	57\$000
Düsseldorf	288\$000	144\$000	144\$000
Fiume	4 : 083\$120	2 : 993\$409	1 : 089\$711
Frankfort S. M.	605\$000	302\$500	302\$500
Gibraltar	2 : 238\$010	2 : 238\$010	—
Iquique	773\$666	386\$833	386\$833
La Pallice	6 : 860\$525	4 : 147\$065	2 : 713\$460
Las Palmas	4 : 980\$580	2 : 490\$290	2 : 490\$290
Leipzig	1 : 530\$000	772\$280	757\$720
Lima (*)	222\$000	111\$000	111\$000
Malta	98\$000	98\$000	—
Manchester	23 : 111\$620	6 : 362\$578	16 : 749\$042
Munich	312\$000	156\$000	156\$000
Nice	192\$000	119\$850	72\$150
Roma	585\$340	319\$170	266\$170
Santiago	102\$000	51\$000	51\$000
S. Vicente	4 : 387\$000	2 : 300\$820	2 : 086\$180
Stockholmo	4 : 085\$380	3 : 018\$085	1 : 067\$295
Tanger	37\$000	18\$500	18\$500
Vienna	1 : 846\$000	1 : 423\$000	423\$000
Terra Nova (**)	1 : 811\$500	980\$150	831\$350
Total	72 : 020\$702	36 : 610\$678	35 : 410\$024

(*) Só o 1º trimestre. (**) Começou a funcionar em Junho.

Movimento de Estampilhas em 1911

Valores		Existentes em 1 de Janeiro		Recebidas da Casa da Moeda		Devolvidas pelos Consulados		Remettidas aos Consulados		Saldos existentes em 31 de Dezembro de 1911	
		Número	Importancia	Número	Importancia	Número	Importancia	Número	Importancia	Número	Importancia
10 réis.....	4.107	41\$070	500\$000	50.000	—	—	—	2.450	24\$500	51.657	516\$570
20 »	3.401	68\$020	1:000\$000	50.000	—	—	—	2.350	47\$000	51.051	1:021\$020
30 »	690	20\$700	1:560\$000	52.000	—	—	—	2.250	67\$500	50.440	1:513\$200
40 »	3.583	143\$320	2:000\$000	50.000	—	—	—	3.100	124\$000	50.483	2:019\$320
50 »	1.960	98\$000	2:600\$000	52.000	—	—	—	4.230	211\$500	49.730	2:480\$500
100 »	1.977	197\$700	5:500\$000	55.000	—	—	—	5.500	550\$000	51.477	5:147\$700
200 »	7.381	1:576\$200	10:000\$000	50.000	—	—	—	4.950	990\$000	52.931	10:586\$200
300 »	3.294	98\$8200	15:600\$000	52.000	—	—	—	6.300	1:800\$000	48.994	14:698\$200
400 »	4.804	1:921\$600	20:800\$000	52.000	—	—	—	7.550	3:020\$000	49.254	19:701\$600
1\$000 »	7.778	7:778\$000	60:000\$000	60.000	—	—	—	37.515	37:515\$000	30.263	30:263\$000
2\$000 »	21.282	42:564\$000	100:000\$000	50.000	1	2\$000	—	19.823	102:200\$000	19.823	39:646\$000
3\$000 »	126.510	379:530\$000	2:100:000\$000	700.000	—	—	—	315.400	946:200\$000	511.110	1:533:330\$000
5\$000 »	4.737	23:685\$000	350:000\$000	70.000	2.005	10:025\$000	—	36.605	183:025\$000	40.137	200:080\$000
10\$000 »	6.850	68:500\$000	500:000\$000	50.000	8	80\$000	—	16.480	164:800\$000	40.378	403:780\$000
20\$000 »	8.613	172:260\$000	1:100:000\$000	55.000	—	—	—	11.330	226:600\$000	52.283	1:045:660\$000
50\$000 »	5.009	250:450\$000	2:600:000\$000	52.000	—	—	—	11.352	567:600\$000	45.654	2:282:850\$000
	212.476	949:821\$810	1:500.000	6.869:560\$000	2.014	10:107\$000	—	518.822	2:235:584\$500	1.195.668	5:593:904\$310

RESUMO

	NUMERO	IMPORTANCIA
Existente em 1 de Janeiro de 1911	212.476	949:821\$810
Recebidas da Casa da Moeda.....	1.500.000	6.869:560\$000
Devolvidas pelos Consulados.....	2.014	10:107\$600
Total no anno de 1911.....	1.714.490	7.829:488\$810
Remettidas aos Consulados.....	518.822	2.235:584\$500
	1.195.668	5.593:904\$310

ANNEXO A

Documentos

HESPAÑHA

Immigração hespanhola

N. 1

Ministerio de la Gobernación

EXPOSICIÓN

SEÑOR : El Consejo Superior de Emigración, en su Sección primera, acordó por unanimidad proponer al Gobierno que con toda urgencia disponga la prohibición temporal de la emigración al Brasil con billete gratuito, fundándose para ello en razones cuya gravedad es manifiesta.

Los informes oficiales demuestran, sin dejar lugar á duda, que la situación de los emigrados españoles en el Brasil es verdaderamente lastimosa. Las condiciones del clima les hacen víctimas de enfermedades, como las pulmonías, la anquilomiasis y el terrible tracoma, enfermedades que si son de difícil curación en todos los casos, lo son mucho más cuando aquellos que las padecen ó no tienen asistencia médica ó no pueden cumplir las prescripciones facultativas, por exigirles gastos muy superiores á los recursos económicos de que disponen, pues según las noticias referidas, la visita de un médico en muchas de las haciendas del Brasil no cuesta menos de 100 ó 120 pesetas, y aun ocurre muchas veces que el facultativo no puede acudir adonde se reclaman sus servicios, por la gran distancia que tiene que recorrer.

Por otra parte, los contratos que los inmigrantes suelen celebrar en las Hospederías con los representantes de las haciendas, carecen con frecuencia de las garantías necesarias para asegurar su cumplimiento, y no son obstáculo para que nuestros compatriotas sean víctimas en el país de dolorosas vejaciones, tales como la de no pagarles en dinero el producto de su trabajo, sino

en vales que no pueden utilizar más que en el almacén de la hacienda, y solamente por la cantidad indispensable para la adquisición de habichuelas, arroz y manteca que, juntamente con el café, constituyen la parte principal, y á veces única de su alimentación. Los informes mencionados hacen constar que en algunas haciendas transcurren hasta siete meses sin que se les dé siquiera aquellos vales, y agregan que cuando obligados por la necesidad intenten huir, aun á trueque de perder lo ganado y los pocos enseres que posean, no pueden conseguirlo por efecto de la vigilancia estrecha ejercida por los llamados *capangas*, especie de centinellas al servicio de los administradores, y cuya misión consiste en impedir, incluso por la fuerza, la fuga de los colonos. Consta, asimismo, de los datos que obran en el Consejo, que en las haciendas en las que se permite al emigrado sembrar el maíz por su cuenta, se le obliga á venderlo á los dueños de aquéllas por el precio que éstos determinan, sin que se haga jamás el pago en dinero, sino simplemente acreditando el importe en la libreta del colono. Si á todo esto se agrega que es frecuentísima la imposición de multas por cualquier motivo, dependiendo su cuantía del arbitrio del administrador; que las casas que se da á los colonos tienen una sola habitación, y están en su mayoría construídas con estacas clavadas en la tierra y entrelazadas con cañas cubiertas de barro; que las enfermerías dejan mucho que desear en su funcionamiento; que á los colonos no les es fácil acudir á los Tribunales de Justicia para hacer valer sus derechos; que el terreno destinado á los núcleos coloniales es generalmente áspero y de mala calidad, hasta el punto de que no permite la labor del arado, que tiene que ser sustituida por la cava, y el trato que en las haciendas se da á la familia de los inmigrantes es á veces tan duro, que el 98 por 100 de ellos volvería, si pudiesen, á la patria que dejaron, se comprenderá fácilmente el indiscutible fundamento de la propuesta hecha por el Consejo Superior de Emigración.

Limitase esta propuesta á prohibir la emigración con billete gratuito, que es, sin duda alguna, la más peligrosa, pues, como es sabido, esta clase de emigración, cuja causa se halla en la necesidad de poblar aquellas tierras, tiende á que los emigrantes que salgan de su patria renuncien á ella para siempre y se establezcan definitivamente en el país de destino. Por eso los contratos no se hacen por individuos, sino por familias, las cuales, halagadas por lo gratuito del pasaje y por las promesas de bienestar y prospe-

ridad que no siempre se cumplen, decidense á abandonar el suelo natal, vendiendo sus propiedades y ajuares y disminuyéndose de este modo las probabilidades del regreso.

Conviene observar, por último, que no es una novedad la prohibición de que se trata, pues convencidos de los graves peligros que encierra, son varios los países extranjeros que se han determinado á establecerla; tal ha acontecido en Holanda, en Alemania y en Italia, siendo de notar que el ejemplo de esta última nación prohibiendo la emigración gratuita al Brasil, por virtud del decreto Prinetti, es muy digno de tenerse en cuenta por las analogías que presentan las emigraciones italiana y española, no debiendo tampoco pasar inadvertido el hecho de que Portugal, que, á causa de la comunidad de origen, parece natural que siguiese siendo, como lo fué anteriormente, fuente de una considerable corriente emigratoria á aquellas tierras, la haya encauzado hace ya muchos años en distinta dirección.

Em vista de lo expuesto, el Ministro que suscribe tiene la honra de someter á la aprobación de V. M. el siguiente proyecto de Decreto.

Madrid, 25 de agosto de 1910.

SEÑOR :

A L. R. P. de V. M.
FERNANDO MERINO.

REAL DECRETO

A propuesta del Ministro de la Gobernación, de acuerdo con Mi Consejo de Ministros, y con arreglo á lo dispuesto en el artículo 15 de la ley de 21 de diciembre de 1907,

Vengo en decretar lo siguiente :

Art. 1.º Desde la publicación de este Decreto, y hasta nueva orden, queda prohibida la emigración de los españoles al Brasil con billete gratuito.

En su virtud, las Compañías navieras autorizadas para el transporte de emigrantes no podrán desde esta fecha celebrar contrato alguno para el transporte gratuito de emigrantes españoles á aquel país, ni los consignatarios expedir billetes en dichas condiciones.

Art. 2.º Los que contravinieren lo dispuesto en el artículo anterior, serán castigados con arreglo á lo preceptuado en los capítulos VI de dicha ley y VII del Reglamento para su ejecución.

Art. 3.º Las Autoridades gubernativas, las Juntas locales de Emigración y los Inspectores de Emigración velarán especialmente por el cumplimiento de lo dispuesto en este Decreto.

Dado en San Sebastián á veintiséis de agosto de mil novecientos diez.

ALFONSO.

El Ministro de la Gobernación.

FERNANDO MERINO.

N. 2

Memorandum do Governo Brasileiro

Os considerandos do Decreto que prohibiu a immigração hespanhola subsidiada para o Brasil levam a crêr que o assumpto foi resolvido sem sufficiente exame, ao influxo de informações inexactas ou incompletas e impressões exageradas. Do contrario seria simples manifestação intencional de proposito deliberado contra o paiz.

Em qualquer das hypotheses a medida é profundamente injusta e prejudicial ao nome do Brasil, podendo produzir resultados desagradaveis para as relações entre as duas Nações.

Não é exacto — *sin dejar lugar á duda* —, segundo a expressão do Decreto — que a situação dos emigrados hespanhóes no Brasil seja verdadeiramente lastimosa. No territorio d'este vivem, segundo as ultimas e ainda deficientes estatisticas, para mais de 420.000 hespanhóes, tendo somente em 1909 chegado 16.000 aos portos brasileiros. E' demonstração segura, essa, de não serem, como parecem ao Decreto, tão desastrosas as condições da vida para quem quer trabalhar no paiz. De que na grande massa de expatriados muitos não tenham a situação que idearam, é inconse-

quente generalisar para concluir sem levar em conta a porcentagem, sem comparação possível, dos que prosperam com o trabalho e a perseverança.

Essa situação menos feliz, em numero reduzidissimo na totalidade dos nacionaes de origem hespanhola, não se encontra somente entre elles. Nem só no Brasil se verifica que soffram desillusões colonos de qualquer nacionalidade.

Contra essas erradas informações deixadas publicar pelo Conselho Superior de Emigração da Hespanha, levantou-se a propria colonia hespanhola demonstrando, no Rio e em São Paulo, a inexactidão e o incompleto das notas fornecidas contra o Brasil.

Falaram n'esse sentido os jornaes da colonia, extranhando que ao Conselho de Emigração se levassem, como resultados definitivos de inspecção, notas de um Delegado que não passou mais de tres mezes no Brasil e, só em São Paulo, não poderia nesse tempo haver percorrido convenientemente nem 100 das 15.000 fazendas que, em media desfavoravel, existissem nesse Estado.

Affirmam os jornaes de São Paulo que elle somente percorreo vinte. E para saber-se de como procedia, refere o *Estado de São Paulo* que se limitava a tomar nota de qualquer queixa, com ou sem fundamento, recusando registrar, como lhe pedia um funcionario que a Secretaria da Agricultura de São Paulo para lhe facilitar a excursão, fez acompanhá-lo, todas as declarações que os colonos faziam da sua prosperidade e do seu contentamento.

O *Diario Español*, de S. Paulo, cidade esta que é o mais importante centro immigratorio no Brasil actualmente, lastimou que o Governo Real e o seu Conselho de Emigração se houvessem deixado impressionar por taes informações. Parece que ellas, pela proximidade com que á sua divulgação seguiu o Decreto de prohibição, influíram para a deliberação do Governo. No entanto os proprios jornaes, como o já referido *Diario Español*, que não poupam censuras ás autoridades locaes brasileiras em diversos casos que consideram arbitrariedades, — e se corrigem de accordo com as proprias leis do paiz —, lastimam (annexo n. A) que o Delegado do Governo Hespanhol ou do seu Conselho Superior de Emigração, na sua rapida passagem, nem ao menos se tivesse procurado approximar dos compatriotas que pela sua situação na colonia e no paiz melhor e imparcialmente o pudessem informar. Foi como se ao Brasil tivesse idô expressamente para achar tudo máo.

O Decreto de 26 de agosto incide no erro, aliás commum, de não se considerar a extensão territorial do Brasil e, em consequencia, a relatividade que se impõe no estudo e na comparação daquillo que lhe diz respeito.

Para contestar, pelo menos, a generalisação das condições lastimosas em que se encontram os immigrants hespanhoes no Brazil bastará talvez ouvir a palavra de alguns consules.

No norte, em Belém do Pará, o Sr. Rafael Seco, em relatório publicado em agosto de 1910, escreve « que as condições de vida que encontram os immigrants no Amazonas superam em bem estar ás de sua terra natal ».

O Sr. Leonardo Gutierrez, consul em Bello-Horizonte (Minas Geraes) ouvido a respeito dos telegrammas, noticias e resoluções a que nos estamos referindo, « confia no criterio dos homens que dirigem esse serviço no seu paiz (Hespanha) não os julgando capazes de tirar conclusões erroneas de factos isolados ». E affirma « que em quatorze annos que tem de residencia no Brazil jamais verificou os máos tratos » de que se fala.

E o proprio consul em São Paulo, Sr. Emilio de Motta « acha as informações do Delegado do Conselho de Emigração exaggeradas » e affirma « que as queixas existentes no consulado são uma porcentagem muito pobre em relação a grande massa de seus compatriotas ». Vinte queixas talvez por mez — num total de mais de 120.000 hespanhões — o que é quasi um centesimo por cento de descontentes a oppôr aos 98 % que desejariam por infelizes repatriar-se, segundo a Exposição que motiva o Decreto. Ainda esse consul declara que de diversas zonas sabe onde os colonos vivem satisfeitissimos e em optimas relações com os patrões, affirmando mais que não existem no consulado queixas em tal numero que sirvam de pretexto para impedir a emigração de Hespanha para o Brasil.

Parece ao Governo Hespanhol, segundo a Exposição de motivos para o Decreto de 26 de agosto de 1910, que as condições de clima aggravam a situação dos immigrants quanto a certas doenças e especialmente quanto ás pneumonias, a ankylostomias e ao trachoma.

Entretanto, é facto scientíficamente verificado que, quer quanto ao seu territorio em geral, quer quanto á maioria das regiões centros de colonização, as condições climatericas do Brasil, sem os extremos rigores e as bruscas variantes de temperatura, são menos perigosas que as da propria Hespanha para as pneumonias.

A ankylostomiase, que erradamente querem alguns considerar uma anemia propria dos tropicos (hypoemia intertropical), é muito mais commum e mais perigosa nas regiões mineiras da Westphalia e da Belgica e no norte da França. E ainda que com essa errada denominação, pois os diagnosticos não são extremes de suspeição pelas difficuldades que elle apresenta, figurem muitos casos no interior, a estatistica da mortalidade é infima. Para sómente fallar de São Paulo, pela sua importancia como centro de colonização, « durante o anno de 1910, informa o Serviço Sanitario do Estado, deram-se *em todo o Estado* 430 obitos, de *estrangeiros e nacionaes*, por ankylostomiase ». Não parece muito, como enfermidade aterradora, em uma população de, no minimo, 3.500.000 habitantes.

Quanto ao trachoma, que felizmente não pertence ao quadro das chamadas molestias tropicaes, no Brasil não é endemico. Ao tempo de abandono, que a longa crise conhecida determinou, de todos os interesses relativos á immigração, esta enfermidade penetrou, nos circulos de intensa população adventicia e, pelas condições em que esta se achava, espalhou-se. A referencia é feita preferentemente a São Paulo pelas suas condições especiaes quanto á immigração e colonização no Brasil. A invasão da molestia, entretanto, foi enfrentada e continúa sendo, a tal ponto que a porcentagem de 48 % que se chegou a encontrar de trachomatosos em tres dos maiores centros de colonização, em 329.214 individuos examinados em 1910, já baixou para 26,4.

Convem salientar, entretanto, que os proprios immigrants podem trazer consigo essa molestia. Só na Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio, foram verificados, á chegada, 521 casos de molestias de olhos, preponderando as conjunctivites e o trachoma.

E todos sómente deixam a hospedaria depois de completamente curados.

Não é outro o regimen na Hospedaria de Santos.

Os soccorros medicos podem ainda algumas vezes deixar a desejar mas por excepção. Um informante que buscasse dados completos e imparciaes viria a conhecer o esforço das auctoridades em estabelecerem medidas pelas quaes o numero de medicos para as colonias officiaes ou para o agrupamento de colonos em propriedades particulares possa augmentar vantajosamente, procurando-se permittir mesmo facilidades e dispensa de certas exigencias ou formalidades aos medicos da mesma nacionalidade dos colonos.

Convém dizer, entretanto, que nos nucleos officiaes ha serviço clinico *que é gratuito* durante o primeiro anno da estada do colono, ao qual, enquanto elle os não pode obter, tambem se fornecem dieta e medicamentos. Se na colonisação privada ha faltas, estas não são a regra commum. E aos immigrantes que venham a padecer d'ellas deve-se levar em conta que preferem, com essa localisação, um trabalho mais ligeiro e aparentemente de mais prompta remuneração que o das colonias agricolas officiaes.

Aliás, não é melhor organisada a assistencia medica ao immigrante em paizes vizinhos do Brasil, contra os quaes se não tomam as mesmas providencias prohibitivas e onde temperatura e variações mais ingratas tornam precisamente as pneumonias, as escarlatinas, o typho e outras enfermidades mais graves que aquellas allegadas contra o Brasil.

Um dos erros principaes nos fundamentos da medida tomada contra a emigração para o Brasil está, ao que parece, na confusão não esclarecida no espirito das auctoridades hespanholas, quanto á localisação de immigrantes. E' como se no Brasil não houvesse senão immigração para as « fazendas ». O Decreto firma-se naquillo que julga occorrer quanto a contractos de trabalhadores para essas fazendas e quanto ao seu cumprimento, e generalisa para prohibir.

Ora, nos nucleos coloniaes, assim do Governo Federal, como dos Estados, todos sob a fiscalisação d'aquelle, nada se passa absolutamente do que, — na Exposição que precede o Decreto de 26 de agosto de 1910 — se refere a engajamento dos trabalhadores, pagamento de salarios, compra de generos por vales (operação que é formalmente prohibida por lei especial no Brasil ha longos

annos), regimen de multas, etc. Localizado o immigrante, trabalha este por si como entende, recebendo auxilios para os primeiros tempos, que conforme as razões apresentadas pódem ser — além de seis mezes, tendo largos prazos para a indemnisação parcellada e barata das terras e casa de que o colono póde-se dizer que começa a ser proprietario apenas se installa. Não são raros os casos em que, estereis os primeiros tempos, ou infelizes, os colonos que o querem são aproveitados nos trabalhos officiaes das colonias, pagos semanalmente pelo Governo por preço que pela sua elevação causa reparos nos proprios jornaes brasileiros.

Nas « fazendas », durante algum tempo e especialmente logo após os desastres da baixa subita e demasiada do café, houve realmente demoras, abusos, perdas. Foi uma época anormal. Os Governos interessados trataram de cohibir os abusos e os casos que se possam verificar hoje são raras excepções. Dizem-n'o, nos annexos já citados, os proprios consules e jornaes da colonia hespanhola.

Continúa esse empenho. Cuida-se de organizar um Patronato de Immigração, encarregado de fiscalisar tudo quanto se refere a esses serviços, evitar abusos e extorsões ou violencias, trabalhar pelo exacto cumprimento das leis liberaes que o Brasil tem sobre immigração e colonisação, defender e assistir os colonos, reorganizando-se em bases amplas os serviços medicos e a instrução primaria.

A Assistencia Judiciaria, cuja acção os proprios consules podem promover, facilita a ida dos colonos aos tribunaes para reclamar seja o que fôr. As taxas judicarias, em se tratando de colonos e salarios, são reduzidas á metade e ainda agora o Estado de São Paulo, sempre de preferencia citado por ser actualmente o mais importante centro immigratorio no Brasil, trata de reduzi-las á quarta parte, sendo legislação geral o privilegio do trabalhador sobre as colheitas e contra os devedores em atrazo.

Basea-se, pois, em informação inexacta a Exposição do Real Decreto appellando para as difficuldades que os colonos encontram para recorrer á Justiça.

Não seria muito que os vexames e espoliações a que se allude na Exposição, se existissem na forma por que se os allega, chégassem aos consules. Estes não são immoveis nos seus postos

e visitam e inspeccionam livremente aquillo que entendem. Reclamaríam certamente ; e quando mesmo — o que é absurdo admittir em Governos que promovem a immigração — houvesse faltas das autoridades politicas e administrativas, ainda ahi estariam os tribunaes e, se estes mesmos abusassem, a intervenção diplomatica legitima nesse caso.

Nada disso se verifica no Brasil com esse character. Dizem-n'o os proprios consules, nas publicações já citadas em annexo.

A conclusão, para não accentuar o proposito de deprimir o Brasil e que não póde existir, é manifestamente contraria á ponderação com que sem mais exame foram aceitas contra esse paiz informações ou irreflectidas e exageradas ou parciaes.

Para destruir, ainda, a allegação de que mal se alojam os colonos em casas « de uma só habitação e na sua maioria feitas com estacas cravadas no chão e cobertas com barro e bambú » não seria necessario senão exhibir a prova photographica abundante em todas as publicações sobre o assumpto.

O mesmo quanto á natureza do terreno, onde se encontram funcionando os instrumentos modernos de lavoura, se não fosse de si mesmo inverosimil que no Brasil se preferissem terrenos de má qualidade aos de boa para desenvolver a producção.

O que resalta sempre é a evidente confusão, muito lastimavel, entre a situação dos immigrants que se confiam ás colonias officiaes e a dos que preferem a « fazenda » onde lhes parece o ganho mais prompto e facil, e mais remunerador. O proprio jornal da colonia hespanhola de São Paulo (annexo n. B) aconselha a verificar se os que se queixam da sua situação, julgando-se trahidos nas promessas que tiveram, eram mesmo agricultores ou gente capaz de investir nesse trabalho, se não candidatos a situações d'essas, de desanimo e reclamações, em todo e qualquer mistér que lhes fosse offerecido, e em qualquer paiz.

A Exposição que antecede o Decreto baseia-se ainda em que 98 % dos immigrants hespanhoes desejassem, se isso lhes fosse possivel e pela sua má situação e pelos tratos que lhes dão, voltar á patria. E' de admirar que somente com hespanhoes isso aconteça.

Só o Estado de São Paulo, até o fim de 1909, teve o pedido de immigrants já localisados e satisfeitos para a chamada ao Brasil de 3.054 familias de parentes e amigos. E no ultimo anno a Direcção Federal do Povoamento do Sólo recebeu, de immigrants localisados nos nucleos do Governo Federal ou pôr elle auxiliados, o pedido de chamada de 4.782 familias.

Parece eloquente essa demonstração, para ver-se como foi illudido, com informações irreflectidas ou apaixonadas, o Governo Hespanhol quanto á situação « verdadeiramente lastimosa » dos immigrants no Brasil.

Além de tudo quanto já foi dito, como a Exposição referente ao Decreto fala em prohibição da emigração para o Brasil em diversos paizes, convem dizer que varias e frequentes vezes, nestes tres ultimos annos, os representantes diplomaticos da Allemanha, da Suissa, da Austria-Hungria, da Russia, da França, do Japão percorreram as zonas todas onde se faz mais intensa a colonisação até o presente momento. E apesar da allegada prohibição da Allemanha, esta continúa a nos enviar grande numero de immigrants das mesmas regiões de onde sempre os tivemos. A França revogou o seu antigo decreto prohibindo a emigração subsidiada para o Brasil. As informações para a Russia e para a Austria-Hungria augmentaram, em vez de diminuir, a corrente de Polacos, Ruthenos, Tyrolezes, etc. Com o Japão fizeram accordos os Estados de São Paulo e o do Rio de Janeiro para a localisação de mais de duas mil familias. Quanto a Portugal, o Brasil não teve nunca necessidade de subsidiar a immigração dos seus nacionaes. E se por algum tempo a corrente das ilhas se dirigiu, pela influencia incontrastavel de um melhor ganho immediato e da similitude da situação insular, para o sul da California e para as ilhas Hawai, não houve nisso a menor intervenção administrativa, continuando, com pequenas oscillações, a mesma corrente de immigração portugueza para o Brasil.

Restaria, no acompanhar a enumeração da Exposição justificativa do Decreto, a Italia. O chamado decreto Prinetti não foi medida de hostilidade directa, individualisada contra o Brasil. O regimen commum da Italia é o da prohibição da emigração com bilhete gratuito. Duas companhias de navegação que excepcionalmente conduziam immigrants nessas condições para o Brasil tiveram tal permissão suspensa, voltando em assumpto de transporte de emigrantes ao regimen da lei commum.

Não obstante a prohibição, entretanto, — e isso é uma demonstração ao mesmo tempo do character da medida e das condições em que se encontram os colonos no Brasil, — a corrente, que num momento de exagero e irreflexões se deteve, continúa e cada vez mais melhora, tendo já chegado ao porto do Rio de Janeiro, somente nos quatro proximos primeiros mezes de 1911, 1823 Italianos contra 826 no mesmo tempo em 1910.

Quanto aos Hespanhóes, apesar do Real Decreto prohibindo e desaconselhando a emigração para o Brasil, pelo porto do Rio de Janeiro entraram, de 1 de janeiro a 30 de abril ultimo, 1920 Hespanhóes contra 1105 chegados no mesmo periodo do anno anterior.

Tambem no movimento geral de immigração, só pelo porto do Rio de Janeiro, ainda não apurados os dados quanto aos demais, é sensível a melhora. Em 1911, de janeiro a abril, entraram 17.401 immigrants contra 10.507 no anno anterior e no mesmo periodo.

Parece evidente que nada disso se verificaria se fossem exactas as informações erradas e parciaes levadas ao Conselho Superior de Emigração da Hespanha e que infelizmente parece terem influido no animo do Governo Real.

O Governo do Brasil conhece o empenho de uma grande parte da opinião na Hespanha e actos do Governo de Madrid no sentido de orientar por forma diversa o exodo do paiz, buscando evital-o e, com a decretação de obras e trabalhos para o aproveitamento das terras, procurando radicar no solo da patria os elementos que se disponham a emigrar.

Por louvavel que seja aquelle intuito, não póde, entretanto, o Governo Brasileiro deixar sem o seu protesto que se façam ao

bom nome, á amizade e aos interesses do Brasil os aggravos contidos na Exposição do dia 25 e no Decreto de 26 de agosto de 1910.

Exposto como ficou o assumpto, julga-se no direito de esperar a reconsideração d'esse acto que aos proprios interesses da Hespanha poderia affectar no seu commercio, e sob outros pontos de vista economicos, com a diminuição forçada da corrente immigratoria para um paiz amigo, onde toda a producção hespanhola tem encontrado até hoje um regimen favorecido de tarifas e todos os Hespanhóes o melhor acolhimento.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1911.

N. 3

Ministerio de Fomento

EXPOSICIÓN

SEÑOR : Visto el informe del Cónsul de España en San Pablo, transmitido en 6 de abril último al Ministerio de Estado por el Representante de la Nación en Río de Janeiro, informe que acusa mejora en la situación del Brasil, por lo que se refiere á la condición de los inmigrantes españoles que en él se establezcan :

Visto el Memorándum que con fecha 17 de agosto último ha entregado al Ministerio de Estado el Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil, Memorándum en que se pone de relieve cómo ese país se cuida de organizar un Patronato de inmigración encargado de fiscalizar todo cuanto se refiere á este servicio, de evitar abusos y violencias y de vigilar el exacto cumplimiento de las leyes del país, reorganizando sobre bases amplias los servicios médicos y la instrucción primaria ; en que se manifiesta que para facilitar las reclamaciones judiciales, cuando se trate de colonos, se ha reducido la tarifa á la mitad, y que el Estado de San Pablo trata de reducirlas á la cuarta parte ; en que se afirma el deseo del Gobierno brasileño de que cuando sea oportuno se formulen por mediación de nuestros Representantes las quejas á que haya lugar.

El Consejo Superior de Emigración se ha dirigido á este Ministerio, manifestando que no hay motivos para que el Brasil no quede equiparado á los demás países, desde el punto de vista de la emigración, si bien haciendo constar la conveniencia de que nuestros emigrantes no se dirijan á la zona del ferrocarril de Madeira-Mamoré, cuya insalubridad es tan notoria, que no la ocultan las mismas Autoridades brasileñas.

En atención á lo expuesto, el Ministro que suscribe tiene la honra de someter á la aprobación de V. M. el siguiente proyecto de Decreto.

Madrid, 5 de Enero de 1912.

SEÑOR :

A L. R. P. de V. M.

RAFAEL GASSET.

REAL DECRETO

A propuesta del Ministro de Fomento ; de acuerdo con Mi Consejo de Ministros, y con arreglo al artículo 9.º de la Ley de 21 de diciembre de 1907,

Vengo en decretar lo siguiente :

Art. 1.º Desde la publicación de este Decreto, queda equiparado el Brasil á los demás países, en cuanto á la emigración se refiere.

Art. 2.º El Consejo Superior de Emigración y los organismos y Autoridades que de él dependen, cuidarán de hacer llegar á conocimiento de los emigrantes el peligro que corren en las obras del ferro-carril Madeira-Mamoré, por causa de la insalubridad de esa zona, indicándoles la conveniencia de que no emprendan el viaje los que no tengan previamente colocación.

Dado en Palacio á cinco de Enero de mil novecientos doce.

ALFONSO.

El Ministro de Fomento:

RAFAEL GASSET.

Convenção Sanitaria Internacional

DENUNCIA

N. 4

Nota da Legação Argentina ao Governo Brasileiro

Legación de la Republica Argentina. — N. 8. — Rio, abril 21 de 1912.

Señor Ministro.

La Convención Sanitaria Internacional, acordada en Rio de Janeiro el día 5 de junio de 1904 entre las Repúblicas : Argentina, de los Estados Unidos del Brasil, Oriental del Uruguay y del Paraguay, no llena hoy los propósitos que las Altas Partes contratantes tuvieron en mira al concertarla ; por cuanto los progresos que la profilaxia moderna tiene efectuado en los últimos años han convertido en anacrónicas, inútiles ó insuficientes las prácticas defensivas en ella preceptuadas y que en aquella fecha expresaban la última palabra de la ciencia y de la experiencia.

Es pues evidente, que, en tales condiciones, la Convención no comporta ventajas á las Altas Partes contratantes, á quienes impone la obligación de medidas y tratamientos anticuados, y antes bien solo trastornos y molestias les puede ocasionar desde que no es facil, mientras esté en vigencia, suplir aquellos tratamientos por otros que mejor consulten los progresos de la ciencia contemporanea.

Se hace pues indispensable dejar sin efecto lo existente para que las Altas Partes puedan acordarse sobre nueva, mejores y más solidas bases.

Con este último propósito he recibido instrucciones para comunicar formalmente al Gobierno de Vuestra Excelencia que, usando de la facultad establecida en el art. 51, el Gobierno Argentino ha resuelto y viene á denunciar la referida Convencion Sani-

taria Internacional de 5 de junio de 1904, cuyo termino vence el dia 31 de octubre del año corriente.

Aprovecho la oportunidad para reiterar á Vuestra Excelencia las seguridades de mi mas alta e distinguida consideración.

(Firmado) JULIO FERNÁNDEZ.

A' Su Excelencia el Señor Dr. Lauro Muller, Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil.

N. 5

Nota do Governo Brasileiro á Legação Argentina

Rio de Janeiro. — Ministerio das Relações Exteriores, 22 de abril de 1912.

Senhor Ministro.

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota de hon-tem, e hoje entregue em mão ao Sub-Secretario de Estado, e na qual V. Ex. communica que, usando da faculdade estabelecida no artigo 51, o Governo Argentino resolveu denunciar e denuncia a Convenção Sanitaria Internacional de 5 de junho de 1904, assignada no Rio de Janeiro, entre as Republicas do Brasil, a Argentina, a Oriental do Uruguay e a do Paraguay.

Tomando nota dessa comunicação, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração.

LAURO MÜLLER.

A S. Ex. o Senhor Dr. Julio Fernandez, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Nação Argentina. — Rio de Janeiro.

Commissão Internacional de Jurisconsultos

N. 6

Convenção de 23 de Agosto de 1906

DIREITO INTERNACIONAL

Suas Excellencias os Srs. Presidentes do Ecuador, do Paraguay, da Bolivia, da Colombia, de Honduras, do Panamá, de Cuba, da Republica Dominicana, do Perú, do Salvador, de Costa Rica, dos Estados Unidos do Mexico, de Guatemala, do Uruguay, da Republica Argentina, de Nicaragua, dos Estados Unidos do Brasil, dos Estados Unidos da America e do Chile ;

Desejando que os seus respectivos Paizes fossem representados na Terceira Conferencia Internacional Americana, a ella enviaram, devidamente autorizados para approvar as recommendações, moções, convenções e tratados que julgassem uteis aos interesses da America, os seguintes Senhores Delegados :

Ecuador — Dr. Emilio Arévalo, Olmedo Alfaro.

Paraguay — Manoel Gondra, Arsenio López Decoud, Gualberto Cardús y Huerta.

Bolivia — Dr. Alberto Gutiérrez, Dr. Carlos V. Romero.

Colombia — Rafael Uribe Uribe, Dr. Guilherme Valencia.

Honduras — Fausto Dávila.

Panamá — Dr. José Domingo de Obaldia.

Cuba — Dr. Gonzalo de Quesada, Rafael Montoro, Dr. Antonio González Lanuza.

Republica Dominicana — E. C. Joubert.

Perú — Dr. Eugenio Larrabure y Unánue, Dr. Antonio Miró Quesada, Dr. Mariano Cornejo.

Salvador — Dr. Francisco A. Reyes.

Costa Rica — Dr. Ascensión Esquivel.

Estados Unidos do Mexico — Dr. Francisco León de La Barra, Ricardo Molina-Hübbe, Ricardo Garcia Granados.

Guatemala — Dr. Antonio Batres Jáuregui.

Uruguay — Luis Melian Lafinur, Dr. Antonio María Rodriguez, Dr. Gonzalo Ramirez.

Argentina — Dr. J. V. González, Dr. José A. Terry, Dr. Eduardo L. Bidau.

Nicaragua — Luís F. Coréa.

Estados Unidos do Brasil — Dr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo, Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, Dr. Gastão da Cunha, Dr. Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, Dr. João Pandiá Calogeras, Dr. Amaro Cavalcanti, Dr. Joaquim Xavier da Silveira, Dr. José P. da Graça Aranha, Antonio da Fontoura Xavier.

Estados Unidos da America — William I. Buchanan, Dr. L. S. Rowe, A. J. Montague, Tulio Larrinaga, Dr. Paul S. Reinsch, Van Leer Polk.

Chile — Dr. Anselmo Hevia Riquelme, Joaquin Walker Martinez, Dr. Luís Antonio Vergara, Dr. Adolfo Guerrero.

Os quaes, depois de terem trocado as suas credenciaes, julgando-as em boa e devida fórma, convieram em crear uma Comissão Internacional de Jurisconsultos, nos termos seguintes:

Art. 1.º Crear-se-ha uma Commissão Internacional de Jurisconsultos, constituida por um representante de cada um dos Estados signatarios, nomeado pelo seu respectivo Governo; essa Commissão será encarregada de preparar um Codigo de Direito Internacional Privado e outro de Direito Internacional Publico, que regulem as relações entre os Paizes da America. Dous ou mais Governos poderão nomear, de accordo, um só Representante, o qual, em tal caso, só terá direito a um voto.

Art. 2.º A comunicação das nomeações dos membros dessa Commissão será dirigida pelos Governos, que adherirem á presente Convenção, ao dos Estados Unidos do Brasil, o qual tudo disporá, do modo que julgar conveniente, para que se realize a primeira sessão. As nomeações serão communicadas ao Governo dos Estados Unidos do Brasil antes do dia 1 de Abril de 1907.

Art. 3.º A primeira reunião da Commissão realizar-se-ha na cidade do Rio de Janeiro, no correr do anno de 1907, e a Commissão se considerará constituida quando estiverem reunidos os Representantes de doze, pelo menos, dos Estados signatarios.

A Commissão designará as datas e logares das reuniões seguintes, sempre que a data da terminação dos seus trabalhos permitta comunicar aos Governos algum dos projectos adoptados, ou partes integrantes dos mesmos, um anno, pelo menos, antes da data que for designada para a Quarta Conferencia Internacional Americana.

Art. 4.º Uma vez reunida a Commissão, com o objecto de organizar-se e distribuir o trabalho pelo seus membros, poderá

dividir-se em duas Comissões differentes. que se encarreguem : uma de preparar o projecto do Codigo de Direito Internacional Privado, e a outra de preparar o de Direito Internacional Publico, devendo as duas funcionar separadamente, até a terminação do seu mandato, ou segundo a clausula final do art. 3º.

Ambas poderão solicitar dos Governos o auxilio de especialistas para determinados estudos, para mais rapido e efficaç prepar dos projectos, podendo fixar prazo razoavel para a sua apresentação.

Art. 5º Com o fim de determinar as materias que devem ser comprehendidas nos projectos, a Terceira Conferencia Internacional Americana recommenda ás Comissões que de preferencia prestem attenção aos principios e pontos que tenham sido objecto de accordos uniformes nos Tratados e Convenções, e nos quaes exista conformidade entre as leis nacionaes dos Estados da America, e especialmente que tenham em consideração os Tratados de Montevideo de 1889, os projectos adoptados pela Segunda Conferencia Internacional celebrada no Mexico em 1902, e os debates a que elles deram origem, e todas as questões que signifiquem um progresso juridico effectivo, ou tendam á eliminção de desintelligencias ou conflictos entre os paizes americanos.

Art. 6º As despesas, que occasionar o preparo dos projectos, incluidas as que se fizerem com os estudos technicos necessarios, de accordo com o art. 4º, ficarão a cargo dos Estados signatarios, na mesma fórma e proporção estabelecidas para a manutenção da Secretaria Internacional das Republicas Americanas, em Washington, com excepção dos honorarios dos Membros da Comissão, que serão pagos pelos Governos que os tenham nomeado.

Art. 7º A Quarta Conferencia Internacional Americana fará constar de um ou mais tratados os principios sobre os quaes se firmar accordo, promovendo a adopção e ratificação desses tratados pelas nações da America.

Art. 8º Os Governos que ratificarem a presente Convenção communcal-o-hão ao dos Estados Unidos do Brasil, afim de que este o communique aos dos outros por via diplomatica, fazendo essa communicação as vezes de troca de ratificações.

Em fé do que, os Plenipotenciarios e Delegados assignam a presente Convenção, que leva apposto o sello da Terceira Conferencia Internacional Americana.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e trez dias do mez de Agosto de mil novecentos e seis, em portuguez, haspanhol e inglez, e depositado na Secretaria das Relações Exteriores do Governo dos Estados Unidos do Brasil, afim de que daqui se extraiam copias certificadas, que serão enviadas a cada um dos Paizes signatarios.

PELO ECUADOR — Emilio Arévalo, Olmedo Alfaro.

PELO PARAGUAY — Manuel Gondra, Arsenio López Decoud, Gualberto Cardús y Huerta.

PELA BOLIVIA — Alberto Gutiérrez, Carlos V. Romero.

PELA COLOMBIA — Rafael Uribe Uribe, Guillermo Valencia.

POR HONDURAS — Fausto Dávila.

POR PANAMÁ — José Domingo de Obaldía.

PELA REPUBLICA DE CUBA — Gonzalo de Quesada, Rafael Montoro, Antonio Gonzalez Lanuza.

PELA REPUBLICA DOMINICANA — Emilio C. Joubert.

PELO PERÚ — Eugenio Larrabure y Unánue, Antonio Miró Quesada, Mariano Cornejo.

PELOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL — Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Gastão da Cunha, Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, João Pandiá Calogeras, Amaro Cavalcanti, Joaquim Xavier da Silveira, José P. da Graça Aranha, Antonio da Fontoura Xavier.

PELO SALVADOR — Francisco A. Reyes.

POR COSTA RICA. — Ascención Esquivel.

PELOS ESTADOS UNIDOS DO MEXICO. — Francisco León de La Barra, Ricardo Molina-Hübbe, Ricardo Garcia Granados.

POR GUATEMALA — Antonio Batres Jáuregui.

PELA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY — Luis Melian Lafinur, Antonio María Rodriguez, Gonzalo Ramirez.

PELA REPUBLICA ARGENTINA — J. V. González, José A. Terry, Eduardo L. Bidau.

POR NICARAGUA — Luis F. Coréa.

PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA — William I. Buchanan, L. S. Rowe, A. J. Montague, Tulio Larrinaga, Paul S. Reinsch, Van Leer Polk.

PELO CHILE — Anselmo Hevia Riquelme, Joaquin Walker Martinez, Luís Antonio Vergara, Adolfo Guerrero.

N. 7

Telegramma circular do Governo Brasileiro á Embaixada em Washington e ás Legações na America

Do Rio, 14 de Março de 1911.

Brazilian Embassy — Washington.

Impedimento em que se encontra representante Brasil nomeado desde 1909 para Junta Jurisconsultos convocada para redigir Codigos Direito Internacional Publico e Privado regulando relações entre Nações Americanas nos força, impossibilitados de substituil-o de prompto, pedir adiamento reunião que devia ter lugar em maio. Muito sentimos necessidade em que nós encontramos de propol-o e o fazemos indicando como data da nova reunião o dia 22 abril 1912. Essa circumstancia nos aconselha propôr aos Governos Americanos que autorizem seus representantes em Washington para que na qualidade de membro do Conselho Director da União Pan-Americana negociem um accordo complementar ou explicativo das Convenções de 23 de agosto de 1906, no sentido de que cada paiz possa ter dous representantes naquella Junta mas com um só voto para deliberações. Tal providencia que facilitará tambem as substituições, tornaria desnecessario, se já existisse, o adiamento que agora Brasil é obrigado pedir. Entretanto, como adiantamento aos trabalhos, o Governo Brasileiro fez preparar dois projectos deCodigo sobre Direito Internacional Publico e sobre Privado que terá honra sumbetter consideração dos Governos Americanos para que se assim entenderem aceitavel, sobre elles e como base de estudo para deliberação assentem ideas com seus delegados e lhes deem instrucções. Esses projectos serão enviados proximamente e foram redigidos o de Direito Internacional Publico pelo doutor Epitacio Pessoa, Delegado do Brasil á Junta de Jurisconsultos, antigo lente da Faculdade de Direito do Recife, antigo Deputado Federal e antigo Ministro da Justiça hoje Ministro Supremo Tribunal Federal, e o de Direito Internacional Privado pelo Conselheiro Lafayette Pereira, antigo Senador e Presidente do Conselho de Ministros no Imperio, Representante do Brasil nas Commissões

Arbitraes do Chile e na Primeira Conferencia Pan-Americana de Washington, Membro da Corte Permanente de Arbitramento de Haya e autor de um tratado de Direito Internacional e de varias outras obras juridicas. Queira Vossa Excellencia entender-se com urgencia a respeito deste assumpto com esse Governo podendo deixar copia deste despacho ao Ministerio das Relações Exteriores e solicitando uma prompta resposta.

RIO-BRANCO.

N. 8

Circular do Governo Brasileiro á Embaixada em Washington e ás Legações na America

Rio de Janeiro. — Ministerio das Relações Exteriores, 28 de setembro de 1911. — 2.^a Secção. — N. 6.

(Circular).

Senhor Embaixador.

Em tempo opportuno foi essa Embaixada autorisada a propor ao Governo Americano, em nome do Brasileiro, o dia 22 de abril de 1912 para o começo dos trabalhos da Junta de Jurisconsultos que, por voto da Terceira Conferencia Internacional Americana, deve reunir-se na cidade do Rio de Janeiro, afim de organisar dous Codigos que regulem as relações de Direito Publico e as de Direito Privado entre os paizes do Continente.

No intuito de facilitar a tarefa a emprehender, e com o exclusivo desejo de concretisar desde logo os trabalhos, cujo inicio muito a contragosto nos temos visto na necessidade de adiar, o Governo Brasileiro fez preparar, sobre essas materias, os dous Projectos de Codigo, cuja remessa foi annunciada no telegramma de 14 de março ultimo, deste Ministerio.

Com este despacho V. Ex. receberá 24 exemplares de cada um d'elles.

A circumstancia de haver confiado o preparo d'esses projectos a juristas como o Sr. Conselheiro Lafayette R. Pereira, antigo

Senador e Presidente do Conselho de Ministros no Imperio, Representante do Brasil nas Commissões Arbitraes do Chile e na Primeira Conferencia Pan-Americana de Washington, Membro da Côrte Permanente de Arbitramento de Haya e auctor de um Tratado de Direito Internacional e de varias outras obras juridicas; e como o Sr. Dr. Eпитacio Pessôa, Delegado do Brasil á Junta de Jurisconsultos, antigo lente da Faculdade de Direito do Recife, antigo Deputado Federal, antigo Ministro da Justiça, e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal; não impede o Governo do Brasil de ver nelles senão simples bases que possam harmonisar, tanto quanto possivel, as vistas politicas e a expressão da cultura juridica das Nações Americanas.

Systematizando principios, condensando as mais recentes conquistas do Direito e, na doutrina geralmente recebida, precisando esses pontos de estudo e exame, os Projectos, convenientemente apreciados, terão facilitado a obra pratica da Junta de Jurisconsultos á qual, por essa fórmula, poderão concorrer os Delegados, trazendo instrucções certas sobre pontos fundamentaes e concretos, evitado o regimen de incertezas e imprevistos que pôde sempre produzir a ausencia de idéas definidas e succintas a debater.

Se com esse intuito os Projectos merecerem favoravel acolhimento dos Governos, por assaz recompensado se terá o Brasil pela sua iniciativa.

Já á reunião preliminar que suggerimos para Washington poderão ser enviadas, sobre o assumpto, indicações e conselhos.

Queira V. Ex. dar conhecimento ao Governo dos Estados Unidos da America, com o teor deste despacho, dos intuitos do Governo Brasileiro offerecendo ao exame das Nações interessadas os Projectos de que V. Ex. lhe entregará os exemplares que julgar conveniente.

Temos esperanza que, sem exclusão de quaesquer outras iniciativas sempre agradaveis, elles possam servir de base aos trabalhos e discussões da Junta de Jurisconsultos, encarregada de preparar os Codigos de Direito Internacional Publico e Direito Internacional Privado, que regulem as relações entre as Nações Americanas.

Peço a V. Ex. que, aproveitando a oportunidade, renove a esse Governo e aos representantes daquelles com quem V. Ex. tenha de se entender sobre o assumpto, as seguranças do prazer

com que o Brasil acolherá os Delegados desses paizes á Junta, exprimindo a fundada esperança em que estamos de que o espirito de cooperação e boa vontade manifestado nas conferencias americanas produzirá os resultados praticos possiveis que todos na America devemos ter o sincero desejo de attingir.

Reitero a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

RIO-BRANCO.

A S. Ex. o Senhor Domicio da Gama, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Washington.

N. 9

Augmento do numero de Delegados estabelecido pela Convenção de 23 de Agosto de 1906

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DO CONSELHO DIRECTOR DA UNIÃO
PAN-AMERICANA EM WASHINGTON, CELEBRADA A 27 DE
DEZEMBRO DE 1911.

Na cidade de Washington, ás tres e meia horas da tarde do dia 27 de dezembro de 1911, reuniram-se na Sala das Sessões do Conselho Director da União Pan-Americana, sob a Presidencia do Senhor Domicio da Gama, Embaixador do Brasil, os seguintes membros do Conselho Director: Don Joaquin Bernardo Calvo, Ministro de Costa Rica; Don Ignacio Calderón, Ministro de Bolivia; Don P. Ezequiel Rojas, Ministro de Venezuela; Don Salvador Castillo, Ministro de Nicaragua; Don Romulo S. Naón, Ministro da Argentina; Don Carlos Maria de Pena, Ministro do Uruguay; Don Eduardo Suárez Mujica, Ministro do Chile; Mons. Solon Ménos, Ministro do Haiti; Don Fausto Davila, Ministro de Honduras; Don Joaquin Mendez, Ministro de Guatemala, e Don Juan Brin, Encarregado de Negocios do Panamá. Tambem estiveram presentes os Senhores John Barrett, Director Geral, e Don Francisco J. Yánes, Sub-Director e Secretario do Conselho.

O Embaixador do Mexico, os Ministros do Salvador, Republica Dominicana e Cuba, e o Encarregado de Negocios do Perú enviaram suas excusas por não poderem assistir a esta reunião.

Aberta a sessão, approvou-se a acta da reunião anterior, verificada a 15 de novembro, destribuindo-se a mesma impressa.

.....

.....

Em seguida, o Embaixador do Brasil, que presidia, depois de algumas palavras explicativas, apresentou a seguinte proposta, da qual já tinham noticia todos os membros do Conselho Director :

« O Governo dos Estados Unidos do Brasil tem a honra de propor aos Governos das Republicas Americanas, representados no Conselho Director da União Pan-Americana, que se effectue a 26 de Junho proximo a reunião da Junta de Jurisconsultos, creada pela Convenção assignada no Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1906 pela Terceira Conferencia Internacional Americana ; e bem assim que a referida Convenção seja modificada no sentido de poder cada um dos Governos interessados mandar dois Delegados á Junta em vez de um, mas tendo cada paiz representado um só voto.

« Palacio da União Pan-Americana, Washington D. C., 27 de dezembro de 1911 ».

Submettida á discussão a referida proposta foi ella acceita pelos representantes, devidamente autorizados, dos seguintes paizes : Argentina, Bolivia, Chile, Costa Rica, Honduras, Nicaragua e Uruguay, este ultimo *ad referendum*. Os representantes de Cuba, Mexico e Perú, embora ausentes, enviaram a sua adhesão á referida proposta ; e o Paraguay, por meio de uma communicação dirigida ao Departamento de Estado dos Estados Unidos em data de 22 de abril de 1911, manifestou tambem a sua adhesão áquella proposta.

Os representantes de Guatemala, Haiti, Panamá e Venezuela declararam não ter instrucções, acreditando porem que os seus respectivos Governos estariam de accordo com a proposta.

Depois de uma troca de opiniões, em que tomaram parte o Senhor Embaixador do Brasil, o Ministro de Costa Rica, o Ministro da Argentina e o Ministro do Chile, ficou resolvido, por proposta deste ultimo, que tenha logar outra reunião a 15 de janeiro

de 1912, afim de ser assignada a proposta do Brasil, pois é de suppor que nessa data os Ministros que ainda não tenham as necessarias instrucções já as tenham recebido.

.....

.....

PROTOCOLLO ASSIGNADO EM WASHINGTON A 15 DE JANEIRO DE 1912

Os abaixo-assignados, representantes diplomaticos das Republicas Americanas e membros do Conselho Director da União Pan-Americana, reunidos na sala das conferencias da mesma União em Washington, tomaram conhecimento da proposta do Governo Brasileiro de modificar-se a Convenção firmada no Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1906, pela Terceira Conferencia Internacional Americana e segundo a qual uma Junta de Jurisconsultos deve reunir-se naquella cidade para o fim de codificar o Direito Internacional Publico e Privado nos paizes signatarios.

Presentes á reunião do Conselho Director os Senhores Secretario de Estado dos Estados Unidos, os Embaixadores do Brasil e Mexico, os Ministros de Costa Rica, Bolivia, Salvador, Nicaragua, Argentina, Colombia, Uruguay, Chile, Honduras e Guatemala, e os Encarregados de Negocios do Perú e Panamá, devidamente autorisados, depois de deliberar sobre o assumpto concordaram em

1) — que seja marcada para 26 de junho de 1912 a reunião da Junta de Jurisconsultos no Rio de Janeiro e

2) — que possam os Governos interessados fazer-se representar nessa Junta por dois Delegados em vez de um, mas com um só voto por paiz representado

Feito no Palacio da União Pan-Americana, na cidade de Washington, D. C., em portuguez, inglez, hespanhol e francez, hoje 15 de janeiro de 1912.

Philander C. Knox. — Domicio da Gama. — Gilberto Crespo y Martinez. — J. B. Calvo. — Ignacio Calderón. — F. Mejia. — Salvador Castillo. — R. S. Naón. — Pedro Nel Ospina. — Carlos M.^a de Pena — Ed.^o Suarez Mujica. — F. Dávila. — Joaquin Mendez. — M. de Freire y S. — Juan Brin — Emilio C. Joubert.

N. 10

Projecto de Regulamento da Commissão Internacional de Jurisconsultos

Art. 1.º A Commissão será installada no dia 26 de junho de 1912, tendo como Presidente nesse dia o Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Em sessão previa, presentes os delegados de doze, pelo menos, das nações representadas, será acclamado um Presidente provisorio, o qual dirigirá os trabalhos até a installação definitiva da Commissão.

Art. 2.º O Presidente da Commissão será eleito pela maioria das Delegações presentes na sessão de installação.

A Commissão terá um Secretario Geral nomeado pelo Governo do Brasil.

A precedencia das Delegações será regulada pela ordem alphabetica das respectivas Nações, fixando-se, porém por sorte, na primeira sessão, o turno em que a cada uma corresponda supprir as faltas do Presidente.

Cada Delegação indicará o Delegado que, na ausencia do Presidente, deva desempenhar as funções de Vice-Presidente.

Art. 3.º São attribuições do Presidente definitivo :

1.º Presidir as sessões da Commissão e pôr em discussão os assumptos comprehendidos na ordem do dia ;

2.º Dar a palavra aos Delegados na ordem em que a pedirem ;

3.º Decidir todas as questões de ordem que se suscitarem nas discussões da Commissão. Se, entretanto, alguma Delegação o solicitar, a resolução tomada pela Presidencia será submettida á deliberação da Commissão.

4.º Pôr a votos as materias sujeitas á deliberação da Commissão e annunciar o resultado das votações.

5.º Annunciar á Commissão por intermedio do Secretario Geral e no fim de cada sessão a ordem do dia para a sessão seguinte.

6.º Ordenar ao Secretario, uma vez approvada a acta, que dê conta á Commissão das materias que tenham sido apresentadas depois da sessão anterior.

7.º Prescrever todas as medidas necessarias para manter a ordem e fazer cumprir estrictamente o Regulamento.

Art. 4.º Compete aos Vice-Presidentes substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 5.º São attribuições do Secretario Geral :

1.º Ter sob sua direcção os Secretarios, auxiliares e mais empregados nomeados pelo Governo do Brasil para o serviço da Comissão e lhes distribuir as respectivas tarefas.

2.º Receber e distribuir a correspondencia official e responder-a de accordo com as resoluções da Comissão ou do seu Presidente.

3.º Redigir ou mandar redigir as actas das sessões, segundo as notas que lhe fornecerem os Secretarios e cuidar da sua impressão e distribuição pelos Delegados.

4.º Rever as traducções feitas pelos Secretarios e interpretes.

5.º Distribuir pelas Sub-Commissões os assumptos sobre que tenham de dar parecer, e pôr á disposição das ditas Sub-Commissões tudo o que for necessario para o desempenho das suas incumbencias.

6.º Redigir a ordem do dia de accordo com as instrucções do Presidente.

7.º Ser o intermediario entre as Delegações ou os membros dellas em todos os negocios relativos á Comissão, bem como entre os mesmos e as autoridades brasileiras.

Art. 6.º A Comissão se dividirá em duas Sub-Commissões, uma das quaes se incumbirá do exame do Projecto de Codigo de Direito Internacional Publico, e a outra do Projecto de Codigo de Direito Internacional Privado, e deliberará sobre cada um delles.

Art. 7.º A nomeação dos membros das Sub-Commissões será feita pelo Presidente definitivo e sujeita á approvação das Delegações presentes por maioria de votos.

O Presidente da Comissão fará parte da Sub-Comissão a que não pertencer o seu companheiro de Delegação.

Art. 8.º Cada Sub-Comissão elegerá o seu Presidente e organizará a ordem dos respectivos trabalhos como entender conveniente, observadas, em tudo que lhes for applicavel, as disposições deste Regulamento.

Todos os Delegados poderão assistir ás reuniões de ambas as Sub-Commissões e tomar parte nos debates, só podendo, porém, votar naquella de que fizerem parte.

Art. 9.º A primeira sessão da Comissão será celebrada no dia e logar que o Governo do Brasil designar.

As sessões seguintes, quer da Comissão, quer das Sub-Commissões, nos dias e logares e durante as horas que pelas mesmas forem respectivamente determinados.

Art. 10.º Concluida perante as Sub-Commissões a elaboração dos projectos dos dois Codigos ou de qualquer delles, serão os mesmos sujeitos á deliberação da Comissão em sessão plena.

Art. 11. A Comissão deliberará se devem ser approvados desde logo os projectos definitivos dos dois Codigos ou de qualquer delles, ou se devem os mesmos ser submettidos a um exame mais minucioso por parte dos Governos das Republicas nella representados. Neste ultimo caso a Comissão designará as datas e logares das reuniões seguintes, sempre que a data da terminação dos seus trabalhos pèrmita communicar aos Governos algum dos Projectos adoptados, ou partes integrantes dos mesmos, um anno, pelo menos, antes da data que for designada para a Quinta Conferencia Internacional Americana.

Art. 12. Sempre que a maioria absoluta das Delegações representadas em cada Sub-Comissão o deliberar conveniente, poderá ser convocada a Comissão em sessão plena.

Art. 13. Para que haja sessão é necessario que esteja nella representada, por um dos seus delegados, pelo menos, a maioria das Nações que tomarem parte na Comissão.

Art. 14. Aberta a sessão, será lida pelo Secretario a acta da sessão anterior, a menos que se dispense a leitura. Tomar-se-á nota das observações que tanto o Presidente como qualquer dos Delegados fizerem a respeito della e proceder-se-á á sua approvação.

Art. 15. Os projectos deCodigo serão submettidos a uma primeira discussão por capitulos. As emendas que forem apresentadas serão votadas depois dos artigos respectivos, se forem simplesmente modificativas, ou antes, se forem substitutivas ou suppressivas.

Os projectos de Codigo passarão por uma segunda e ultima discussão, a qual versará sobre toda a materia em globo.

Art. 16. A Delegação de cada Republica representada na Commissão terá um só voto, sendo os votos tomados separadamente por Nações. Em regra geral os votos serão dados de viva voz, salvo se algum Delegado requerer que o sejam por escripto. Em tal caso, cada Delegado depositará na urna uma cedula com a declaração do nome da Nação que representa e o sentido em que emite o seu voto. O Secretario lerá em voz alta as cedulas e contará os votos.

Art. 17. A Commissão não procederá á votação de nenhuma resolução sobre materia do seu objecto, senão quando nella estiverem representados, pelo menos, dois terços das Nações que a ella concorrem.

Art. 18. As resoluções ou propostas apresentadas á Commissão serão consideradas approvadas quando obtiverem maioria absoluta dos votos das Delegações representadas na sessão em que se procede á votação. Considera-se presente e representada a Delegação que houver enviado o seu voto por escripto ao Secretario Geral.

Poderá, entretanto, a Delegação ausente adherir á deliberação da Commissão, por declaração dos seus Delegados, feita numa das duas primeiras sessões que se seguirem.

Art. 19. Quando, por motivo de ausencia ou de abstenção nas votações, não resultar do voto da Commissão a maioria exigida em qualquer dos dois artigos precedentes, a votação será adiada para a sessão seguinte, na qual, se continuarem as abstenções, será tomada a votação pela maioria das Delegações presentes.

Art. 20. Poderão os Delegados exprimir-se, verbalmente ou por escripto, nas suas proprias linguas. Terminado o discurso, o proprio Delegado ou um dos interpretes ou Secretarios da Commissão fará um resumo dos pontos essenciaes, na lingua ou linguas em que qualquer Delegado solicitar.

Art. 21. Nenhuma Delegação poderá fallar mais de uma vez nem por mais de trinta minutos sobre o mesmo assumpto. O autor, porém, de qualquer projecto ou proposta poderá fallar uma segunda vez por quinze minutos. Qualquer Delegado poderá usar da palavra por cinco minutos apenas para explicações pes-soaes, ou para fundamentar o seu voto.

Art. 22. As deliberações da Commissão não serão publicas. Só terão entrada nas salas das sessões as Delegações com os seus Secretarios e Auxiliares, e o pessoal nomeado pelo Governo

do Brasil para tomar parte nos trabalhos, ficando entendido, porém, que a Comissão poderá por maioria de votos, admittir que assistam ás sessões as pessoas que occasionalmente queira designar.

Art. 23. Os pareceres das Sub-Commissões e as resoluções a que se referirem serão impressos em portuguez, hespanhol, inglez e francez, e distribuidos aos Delegados para seu estudo na sessão seguinte, não podendo ser submittidos á discussão senão em sessão posterior áquella em que houverem sido distribuidos impressos.

Art. 24. Nos casos omissos prevalecerá o que for resolvido pela Comissão.

Conferencia Internacional de Policia Veterinaria

N. 11

Programma para servir de base á la Convencion Internacional de Policia Sanitaria de los Animales

SECCIÓN PRIMERA

MEDIDAS SANITARIAS EN LA FRONTERA

1.º — Organización de un servicio de Policia Sanitaria en la frontera con installaciones suficientes para observación y cuarentena.

2.º — Limitación y determinación precisa de los puertos y lugares por donde la importación sea permitida.

3.º — Prohibición de importar ningun animal atacado de enfermedad contagiosa ó paracitaria.

4.º — Empleo obligatorio y sin excepción de la prueba de la tuberculina para todos los reproductores bovinos y de la mal-leina para los equinos, aunque no sean reproductores, que se importen.

5.º — Procedimiento á seguir con los buques y lasaretos cuarentenarios cuando se comprobaren casos de enfermedades

contagiosas y especialmente de epizootias exóticas para las partes contratantes y procedimiento á seguirse con los animales que se hayan encontrado en contacto directo ó indirecto con los atacados.

6.º — Medidas que deben adoptarse para precaverse contra la introducción de la peste bovina, peripneumonia contagiosa, fiebre aftosa, viruela ovina, muermo y peste porcina.

7.º — Requisitos y forma de los certificados con que deben presentarse los animales importados.

8.º — Casos en que deben prohibirse la importación de forrages y de productos animales.

9.º — Planillas y requisitos que deben presentar y cumplir los capitanos de buques que transporten ganado.

10.º — Anotaciones principales y registros que deben llevarse en las Inspecciones de importación de ganado.

SECCIÓN SEGUNDA

MEDIDAS DE POLICIA SANITARIA INTERNA

1.º — Organización de un servicio central de policia sanitaria animal que dirija la profilaxia y reuna las informaciones sobre la aparición y difusión de la peste bovina y peripneumonia contagiosa, la viruela ovina, la sífilis equina, la fiebre aftosa, el muermo, la fiebre rosada, la peste porcina y de las demas enfermedades que cada uno de los paises crea conveniente combatir.

2.º — Provisión de leyes y reglamentos y organización de un servicio de policia sanitaria suficiente para conocer con prontitud la localidad en que aparezcan las enfermedades para hacer su diagnostico, determinar su carácter epizootico y para adoptar las medidas de aislamiento y de extincción aconsejadas por la profilaxia moderna.

3.º — Determinación precisa de la naturaleza y efectos de la declaración de *infección* de una región ó localidad, de las medidas á que debe dar lugar y de lo que debe entenderse por *región ó localidades sospechosas*.

SECCIÓN TERCERA

MEDIDAS DE POLICIA SANITARIA ENTRE ESTADOS CONTRATANTES

1.º — Medidas especiales para la importación de bovinos destinados :

- a) Reproducción intensiva.
- b) Cria ó reproducción extensiva y á invernada.
- c) Para ser inmediatamente sacrificada.

2.º — Medidas especiales para la importación de ovinos, caprinos y porcinos en los casos á que se refiere el artículo anterior.

3.º — Medidas especiales para la importación de equinos destinados á la reproducción ó al trabajo.

4.º — Informaciones que se comprometen á comunicarse las partes contratantes, en que casos y con que requisitos.

5.º — Conveniencia de que las autoridades sanitarias de cada una de las partes contratantes mantengan relaciones ó informes entre sí, con que frecuencia, en que forma y con que requisitos.

6.º — Conveniencia de confeccionar ó de adoptar un Código telegrafico para uso exclusivo de las autoridades ganaderas de los paises contratantes.

7.º — Medidas que deben adoptar las partes cuando crean necesario precaverse contra la aparición de epizootias en la ganaderia de ellas ó en una de sus limitrofes.

8.º — Requisitos para que las partes contratantes puedan enviar con facilidad delegados sanitarios á los paises que se consideran infectados ó sospechosos.

9.º — Determinación del criterio con que han de proceder á la admisión de los certificados sanitarios y genealogicos (pedigree) de los animales importados y especialmente de los que despues de importados transiten de un país á otro

10.º — Forma en que los Gobiernos deben comunicarse mutuamente las medidas que hayan adoptado contra la importación de animales de determinados paises y efecto de esa prohibición respecto de los contratantes que no crean conveniente adoptar igual resolución.

11.º — Conveniencia de dejar abierto el Protocolo de la Convención para que puedan acceder á las disposiciones del mismo otros paises Sud-americanos especialmente invitados para hacerlo.

12.º — La Convención deberá entrar en vigor inmediatamente despues de ser ratificada, durará 4 años, y, no siendo denunciada 6 meses antes por cualquiera de las partes, considerarase prorrogada por igual periodo.

13.º — Sin perjuicio de la ratificación definitiva á que se refiere el artículo anterior, la Convención podria en vigencia provisional inmediatamente despues de ser aprobada por el Poder Ejecutivo de las partes contractantes, y no ser derogada sino con aviso de seis meses, salvo el caso en que el H. Congreso de cualquiera de las partes contratantes modificara fundamentalmente su texto, ó negara su ratificación.

14.º — Determinación de la forma y conducta de comunicarse las partes las ratificaciones, las denuncias y accesiones.

ANNEXO B

Pessoal da Secretaria de Estado,
Corpo diplomatico e Corpo consular brasileiros
e estrangeiros

N. 1

Quadro do pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores

Ministro de Estado

Dr. Lauro Müller.

Gabinete do Ministro

Officiaes de Gabinete: —

Auxiliar: — Arthur Guimarães de Araujo Jorge, 2º Official da Secretaria de Estado.

Addido: — Antonio José de Paula Fonseca, Consul Geral de 1ª classe em Paris.

Sub-Secretário de Estado

Dr. Enéas Martins, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Gabinete do Sub-Secretario de Estado

Official de Gabinete: —

Auxiliares: — Antonio Alves da Fonseca, 3º Official.

Rodrigo Heraclito Ribeiro, 3º Official.

Lafayette de Carvalho e Silva, 3º Official.

Directoria Geral

DIRECTOR GERAL: — Frederico Affonso de Carvalho.

Auxiliar: — Zacarias de Góes Carvalho, 1º Official.

1.º Consultor Juridico do Ministerio

Dr. Clovis Bevilacqua.

1ª Secção

DO PROTOCOLLO

DIRECTOR : — Arino Ferreira Pinto.

2º *Official* : — Manoel Raymundo de Menezes.

3º » : — Lafayette de Carvalho e Silva (Serve no Gabinete do Sub-Secretario de Estado).

3º *Official* : — Ayres de Maya Monteiro.

2ª Secção

DOS NEGOCIOS POLITICOS E DIPLOMATICOS

DIRECTOR : — Arthur Eduardo Raoux Briggs.

1º *Official* : — José Maria de Campos Paradedda (Serve em comissão no Consulado Geral em Paris).

2º *Official* : — Luiz Avelino Gurgel do Amaral (Serve na Legação em Buenos Aires).

3º *Official* : — Helio Lobo Leite Pereira

» » : — Octavio Fialho.

Addido : — Fernando de Souza Dantas, 2º Secretario de Legação.

3ª Secção

DOS NEGOCIOS COMMERCIAES E CONSULARES

DIRECTOR : — Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.

1º *Official* : — Eugenio Ferraz de Abreu.

2º » : — Carlos Ferreira de Araujo.

3º » : — Rodrigo Heraclito Ribeiro (Serve no Gabinete do Sub-Secretario de Estado).

3º *Official* : — Henrique Pecegueiro do Amaral.

» » : — Rodolpho de Siqueira Fritz.

4ª Secção

DA CONTABILIDADE

DIRECTOR : — Raymundo Nonato Pecegueiro do Amaral (Serve em comissão no Consulado Geral em Genova).

1º *Official* : — Raul Adalberto de Campos (Serve de Director).

2º » : — Henrique José de Saules.

3º » : — Antonio Alves da Fonseca (Serve no Gabinete do Sub-Secretario de Estado).

3º *Official*. — Sylvio Liberato Roméro.

5ª Secção

DO ARCHIVO

DIRECTOR: — Gregorio Pecegueiro do Amaral.

1º *Official*: — Napoleão Reys.

2º » : — Arthur Guimarães de Araujo Jorge (Serve no
Gabinete do Ministro).

3º *Official*: — Theodoro Figueira de Almeida.

Portaria

Porteiro: — Paulino José Soares Pereira.

Ajudante do Porteiro; — Antonio Pereira de Miranda.

Continuo: — João Ventura Rodrigues.

» : — Miguel José da Costa.

» : — Americo Ventura Rodrigues.

» : — Salvador Gonzalez.

1º *Correio*: — Joaquim Fernandes de Sá.

2º » : — Carlos Pinto da Costa.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de
Abril de 1912.

O Director Geral,

FREDERICO AFFONSO DE CARVALHO.

N. 2

Quadro do Corpo diplomatico brasileiro

AMERICA

ESTADOS-UNIDOS DA AMERICA.

Domicio da Gama, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Bacharel Rinaldo de Lima e Silva, 1º Secretario e Conselheiro de Embaixada.

Bacharel Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, 2º Secretario.

Bacharel José Francisco de Barros Pimentel, 2º Secretario.

Bacharel José Joaquim Moniz de Aragão, 2º Secretario.

REPUBLICA ARGENTINA

Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Bacharel Luiz Martins de Souza Dantas, 1º Secretario e Conselheiro de Legação.

Bacharel Frederico de Castello Branco Clark, 2º Secretario.

Luiz Avelino Gurgel do Amaral, 2º Official da Secretaria de Estado em serviço na Legação.

REPUBLICA DA BOLIVIA

Oscar de Teffé von Hoonholtz. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado)

Antonio do Nascimento Feitosa, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

REPUBLICA DO CHILE

Bacharel Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Felix Bocayuva, 1º Secretario (Designado).

Alberto Jorge de Ipanema Moreira, 2º Secretario.

REPUBLICA DA COLOMBIA

Sylvino Gurgel do Amaral, Ministro Residente (Nomeado).
Raphael de Mayrinck, 2º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

CUBA E AMERICA CENTRAL

....., Ministro Residente.
Luiz Guimarães Filho, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).
Bacharel Antonio José do Amaral Murtinho, 2º Secretario.

REPUBLICA DO ECUADOR

Dr. Alfredo de Barros Moreira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em commissão (Ausente).
Bacharel Jarbas Loretti da Silva Lima, 2º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

ESTADOS-UNIDOS MEXICANOS

Bacharel José Manoel Cardoso de Oliveira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).
Bacharel Epaminondas Leite Chermont, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.
Bacharel Carlos Lemgruber Kropf, 1º Secretario e Conselheiro de Legação.
Bacharel Eusebio de Queirós Coitinho Mattoso Camara, 2º Secretario.

REPUBLICA DO PARAGUAY

Luiz Rodrigues de Lorena Ferreira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.
Bacharel Luiz de Villares Fragoso, 2º Secretario.

REPUBLICA DO PERÚ

Bacharel Augusto Cochrane de Alencar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Bacharel Raul Regis de Oliveira, 1º Secretario.

Bacharel Carlos Gonçalves da Silva, 2º Secretario.

ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA

....., Ministro Residente.

Bacharel Lucillo Antonio da Cunha Bueno, 2º Secretario
(Serve de Encarregado de Negocios).

EUROPA

IMPERIO ALLEMÃO

Bacharel Brasilio Itiberê da Cunha, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Bacharel Hippolyto Pacheco Alves de Araujo, 1º Secretario.

Bacharel José Pinto da Fonseca Guimarães, 2º Secretario.

Bacharel Adolpho da Silva Gordo, 2º Secretario.

Bacharel Paulo Coelho de Almeida, Addido.

AUSTRIA-HUNGRIA

Bacharel Cyro de Azevedo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Bacharel Godofredo de Bulhões, 2º Secretario.

Bacharel Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, 2º Secretario.

BELGICA E SUECIA

Manoel de Oliveira Lima, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Bacharel Thomaz Pompeu Lopes Ferreira, 2º Secretario.

Bacharel Carlos Taylor, Addido.

REPUBLICA FRANCEZA

Dr. Olyntho Maximo de Magalhães, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

Dr. Dario Barreto Galvão, 1º Secretario e Conselheiro de Legação (Serve de Encarregado de Negocios).

Bacharel José de Oliveira Murinelly, 2º Secretario.

Bacharel Oduvaldo Pacheco e Silva, 2º Secretario.

Bacharel José Pinto de Souza Dantas, 2º Secretario.

GRÃ-BRETANHA

Dr. Francisco Regis de Oliveira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Bacharel Adalberto Guerra-Duval, 1º Secretario.

Bacharel Abelardo Roças, 2º Secretario.

Bacharel José de Paula Rodrigues Alves, 2º Secretario.

Bacharel Alfredo Felipe da Luz, Addido.

HESPAÑA

Antonio da Fontoura Xavier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

Bacharel João Fausto de Aguiar, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

HOLLANDA

Bacharel José Pereira da Graça Aranha, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

Alfredo Carlos Alcoforado, 1º Secretario.

Carlos Elias de Latorre Lisboa, Addido.

ITALIA

Bacharel Alberto Fialho, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Bacharel Luiz de Lima e Silva, 1º Secretario e Conselheiro de Legação.

Bacharel Carlos Rostaing Lisboa, 2º Secretario.

Bacharel Pedro Leão Velloso Netto, 2º Secretario.

NORUEGA E DINAMARCA

Dr. Gastão da Cunha, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Abilio Cesar Borges, 1º Secretario.

Arminio de Mello Franco, 2º Secretario.

PORTUGAL E MARROCOS

Eduardo Felix Simões dos Santos Lisbôa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

Bacharel Annibal Velloso Rebello, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

Bacharel Mario de Belfort Ramos, 2º Secretario.

RUSSIA

Bacharel Alcibiades Peçanha, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Bacharel Carlos Martins Pereira e Souza, 2º Secretario.

SANTA SÉ

Dr. Bruno Gonçalves Chaves, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Bacharel Carlos Magalhães de Azeredo, 1º Secretario e Conselheiro de Legação.

SUISSA

Bacharel Raul Paranhos do Rio-Branco, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

Alfredo de Almeida Brandão, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

Bacharel Eduardo de Lima Ramos, 2º Secretario

TURQUIA

....., Ministro Residente

ASIA

JAPÃO

Manoel Carlos Gonçalves Pereira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

Gustavo de Vianna Kelsch, 2º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

Esta Legação é acreditada cumulativamente na China.

1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores,
30 de Abril de 1912.

O Director,

ARINO FERREIRA PINTO.

N. 3

Quadro do Corpo diplomatico estrangeiro

ESTADOS-UNIDOS DA AMERICA

Edwin Vernon Morgan, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario (Nomeado).

George B. Rives, 1º Secretario de Embaixada, Encarregado de Negocios.

REPUBLICA ARGENTINA

Dr. Julio Fernandez, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Raymundo Parravicini, 1º Secretario de Legação.

German de Elizalde, 2º Secretario de Legação.

Major Manoel J. Costa, Addido Militar.

REPUBLICA DA BOLIVIA

Dr. Don Victor E. Sanjinés, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

Carlos Gutierrez, 1º Secretario de Legação, Encarregado de Negocios.

REPUBLICA DO CHILE

Dr. Francisco J. Herboso, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Alfredo Goycooléa Walton, 1º Secretario de Legação (Ausente).

Raul Cousiño Talavera, 2º Secretario de Legação.

Guillermo Medina, Addido á Legação.

REPUBLICA DA COLOMBIA

José Maria Uricoechea, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Luiz Maria Terán, Secretario de Legação (Ausente).

REPUBLICA DE CUBA

Aniceto Valdivia, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

REPUBLICA DO ECUADOR

Emilio Arévalo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

Carlos M. Tobar Borgoño, 1º Secretario de Legação (Ausente).

REPUBLICA DE GUATEMALA

Dr. Eduardo Poirier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

D. Victoriano Salado Alvarez, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

Crisóforo Canseco, 1º Secretario de Legação, Encarregado de Negocios.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Eduardo Acevedo Diaz, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Elmano R. Vieira, 2º Secretario de Legação.

REPUBLICA DO PANAMÁ

Belisario Porras, Ministro Residente (Ausente).

Dr. Ramon M. Valdés, Secretario de Legação (Nomeado).

REPUBLICA DO PARAGUAY

Francisco C. Chaves, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

Pacifico de Vargas Filho, Secretario de Legação (Ausente).

REPUBLICA DO PERÚ

Dr. Hernán Velarde, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Enrique Carrillo, 1º Secretario de Legação.

EUROPA

IMPERIO ALLEMÃO

Dr. G. Michahelles, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Weber, Secretario de Legação (Ausente).

AUSTRIA HUNGRIA

....., Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Cavalheiro von Egger-Möllwald, Secretario de Legação, Encarregado de Negocios.

BELGICA

Adhemar Delcoigne, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Marc van der Haeghen, Secretario de Legação (Ausente).

REPUBLICA FRANCEZA

Laurence de Lalande (Alexandre), Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Gaillard-Lacombe (Urbain-Jean-Maurice), Secretario de Embaixada de 2ª classe (Ausente).

Capitão L. Salats, Addido Militar.

GRÃ-BRETANHA

Sir William Haggard, K. C. M. G., C. B., Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Malcolm Arnold Robertson, 2º Secretario de Legação.

John Henry Stopford Birch, 3º Secretario de Legação.

Capitão de Fragata Charles Fitzgerald Sowerby, Addido Naval (Ausente).

Tenente-Coronel Sir Edward I. B. Grogan, Baronet, Addido Militar.

HESPANHA

Manuel Garcia Jove, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Fernando Alcalá Galiano y Smith, Secretario de Legação (Ausente).

Commandante de infantaria Juan Garcia Gomez Caminero, Addido Militar.

ITALIA

Barão Camillo Romano Avezana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

G. F. Viganotti Giusti, 1º Secretario de Legação (Ausente).

NORUEGA

Erik Colban, Encarregado de Negocios.

PAIZES BAIXOS

Gijsbert Diederik Advocaat, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

PORTUGAL

Dr. Bernardino Machado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

Dr. Domingos Lopes Fidalgo, 1º Secretario de Legação, Encarregado de Negocios.

Santos Tavares, 2º Secretario de Legação.

Francisco Augusto Armelim, 3º Secretario de Legação.

RUSSIA

Pierre Maximow, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Eugène Stein, Conselheiro de Estado, 1º Secretario de Legação (Ausente).

Theodoro Ptaschnik, Addido á Legação.

SANTA SÉ

Monsenhor Giuseppe Aversa, Arcebispo de Sardi, Nuncio Apostolico.

Monsenhor Andréa Croci, Auditor da Nunciatura.

SUISSA

Albert Gertsch, Encarregado de Negocios.

ASIA

IMPERIO DO JAPÃO

....., Enviado Extraordinario
e Ministro Plenipotenciario.

Toshiro Fujita, Secretario de Legação de 1ª classe, Encarregado de Negocios.

Ryoji Noda, Secretario-Interprete da Legação, de 2ª classe (Ausente).

1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores,
30 de Abril de 1912.

O Director,
ARINO FERREIRA PINTO.

N. 4

Quadro dos empregados desta Secretaria de Estado, compreendendo todas as commissões de que têm sido incumbidos desde sua primeira nomeação até o presente *

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
<i>Sub-Secretario de Estado</i>			
Dr. Enéas Martins.	Nomeado . . .	Ministro Residente em missão especial na Colombia.	31 de dez. de 1904
	Nomeado em commissão . . .	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em missão especial no mesmo paiz	21 de fev. de 1907
	Nomeado . . .	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Paraguay.	3 de dez. de 1907
	Declarada sem efeito essa nomeação.		12 de dez. de 1907
	Nomeado . . .	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Perú.	12 de dez. de 1907
	Removido . . .	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Portugal.	25 de maio de 1911
		(Esteve em comissão desde dezembro de 1907 até 6 de fevereiro de 1912.)	
	Nomeado . . .	Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores	7 de fev. de 1912
<i>Director Geral</i>			
Frederico Affonso de Carvalho		(Tomou posse na mesma data.)	
	Nomeado . . .	Addido a esta Secretaria de Estado.	14 de jan. de 1867
		(Entrou em exercicio do seu cargo a 15 de janeiro de 1867.)	
	Nomeado . . .	Praticante	16 de maio de 1868
	Promovido. . .	Amanuense.	28 de out. de 1869
		(Esteve em gozo de licença de 7 de abril a 13 de novembro de 1871.)	
	Idem . . .	2º Official	5 de maio de 1873
	Idem . . .	1º Official	11 de ag. de 1883
Idem . . .	Director de Secção		28 de nov. de 1890
		(Esteve em gozo de licença de 3 de novembro de 1896 a 18 de fevereiro de 1897 e de 4 de julho a 5 de agosto de 1899.)	

* Na organização deste quadro só foram attendidas as interinidades de 15 ou mais dias.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Frederico Affonso de Carvalho	(Serviu de Director Geral de 6 a 20 de julho de 1904, de 10 de janeiro a 28 de fevereiro, de 15 de junho a 1.º de setem- bro de 1906 e de 4 de outubro de 1906 a 9 de maio de 1910.)		
	Nomeado	Director Geral.	10 de maio de 1910
	(Tomou posse na mesma data.)		
<i>Directores de Secção</i>			
Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro	Nomeado	Praticante desta Secretaria de Estado	21 de abril de 1875
	(Entrou em exercicio do seu cargo a 26 de abril de 1875.)		
	(Esteve em gozo de licença de 1 a 31 de janeiro de 1879.)		
	Promovido.	Amanuense	5 de dez. de 1879
	Idem	2º Official	22 de mar. de 1884
	(Esteve em gozo de licença de 17 de janeiro a 16 de fevereiro de 1886.)		
	Idem	1º Official	26 de jan. de 1889
	Designado	Director interino da 3ª Secção.	26 de nov. de 1891
	Dispensado	Idem	6 de jul. de 1893
	Promovido.	Director de Secção	31 de jul. de 1893
	(Serviu de Director Geral de 3 a 20 de março de 1904.)		
Arthur Eduardo Raoux Briggs	Nomeado	Praticante desta Secretaria de Estado.	12 de jul. de 1886
	(Entrou em exercicio do seu cargo a 14 de julho de 1886.)		
	Promovido.	Amanuense.	24 de jan. de 1888
	Idem	2º Official	31 de dez. de 1894
	Idem	1º Official	14 de nov. de 1896
	Designado.	Archivista interino.	1 de abril de 1901
	(Serviu até 11 de fevereiro de 1904.)		
	(Serviu de Director da 1ª Secção de 12 de fevereiro a 13 de abril, de 7 de junho a 8 de julho, de 19 de julho a 25 de agosto de 1904, de 30 de setembro de 1904 a 15 de abril de 1905 e de 19 de abril de 1905 a 30 de março de 1906.)		

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Arthur Eduardo Raoux Briggs	Promovido.	Director de Secção (Tomou posse na mesma data.)	31 de mar. de 1906
Raymundo Nonato Pece- gueiro do Amaral.	Nomeado Promovido. Exonerado. Nomeado Promovido. Designado. Dispensado. Designado. Promovido Idem Nomeado Dispensado. Idem Nomeado Promovido Exonerado a pedido	Praticante da Contadoria de Marinha. 4º Escripturario. Idem Praticante desta Secretaria de Estado (Entrou em exercicio do seu cargo a 14 de maio de 1889.) Amanuense (Serviu no Gabinete de 12 de Setembro a 3 de novembro de 1891.) Official de Gabinete. Idem Auxiliar da Directoria Geral. (Serviu no Gabinete de 7 a 25 de outubro de 1893, de 15 de novembro de 1894 a 31 de agosto de 1896.) 2º Official (Esteve em gozo de licença de 21 de junho a 10 de novembro de 1899.) 1º Official (Serviu no Gabinete desde 5 de julho de 1901 até 14 de novembro de 1902.) Official de Gabinete. Auxiliar da Directoria Geral. Official de Gabinete. Idem Director de Secção Official de Gabinete. (Está em commissão na Europa desde 23 de abril de 1912.)	22 de ag. de 1885 2 de out. de 1886 15 de maio de 1889 11 de maio de 1889 14 de jan. de 1890 4 de nov. de 1891 23 de nov. de 1891 16 de jan. de 1892 2 de maio de 1895 27 de fev. de 1902 15 de nov. de 1902 20 de nov. de 1902 2 de dez. de 1902 3 de dez. de 1902 21 de nov. de 1907 22 de abril de 1912

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Arino Ferreira Pinto.	Nomeado . . .	Praticante desta Secretaria de Estado . . . (Entrou em exercicio do seu cargo a 20 de fevereiro de 1888.)	18 de fev. de 1888
	Promovido . . .	Amanuense. (Serviu de Archivista de 4 de abril de 1893 a 21 de maio de 1894 e de 2 de janeiro a 6 de abril de 1895.)	11 de maio de 1889
	Idem. . . .	2º Official (Serviu de Director da 4ª Secção de 15 a 31 de dezembro de 1896.) (Esteve em gozo de licença de 1 de abril a 30 de setembro de 1899.) (Serviu de Director da 1ª Secção de 10 de março a 19 de junho, de 18 de julho a 22 de agosto de 1901, de 2 a 27 de janeiro, de 19 de maio a 4 de agosto e de 20 de setembro a 20 de novembro de 1902.)	31 de dez. de 1895
	Idem. . . .	1º Official (Esteve em gozo de licença de 14 de janeiro a 13 de maio de 1904.) (Serviu de Director da 3ª Secção de 27 de janeiro a 11 de abril de 1905; de Direc- tor da 1ª Secção de 19 de agosto a 30 de Setembro de 1907; de Director da 5ª Secção de 10 a 30 de abril, de 4 a 29 de maio e de 2 de outubro a 6 de novembro de 1909 e de Director da 1ª Secção de 21 de novembro de 1909 a 9 de maio de 1910.)	22 de out. de 1903
	Promovido . . .	Director de Secção (Tomou posse na mesma data.)	10 de maio de 1910
Gregorio Pecegheiro do Amaral	Nomeado . . .	Addido á Contadoria da Marinha. . . .	28 de maio de 1887
	Idem. . . .	Praticante	30 de abril de 1889
	Promovido . . .	4º Escriptuario.	23 de jun. de 1890
	Nomeado . . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercicio do seu cargo a 21 de novembro de 1891.) (Serviu de Archivista de 21 de setembro a 7 de outubro de 1896, de 11 a 27 de março de 1897, de 8 a 28 de fevereiro e de 15 de dezembro de 1898 a 14 de janeiro de 1899, de 20 de janeiro a 4 de março, de 15 de maio a 20 de julho e de 23 de outubro a 4 de dezembro de 1899, de 20 de agosto a 8 de outubro e de 17 de novembro de 1900 a 31 de março de 1901.)	20 de nov. de 1891

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Gregorio Pecegheiro do Amaral.	Promovido . .	2º Official (Esteve em gozo de licença de 18 de feve- reiro a 17 de maio de 1904.)	6 de mar. de 1901
	Nomeado . .	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro- Boliviano	31 de maio de 1904
	Idem. . . .	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro- Peruano	2 de jan. de 1906
	Promovido . .	1º Official (Serviu de Director da 3ª Secção de 11 de setembro a 14 de novembro de 1906; de 1 de janeiro a 10 de março e de 14 a 31 de agosto de 1908; de 6 de setembro a 5 de outubro de 1909; de 27 de dezembro desse anno a 31 de janeiro de 1910 e de 15 de fevereiro a 31 de março de 1911.)	31 de mar. de 1906
	Fromovido . .	Director de Secção	31 de mar. de 1911
<i>1.ªs Officiaes</i>			
Eugenio Ferraz de Abreu	Nomeado . .	Fiel de armazem da Alfandega do Rio de Janeiro.	24 de dez. de 1889
	Exonerado . .	Idem	5 de dez. de 1890
	Nomeado . .	Archivista desta Secretaria de Estado . . (Entrou em exercicio do seu cargo a 13 de dezembro de 1890.)	5 de dez. de 1890
		(Esteve em gozo de licença de 17 de março a 16 de julho de 1891 e de 25 de janeiro a 1 de fevereiro de 1892.)	
	Idem. . . .	2º Secretario da Missão Especial na China	9 de mar. de 1893
	Exonerado . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 19 de feve- reiro a 6 de abril de 1895 e de 7 de fevereiro a 4 de março de 1899.)	21 de maio de 1894
	Posto á . .	Disposição da Presidencia do Estado do Rio de Janeiro. (Reassumiu suas funções nesta Secretaria de Estado em 2 de janeiro de 1904.)	3 de jan. de 1901
	Nomeado . .	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro- Boliviano	31 de maio de 1904
	Idem. . . .	1.º Official desta Secretaria de Estado.	25 de maio de 1905

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Eugenio Ferraz de Abreu	(Serviu de Director da 5ª Secção de 8 de junho a 2 de agosto de 1905, de 5 de agosto de 1905 a 19 de março de 1906.)		
	Nomeado	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano	2 de jan. de 1906
	(Serviu de Director da 5ª Secção de 23 de julho a 21 de agosto e de 25 de outubro a 24 de novembro de 1906; de 7 a 31 de janeiro e de 4 de fevereiro a 16 de maio de 1907; de 1 de junho de 1907 a 31 de agosto de 1908; de 9 a 30 de setembro, de 8 a 31 de outubro e de 9 a 30 de novembro de 1908.)		
	(Esteve em comissão no Consulado Geral do Brasil em Pariz desde 21 de abril de 1909 até 30 de abril de 1911.)		
José Maria de Campos Paradedda	Nomeado	Amanuense desta Secretaria de Estado	17 de nov. de 1896
	(Entrou em exercício do seu cargo a 17 de novembro de 1896.)		
	Promovido	2º Official	15 de mar. de 1902
	(Serviu de Director da 2ª Secção de 18 de janeiro a 17 de abril, de 6 a 20 de julho de 1904, de 9 a 25 de junho de 1905, de 13 de janeiro a 28 de fevereiro, de 5 de julho a 1 de setembro de 1906 e de 4 de outubro de 1906 a 16 de fevereiro de 1907.)		
	Idem.	1º Official	23 de nov. de 1907
	(Serviu de Director da 1ª Secção de 25 de novembro de 1907 a 20 de novembro de 1909 e de Director da 2ª Secção de 14 de fevereiro a 16 de abril de 1910.)		
	(Está em comissão no Consulado Geral do Brasil em Pariz, desde 25 de maio de 1911.)		
Napoléão Reys.	Assentou praça.	Escola Militar do Districto Federal.	1 de mar. de 1890
	Teve	Baixa do serviço militar.	11 de maio de 1891
	Nomeado	Praticante supplente da Directoria Geral dos Correios.	31 de jan. de 1894
	Idem.	Praticante da Administração dos Correios do Districto Federal.	25 de maio de 1894
	Idem.	Amanuense da dita Administração	29 de ag. de 1894
	Exonerado	Idem	11 de nov. de 1899

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Napoleão Reys.	Nomeado	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercício do seu cargo a 1 de novembro de 1899.) (Esteve em gozo de licença de 18 de novembro de 1901 a 17 de fevereiro de 1902 e de 18 de fevereiro a 22 de março de 1904.)	31 de out. de 1899
	Promovido.	2º Official (Serviu de Director da 5ª Secção de 8 a 24 de dezembro de 1909; de 23 de janeiro a 7 de fevereiro e de 25 de fevereiro a 30 de abril de 1910.)	31 de mar. de 1906
	Idem.	1º Official (Serviu de Director da 5ª Secção de 14 de maio de 1910 a 31 de março de 1911 e de 6 de novembro a 1 de dezembro do mesmo anno.)	10 de maio de 1910
Zacarias de Góes Carvalho	Nomeado	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercício do seu cargo a 1 de novembro de 1899.) (Esteve em gozo de licença de 8 de fevereiro a 9 de março de 1901.)	31 de out. de 1899
	Designado	Auxiliar da Directoria Geral.	20 de nov. de 1902
	Promovido	2º Official (Serviu de Director da 2ª Secção de 18 de fevereiro a 25 de maio de 1907.)	31 de mar. de 1906
	Nomeado	Secretario da Delegação Brasileira no 3º Congresso Internacional Americano (Serviu de Director da 2ª Secção de 14 de outubro a 22 de novembro de 1907.)	19 de jul. de 1906
	Promovido	1º Official (Serviu de Director da 1ª Secção de 19 de janeiro a 26 de maio de 1911; de Director da 2ª Secção de 8 a 31 de agosto e de Director da 1ª Secção de 9 de outubro a 31 de dezembro do mesmo anno e está servindo de Director da 2ª Secção desde 22 de fevereiro do corrente anno.)	10 de maio de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Raul Adalberto de Campos.	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. . (Entrou em exercicio a 17 de março de 1902.) (Serviu no Gabinete do Ministro de 3 de fevereiro a 15 de outubro de 1903.)	15 de mar. de 1902
	Promovido . .	2º Official	23 de nov. de 1907
	Promovido . .	1º Official (Serviu de Director da 4ª Secção de 22 de Setembro a 3 de novembro de 1908; está servindo actualmente de Director desde 1º de abril de 1910.)	31 de mar. de 1911
<i>2ºs Officiaes</i>			
Manoel Raymundo de Menezes	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. . (Entrou no exercicio do seu cargo a 17 de janeiro de 1899.) (Esteve em gozo de licença de 10 de fevereiro a 9 de junho de 1899 e de 13 de fevereiro a 11 de junho de 1902.)	16 de jan. de 1899
	Promovido . .	2º Official (Esteve em gozo de licença de 3 de novembro de 1905 a 18 de abril de 1906.) (Serviu de Director da 4ª Secção de 1 a 30 de novembro de 1906 e de 4 de fevereiro a 18 de março de 1908.) (Esteve em gozo de licença de 7 de novembro de 1910 a 6 de janeiro de 1911.)	25 de maio de 1905
Henrique José de Sales	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. . (Entrou em exercicio a 18 de março de 1902.) (Serviu no Gabinete de 3 de fevereiro a 24 de março de 1903.) (Serviu de Auxiliar da Directoria Geral de 10 a 26 de março de 1904; de 18 de fevereiro a 25 de maio e de 11 de outubro a 22 de novembro de 1907.)	15 de mar. de 1902
	Promovido . .	2º Official	23 de jun. de 1908

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Carlos Ferreira de Araujo.	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercicio na mesma data.)	23 de nov. de 1903
	Passou a . .	3º Official	31 de ag. de 1909
	Promovido . .	2º Official	10 de maio de 1910
Luiz Avelino Gurgel do Amaral	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercicio a 27 de maio de 1905).	25 de maio de 1905
	Passou a . .	3º Official (Serviu de Auxiliar da Directoria Geral de 12 de abril a 4 de junho de 1909 e de 18 de abril a 31 de maio de 1910.)	31 de ag. de 1909
	Promovido . .	2º Official (Serviu de Auxiliar da Directoria Geral, em 1911, de 19 de janeiro a 26 de maio, de 8 a 31 de agosto e de 9 de outubro a 31 de dezembro e, em 1912, de 22 de fevereiro a 17 de março.) (Está em commissão na Legação do Brasil na Republica Argentina desde 7 de abril de 1912.)	10 de maio de 1910
Arthur Guimarães de Araujo Jorge.	Nomeado . .	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro- Boliviano.	21 de jun. de 1905
	Idem. . . .	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro- Peruano	2 de jan. de 1906
	Idem. . . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercicio na mesma data.)	2 de abril de 1906
	Idem. . . .	Secretario da Delegação Brasileira no 3.º Congresso Internacional Americano	19 de jul. de 1906
	Exonerado . .	Auxiliar nos Tribunaes Arbitraes Brasileiro- Boliviano e Brasileiro-Peruano.	1 de ag. de 1907
	Passou a . .	3º Official	31 de ag. de 1909
	Promovido . .	2º Official (Tomou posse na mesma data.) (Serve no Gabinete do Ministro desde 5 de agosto de 1907.)	31 de mar. de 1911

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
<i>3^{os} Officiaes</i>			
Henrique Pecegheiro do Amaral	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercicio a 27 de maio de 1905.)	25 de maio de 1905
	Passou a . .	3 ^o Official (Serviu no Gabinete do Ministro desde 9 de abril de 1906 até 5 de julho de 1910.)	31 de ag. de 1909
Antonio Alves da Fon- seca.	Assentou pra- ça	Batalhão Academico (Serviu na divisão em operações em Nicthe- roy durante a revolta em setembro de 1893, sendo elogiado pelo seu zelo, intelligencia, actividade e bravura.)	15 de ag. de 1892
	Teve honras de. . . .	Alferes do Exercito por decreto de. . .	15 de out. de 1894
	Excluido . .	das fileirs do Exercito por se ter matriculado na Escola Militar.	9 de mar. de 1895
	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercicio a 5 de abril de 1906.)	2 de abril de 1906
	Passou a . .	3 ^o Official (Serviu de Auxiliar do Consultor Juridico deste Ministerio de 1. ^o de julho de 1907 a 7 de fevereiro de 1912.) (Serve no Gabinete do Sub-Secretario de Estado desde 7 de fevereiro de 1912.)	31 de ag. de 1909
Rodrigo Heraclito Ri- beiro	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Tomou posse na mesma data.)	23 de jun. de 1908
	Passou a . .	3 ^o Official (Serve no Gabinete do Sub-Secretario de Estado desde 7 de fevereiro de 1912.)	31 de ag. de 1909
Sylvio Liberato Roméro	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Tomou posse na mesma data.)	29 de dez. de 1908
	Passou a . .	3 ^o Official	31 de ag. de 1909

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Lafayette de Carvalho e Silva	Nomeado . .	3º Official desta Secretaria de Estado . . (Tomou posse na mesma data.) (Serve no Gabinete do Sub-Secretario de Estado desde 7 de fevereiro de 1912.)	6 de nov. de 1909
Octavio Fialho	Nomeado . .	3º Official desta Secretaria de Estado . . (Tomou posse na mesma data.)	10 de maio de 1910
Helio Lobo Leite Pe- reira	Nomeado . .	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro- Peruano	31 de dez. de 1907
	Idem. . . .	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro- Boliviano	3 de nov. de 1908
	Idem. . . .	Secretario da Delegação Brasileira no 4.º Congresso Internacional Americano	23 de jun. de 1910
	Exonerado . .	Auxiliar no Tribunal Arbitral Brasileiro- Peruano	1 de out. de 1910
	Nomeado . .	3º Official desta Secretaria de Estado . . (Tomou posse na mesma data.)	1 de out. de 1910
Ayres de Maya Mon- teiro	Nomeado . .	3º Official desta Secretaria de Estado . . (Tomou posse em 16 de novembro de 1910.)	14 de nov. de 1910
Theodoro Figueira de Almeida	Nomeado . .	3º Official desta Secretaria de Estado . . (Tomou posse em 1 de abril de 1911.) (Esteve á disposição do Governo do Estado do Rio de Janeiro desde 1 de abril até 14 de novembro de 1911.)	31 de mar. de 1911
Rodolpho de Siqueira Fritz	Nomeado . .	Addido á Legação do Brasil na Allema- nha.	25 de out. de 1906
		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado desde 24 de junho de 1909 até 5 de junho de 1911.)	

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Rodolpho de Siqueira Fritz	Nomeado . . .	3º Official desta Secretaria de Estado . . (Tomou posse em 6 de junho de 1911.) (Esteve em gozo de licença de 19 de feve- reiro a 18 de abril de 1912.)	31 de maio de 1911
<i>Porteiro</i>			
Paulino José Soares Pe- reira	Nomeado . . .	Guarda da Alfandega do Rio de Janeiro	11 de nov. de 1861
	Exonerado . .	Idem	14 de jul. de 1863
	Nomeado . . .	Idem	1 de fev. de 1865
	Exonerado . .	Idem	21 de jul. de 1871
	Nomeado . . .	Continuo desta Secretaria de Estado. . . (Entrou em exercicio do seu cargo a 21 de julho de 1871.)	19 de jul. de 1871
	Designado . .	Ajudante do Porteiro.	28 de dez. de 1877
	Promovido . .	Porteiro	4 de dez. de 1885
<i>Ajudante do Porteiro</i>			
Antonio Pereira de Mi- randa	Assentou pra- ça.	Corpo Militar de Policia do Rio de Janeiro.	1 de set. de 1874
	Promovido . .	Cabo de esquadra.	2 de out. de 1879
	Teve baixa . .		8 de dez. de 1885
	Nomeado . . .	Continuo desta Secretaria de Estado. . . (Entrou em exercicio do seu cargo a 7 de dezembro de 1885.)	7 de dez. de 1885
	Designado . .	Ajudante do Porteiro.	7 de dez. de 1885
	Promovido . .	Idem (Serviu de Porteiro de 17 de fevereiro a 31 de março de 1904 e de 13 de agosto a 1 de setembro de 1904, de 14 de agosto a 2 de dezembro de 1905 e de 11 de setembro a 10 de outubro de 1906.) (Esteve em gozo de licença de 23 de julho a 22 de agosto de 1907.) (Serviu de Porteiro de 11 de setembro a 18 de novembro de 1907; de 1 de agosto a 31 de outubro de 1908; de 7 de abril a 7 de maio de 1909; de 7 de maio a 13 de junho de 1910; de 8 de abril a 18 de maio de 1911; de 4 a 24 de julho de 1911 e está servindo desde 29 de dezembro de 1911.)	26 de abril de 1892
<i>Continuos</i>			
João Ventura Rodrigues	Nomeado . . .	Continuo desta Secretaria de Estado . . . (Entrou em exercicio do seu cargo a 4 de dezembro de 1878.)	4 de dez. de 1878

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
João Ventura Rodrigues		(Esteve em gozo de licença de 7 de janeiro a 6 de maio de 1887.) (Serviu de Ajudante do Porteiro de 12 de maio a 11 de junho de 1902, de 17 de fevereiro a 31 de março, de 2 a 20 de julho, de 13 de agosto a 1 de setembro de 1904, de 14 a 29 de março, de 26 de abril a 12 de maio, de 14 de agosto a 2 de dezembro de 1905, de 14 de dezembro de 1905 a 13 de janeiro de 1906, de 20 de fevereiro a 13 de julho, de 11 de setembro a 10 de outubro de 1906; de 16 de março a 19 de abril, de 23 de julho a 22 de agosto e de 11 de setembro a 18 de novembro de 1907; de 14 de abril a 11 de maio, de 1 de agosto a 31 de outubro de 1908; de 1 de abril a 7 de maio de 1909 e de 7 de maio a 13 de junho de 1910.) (Está em gozo de licença desde 25 de janeiro de 1912.) —	
Miguel José da Costa.	Nomeado	Continuo desta Secretaria de Estado (Entrou em exercício do seu cargo a 6 de maio de 1893.) (Anteriormente a essa nomeação conta, em virtude do dec. n. 1980 de 22 de outubro de 1908, tempo de serviço como Servente desta Secretaria de Estado no período de 18 de maio de 1889 a 5 de maio de 1893.) (Esteve em gozo de licença de 16 de abril a 20 de setembro de 1900.)	6 de maio de 1893
	Idem.	Continuo do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano	
	Idem.	Continuo do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano (Está servindo de Ajudante do Porteiro desde 29 de dezembro de 1911.) —	1 de jun. de 1904 2 de jan. de 1906
Americo Ventura Rodrigues	Nomeado	Continuo desta Secretaria de Estado (Entrou em exercício do seu cargo a 27 de maio de 1905.)	25 de maio de 1905

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N.º 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Americo Ventura Rodrigues.		(Esteve em gozo de licença de 7 de outubro de 1911 a 5 de janeiro de 1912.)	
Salvador Gonzalez. . .	Nomeado . .	Continuo desta Secretaria de Estado . . . (Entrou em exercicio na mesma data.)	23 de fev. de 1912
<i>Correios</i>			
João Joaquim Fernandes de Sá	Assentou praça. . . .	Corpo Militar de Policia do Rio de Janeiro	20 de ag. de 1875
	Promovido. .	Cabo de esquadra.	1 de dez. de 1878
	Teve baixa . .		15 de nov. de 1881
	Nomeado . .	Correio da Secretaria da Justiça. . . .	14 de nov. de 1881
	Idem	Idem desta Secretaria de Estado. . . .	4 de ag. de 1883
João Joaquim Fernandes de Sá		(Entrou em exercicio do seu cargo a 12 de agosto de 1883.) (Esteve em gozo de licença de 16 de dezembro de 1886 a 12 de março de 1887.)	
	Passou a . .	1.º Correio	4 de jan. de 1912
Carlos Pinto da Costa. .	Nomeado . .	Correio desta Secretaria de Estado . . . (Entrou em exercicio do seu cargo a 1 de outubro de 1903.)	30 de set. de 1903
	Passou a . .	2.º Correio	4 de jan. de 1912

4ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1912.

RAUL A. DE CAMPOS,
1º Official, servindo de Director

N. 5

Quadro dos empregados diplomaticos e consulares brasileiros em effectividade de serviço e em disponibilidade ⁽¹⁾

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Cyro de Azevedo . . .	Nomeado . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario . .	Chile	11 de jan. de 189
		(Partiu a 16 de janeiro de 1890.)		
	Removido . .	Idem	Perú	6 de mar. de 189
	Idem . . .	Idem de 1. ^a classe. . . .	Hespanha	4 de dez. de 189
	Idem . . .	Idem	Republica Argentina	7 de mar. de 189
	Idem . . .	Idem	Mexico	2 de mar. de 189
		(Esteve em gozo de licença de 1 de julho a 31 de dezembro de 1892 e de 10 de agosto a 9 de dezembro de 1895.)		
	Idem . . .	Idem	Vienna	16 de dez. de 189
	Idem . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario . .	Allemanha	10 de jan. de 189
		(Esteve em gozo de licença de 23 de maio a 29 de agosto de 1900.)		
Dr. Francisco Regis de Oliveira	Idem . . .	Idem	Republica Argentina	26 de jul. de 190
	Idem . . .	Idem	Austria-Hungria . .	16 de jan. de 190
		(Esteve em gozo de licença de 18 de abril a 20 de setembro de 1905.)		
	Nomeado . .	Addido de 1. ^a classe. . .	Republica da Bolivia	14 de jan. de 187
		(Partiu a 22 de julho de 1871.)		
	Removido . .	Idem	Austria-Hungria . .	19 de jun. de 187
	Mandado servir . . .		França	3 de jun. de 187
	Promovido . .	Secretario.	Republica do Perú .	14 de fev. de 187

¹ Em virtude de ordem de S. Ex. o Sr. Ministro, na organização deste quadro foram attendidas sómente as reclamações documentadas, ou dependentes de verificação por este Ministerio e que interessam á promoção ou aposentadoria.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Francisco Reis de Oliveira	Mandado servir.	(Serviu de encarregado de negocios de 20 de maio a 26 de junho de 1879.) (Esteve em gozo de licença de 12 de abril a 11 de agosto de 1880 e de 20 de abril a 19 de julho de 1881.)	Republica Oriental do Uruguay	30 de out. de 1878
	Removido	Secretario. (Esteve em gozo de licença de 18 de janeiro de 1885 a 1 de janeiro de 1886.)	Allemanha	22 de jun. de 1881
	Promovido.	Encarregado de negocios. (Esteve em gozo de licença de 2 de novembro de 1887 a 31 de abril de 1888.)	Republica do Paraguay	28 de nov. de 1885
	Idem	Ministro residente	Hespanha	20 de ag. de 1888
	Idem	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario	Austria-Hungria	2 de ag. de 1890
	Removido	Idem de 1. ^a classe. (Esteve em gozo de licença de 15 de setembro a 14 de dezembro de 1892.)	Russia	18 de dez. de 1890
	Idem	Idem	Italia.	31 de jul. de 1893
	Acreditado cumulativamente	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario	Austria-Hungria	7 de fev. de 1898
	Exonerado.	Idem (Esteve em comissão de 1 a 26 de agosto de 1900 e em gozo de licença de 27 do mesmo mez até 20 de fevereiro de 1901.)	Idem	7 de jan. de 1899
	Removido	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (Esteve em gozo de licença de 11 de outubro a 10 de novembro de 1904.)	Idem	23 de jun. de 1902
	Removido	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario	Grã-Bretanha	10 de jan. de 1905

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Francisco Re- gis de Oliveira		(Esteve em gozo de licença de 23 de março a 22 de setembro de 1905.)		
	Nomeado cumulativa- mente	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.	Noruega.	16 de jan. de 1908
	Exonerado.	Idem	Idem	15 de jan. de 1910
	Nomeado em missão espe- cial	(Embaixador extraordinario para representar o Brasil nas solemnidades do cin- coentenário da unificação da Italia)	Italia	5 de mar. de 1911
	Idem	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario em Missão Especial para re- presentar o Brasil nas solemnidades da coroação de Sua Majestade Jorge V	Grã-Bretanha	10 de maio de 1911
		—		
Bacharel Brasílio Itiberê da Cunha	Nomeado . . .	Addido de 1. ^a classe (Partiu a 27 de julho de 1871.) (Serviu de secretario de 1 de julho a 6 de agosto de 1872 e de 1 de outubro a 31 de dezembro de 1875.)	Prussia	8 de jun. de 1871
	Mandado ser- vir		Italia	2 de out. de 1873
	Removido.	Addido de 1. ^a classe (Esteve em gozo de licença de 17 de abril a 31 de outubro de 1882.)	Idem	30 de nov. de 1875
	Promovido.	Secretario.	Belgica	31 de out. de 1882
		(Esteve em gozo de licença de 18 de janeiro a 17 de fevereiro de 1884, de 18 de fevereiro a 17 de março de 1885, de 1 a 28 de fevereiro de 1886, de 22 de janeiro a 21 de feve- reiro de 1887 e de 18 de maio a 17 de junho de 1888.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Brásilio Itiberê da Cunha	(Serviu de encarregado de negocios de 3 a 16 de março de 1883, de 21 de maio a 8 de novembro de 1883, de 1 de agosto a 31 de outubro de 1884, de 23 de agosto a 11 de setembro, de 1 de outubro a 10 de novembro de 1885, de 16 de agosto a 15 de outubro de 1886, de 8 de agosto a 22 de setembro, de 15 a 31 de outubro de 1887, de 17 de julho a 17 de outubro de 1888, de 19 de julho a 30 de setembro de 1889, de 14 de dezembro de 1889 a 15 de março de 1891.)			
Passou a . . .	1.º Secretario		Belgica	12 de dez. de 1890
Promovido . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario de 2.ª classe		Bolivia	15 de mar. de 1892
Removido . .	Idem		Perú	27 de dez. de 1894
Exonerado . .	E posto em disponibilidade (Esteve em disponibilidade inactiva de 4 de abril de 1895 a 24 de janeiro de 1896.)			29 de mar. de 1895
Mandado . .	Exercer o seu cargo no . . (Esteve em gozo de licença de 1 de janeiro a 18 de junho de 1897, de 1 de julho de 1901 a 6 de junho de 1902 e de 18 de abril a 17 de outubro de 1905.) (Esteve em comissão na Europa de 18 de outubro de 1905 a 26 de dezembro de 1907.)		Paraguay	2 de jan. de 1896
Removido . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario . .		Portugal	3 de dez. de 1907
Idem	Idem (Esteve em gozo de licença de 9 a 23 de agosto de 1910, de 16 de outubro a 30 de novembro de 1910 e está novamente desde 11 de abril de 1912.)		Allemanha	25 de maio de 1908

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Henrique Carlos Ribeiro Lisboa	Nomeado . .	Addido de 1. ^a classe (Partiu a 26 de janeiro de 1871.)	Venezuela	31 de dez. de 1870
	Removido . .	Idem (Em 1873 esteve em gozo de licença durante 2 mezes e 13 dias.)	Estados Unidos da America.	4 de dez. de 1872
	Mandado ser- vir.		Portugal.	11 de nov. de 1874
	Removido . .	Addido de 1. ^a classe. (Esteve em gozo de licença de 20 de setembro de 1878 a 19 de março de 1879.)	Hespanha	30 de nov. de 1875
	Nomeado . .	Secretario da missão espe- cial (Esteve em gozo de licença de 1 de abril a 31 de agosto de 1881.)	China.	9 de ag. de 1879
	Exonerado. .	Addido de 1. ^a classe	Hespanha	1 de out. de 1881
	Readmittido e promovido . .	Secretario. (Partiu a 11 de dezembro de 1883.) (Serviu de encarregado de negocios de 29 de dezem- bro de 1884 a 9 de janeiro de 1885.)	Republica Oriental do Uruguay	10 de nov. de 1883
	Removido . .	Secretario. (Esteve em gozo de licença de 27 de junho de 1888 a 26 de fevereiro de 1889, de 1 de abril a 31 de maio e de 1 de outubro a 21 de dezembro de 1890.)	Paraguay	13 de jun. de 1888
	Passou a . .	1. ^o Secretario (Serviu em commissão nesta Secretaria de Estado de 1 de junho de 1890 a 13 de agosto do mesmo anno.) (Continuou a mesma com- missão de 22 de dezembro de 1890 a 5 de abril de 1892.)	Idem	12 de dez. de 1890
	Removido . .	1. ^o secretario	Italia.	6 de abr. de 1892

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Henrique Carlos Ribeiro Lisboa	(Esteve em gozo de licença de 12 de janeiro a 11 de novembro de 1894.)			
Promovido	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario de 2. ^a classe		Paraguay	31 de out. de 1894
Removido	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.		Russia	2 de jan. de 1896
Idem	Idem		Japão.	17 de abr. de 1897
Exonerado.	E posto em disponibilidade			2 de jan. de 1899
Mandado	Exercer o seu cargo		Russia	11 de jan. de 1899
Acreditado cumulativa- mente	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.		Suecia e Noruega.	13 de jul. de 1899
	(Esteve em gozo de licença de 1 de dezembro de 1900 a 31 de maio de 1901.)			
Removido	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.		Chile.	30 de abril de 1903
	(Esteve em gozo de licença de 30 de agosto a 29 de outubro de 1903 e de 1 de abril a 30 de setembro de 1907.)			
Idem	Idem		Republica Oriental do Uruguay	9 de jan. de 1909
	(Esteve em gozo de licença de 9 de julho a 7 de setembro de 1911.)			
Bacharel Alberto Fialho.	Nomeado	Addido de 1. ^a classe.	Austria-Hungria	2 de set. de 1882
		(Partiu a 1 de outubro de 1882.)		
Mandado ser- vir			Belgica	15 de ag. de 1885
		(Serviu de secretario de 11 de fevereiro a 2 de março de 1886.)		
Idem regressar ao seu posto			Austria-Hungria	11 de maio de 1886
		(Esteve em gozo de licença de 1 de outubro a 30 de novembro de 1886.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Alberto Fialho.	(Em comissão no Ministerio do Imperio desde 1 de dezembro de 1886 a 1 de novembro de 1887.) (Esteve em gozo de licença de 2 de novembro de 1887 a 31 de março de 1888.)			
Nomeado	Secretario do ministro pleni- potenciario ao Congresso Internacional de direito privado, reunido em Mon- tevidéo			29 de nov. de 1888
Promovido	Secretario (Esteve em gozo de licença de 9 de abril a 9 de junho de 1889.)		Republica Argentina	26 de jan. de 1889
Passou a	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 26 de novem- bro de 1890 a 31 de março de 1891.)		Idem	12 de dez. de 1890
Removido	1.º secretario (Esteve em gozo de licença de 8 de agosto a 7 de setem- bro de 1892.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de maio a 20 de julho de 1895.) (Esteve em gozo de licença de 4 de agosto de 1895 a 3 de fevereiro de 1896.)		França	3 de ag. de 1891
Promovido	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario		Bolivia	30 de dez. de 1895
Removido	Idem (Esteve em gozo de licença de 18 de junho a 5 de agosto de 1898 e de 23 a 31 de julho de 1899 e de 29 de abril a 27 de agosto de 1901.)		Republica Oriental do Uruguay	6 de jan. de 1897
Idem	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario (Esteve em gozo de licença de 31 de julho de 1904 a 30 de janeiro de 1905 e de 5 de setembro a 4 de outubro de 1907.)		Portugal	30 de jan. de 1902

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Alberto Fialho. . . .	Removido . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Esteve em gozo de licença de 28 de julho a 27 de setembro de 1910 e de 7 de novembro de 1910 a 5 de maio de 1911.)	Italia	3 de dez. de 1907
	Nomeado em missão especial . . .	Embaixador extraordinario para representar o Brasil na posse do Presidente da	Republica Argentina	25 de set. de 1910
Eduardo Felix Si- mões dos Santos Lisboa. . . .	Nomeado . .	Addido de 1. ^a classe . . . (Partiu a 25 de dezembro de 1876.)	Chile.	30 de ag. de 1876
	Removido . .	Idem (Serviu de secretario de 11 de julho a 30 de outubro de 1881, de 27 de setembro de 1884 a 25 de março de 1885 e de 12 de dezembro de 1885 a 26 de abril de 1886.)	Portugal.	26 de fev. de 1881
	Idem . . .	Addido de 1. ^a classe. . . (Serviu de secretario de 1 de novembro de 1889 a 17 de junho de 1890 e de 3 de julho a 6 de novembro de 1890; serviu de encarregado de negocios de 6 de novembro a 2 de dezembro de 1890.)	Grã-Bretanha . . .	12 de dez. de 1885
	Promovido. .	Secretario. (Serviu de secretario da Legação em Londres de 2 de dezembro de 1890 a 21 de maio de 1891.)	Suissa.	10 de nov. de 1890
	Passou a . .	1. ^o secretario. (Foi encarregado da direção do Consulado Geral em Genebra de 5 de abril a 8 de julho de 1892.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de maio a 8 de julho de 1892.)	Suissa.	12 de dez. de 1890
	Removido . .	1. ^o secretario.	Grã-Bretanha . . .	6 de abril de 1892

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Eduardo Felix Si- mões dos Santos Lisboa.	Promovido.	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.	Bolivia	6 de jan. de 1897
	Removido .	Idem	Perú	11 de ag. de 1903
	Idem . . .	Idem	Hollanda.	13 de dez. de 1906
	Nomeado .	Delegado do Brasil na Se- gunda Conferencia da Paz na Haya		1 de abril de 1907
	Nomeado cumulativa- mente .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.	Dinamarca	16 de jan. de 1908
	Exonerado.	Idem	Idem	15 de jan. de 1910
	Removido .	Idem	Portugal.	30 de abril de 1912
Dr. Olyntho Ma- ximo de Maga- lhães	Nomeado .	2.º secretario.	Austria-Hungria . .	15 de mar. de 1892
	Designado .	Servir na missão especial.	Estados Unidos da America	25 de ag. de 1892
	Promovido.	1.º secretario.	Mexico	31 de out. de 1894
	Dispensado .	Do cargo que exercia na missão especial	Estados Unidos da America	14 de fev. de 1895
		(Seguiu para o seu posto no Mexico em 20 de abril de 1895.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 10 de agosto a 31 de dezembro de 1895.)		
	Removido .	1.º secretario	França	2 de jan. de 1896
	Promovido.	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.	Russia	17 de abril de 1897
	Removido .	Idem	Suissa.	5 de jan. de 1898
	Chamado .	A serviço publico no Brasil		24 de ag. de 1898
	Exonerado.	E posto em disponibilidade		14 de nov. de 1898
	Nomeado .	Ministro de Estado das Rela- ções Exteriores		15 de nov. de 1898
		(Desempenhou esse cargo até 15 de novembro de 1902.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Olyntho Ma- ximo de Maga- lhães	Declarada sem efeito . . .	Sua exoneração e disponibi- lidade de 14 de novembro de 1898		14 de nov. de 1902
	Exonerado . .	E posto em disponibilidade		14 de nov. de 1902
	Mandado . .	Exercer o seu cargo . . .	Suissa.	30 de abril de 1903
		(Esteve em gozo de licença de 7 de março de 1906 a 28 de fevereiro de 1907; de 1 de dezembro de 1908 a 18 de outubro de 1909 e de 1 de março de 1911 a 30 de abril de 1912.)		
	Removido . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario. .	França.	30 de abril de 1912
Dr. Bruno Gon- çalves Chaves .	Nomeado . .	Addido de 1. ^a classe. . .	Mexico	10 de nov. de 1890
	Passou a . .	2. ^o secretario	Idem	12 de dez. de 1890
	Removido. .	Idem	França.	18 de fev. de 1891
		(Partiu a 10 de abril de 1891.)		
		(Dirigiu o Consulado Geral em Pariz de 24 de julho a 5 de novembro e serviu de 1. ^o secretario de 8 de agosto a 7 de setembro de 1892.)		
	Promovido. .	1. ^o secretario	Italia.	31 de out. de 1894
		(Esteve em gozo de licença de 17 de abril a 16 de setembro de 1896.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de julho a 15 de outubro de 1898.)		
	Idem	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario. .	Austria-Hungria . .	7 de jan. de 1899
		(Esteve em gozo de licença de 1 de março a 16 de outubro de 1901.)		
	Removido . .	Idem	Santa Sé.	23 de jun. de 1902

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Bruno Gonçalves Chaves		(Esteve em gozo de licença de 21 de março de 1906 a 16 de janeiro de 1907 e de 16 de abril a 15 de dezembro de 1911.)		
Manoel de Oliveira Lima .	Nomeado . .	Addido de 1. ^a classe. . .	Portugal	10 de nov. de 1890
	Passou a . .	2. ^o secretario	Idem	12 de dez. de 1890
		(Partiu a 17 de dezembro de 1890.)		
		(Serviu de 1. ^o secretario de 12 de maio a 29 de junho de 1892.)		
	Removido . .	Idem	Allemanha	6 de abril de 1892
		(Serviu de 1. ^o secretario de 1 de maio a 15 de outubro de 1894, de encarregado de negocios de 16 de outubro a 15 de novembro de 1894 e de 1. ^o secretario de 15 de novembro a 15 de abril de 1895.)		
		(Esteve em gozo de licença de 16 de abril de 1895 a 29 de fevereiro de 1896.)		
	Promovido. .	1. ^o secretario	Estados Unidos da America	2 de jan. de 1896
		(Serviu de encarregado de negocios de 19 de maio a 5 de junho de 1898.)		
	Removido . .	Idem	Grã-Bretanha	13 de out. de 1899
		(Serviu de encarregado de negocios de 23 de março de 1900 até 4 de fevereiro de 1901.)		
	Promovido. .	Encarregado de negocios. .	Japão.	31 de dez. de 1900
		(Assumiu a direcção da legação em 26 de junho de 1901.)		
	Idem	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. .	Perú	14 de nov. de 1902
		(Partiu do Japão em 6 de março de 1903.)		
		(Esteve aguardando ordens de 7 de março de 1903 a 20 de novembro de 1904.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Manoel de Oliveira Lima . .	Removido . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. . (Assumiu em 12 de março de 1905.) (Esteve em gozo de licença desde 16 de junho de 1906 a 15 de junho de 1907.) (Esteve em commissão de 16 de junho de 1907 a 14 de janeiro de 1908.)	Venezuela	11 de ag. de 1904
	Idem	Idem	Belgica	3 de dez. de 1907
	Acreditado cumulativamente . .	(Partiu do Rio em 14 de janeiro de 1908.) Idem	Suecia	16 de jan. de 1908
Bacharel Alfredo de Moraes Gomes Ferreira.	Nomeado . .	Addido de 2. ^a classe. . .	Grã-Bretanha . . .	26 de dez. de 1885
	Promovido. .	Addido de 1. ^a classe. . . (Partiu a 9 de agosto de 1886.)	Republica do Chile .	8 de maio de 1886
	Mandado servir.		Estados Unidos da America	9 de jul. de 1889
	Passou a . .	2. ^o secretario		12 de dez. de 1890
	Promovido. .	1. ^o secretario	Grã-Bretanha . . .	9 de mar. de 1891
	Removido . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 1 de julho a 30 de setembro de 1892.)	Estados Unidos da America	6 de abril de 1892
	Idem	Idem (Serviu de encarregado de negocios de 26 de maio a 16 de julho de 1893.)	Republica Oriental do Uruguay	8 de ag. de 1892
	Demittido			19 de jul. de 1893
	Posto em . .	Disponibilidade activa		30 de nov. de 1894
	Designado . .	Exercer o seu cargo . . . (Serviu de encarregado de negocios de 16 de agosto a 15 de dezembro de 1897 e de 2 de fevereiro a 2 de junho de 1899.)	Chile	1 de jul. de 1895

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Alfredo de Moraes Go- mes Ferreira.	(Esteve em gozo de licença de 15 de julho a 4 de outubro de 1899.)			
Removido	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 23 de outubro a 18 de dezembro de 1899.)		França	2 de out. de 1899
Idem	Idem		Grã-Bretanha	31 de dez. de 1900
Declarada sem efeito	Sua remoção.		Idem	23 de jan. de 1901
Destacado	1.º secretario		Portugal	12 de dez. de 1901
Mandado	Voltar a seu posto.		França	5 de maio de 1902
Idem	Servir de encarregado de negocios		Estados Unidos da America	14 de abril de 1903
Promovido	Encarregado de negocios. (Conta a antiguidade deste posto desde 14 de abril de 1903.) (Serviu provisoriamente nos Estados Unidos de 14 de maio de 1903 a 23 de maio de 1905.)			16 de abril de 1904
Promovido	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario (Esteve em gozo de licença de 6 de junho a 5 de dezembro de 1905.)		Bolivia	11 de ag. de 1904
Removido	Idem (Esteve aguardando ordens desde 6 de dezembro de 1905 a 4 de janeiro de 1907.)		Mexico	21 de mar. de 1906
Nomeado	Membro da delegação brasi- leira ao 3.º Congresso Internacional Americano			12 de jul. de 1906
Acreditado cumulativa- mente	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario. (Partiu para o Mexico em 5 de janeiro de 1907.)		Guatemala	13 de dez. de 1906

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Alfredo de Moraes Go- mes Ferreira.	Removido . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario . . (Esteve em serviço publico no Rio de 30 de janeiro de 1908 a 8 de março de 1909.)	Bolivia	3 de dez. de 1907
	Idem	Idem (Partiu do Rio em 8 de março de 1909.)	Chile	9 de jan. de 1909
Manoel Carlos Gonçalves Pe- reira	Nomeado . .	Addido de 2. ^a classe. . .	Republica Oriental do Uruguay	12 de dez. de 1885
	Mandado ser- vir.		Republica Argentina	16 de dez. de 1885
	Confirmado .	Addido de 2. ^a classe. . .	Idem	19 de nov. de 1887
	Nomeado . .	Idem de 1. ^a classe. . . . (Partiu a 9 de junho de 1888.)	Bolivia	18 de fev. de 1888
	Mandado ser- vir.	 (Serviu de encarregado de negocios de 5 de agosto de 1888 a 23 de abril de 1889 e de secretario de 24 de abril de 1889 a 28 de fevereiro de 1890.)	Perú	28 de fev. de 1888
	Destacado . .	Addido de 1. ^a classe. . .	Chile	17 de jan. de 1890
	Passou a . .	2. ^o secretario (Esteve em gozo de licença de 12 de maio de 1891 a 11 de maio de 1892.)	Perú	12 de dez. de 1890
	Destacado . .	Idem	Grã-Bretanha . . .	1 de jul. de 1891
	Removido . .	Idem	Portugal	6 de abril de 1892
	Idem	Idem (Serviu de encarregado de negocios de 4 de outubro de 1894 a 20 de março de 1895.) (Esteve em gozo de licença de 11 de abril a 10 de setembro de 1895.)	Hespanha	3 de dez. de 1892
	Idem	Idem	Grã-Bretanha . . .	31 de jul. de 1895

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Manoel Carlos Gonçalves Pe- reira	Promovido .	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 25 de junho a 8 de agosto de 1896.)	Perú	2 de jan. de 1896
	Removido .	1.º secretario	Japão	17 de abril de 1897
	Exonerado .	E posto em disponibilidade (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro a 1 de outubro de 1899.)		24 de dez. de 1898
	Designado .	Exercer o seu cargo. . . (Serviu de encarregado de negocios de 14 de junho a 21 de setembro de 1900.)	Republica Argentina .	31 de jul. de 1899
	Idem . . .	Para gerir o Consulado Geral em Buenos-Aires (Dirigiu o Consulado Geral de 1 de abril a 9 de junho de 1901. (Esteve em gozo de licença de 27 de setembro de 1901 a 14 de janeiro de 1903.)		1 de abril de 1901
	Promovido .	Encarregado de negocios. . (Partiu em 15 de janeiro de 1903.)	Japão	14 de nov. de 1902
	Idem . . .	Ministro residente	Idem	31 de dez. de 1904
	Promovido .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario . . (Esteve aguardando ordens de 30 de outubro de 1906 a 26 de agosto de 1908.)	Bolivia	21 de mar. de 1906
	Removido .	Idem (Esteve em gozo de licença de 23 de outubro de 1909 a 22 de outubro de 1910 e de 9 de setembro de 1911 a 8 de março de 1912.) (Está em serviço no Rio desde 18 de março de 1912.)	Japão	3 de dez. de 1907

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES E EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Inicio da Gama	Nomeado . .	Auxiliar da Superintendencia Geral do serviço de emi- gração para o Brasil na Europa (Serviço do Minis- terio da Agricultura. . .	França	1 de out. de 1891
		(Serviu até 16 de março de 1893.)		
	Idem . . .	Secretario da Missão Es- pecial, antiga denomina- ção, tendo, portanto, a categoria de 1.º secretario (Arbitramento da questão de limites com a Repu- blica Argentina). . .	Estados Unidos . .	18 de maio de 1893
		(Partiu em 11 de junho de 1893.)		
	Dispensado.	Idem	Idem	14 de fev. de 1895
		(Serviu até 20 de abril de 1895.)		
	Nomeado . .	Auxiliar do commissario Rio- Branco, encarregado de preparar a defeza do Brasil na questão de limites com a França	França	31 de dez. de 1895
		(Partiu em 10 de janeiro de 1896.)		
	Idem . . .	Secretario da Missão Es- pecial (Arbitramento da questão de limites com a França	Suissa	22 de nov. de 1898
	Exonerado.	Idem	Idem	15 de set. de 1900
	Nomeado . .	Secretario da Missão Espe- cial (Questão de limites com a Grã-Bretanha) . .	Grã-Bretanha . . .	15 de set. de 1900
	Idem . . .	2.º secretario de Legação. .	Santa Sé.	31 de dez. de 1900
	Mandado . .	Continuar a servir na Missão Especial em	Grã-Bretanha . . .	11 de jan. de 1901
	Removido . .	2.º secretario	Belgica	8 de ag. de 1901
		(Assumiu o exercicio em 7 de outubro de 1901.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 7 de outubro de 1901 a 1 de fevereiro de 1903.)		
	Promovido . .	1.º secretario de Legação. .		24 de jan. de 1903

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS RESOLUÇÕES
Domicio da Gama	(Conta a antiguidade de 1.º secretario de Legação desde 22 de novembro de 1898, por applicação do paragraho unico do ar- tigo 2.º do Decreto Legis- lativo n. 754 de 31 de dezembro de 1900.)			
Chamado	Serviço publico no gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Esteve nessa commissão até 3 de março de 1907.)			5 de fev. de 1907
Designado	Para exercer o seu cargo.	França		11 de ag. de 1907
Promovido.	Ministro residente	Colombia		16 de mar. de 1907
Idem	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario (Partiu do Rio em 4 de março de 1907.) (Assumiu o exercicio em 2 de abril de 1907.)	Perú		13 de dez. de 1907
Removido	Idem (Partiu de Lima em 4 de julho de 1908.) (Esteve ausente de Buenos Ayres em serviço publico de 19 de junho a 28 de julho de 1909 e de 6 de abril a 20 de maio de 1910.)	Republica Argentina.		12 de dez. de 1907
Nomeado em missão espe- cial	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario para representar o Brasil nas festas do centenario da	Republica Argentina.		
Nomeado	Membro da Delegação Bra- sileira ao 4.º Congresso Internacional Americano e substituto do Presidente da Delegação.			23 de jun. de 1908
Idem em mis- são especial	Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario para re- presentar o Brasil nas fes- ta do centenario do	Chile		26 de ag. de 1908

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
omício da Gama	Nomeado . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario com a commissão de embaixador extraordinario e plenipotenciario (Esteve em gozo de licença de 5 de julho a 22 de setembro de 1911.)	Estados Unidos da America	25 de mar. de 1911
Dr. Enéas Martins.	Nomeado . . .	Ministro residente em missão especial.	Colombia.	31 de dez. de 1904
	Nomeado em commissão . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial	Idem	21 de fev. de 1907
	Nomeado . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario . . .	Paraguay	3 de dez. de 1907
	Declarada sem efeito essa nomeação . . .			12 de dez. de 1907
	Nomeado . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. . .	Perú	12 de dez. de 1907
	Removido . . .	Idem (Esteve em commissão nesta cidade desde dezembro de 1907 até 6 de fevereiro de 1912.)	Portugal	25 de maio de 1911
	Nomeado . . .	Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores.		7 de fev. de 1912
Dr. Gastão da Cunha.	Nomeado . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario . . . (Esteve em commissão no Rio de Janeiro desde essa data até 27 de novembro de 1908 e de 30 de agosto de 1909 até 23 de agosto de 1911.)	Paraguay	12 de dez. de 1907
	Idem . . .	Membro da Delegação Brasileira ao 4.º Congresso Internacional Americano		23 de jun. de 1910
	Removido . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario . . .	Noruega e Dinamarca	25 de maio de 1911

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS, RESOLUÇÕES
Bacharel José Manoel Cardoso de Oliveira	Nomeado	Promotor Publico	Comarca do Brejo Grande, Estado da Bahia	16 de abril de 1890
Idem	Juiz Municipal e de Orphãos (Serviu de Juiz de Direito interino da comarca do rio S. Francisco, Estado da Bahia, de 8 de julho a 30 de setembro de 1887, de 24 de setembro a 7 de outubro de 1888, de 21 de outubro de 1889 a 8 de janeiro de 1890.)	Juiz Municipal	Termo da Barra do Rio Grande, Estado da Bahia	18 de dez. de 1890
Exonerado	Juiz Municipal	Termo da Barra do Rio Grande, Estado da Bahia		14 de abril de 1891
Nomeado	Promotor Publico (Serviu de Curador Geral de Orphãos do termo de São Felix de 22 de abril a 27 de agosto de 1890; de Promotor de Capellas e Residuos do mesmo termo de 17 de julho a 27 de agosto do dito anno.)	Promotor Publico	Comarca de S. Felix, Estado da Bahia	14 de abril de 1891
Habilitado	Ao cargo de Juiz de Direito			9 de set. de 1891
Nomeado	Auxiliar da Delegacia Fiscal do Ministerio da Fazenda		Rio Grande do Sul	19 de dez. de 1891
Exonerado	Idem		Idem	17 de abril de 1891
Nomeado	Consul (Entrou em exercicio do seu cargo a 20 de dezembro de 1891.) (Esteve em gozo de licença de 25 de abril a 20 de outubro de 1894.)		Nova-Orleans	13 de jun. de 1891
Exonerado	Consul		Idem	25 de fev. de 1895
Posto em	Disponibilidade activa			19 de ag. de 1895
Nomeado	2.º secretario (Serviu de 1.º secretario de 16 de outubro a 24 de novembro de 1896 e de 4 de novembro de 1897 a 23 de fevereiro de 1898.)		Allemanha	16 de jan. de 1896

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel José Manoel Cardoso de Oliveira . . .	Removido	2.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 1 de outubro de 1898 a 27 de abril de 1901.)	Suissa	3 de jan. de 1898
	Promovido.	1.º secretario	Bolivia	17 de out. de 1899
	Mandado . .	Continuar como encarregado de negocios	Suissa	21 de out. de 1899
	Removido . .	1.º secretario	França	31 de dez. de 1900
	Idem	Idem (Serviu de encarregado de negocios de 1 de setembro a 1 de outubro de 1901, de 3 de abril de 1902 a 31 de agosto de 1904, de 18 de janeiro a 16 de fevereiro de 1905 e de 23 de março a 14 de dezembro de 1905.)	Grã-Bretanha	23 de jan. de 1901
	Nomeado . .	Conselheiro de legação		21 de fev. de 1907
	Chamado . .	(Em serviço publico no Rio de Janeiro.)		17 de maio de 1907
	Promovido.	Ministro residente	Colombia	3 de dez. de 1907
	Promovido . .	(Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario . .	Bolivia	30 de jan. de 1909
	Removido . .	Idem (Está em comissão no Rio de Janeiro desde 15 de julho de 1907.)	Mexico	30 de abril de 1912
Bacharel Alcibíades Peçanha . .	Nomeado . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario . .	Russia	7 de out. de 1910
Bacharel Luiz Rodrigues de Lorenna Ferreira .	Nomeado . .	Addido de 1.ª classe (Partiu a 6 de fevereiro de 1882.) (Esteve em gozo de licença de 23 de julho de 1885 a 22 de julho de 1886 e sem vencimentos de 23 de julho a 16 de agosto de 1886.)	Chile.	26 de nov. de 1881

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS O RESOLUÇÕES
Bacharel Luiz Rodrigues de Lorenna Ferreira	Removido . .	Addido de 1. ^a classe (Serviu de secretario de 24 de agosto a 23 de setembro de 1886 e de 3 de junho a 11 de dezembro de 1887.)	Republica Argentina .	8 de maio de 1886
	Idem	Idem (Esteve em gozo de licença de 1 de fevereiro a 31 de março e sem vencimentos de 1 a 15 de abril de 1888.)	Hespanha	26 de nov. de 1888
	Idem	Idem	Santa Sé	29 de fev. de 1889
	Idem	Idem	Grã-Bretanha	16 de mar. de 1889
	Promovido . .	Secretario	Mexico	10 de nov. de 1889
	Passou a . .	1. ^o secretario (Esteve em gozo de licença de 1 de julho a 31 de dezembro de 1891.)	Idem	12 de dez. de 1891
	Mandado servir		Imperio Allemão . . .	23 de out. de 1891
	Removido . .	1. ^o secretario (Esteve em gozo de licença de 1 de julho de 1893 a 31 de maio de 1894 e sem vencimentos de 1 de agosto de 1894 a 30 de junho de 1895.)	Santa Sé	3 de dez. de 1895
	Removido . .	1. ^o secretario	Imperio Allemão . . .	27 de dez. de 1895
	Exonerado . .	E posto em disponibilidade inactiva		1 de jul. de 1896
	Considerado . .	Disponibilidade activa		1 de jul. de 1896
	Idem	Disponibilidade inactiva		1 de jan. de 1900
	Designado . .	Para exercer o seu cargo . .	Perú	11 de ag. de 1900
	Mandado servir		Venezuela	7 de out. de 1900
	Promovido . .	Ministro residente (Serviu de encarregado de negocios na Venezuela de 16 de junho de 1906 a 14 de janeiro de 1908.)	Japão	21 de mar. de 1900

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Luiz Rodrigues de Lorenna Ferreira	Removido . . .	Ministro residente (Tomou posse em 15 de janeiro de 1908.)	Venezuela	3 de dez. de 1907
	Nomeado em comissão . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario . . .	Idem	30 de abr. de 1908
	Promovido . . .	Idem	Bolivia	9 de jan. de 1909
	Declarada sem effeito a promoção . . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 6 de julho a 5 de dezembro de 1910.)	Idem	30 de jan. de 1909
	Nomeado em missão especial . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario para representar o Brasil nas festas do centenario da independencia da . . .	Venezuela	14 de fev. de 1911
	Promovido . . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario . . .	Paraguay	25 de maio de 1911
Antonio da Fontoura Xavier	Nomeado . . .	Consul privativo	Baltimore	18 de jul. de 1885
	Removido . . .	Consul.	Porto.	14 de nov. de 1891
	Promovido . . .	Idem geral de 2. ^a classe.	Genebra.	9 de maio de 1893
	Idem . . .	Idem de 1. ^a classe	Buenos-Aires	16 de dez. de 1892
	Exonerado . . .	Idem (Deixou o exercicio do seu cargo a 1 de julho de 1894.)	Idem	25 de abril de 1894
	Nomeado . . .	Consul geral de 1. ^a classe (Partiu a 17 de janeiro de 1895.) (Esteve em gozo de licença de 16 de fevereiro a 15 de agosto de 1898.)	Nova York	30 de nov. de 1894
	Declarado reintegrado . . .	Idem	Idem	8 de nov. de 1898
	Nomeado . . .	1. ^o secretario da missão especial	Mexico	14 de set. de 1901
	Exonerado . . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 1 de dezembro de 1903 a 31 de janeiro de 1904.)	Idem	20 de dez. de 1901

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Antonio da Fon- toura Xavier	Nomeado . .	Membro da delegação bra- sileira no 3.º Congresso Internacional Americano		12 de jul. de 1906
		(Esteve em comissão nesta cidade de 5 de janeiro de 1906 a 4 de janeiro de 1907.)		
	Exonerado . .	Consul geral de 1.ª classe .	Nova York . . .	13 de dez. de 1906
	Nomeado . .	Ministro residente	Cuba, Nicaragua, Honduras, Salva- dor, Costa Rica e Panamá	13 de dez. de 1906
		(Partiu em 5 de janeiro de 1907.)		
	Idem cumula- tivamente . .	Ministro residente	Guatemala	16 de jan. de 1908
	Nomeado em missão espe- cial	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario para representar o Brasil nas festas do centenario da independencia do	Mexico	15 de jul. de 1910
	Nomeado em comissão . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario . .	Cuba.	19 de jul. de 1910
	Promovido . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario . .	Mexico	25 de maio de 1911
Bacharel Augusto Cochrane de Alencar . . .	Removido . .	Idem	Hespanha	30 de abril de 1912
		—		
	Nomeado . .	Secretario	Republica do Chile .	14 de jan. de 1890
		(Partiu a 16 de janeiro de 1890.)		
	Passou a . .	1.º secretario	Idem	12 de dez. de 1890
		(Serviu de encarregado de negocios de 12 de novem- bro de 1891 a 4 de março de 1892, de 20 de feve- reiro a 16 de agosto de 1893.)		
		(Esteve em gozo de licença de 25 de outubro de 1893 a 25 de julho de 1894.)		
	Removido . .	Idem	Republica Oriental do Uruguay	22 de dez. de 1890

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Augusto Cochrane de Alencar	(Serviu de encarregado de negocios de 28 de março a 22 de agosto de 1895.)			
Removido	1.º secretario	Allemanha	1 de jul. de 1895	
	(Serviu de encarregado de negocios de 16 de outubro a 24 de novembro de 1896 e de 4 de novembro de 1897 a 23 de fevereiro de 1898.)			
Idem	Idem	Hespanha	27 de jan. de 1898	
	(Esteve em gozo de licença de 13 de agosto de 1898 a 9 de fevereiro de 1899.)			
Idem	Idem	Portugal	21 de jan. de 1899	
	(Serviu de encarregado de negocios de 1 a 22 de março de 1899 e de 13 de setembro a 15 de outubro de 1900.)			
	(Esteve em gozo de licença de 16 de setembro de 1899 a 11 de março de 1900.)			
Idem	Idem	Republica Oriental do Uruguay	8 de ag. de 1901	
	(Serviu de encarregado de negocios de 20 a 25 de fevereiro de 1902.)			
	(Esteve em gozo de licença de 7 de fevereiro a 13 de março de 1903 e de 1 de maio de 1903 a 24 de junho de 1904.)			
	(Esteve aguardando ordens de 25 de junho de 1904 a 19 de março de 1905.)			
Removido	Idem	Paraguay	23 de jul. de 1904	
	(Partiu em 20 de março de 1905.)			
	(Serviu de encarregado de negocios de 18 de abril de 1905 a 31 de março de 1907.)			
Nomeado	Conselheiro de legação		21 de fev. de 1907	

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGÓRIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Augusto Cochrane de Alencar . . .	Designado . . .	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 21 de outubro de 1907 a 31 de março de 1910.)	Ecuador	23 de fev. de 1907
	Promovido . . .	Ministro residente (Esteve em gozo de licença desde 1 de abril de 1910 at 31 de agosto de 1911.)	Colombia	22 de jan. de 1910
	Promovido . . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario . . .	Perú	25 de maio de 1911
Dr. Manoel Fer- raz de Campos Salles . . .	Nomeado . . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario . . . (Partiu a 7 de abril de 1912.)	Argentina	20 de mar. de 1912
Bacharel Raul Pa- ranhos do Rio- Branco . . .	Serviu como . . .	Secretario particular do Chefe da Missão Especial nos Estados Unidos da Ame- rica (Arbitramento da ques- tão de limites com a Repu- blica Argentina) desde 15 de janeiro até 20 de abril de 1895 e de 5 de julho a 31 de dezembro do mesmo anno como secre- tario particular, em Paris, do Commissario incumbido de preparar a defeza do Brasil no arbitramento da questão de limites com a França	Estados Unidos da America e, depois, França	
	Nomeado . . .	Auxiliar do Commissario en- carregado de preparar a defeza do Brasil na questão de limites com a França . . . (Tomou posse em 2 de ja- niero de 1896.)	França	31 de dez. de 1895
	Idem . . .	Addido á Missão Especial na Suissa, antiga denomina- ção (Addido em Missão Especial), tendo, portanto, a categoria de 2.º secreta- rio (Arbitramento da ques- tão de limites com a França).	Suissa	16 de mar. de 1899

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Raul Pa- ranhos do Rio- Branco . . .	Exonerado.	Addido á Missão Especial	Suissa	15 de set. de 1900
	Nomeado .	Secretario de Missão Espe- cial, antiga denominação, tendo, portanto, provisoria- mente, a categoria de 1.º secretario	Idem	15 de set. de 1900
	Exonerado.	Secretario da mesma Missão (Serviu nessa qualidade até 9 de julho de 1901, em Berna e depois como secre- tario particular em Ber- lim, até 31 de março de 1902, auxiliando o Minis- tro no registro da corres- pondencia e liquidação dos negocios da Missão Espe- cial.)	Idem	13 de dez. de 1900
	Nomeado .	2.º secretario da Missão Es- pecial junto a S. M. o Rei da Italia (Arbitra- mento da questão de limi- tes com a Grã-Bretanha.) (Tomou posse em 10 de abril de 1902, servindo provi- soriamente com o chefe da Missão, na Grã-Bretanha, até janeiro de 1903 e de- pois na Italia.)	Italia.	30 de jan. de 1902
	Idem . . .	2.º secretario	Estados Unidos. . .	19 de nov. de 1902
	Mandado .	Continuar a servir na Missão Especial na (Conta antiguidade de 2.º se- cretario de Legação desde 2 de janeiro de 1896 por applicação do art. 2.º, paragrapho unico, do de- creto legislativo n. 754, de 31 de dezembro de 1900.)	Italia.	27 de nov. de 1902
	Removido .	2.º secretario	Grã-Bretanha . . .	11 de ag. de 1904
	Chamado .	Serviço publico no Gabinete		
	Promovido.	1.º secretario (Conta antiguidade de 1.º se- cretario desde 15 de se- tembro de 1900.)	Allemanha	5 de jun. de 1905
	Nomeado .	Official de Gabinete		30 de dez. de 1907

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Raul Pa- ranhos do Rio- Branco		(Servia como auxiliar desde maio de 1905.)		
		(Serviu até 17 de janeiro de 1909, partindo para assu- mir o seu posto em Berlim a 18.)		
	Promovido .	Ministro residente	Venezuela	30 de maio de 1911
	Promovido .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario . .	Suissa	30 de abril de 1912
		(Está, novamente, em com- missão nesta cidade desde novembro de 1909.)		
Oscar de Teffé von Hoonholtz	Nomeado .	2.º secretario	Venezuela	27 de dez. de 1894
		(Partiu a 11 de janeiro de 1895.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de julho a 8 de outubro de 1895.)		
	Removido .	Idem	Colombia	2 de jan. de 1896
	Idem . . .	Idem	Suissa	30 de jun. de 1896
	Idem . . .	Idem	Russia	23 de jan. de 1897
	Idem . . .	Idem	Bolivia	3 de jan. de 1898
	Idem . . .	Idem	Austria-Hungria .	21 de jan. de 1899
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de março a 15 de outubro de 1901.)		
	Promovido .	1.º secretario	Republica Argentina.	19 de nov. de 1902
	Removido .	Idem	Estados Unidos. . .	24 de jan. de 1903
		(Partiu de Vienna em 5 de março de 1903.)		
		(Esteve em gozo de licença de 26 de março de 1903 a 2 de dezembro de 1904 e de 21 de fevereiro a 20 de maio de 1905.)		
	Idem . . .	Idem	Republica Argentina.	28 de abril de 1905

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Oscar de Teffé von Hoonholz	(Serviu de encarregado de negocios de 11 de julho a 3 de novembro de 1906; de 15 de janeiro a 27 de maio e de 20 de setembro a 19 de outubro de 1907; e de 14 de janeiro a 10 de julho de 1908.)			
	Removido	1.º secretario	Portugal	11 de ag. de 1908
	(Serviu de encarregado de negocios de 5 de outubro a 27 de novembro de 1908).			
	Promovido	Ministro residente	Turquia	25 de maio de 1911
	Nomeado cumulativa- mente	Idem em missão especial.	Grecia	6 de jun. de 1911
	Idem	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario em commissão.	Grecia	6 de out. de 1911
	Promovido	Enviado Extraordinario e mi- nistro plenipotenciario	Bolivia	30 de abril de 1912
—				
Bacharel José Pe- reira da Graça Aranha	Nomeado	Secretario da missão especial	Grã-Bretanha	5 de abril de 1900
	Exonerado	Idem	Idem	31 de dez. de 1900
	Nomeado	1.º secretario da missão espe- cial	Italia	30 de jan. de 1902
	Idem	1.º secretario do Tribunal Arbitral Brasileiro-Bolivia- no		31 de maio de 1904
	Idem	2.º secretario de legação		15 de jan. de 1905
	Idem	1.º secretario do Tribunal Arbitral Brasileiro-Perua- no		2 de jan. de 1906
	Promovido	1.º secretario de legação.		20 de nov. de 1906
	(Serviu no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano até 23 de fevereiro de 1909.)			
	Designado	Idem	Suissa	
	Partiu do Rio em 24 de fevereiro de 1909.)			

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel José Pe- reira da Graça Aranha	(Serviu de encarregado de negocios de 29 de março a 18 de outubro de 1909.)			
Removido	1.º secretario		Noruega e Dinamarca	11 de mar. de 1910
	(Serviu de encarregado de negocios em Christiania em 1910.)			
Promovido.	Ministro residente		Cuba e America Cen- tral.	25 de maio de 1911
Nomeado em comissão	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario		Cuba e Guatemala	4 de out. de 1911
	(Esteve em comissão no Rio de Janeiro desde 13 de outubro de 1911 até 9 de abril de 1912.)			
	(Partiu para o seu posto em 10 de abril de 1912.)			
Promovido.	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario		Hollanda	30 de abril de 1912

MINISTROS RESIDENTES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Alfredo de Barros Moreira	Nomeado . . .	Addido de 2. ^a classe. . .	Belgica	1 de mar. de 1884
	Idem	Addido de 1. ^a classe. . . (Partiu a 6 de agosto de 1885.)	Venezuela	18 de jul. de 1885
	Mandado servir.		Santa Sé	18 de ag. de 1885
	Removido . . .	Addido de 1. ^a classe. . .	Republica do Perú . .	8 de maio de 1886
	Mandado servir.	 (Esteve em gozo de licença de 21 de maio a 20 de agosto de 1886.) (Serviu de secretario de 22 de janeiro a 23 de feve- reiro de 1887.)	Belgica	12 de maio de 1886
	Idem servir.	 (Esteve em gozo de licença de 22 de abril a 21 de outubro de 1888.)	Austria-Hungria . . .	15 de dez. de 1886
	Idem servir.	 (Esteve em gozo de licença de 12 de agosto a 23 de setembro de 1889.) (Serviu de secretario de 8 de dezembro de 1889 a 31 de março de 1890.) (Esteve em gozo de licença de 16 de julho a 12 de novembro de 1890.)	Italia	29 de out. de 1888
	Passou a . . .	2. ^o secretario (Serviu de 1. ^o secretario de 29 de setembro a 1 de no- vembro de 1891.)		12 de dez. de 1890
	Mandado se- guir para seu posto	 (Esteve em gozo de licença de 25 de outubro de 1892 a 5 de maio de 1893 e de 26 de agosto de 1893 a 10 de janeiro de 1895.)	Perú	9 de abril de 1892
	Removido . . .	2. ^o secretario (Serviu de 1. ^o secretario de 1 de maio a 20 de julho de 1895, de 4 de agosto de 1895 a 12 de fevereiro de 1896 e de 18 do mesmo mez a 16 de abril de 1897.)	França	30 de nov. de 1894

MINISTROS RESIDENTES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS O RESOLUÇÕES
Dr. Alfredo de Barros Moreira	Promovido.	1.º secretario	Venezuela	23 de jan. de 1899
	Exonerado.	E posto em disponibilidade (Esteve em disponibilidade inactiva de 2 de janeiro a 22 de fevereiro de 1899.)		2 de jan. de 1899
	Mandado exercer o seu cargo	(Esteve em gozo de licença de 13 de maio a 21 de julho de 1900.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de agosto de 1900 a 20 de fevereiro de 1901, de 15 de setembro de 1902 a 31 de outubro de 1904, de 11 de dezembro de 1905 a 15 de maio de 1906 e de 21 de junho de 1907 a 10 de março de 1908.)	Italia	21 de jan. de 1899
	Nomeado	Conselheiro de legação		21 de fev. de 1900
	Removido	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios em Stockholm.)	Belgica e Suecia	11 de abril de 1900
	Promovido.	Ministro residente (Esteve em comissão no Rio de Janeiro desde 1 de abril de 1909 até 17 de junho de 1910, data em que partiu para assumir o seu posto.)	Ecuador	9 de jan. de 1900
	Nomeado em comissão	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario	Idem	4 de out. de 1900
	Chamado	Serviço publico nesta cidade		26 de mar. de 1901
Silvino Gurgel do Amaral	Nomeado	2.º secretario (Partiu a 26 de janeiro de 1896.)	Russia	2 de jan. de 1896
	Mandado servir		Hespanha	15 de out. de 1896
	Removido	Idem	Idem	23 de jan. de 1897
	Exonerado.	Idem	Hespanha	31 de dez. de 1897
	Nomeado	Idem	Republica do Uruguay	4 de mar. de 1898

MINISTROS RESIDENTES

NOMES E EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Amorino Gurgel do Amaral . . .	Declarada sem effeito a nomeação . . .	2.º secretario	Republica do Uruguay	1 de abril de 1898
	Nomeado . . .	Idem	Grã-Bretanha	1 de abril de 1898
	Mandado servir . . .	(Serviu de encarregado de negocios de 18 de junho a 5 de agosto de 1898.)	Republica do Uruguay	4 de abril de 1898
	Idem seguir para o seu posto . . .	(Serviu de 1.º secretario de 15 de junho a 3 de setembro, de 15 de setembro a 30 de outubro, de 23 de dezembro de 1899 a 10 de janeiro de 1900, de 23 de março de 1900 a 4 de fevereiro de 1901 e de 23 de março a 2 de maio de 1901.) (Esteve em gozo de licença de 3 de agosto de 1901 a 2 de março de 1902.) (Excedeu a licença de 3 a 22 de março de 1902.) (Serviu de 1.º secretario de 3 de abril de 1902 a 9 de março de 1903.)	Grã-Bretanha	15 de dez. de 1898
	Promovido . . .	1.º secretario (Partiu de Londres em 27 de março de 1903.) (Esteve em comissão de 5 de janeiro a 15 de julho de 1905.)	Republica Argentina	24 de jan. de 1903
	Removido . . .	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 15 de junho a 14 de novembro de 1906.)	Estados Unidos	28 de abril de 1905
	Nomeado . . .	Conselheiro de embaixada (Serviu de encarregado de negocios de 1 de junho a 1 de outubro de 1907.)		21 de fev. de 1907
	Removido . . .	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 22 de março a 24 de abril de 1911.)	Grã-Bretanha	21 de jan. de 1909

MINISTROS RESIDENTES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS RESOLUÇÕES
Silvino Gurgel do Amaral . . .	Mandado ser- vir		Hespanha	4 de maio de 1
	Promovido . .	Ministro residente	Colombia	25 de maio de 1
	Nomeado em commissão .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario . .	Idem	4 de out. de 1
		(Serviu de encarregado de negocios na Hespanha de 4 de maio de 1911 a 29 de fevereiro de 1912.)		

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES S EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
fredo Carlos Alcoforado . .	Nomeado . .	Addido de 2. ^a classe . . . (Partiu a 24 de fevereiro de 1889.)	Austria-Hungria . .	26 de jan. de 1889
	Removido . .	Idem	Belgica	27 de ag. de 1889
	Passou a . .	2. ^o secretario (Serviu de 1. ^o secretario de 1 de janeiro a 11 de feve- reiro, de 23 de setembro a 18 de novembro de 1891 e de 1 de abril a 30 de maio de 1892.)	Idem	12 de nov. de 1890
	Removido . .	Idem	Suissa	1 de jul. de 1892
	Mandado . .	Idem (Serviu de encarregado de negocios de 20 de abril de 1893 a 14 de abril de 1896.)	Vienna	11 de out. de 1892
	Idem	Para seu posto	Suissa	25 de jan. de 1896
	Promovido . .	1. ^o secretario (Esteve em gozo de licença de 23 de julho de 1897 a 22 de janeiro de 1898.) (Serviu de encarregado de negocios de 30 de janeiro a 25 de março de 1898.)	Republica Argentina	30 de jun. de 1896
	Removido . .	1. ^o secretario	Hespanha	3 de jan. de 1898
	Idem	Idem	Allemanha	27 de jan. de 1898
	Idem	Idem	Bolivia	31 de jul. de 1899
	Mandado ser- vir		Portugal	28 de ag. de 1899
	Declarada sem efeito sua remoção. . .		Bolivia	17 de out. de 1899
	Removido . .	1. ^o secretario (Serviu de encarregado de negocios de 29 de abril a 30 de agosto de 1901.) (Esteve em gozo de licença de 20 de setembro de 1901 a 20 de março de 1902.)	Republica Oriental do Uruguay	17 de out. de 1899
	Removido . .	Idem	Perú	8 de ag. de 1901

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS RESOLUÇÕES
Alfredo Carlos Alcoforado	(Serviu de encarregado de negocios de 25 de maio de 1902 a 9 de outubro de 1903.)			
Exonerado.	E posto em disponibilidade inactiva a pedido			3 de set. de 19
	(Esteve em disponibilidade inactiva de 10 de outubro de 1903 a 31 de outubro de 1905.)			
Considerado	Em disponibilidade activa.			22 de nov. de 19
	(Esteve em disponibilidade activa de 1 de novembro de 1905 a 18 de abril de 1907.)			
Designado .	1.º secretario	Russia		23 de fev. de 19
	(Partiu em 19 de abril de 1907.)			
	(Serviu de encarregado de negocios de 5 de junho de 1907 a 20 de agosto de 1908.)			
Removido .	Idem	Hollanda		29 de set. de 19
Bacharel João Fausto de Aguiar	Nomeado	2.º secretario	Venezuela	12 de dez. de 18
	(Partiu a 1 de janeiro de 1891.)			
	(Serviu de encarregado de negocios de 7 de agosto a 31 de dezembro de 1891 e de 1 de janeiro a 21 de agosto de 1892.)			
Idem . . .	Idem	Republica Argentina		6 de set. de 189
Idem . . .	Idem	Republica do Uru- guay		25 de nov. de 189
Removido .	Idem	Portugal		3 de dez. de 189
	(Serviu de 1.º secretario de 25 de junho a 24 de setem- bro de 1893 e de 8 de fevereiro a 16 de maio de 1894.)			
Mandado ser- vir		Russia		30 de mar. de 189

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel João Fausto de Aguiar . . .	Mandado ser- vir	(Serviu de encarregado de negocios de 16 de outubro a 15 de novembro de 1895.) (Serviu de 1.º secretario de 13 de junho a 15 de outu- bro e de 16 de novembro de 1895 a 7 de janeiro de 1896.)	Allemanha	10 de maio de 1895
	Idem voltar para o seu posto	(Serviu de 1.º secretario de 8 de junho a 10 de setem- bro de 1896.)	Portugal	14 de fev. de 1896
	Promovido . . .	1.º secretario	Perú	17 de abril de 1897
	Mandado ser- vir		Republica Argentina	11 de set. de 1897
	Removido . . .	Idem	Idem	3 de jan. de 1898
		(Serviu de encarregado de negocios de 7 de fevereiro a 6 de agosto de 1898.) (Esteve em gozo de licença de 10 de fevereiro a 31 de outubro de 1899.)		
	Idem . . .	Idem	Allemanha	31 de jul. de 1899
		(Serviu de encarregado de negocios de 23 de maio de 1900 a 27 de maio de 1901 e de 28 de junho a 9 de julho de 1901.) (Serviu de encarregado de negocios de 11 de novem- bro de 1902 a 16 de agosto de 1903.) (Esteve em gozo de licença de 21 de setembro de 1903 a 20 de junho de 1904.)		
	Idem . . .	Idem	França	16 de mar. de 1905
	Nomeado . . .	Conselheiro de legação (Serviu de encarregado de negocios de 14 de janeiro a 12 de abril de 1908 e de 1.º de junho a 30 de agosto do mesmo anno.)		21 de fev. de 1907

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS O RESOLUÇÕES
Bacharel João Fausto de Aguiar . . .	Removido . . .	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de Stockholmo de 1 de maio de 1909 a dezembro de 1910.)	Belgica e Suecia . . .	14 de jan. de 190
	Idem . . .	Idem (Esteve em commissão no Rio de 9 de março a 12 de outubro de 1911.)	Paraguay.	16 de nov. de 191
	Idem . . .	Idem (Serve de encarregado de negocios desde 17 de abril de 1912.)	Hespanha	25 de set. de 191
Abilio Cesar Bor- ges.	Nomeado . . .	Addido de 1.ª classe. . . . (Partiu a 9 de agosto de 1905.) (Serviu de secretario de 15 de novembro a 20 de janeiro de 1886.) (Esteve em gozo de licença de 15 de agosto de 1887 a 14 de fevereiro de 1888.)	Allemanha	18 de jul. de 188
	Removido . . .	Idem	Italia	25 de ag. de 1887
	Mandado ser- vir		França	10 de jan. de 1888
	Removido . . .	Idem	Santa Sé.	10 de nov. de 1890
	Passou a . . .	2.º secretario (Assumi a direcção da Legação como encarregado de negocios em 10 de maio de 1890.)		12 de dez. de 1890
	Removido . . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 9 de abril a 8 de outu- bro de 1891.)	Bolivia	12 de dez. de 1890
	Exonerado . . .	E posto em disponibilidade (Esteve em disponibilidade inactiva de 23 de maio de 1893 a 10 de abril de 1895.)		23 de maio de 1893

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Abilio Cesar Bor- ges.	Designado para exercer o seu cargo	(Serviu de encarregado de negocios de 8 de junho de 1895 a 30 de abril de 1896.)	Russia	29 de mar. de 1895
	Removido	2.º secretario (Esteve em gozo de licença de 12 de outubro de 1896 a 11 de fevereiro de 1897.)	Grã-Bretanha	2 de jan. de 1896
	Idem	Idem (Serviu de 1.º secretario de 5 de julho a 24 de agosto de 1897, de 10 de agosto a 28 de setembro, de 23 de outubro a 18 de dezembro de 1899.) (Serviu de encarregado de negocios de 29 de setem- bro a 22 de outubro de 1899.)	França	23 de jan. de 1897
	Promovido	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 1 de julho de 1901 a 6 de junho de 1902.) (Esteve em gozo de licença de 8 de junho de 1902 a 7 de junho de 1903.)	Paraguay	27 de jan. de 1900
	Exonerado	E posto em disponibilidade inactiva, a pedido (Esteve em disponibilidade inactiva até 15 de março de 1907.)		31 de out. de 1903
	Designado	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 1 de outubro a 30 de novembro de 1907; de 1 de setembro a 30 de novembro de 1909 e de 1 de agosto a 31 de outu- bro de 1910.) (Esteve em gozo de licença de 1 de junho a 31 de agosto de 1908 e de 1 de maio a 30 de setembro de 1911.)	Hespanha	23 de fev. de 1907

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Abilio Cesar Bor- ges.	Removido . .	1.º secretario	Russia	25 de set. de 1911
	Idem	Idem	Dinamarca e Noruega	8 de nov. de 1911
Bacharel Carlos Magalhães de Azeredo	Nomeado . .	2.º secretario (Partiu a 16 de janeiro de 1895.) (Serviu de 1.º secretario de 28 de março a 22 de agosto e de 4 de outubro a 17 de dezembro de 1899.)	Republica do Uru- guay	30 de nov. de 1894
	Removido . .	Idem	Santa Sé.	2 de jan. de 1896
	Demittido . .	Idem (Deixou o exercicio de seu cargo a 17 de março de 1897.)	Idem	16 de fev. de 1897
	Nomeado . .	Idem (Entrou em exercicio de seu cargo a 26 de março de 1898.) (Serviu de encarregado de negocios de 10 de maio a 21 de setembro de 1898.)	Idem	3 de jan. de 1898
	Promovido . .	1.º secretario	Bolivia	31 de dez. de 1900
	Mandado ser- vir		Santa Sé.	11 de jan. de 1900
	Idem	 (Esteve em gozo de licença de 10 de maio de 1902 a 26 de fevereiro de 1903.)	França	7 de jan. de 1900
	Idem	 (Serviu de encarregado de negocios de 1 a 24 de setembro de 1903 e de 21 de março de 1906 a 16 de janeiro de 1907.)	Santa Sé.	26 de jan. de 1900
	Chamado . .	Serviço publico nesta cidade (Partiu de Roma em 13 de março de 1907.)		9 de fev. de 1900

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Carlos Magalhães de Azeredo	(Esteve em serviço no Rio até 8 de setembro de 1907).			
	Nomeado	Conselheiro de legação		25 de out. de 1911
	(Serviu de encarregado de negocios de 16 de abril a 15 de dezembro de 1911.)			
Dr. Dario Barreto Galvão	Nomeado	2.º secretario da Missão Es- pecial	China.	6 de out. de 1893
	Exonerado.	Idem	Idem	23 de nov. de 1894
	Nomeado	2.º secretario	Santa Sé.	18 de mar. de 1897
	Exonerado.	Idem	Idem	31 de dez. de 1897
	Considerado	Em disponibilidade desde 8 de janeiro de 1898.		14 de nov. de 1898
	(Esteve em disponibilidade inactiva até 7 de novembro de 1899.)			
	Mandado ex- ercer o seu cargo		Suissa	17 de out. de 1899
	(Partiu a 8 de novembro de 1899.)			
	(Serviu de encarregado de negocios de 28 de abril a 20 de maio de 1901.)			
	Removido	2.º secretario	Santa Sé	10 de jan. de 1902
	(Esteve em gozo de licença de 11 de agosto de 1903 a 10 de agosto de 1904.)			
	Promovido.	1.º secretario	Republica do Uru- guay	23 de jul. de 1904
	(Esteve em comissão de 10 de fevereiro a 16 de março de 1906.)			
	(Serviu de encarregado de negocios de 21 de abril a 21 de setembro de 1907.)			
	Chamado a serviço pu- blico.			26 de set. de 1908

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Dario Barreto Galvão	(Esteve em comissão até 24 de janeiro de 1909.)			
Removido	1.º secretario		Mexico	17 de out. de 1908
Idem	Idem (Partiu do Rio em 25 de janeiro de 1909.) (Esteve em gozo de licença de 9 de julho de 1910 a 31 de agosto de 1911.)		Chile.	14 de jan. de 1909
Removido	Idem (Serve de encarregado de negocios desde 1 de setem- bro de 1911.)		França	21 de jun. de 1911
Nomeado	Conselheiro de legação			25 de out. de 1911
Bacharel Luiz de Lima e Silva				
Nomeado	Addido		Russia	31 de dez. de 1895
Idem	2.º secretario		Portugal	17 de abril de 1897
Removido	Idem (Entrou em exercicio do seu cargo a 14 de junho de 1897.)		França	22 de maio de 1897
Exonerado	Idem		Idem	31 de dez. de 1897
Nomeado	Idem (Serviu de encarregado de negocios de 1 de junho de 1903 a 30 de abril de 1904.)		Hespanha	21 de jan. de 1899
Promovido	1.º secretario (Chegou a Santiago em 12 de agosto de 1905.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de abril a 4 de outubro de 1907.)		Chile	31 de dez. de 1904
Chamado a serviço pu- blico.				29 de abril de 1908
Removido	Idem (Esteve em comissão no Rio até 3 de novembro de 1908.)		Italia	17 de out. de 1908

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Luiz de Lima e Silva	(Serviu de encarregado de negocios de 28 de julho de 1910 a 5 de maio de 1911.)			
	Nomeado . .	Conselheiro de legação		25 de out. de 1911
Bacharel Antonio Augusto de Brienne Carneiro do Nascimento Feitosa	Nomeado . .	Addido de 1. ^a classe. . .	França	16 de jul. de 1890
	Passou a . .	2. ^o secretario	Idem	12 de dez. de 1890
	Promovido. .	1. ^o secretario	Colombia e Ecuador .	17 de abril de 1897
	Declarada sem effeito sua promoção .	Idem	Idem	28 de abril de 1897
	Posto . .	Em disponibilidade.		28 de abril de 1897
	Demittido . .	2. ^o secretario		30 de jul. de 1897
	Posto . .	Em disponibilidade inactiva		30 de nov. de 1899
	Designado para exercer pro- visoriamente o seu cargo	2. ^o secretario	Bolivia	10 de jan. de 1902
		(Partiu para o seu posto a 29 de janeiro de 1902.)		
	Removido . .	Idem	Republica Oriental do Uruguay	30 de nov. de 1903
	Declarada sem effeito sua remoção . .	Idem	Idem	30 de mar. de 1904
	Promovido. .	1. ^o secretario	Perú	21 de mar. de 1906
		(Serviu de encarregado de negocios na Bolivia de 16 de junho de 1904 a 5 de maio de 1907.)		
		(Partiu para o Perú em 6 de maio de 1907.)		
		(Regressou do Perú e con- tinúa a servir de encarre- gado de negocios em La Paz desde 1. ^o de junho de 1907.)		

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Alfredo de Almeida Brandão . . .	Nomeado . .	Addido	Grã-Bretanha . . .	31 de dez. de 1895
	Idem . . .	2.º secretario (Partiu a 3 de outubro de 1896.)	Republica da Colom- bia.	30 de jun. de 1896
	Removido . .	Idem	Estados Unidos da America	17 de abril de 1897
	Exonerado . .	Idem	Idem	31 de dez. de 1897
	Nomeado . .	Idem	Russia	21 de jan. de 1899
	Exonerado . .	Idem	Idem	16 de mar. de 1900
	Nomeado . .	Idem (Entrou em exercicio no dia 31 de janeiro de 1902.) (Serviu de 1.º secretario de 31 de janeiro de 1902 a 21 de fevereiro de 1903.)	Republica Argentina	10 de jan. de 1902
	Removido . .	Idem	Suissa	24 de jan. de 1902
	Mandado ser- vir	 (Serviu de encarregado de negocios em Berna de 3 a 14 de outubro de 1903.)	Belgica	30 de mar. de 1903
	Removido . .	Idem	Idem	20 de ag. de 1903
	Mandado ser- vir	 (Partiu de Bruxellas em 8 de abril de 1905.) (Serviu de 1.º secretario de 10 de maio a 28 de junho de 1905.) (Regressou para Bruxellas em 2 de julho de 1905.)	Grã-Bretanha . . .	30 de mar. de 1905
	Promovido . .	1.º secretario (Partiu de Bruxellas em 17 de abril e chegou ao Mexico em 7 de maio de 1906.) (Serviu de encarregado de negocios de 7 de maio de 1906 a 8 de fevereiro de 1907.)	Mexico	26 de mar. de 1906

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Alfredo de Almeida Brandão . . .	Removido . . .	1.º secretario (Partiu do Rio, onde estava em comissão, a 24 de junho de 1908.)	Austria-Hungria . . .	
	Idem . . .	Idem (Serviu de encarregado de negocios de 1 de fevereiro a 31 de maio de 1909.)	Russia	17 de out. de 1908
	Idem . . .	Idem (Serve de encarregado de negocios desde 1 de março de 1911.)	Suissa	4 de jun. de 1910
Felix Bocayuva .	Nomeado . . .	2.º secretario (Tomou posse em 1 de novembro de 1904.) (Serviu de 1.º secretario de 5 de janeiro a 30 de março de 1905 e de 11 de julho a 3 de novembro de 1906.) (Serviu de encarregado de negocios de 31 de março a 30 de junho de 1905.)	Republica Argentina	11 de ag. de 1904
	Promovido .	1.º secretario		29 de nov. de 1906
	Designado .	Idem (Partiu de Buenos Aires em 17 e chegou a Assumpção em 22 de março de 1907.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de abril de 1907 a 18 de dezembro de 1908.)	Paraguay	23 de fev. de 1907
	Removido .	Idem (Serviu de encarregado de negocios de 20 de setem- bro de 1910 a 28 de feve- reiro de 1911.)	França	14 de jan. de 1909
	Mandado ser- vir provisoriamente.		Allemanha	29 de maio de 1911
	Removido .	Idem	Chile.	21 de jun. de 1911

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Carlos Lemgruber Kropf	Nomeado . . .	2.º secretario (Partiu em 27 de maio de 1897 e chegou a Tokio em 10 de setembro de 1897.)	Japão.	17 de abril de 1897
	Exonerado. . .	Idem (Serviu até 28 de fevereiro de 1898.)	Idem.	31 de dez. de 1897
	Nomeado . . .	2.º secretario (servindo em comissão). (Partiu em 23 de setembro de 1903.) (Chegou a Berna em 22 de outubro de 1903.)	Suissa	20 de ag. de 1903
	Confirmada a nomeação . . .	2.º secretario	Idem.	31 de dez. de 1904
	Mandado ser- vir . . .	Idem (Serviu de 7 de junho a 31 de dezembro de 1905.)	Hespanha	24 de maio de 1905
	Mandado re- gressar . . .	 (Serviu de encarregado de negocios de 7 de março de 1906 a 28 de fevereiro de 1907.)	Suissa	18 de dez. de 1905
	Designado . . .	Idem (Partiu de Berna em 4 de março de 1907 e chegou a Haya em 8 do mesmo mez.)	Hollanda	23 de fev. de 1907
	Promovido. . .	1.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 8 de março a 18 de setembro de 1907.) (Esteve em gozo de licença de 11 de agosto a 9 de outubro de 1908.)		18 de abril de 1907
	Removido . . .	Idem (Partiu do Rio em 10 de outubro de 1908.)	Uruguay.	26 de set. de 1908

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Carlos Lemgruber Kropf	(Serviu de encarregado de negocios de 31 de janeiro a 7 de abril de 1909.)			
Removido	1.º secretario	Paraguay	14 de jan. de 1909	
Declarada sem efeito a re- moção	Idem (Esteve em gozo de licença de 23 de março a 22 de abril de 1910.)	Idem	8 de fev. de 1909	
Nomeado	Conselheiro de Legação (Serviu de encarregado de negocios de 9 de julho a 7 de setembro de 1911.)		10 de out. de 1910	
Rinaldo de Lima e Silva	Nomeado	Addido sem vencimentos.	Austria-Hungria	31 de dez. de 1895
Idem	2.º secretario (Começou a receber venci- mentos a partir de 25 de maio de 1896.)	Estados Unidos	25 de maio de 1896	
Mandado ser- vir		Republica Argentina	17 de jun. de 1896	
	(Serviu de 1.º secretario de 20 de junho a 25 de no- vembro de 1896 e de 30 de janeiro a 25 de março de 1897.)			
Removido	Idem (Partiu de Buenos Aires em 28 de maio de 1897 e chegou a Tokio em 10 de setembro seguinte.) (Serviu de 1.º secretario de 10 de setembro a 31 de dezembro de 1897.)	Japão	17 de abril de 1897	
Exonerado	Idem (Deixou o exercicio na mesma data.)	Idem	31 de dez. de 1897	
Nomeado inte- rinamente	Idem	Estados Unidos	26 de nov. de 1902	

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS O RESOLUÇÕES
Rinaldo de Lima e Silva	(Partiu em 17 de dezembro de 1902 e chegou a Washington em 8 de ja- neiro de 1903.)			
	(Serviu de 1.º secretario de 26 de março a 22 de abril de 1903; de encarregado de negocios de 23 de abril a 13 de maio de 1903 e de 1.º secretario de 14 de maio de 1903 a 26 de dezembro de 1904 e de 21 de fevereiro a 19 de maio de 1905.)			
Removido	2.º secretario	Grã-Bretanha	31 de dez. de 190	
	(Partiu de Washington em 25 de maio de 1905 e chegou a Londres em 29 de junho seguinte.)			
	(Serviu de 1.º secretario de 28 de junho a 14 de dezembro de 1905.)			
Promovido	1.º secretario		3 de dez. de 190	
	(Tomou posse em 8 de de- zembro de 1907.)			
	(Serviu de encarregado de negocios de 15 de julho a 7 de setembro de 1908.)			
	(Esteve em gozo de licença de 2 de outubro de 1908 até janeiro de 1909.)			
Removido	Idem	Estados Unidos	21 de jan. de 190	
Nomeado	Conselheiro de embaixada		21 de jan. de 190	
	(Esteve em gozo de licença de 5 de janeiro a 4 de fevereiro de 1910.)			
	(Serviu de encarregado de negocios de 5 de fevereiro de 1910 a 10 de junho de 1911 e de 5 de julho a 22 de setembro de 1911.)			

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Luiz Martins de Souza Dantas	Nomeado . .	Addido	Suissa	23 de jan. de 1897
	Exonerado .	Idem	Idem	28 de dez. de 1899
	Nomeado . .	2.º secretario	Russia	16 de mar. de 1900
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de dezembro de 1900 a 31 de maio de 1901.)		
	Removido . .	Idem	Italia	1 de jan. de 1902
		(Serviu de 1.º secretario de 15 de setembro de 1902 a 31 de outubro de 1904 e de 11 de dezembro de 1905 a 15 de maio de 1906.)		
	Promovido .	1.º secretario		2 de maio de 1908
	Designado . .	Idem	Republica Argentina	9 de maio de 1908
Bacharel Raul Re- gis de Oliveira	Nomeado . .	Conselheiro de legação		10 de out. de 1910
		(Serviu de encarregado de negocios de 19 de junho a 28 de julho de 1909, de 6 de abril a 20 de maio de 1910 e de 10 a 30 de setembro de 1910; de 3 de novembro de 1910 a 4 de fevereiro de 1911; de 28 de abril a 5 de outubro de 1911 e de 1 de março a 10 de abril de 1912.)		
	Nomeado . .	Addido	Italia	31 de dez. de 1895
	Idem	2.º secretario	Idem	17 de abril de 1897
		(Entrou em exercicio em 29 de maio de 1897.)		
	Exonerado .	Idem	Idem	31 de dez. de 1897
	Nomeado . .	Idem	Estados Unidos da America	10 de jan. de 1902
		(Partiu em 16 de abril de 1902 e assumiu o exer- cicio em 28 do mesmo mez.)		
		(Serviu de 1.º secretario de 28 de abril de 1902 a 15 de março de 1903.)		

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS O RESOLUÇÕES
Bacharel Raul Re- gis de Oliveira	Removido .	2.º secretario (Partiu para Washington em 17 de março de 1903 e chegou a Vienna em 1 de abril de 1903.) (Serviu de encarregado de negocios de 11 de outubro a 10 de novembro de 1904 e de 14 de março a 14 de setembro de 1905.)	Austria-Hungria . .	19 de nov. de 190
	Idem . . .	Idem	Italia	11 de abril de 190
	Promovido .	1.º secretario		9 de jan. de 190
	Designado .	Idem	Republica Oriental do Uruguay	14 de jan. de 190
	Removido .	Idem (Esteve em comissão no Rio de Janeiro até 5 de abril de 1910.) (Esteve em gozo de licença de 6 de abril a 30 de setembro de 1910.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de outubro de 1910 a 8 de outubro de 1911.)	Perú	8 de fev. de 190
Bacharel Epami- nondas Leite Chermont. . .	Nomeado .	Consul.	S. Francisco da Cali- fornia	13 de jun. de 189
	Declarada sem efeito a no- meação .	Idem	Idem	14 de nov. de 189
	Nomeado .	Idem (Partiu a 1 de janeiro de 1892 e assumiu o exer- cício em 24 de maio de 1892.) (Esteve em gozo de licença de 10 de fevereiro a 29 de agosto de 1895.)	Baltimore	14 de nov. de 189
	Removido .	Idem	S. Petersburgo . .	12 de jul. de 1895
	Idem . . .	Idem	Londres	17 de abr. de 1897

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Epami- nondas Leite Chermont.		(Esteve em gozo de licença de 6 de novembro a 31 de dezembro de 1897.)		
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.			31 de dez. de 1897
		(Esteve em disponibilidade inactiva até 12 de fevereiro de 1901.)		
	Designado para exercer o seu cargo		Londres	24 de jan. de 1901
	Nomeado	2.º secretario	Grã-Bretanha	21 de jan. de 1905
		(Assumiu o exercicio do cargo em 10 de março de 1903.)		
		(Serviu de 1.º secretario de 10 de março de 1903 a 31 de agosto de 1904; de 18 de janeiro a 16 de feve- reiro de 1905 e de 23 de março a 9 de maio de 1905.)		
	Removido	2.º secretario	Estados Unidos	31 de dez. de 1904
		(Partiu de Londres em 10 e chegou a Washington em 19 de maio de 1905.)		
		(Serviu de 1.º secretario de 19 de maio a 18 de agosto de 1905.)		
	Chamado a ser- viço publico			30 de maio de 1906
	Nomeado	Secretario da delegação bra- sileira no 3.º Congresso Internacional Americano		19 de jul. de 1906
		(Esteve ausente do posto, por esse motivo, de 15 de junho a 14 de novembro de 1906.)		
		(Esteve em gozo de licença de abril a 18 de setembro de 1909.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 17 de janeiro a 4 de fevereiro de 1910.)		
	Promovido	1.º secretario		22 de jan. de 1910
	Designado	Idem	Mexico	30 de jul. de 1910
		(Serve de encarregado de negocios desde 11 de outu- bro de 1910.)		

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS C RESOLUÇÕES
Bacharel Hippo- lyto Pacheco Alves de Araujo	Nomeado . .	Addido	Grã-Bretanha . . .	15 de out. de 18
	Mandado ser- vir . . .	Como auxiliar do commissa- rio encarregado de preparar a defeza do Brasil no arbitramento da questão de limites com a França . .	França	10 de mar. de 18
	Nomeado . .	Addido á Missão Especial na Suissa, antiga denomi- nação (addido em Missão Especial), tendo, portanto, a categoria de 2.º secre- tario (Arbitrameno da questão de limites com a França).	Suissa	16 de mar. de 18
	Exonerado. .	Addido	Grã-Bretanha . . .	28 de dez. de 18
	Idem . . .	Idem á missão especial . .	Suissa	27 de jan. de 19
	Nomeado . .	2.º secretario	França	27 de jan. de 19
		(Conta antiguidade de 2.º se- cretario de Legação desde 10 de março de 1898, por applicação do art. 2.º, paragrapho unico, do De- creto Legislativo n. 754, de 31 de dezembro de 1900.)		
		(Esteve em gozo de licença de 15 de julho a 16 de novembro de 1901 e de 22 de julho a 15 de setembro de 1904.)		
		(Serviu de 1.º secretario de 14 de dezembro de 1901 a 20 de maio de 1902 e de 6 de maio de 1904 a 5 de novembro de 1905.)		
	Designado . .	Idem	Republica do Uru- guay	23 de fev. de 19
		(Esteve em gozo de licença de 11 de junho de 1907 a 10 de setembro de 1908, de 14 de dezembro de 1908 a 11 de março de 1909 e de 18 de março a 17 de agosto de 1911.)		
	Promovido. .	1.º secretario		25 de maio de 19
	Designado . .	Idem	Allemanha	18 de ag. de 19

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Luiz Guimarães Filho	Nomeado . .	Addido	Republica Argentina	13 de set. de 1898
	Exonerado .	Idem	Idem	28 de dez. de 1899
	Nomeado . .	2.º secretario da missão espe- cial (Conferencia Pan- Americana)	Mexico	14 de set. de 1901
	Exonerado .	Idem	Idem	20 de dez. de 1901
	Nomeado . .	2.º secretario (Partiu a 28 de abril de 1902.) (Serviu de 1.º secretario de 7 de fevereiro a 14 de março e de 30 de abril de 1903 a 23 de setembro de 1904.)	Republica Oriental do Uruguay	10 de jan. de 1902
	Exonerado e mandado servir em comissão .	Idem	Bolivia	30 de nov. de 1903
	Declarada sem efeito sua exoneração .	Idem (Esteve em gozo de licença de 15 de outubro de 1904 a 14 de abril de 1905.)		30 de abril de 1904
	Removido . .	2.º secretario (Partiu em 26 de abril de 1905.) (Chegou a Tokio em 8 de agosto de 1905.) (Serviu de encarregado de negocios de 9 de junho de 1906 a 29 de março de 1909 e de 23 de outu- bro de 1909 a 4 de novem- bro de 1910.) (Esteve em gozo de licença de 5 de novembro de 1910 a 4 de outubro de 1911.)	Japão	31 de dez. de 1904
	Promovido .	1.º secretario		25 de maio de 1911
	Designado . .	Idem (Serve de encarregado de negocios desde 11 de dezembro de 1911.)	Cuba e America Central	

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS C RESOLUÇÕES
Adalberto Guerra Duval. . . .	Nomeado . .	2.º secretario	Republica Argentina	7 de out. de 1895
	Mandado servir	Idem (Partiu desta cidade em 4 de novembro de 1895.) (Chegou a Assumpção em 30 do mesmo mez.) (Serviu de 1.º secretario de 1 de janeiro a 23 de março de 1895.)	Paraguay	22 de out. de 1895
	Mandado regressar	Idem (Partiu de Assumpção em 5 de abril de 1896 e chegou a Buenos Aires em 9 do mesmo mez.) (Serviu de 1.º secretario de 9 a 19 de abril de 1896.)	Republica Argentina	10 de fev. de 1896
	Mandado servir	Idem (Partiu de Buenos Aires em 20 de abril de 1896 e chegou a Lisboa em 24 de julho seguinte.) (Esteve em gozo de licença de 29 de março a 31 de dezembro de 1897.)	Portugal	25 de mar. de 1897
	Removido . .	Idem	Colombia e Ecuador	17 de abril de 1897
	Exonerado e posto em disponibilidade	Idem (Estava em gozo de licença quando foi exonerado, não tendo nunca seguido para a Colombia.) (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro de 1898 a 31 de dezembro de 1902, deixando de pertencer ao Corpo Diplomatico em virtude do disposto no art. 14 da Consolidação Diplomatica.)	Idem	31 de dez. de 1897
	Nomeado . .	2.º secretario	Russia	31 de dez. de 1904

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Adalberto Guerra Duval.	(Partiu em 3 de maio de 1905 e chegou a São Petersburgo em 15 de junho seguinte.)			
Mandado ser- vir	2.º secretario	Perú		9 de fev. de 1906
Declarada sem efeito a or- dem				11 de fev. de 1906
	(Serviu de encarregado de negocios em S. Petersburgo de 14 de setembro de 1906 a 5 de junho de 1907.)			
Designado . .	Idem	Republica Argentina		23 de fev. de 1907
	(Partiu de S. Petersburgo em 15 de junho de 1907 e chegou a Buenos Aires em 14 de setembro de 1907.)			
Idem	Idem	Paraguay		11 de abril de 1908
	(Partiu de Buenos Aires a 23 e chegou a Asuncion a 29 de agosto de 1908.)			
	(Serviu de encarregado de negocios de 30 de agosto de 1909 a 21 de novembro de 1911.)			
Promovido. .	1.º secretario			25 de maio de 1911
Designado . .	Idem	Grã-Bretanha		21 de set. de 1911
Unibal Velloso Rebello	Nomeado	Addido	Italia	7 de jan. de 1899
	Exonerado.	Idem	Idem	28 de dez. de 1899
	Nomeado	Addido á missão especial.	Idem	14 de nov. de 1902
	Idem	2.º secretario	Colombia	31 de dez. de 1904
	(Não partiu.)			
Mandado ser- vir	Idem	Estados Unidos		5 de abril de 1905
	(Partiu para Washington em 19 de abril e chegou em 19 de maio de 1905.)			
	(Serviu de 1.º secretario de 15 de junho a 14 de no- vembro de 1906.)			

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS E RESOLUÇÕES
Annibal Velloso Rebello . . .	Removido . .	2.º secretario (Serviu de encarregado de negocios de 17 de feve- reiro a 1 de março de 1908.) (Esteve em gozo de licença de 15 de abril a 14 de setembro de 1911.)	Belgica	17 de ag. de 1908
	Promovido . .	1.º secretario		31 de maio de 1911
	Designado . .	Idem (Serve de encarregado de negocios desde 1 de dezem- bro de 1911.)	Portugal	21 de set. de 1911

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel José de Oliveira Muri- nelly . . .	Nomeado . . .	2.º secretario	Japão	17 de abril de 1897
	Exonerado . . .	Idem	Idem	31 de dez. de 1897
	Nomeado . . .	Idem	Suissa	10 de jan. de 1902
		(Serviu de encarregado de negocios de 8 de novembro a 31 de dezembro de 1902).		
		(Esteve em gozo de licença de 6 de janeiro a 3 de junho de 1903.)		
	Removido . . .	Idem	Russia	24 de jan. de 1903
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de agosto a 9 de dezembro de 1903 e de 1 de junho de 1904 a 15 de abril de 1905.)		
	Idem . . .	Idem	Santa Sé	11 de ag. de 1904
		(Não assumiu o exercicio nessa legação.)		
	Idem . . .	Idem	França	31 de dez. de 1904
Eduardo de Lima Ramos . . .		(Assumiu o exercicio em 1 de maio de 1905.)		
		(Esteve em gozo de licença de dezembro de 1908 a 21 de maio de 1909.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de julho a 31 de agosto de 1909.)		
	Nomeado para, no caracter de	1.º secretario, fazer parte da Embaixada Brasileira ás festas commemorativas da unificação da	Italia	5 de mar. de 1911
		—		
	Nomeado . . .	Addido sem vencimentos .	Russia	30 de jul. de 1897
	Mandado ser- vir		Secretaria de Estado	31 de jul. de 1897
		(Serviu de 3 de agosto de 1897 a 28 de fevereiro de 1898 e de 26 de setem- bro de 1898 a 11 de feve- reiro de 1899.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Eduardo de Lima Ramos . . .	Declarada sem efeito a no- meação . . .	Addido sem vencimentos.	Russia	28 de dez. de 1899
	Nomeado . . .	2.º secretario (Partiu em 10 de feve- reiro de 1902 e assumiu o exercicio em 14 de abril de 1902.)	Idem	10 de jan. de 1902
	Mandado ser- vir . . .	Idem (Partiu de S. Petersburgo em 1 e chegou a Paris em 6 de outubro de 1902.)	França	20 de set. de 1902
	Exonerado. .	Idem (Recebeu vencimentos até 13 de março de 1903.)	Russia	24 de jan. de 1903
	Mandado ser- vir em com- missão . . .	Idem (Assumiu o exercicio em 14 de março de 1903.)	França	26 de jan. de 1903
	Nomeado em commissão .	Idem (Partiu de Paris em 6 e chegou a Berlim em 9 de novembro de 1905.) (Esteve em gozo de licença de 9 de abril de 1906 a 17 de janeiro de 1907.)	Allemanha	14 de abril de 1905
	Confirmada a nomeação .	2.º secretario		29 de nov. de 1906
	Designado .	Idem (Serviu de encarregado de negocios de 1 de dezem- bro de 1908 a 28 de março de 1909.)	Suissa	23 de fev. de 1907
Gustavo de Vian- na Kelsch . .	Nomeado . .	Addido sem vencimentos.	Allemanha	28 de jan. de 1898
	Exonerado .	Idem	Idem	28 de dez. de 1899
	Nomeado . .	Addido á missão especial.	Italia	3 de abril de 1902
	Exonerado .	Idem	Idem	14 de abril de 1902
	Nomeado . .	2.º secretario	Portugal.	14 de abril de 1902

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Gustavo de Viana Kelsch	(Partiu em 14 de maio de 1902 e tomou posse em 28 do mesmo mez.)			
Removido	2.º secretario	Allemanha	24 de jan. de 1903	
	(Partiu de Lisboa em 26 de março de 1903 e chegou a Berlim em 27 de abril de 1903.)			
	(Serviu de 1.º secretario de 27 de abril a 16 de agosto de 1903 e de 21 de setembro de 1903 a 20 de junho de 1904.)			
	(Dirigiu o Consulado em Berlim de 7 de julho a 7 de agosto de 1904.)			
	(Serviu de 1.º secretario de 3 de novembro de 1905 a 27 de março de 1907.)			
Exonerado	Idem		27 de mar. de 1907	
Nomeado	Idem		9 de maio de 1907	
Designado	Idem	Estados Unidos	27 de jan. de 1908	
Removido	Idem	Japão.	26 de abril de 1911	
Declarada sem efeito essa remoção			7 de maio de 1911	
Posto em dis- ponibilidade			10 de maio de 1911	
	(Esteve em disponibilidade inactiva de 18 de maio a 11 de julho de 1911.)			
Feito reverter à effectivi- dade do car- go	2.º secretario		30 de jun. de 1911	
Designado	Idem	Japão.	5 de jul. de 1911	
	(Serve de encarregado de negocios desde 17 de setembro de 1911.)			

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Alberto Jorge de Ipanema Moreira	Nomeado . .	Addido	França	16 de set. de 1898
		(Serviu de 7 de novembro de 1898 a 30 de janeiro de 1900.)		
	Exonerado . .	Idem	Idem	28 de dez. de 1899
	Nomeado . .	2.º secretario	Portugal.	24 de jan. de 1903
		(Partiu em 12 de fevereiro de 1903 e assumiu o exer- cicio em 26 de março de 1903.)		
		(Serviu de 1.º secretario de 31 de agosto de 1904 a 23 de abril de 1905 e de 4 de junho a 31 de agosto de 1906.)		
		(Esteve em gozo de licença de 20 de setembro a 22 de outubro de 1906.)		
	Designado . .	Idem	Republica Argentina	23 de fev. de 1907
		(Assumiu o exercicio em 1 de maio de 1907.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 11 de julho a 20 de agosto de 1908.)		
		(Esteve em gozo de licença de 5 de junho a 8 de julho de 1909.)		
	Idem	2.º secretario na Conferencia de Direito Maritimo de Bru- xellas		1 de jul. de 1900
		(Partiu do Rio em 9 de julho de 1909.)		
		(Esteve no desempenho dessa comissão de 9 de julho a 30 de dezembro de 1909.)		
	Removido . .	2.º secretario	Chile.	23 de mar. de 1910
		(Chegou a Santiago a 23 de abril de 1910.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Mario de Belfort Ramos	Nomeado . .	Addido sem vencimentos. (Serviu nesta Secretaria de Estado até 31 de dezembro de 1899.)	Republica Argentina	21 de jul. de 1897
	Declarada sem efeito a no- meação . .	Addido sem vencimentos.	Idem	28 de dez. de 1899
	Nomeado . .	2.º secretario (servindo em comissão). (Partiu em 25 de agosto de 1903.) (Serviu de encarregado de negocios de 10 de outubro de 1903 a 28 de dezembro de 1904.)	Perú	22 de jul. de 1903
	Removido . .	2.º secretario (Partiu de Lima em 14 de abril de 1906.) (Esteve em comissão de 9 de maio a 25 de setem- bro de 1906, interrom- pendo o transito.)	Santa Sé	29 de jun. de 1905
	Mandado ser- vir	Idem (Partiu em 26 de setembro de 1906.) (Assumiu o exercicio em 15 de novembro de 1906.)	Suissa	29 de maio de 1906
	Designado . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 10 de setembro de 1909 a 19 de abril de 1910.)	Portugal.	23 de fev. de 1907
Carlos de Ros- taing Lisboa.	Nomeado . .	Addido sem vencimentos. (Tomou posse em 5 de setembro de 1898.)	Japão.	30 de jun. de 1898
	Exonerado . .	Idem (Serviu até 31 de dezembro de 1898.)	Idem	2 de jan. de 1899
	Nomeado . .	2.º secretario	Ecuador.	31 de dez. de 1904

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos de Ros- taing Lisbôa.	Mandado ser- vir . . .	2.º secretario	Chile.	24 de abril de 1905
		(Já servia desde 1 de janeiro de 1905.)		
	Mandado se- guir para o seu posto .	Idem	Ecuador.	18 de dez. de 1905
		(Não chegou a partir.)		
	Mandado ser- vir . . .	Idem	Perú	11 de fev. de 1906
		(Partiu de Santiago em 18 de fevereiro de 1906 e che- gou a Lima em 13 de março seguinte.)		
Thomaz Pompeu Lopes Ferreira		(Serviu de encarregado de negócios de 26 de novem- bro a 25 de dezembro de 1907 e de 4 de junho de 1908 a 30 de setembro de 1910.)		
	Removido . .	Idem	Republica Argentina	26 de abril de 1910
	Idem . . .	Idem	Italia	25 de set. de 1911
	Nomeado . .	2.º secretario	Hespanha	31 de dez. de 1904
	Mandado ser- vir . . .	Idem	Secretaria de Estado	28 de jan. de 1905
		(Serviu de 30 de janeiro a 18 de julho de 1905.)		
		(Partiu para Madrid em 19 de julho e chegou em 11 de agosto de 1905.)		
	Chamado a ser- viço publico			28 de fev. de 1907
		(Partiu de Madrid em 9 de abril de 1907.)		
		(Serviu nesta Secretaria de Estado de 14 de maio de 1907 a 15 de janeiro de 1908.)		
	Mandado ser- vir . . .	2.º secretario	Uruguay.	31 de jul. de 1907
		(Partiu do Rio em 16 e assumiu o exercicio em 31 de janeiro de 1908.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Thomaz Pompeu Lopes Ferreira		(Esteve em comissão no Rio de Janeiro de junho de 1909 até 19 de abril abril de 1910.)		
	Mandado ser- vir	2.º secretario	Hollanda	23 de mar. de 1910
		(Partiu do Rio em 20 de abril de 1910.)		
		(Chegou a Haya em 12 de junho de 1910.)		
	Removido . .	Idem	Belgica	15 de fev. de 1911
	Idem	2.º secretario da missão es- pecial	Grecia	8 de nov. de 1911
	Declarada sem effeito essa remoção. . .			14 de dez. de 1911
Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda . . .	Nomeado . .	2.º secretario	Venezuela	31 de dez. de 1904
	Mandado ser- vir	Idem	Secretaria de Estado	30 de mar. de 1905
		(Serviu de 1 de abril a 20 de setembro de 1905.)		
	Mandado ser- vir	2.º secretario	Grã-Bretanha . . .	14 de set. de 1905
		(Partiu em 21 de setembro de 1905 e chegou a Lon- dres em 18 de outubro seguinte.)		
	Chamado a ser- viço			17 de maio de 1907
		(Serviu nesta Secretaria de Estado de 16 de junho a 27 de agosto de 1907.)		
	Mandado ser- vir	2.º secretario	Mexico	31 de jul. de 1907
		(Partiu do Rio em 28 de agosto e chegou ao Mexico em 19 de outubro de 1907.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 30 de janeiro de 1908 a 5 de junho de 1909 e de 12 de agosto de 1909 a 10 de outubro de 1910.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda		(Esteve em gozo de licença de 12 de outubro a 9 de dezembro de 1910.)		
	Removido	2.º secretario	Estados Unidos	4 de nov. de 1910
		(Chegou a Washington em 10 de dezembro de 1910.)		
	Idem	Idem	Dinamarca	21 de set. de 1911
	Declarada sem effeito essa remoção.	Idem		8 de nov. de 1911
José Francisco de Barros Pimentel		(Está em gozo de licença desde 10 de fevereiro de 1912.)		
	Nomeado	2.º secretario	Santa Sé	31 de dez. de 1904
	Mandado ser- vir	Idem	Secretaria de Estado	30 de mar. de 1905
		(Serviu de 1 de abril a 18 de julho de 1905.)		
	Removido	2.º secretario	Grã-Bretanha	29 de jun. de 1905
		(Partiu em 19 de julho de 1905 e chegou a Lon- dres em 25 de agosto seguinte.)		
	Idem	Idem	Hollanda	11 de abr. de 1908
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 a 26 de outubro de 1908.)		
	Idem	Idem	Venezuela	8 de fev. de 1909
		(Chegou a Caracas em 6 de abril de 1909.)		
		(Esteve em gozo de licença de 29 de agosto de 1909 a 28 de fevereiro de 1910 e em comissão de 1 de março a 5 de abril de 1910.)		
	Idem	Idem	Estados Unidos	17 de mar. de 1910
		(Partiu do Rio em 6 de abril de 1910.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
José Francisco de Barros Pimentel	(Esteve em gozo de licença de 22 de novembro de 1910 a 15 de fevereiro de 1911.)	—		
Oduvaldo Pacheco e Silva . . .	Nomeado	2.º secretario da missão especial	Italia	30 de jan. de 1902
	(Assumiu o exercicio em 18 de março de 1902.)			
	Idem	2.º secretario	Republica do Uruguay	31 de dez. de 1904
	(Partiu para Montevideo a 8 e chegou a 16 de agosto de 1905.)			
	(Serviu de 1.º secretario de 10 de fevereiro a 16 de março de 1906.)			
	(Esteve em gozo de licença de 14 de outubro de 1906 a 25 de março de 1907.)			
	Designado	Idem	França	23 de fev. de 1907
	(Partiu em 26 de março de 1907 e chegou a Paris em 15 de abril seguinte.)			
	(Esteve em gozo de licença de 3 de outubro de 1911 a 14 de abril de 1912.)			
Godofredo Bulhões	Nomeado em comissão	2.º secretario	Belgica	4 de dez. de 1905
	(Partiu em 20 de dezembro de 1905 e chegou a Bruxellas em 12 de janeiro de 1906.)			
	Confirmada a nomeação	2.º secretario		29 de nov. de 1906
	Designado	Idem	Perú	23 de fev. de 1906
	(Esteve em gozo de licença de 12 de novembro de 1907 a 11 de agosto de 1908.)			
	Removido	Idem	Suissa	20 de jul. de 1908
	Idem	Idem	Austria Hungria	17 de fev. de 1909

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Jarbas Loretto da Silva Lima . . .	Nomeado em comissão . . .	2.º secretario	Perú	4 de dez. de 190
	Mandado ser- vir	Idem (Partiu em 21 de fevereiro de 1906 e chegou a Vien- na em 26 de março se- guinte.)	Austria Hungria . . .	15 de fev. de 190
	Confirmada a nomeação . .	2.º secretario		29 de nov. de 1906
	Designado . .	Idem (Partiu de Vienna em 5 de março de 1907 e chegou a Quito em 13 de maio seguinte.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de abril a 18 de julho de 1910 e está servindo actualmente desde 26 de março de 1912.)	Ecuador	23 de fev. de 1907
		—		
Raphael de May- rinck	Nomeado . . .	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Tomou posse em 22 de feve- reiro de 1900.)		21 de fev. de 1900
	Promovido . .	2.º official (Tomou posse em 23 de outubro de 1903.)		22 de out. de 1903
	Nomeado . . .	2.º secretario	Belgica	26 de mar. de 1906
	Exonerado . .	2.º official desta Secretaria de Estado. (Serviu até 31 de março de 1906.) (Esteve em comissão de 1 de abril a 4 de setembro de 1906.) (Partiu para Bruxellas em 5 de setembro de 1906 e chegou em 1 de outubro seguinte.) (Serviu de encarregado de negocios de 17 de outubro de 1906 a 15 de abril de 1907.)		31 de mar. de 1906

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
aphael de May- rinck	Removido . . .	2.º secretario (Partiu de Bruxellas em 3 de setembro e chegou a Cara- cas em 4 de outubro de 1907.) (Esteve em gozo de licença de 18 de fevereiro de 1909 a 17 de fevereiro de 1910.) (Esteve em comissão de 18 de fevereiro a 17 de junho de 1910.)	Venezuela	19 de jul. de 1907
	Removido . . .	Idem (Serve de encarregado de negocios desde 1 de agosto de 1910.)	Colombia	11 de mar. de 1910
Arminio de Mello Franco	Nomeado . . .	Addido sem vencimentos. . (Serviu nesta Secretaria de Estado até 28 de dezembro de 1899.)	Belgica	25 de maio de 1897
	Declarada sem efeito a no- meação . . .	Addido sem vencimentos. .	Idem	28 de dez. de 1899
	Nomeado . . .	2.º secretario		29 de nov. de 1906
	Mandado ser- vir	Idem (Serviu de 3 de dezembro de 1906 a 24 de março de 1907.)	Secretaria de Estado	—
	Designado . . .	2.º secretario	Chile.	23 de fev. de 1907
	Mandado ser- vir	Idem (Partiu em 25 de março e chegou a La Paz em 27 de abril de 1907.) (Serviu de encarregado de negocios de 6 a 31 de maio de 1907.) (Partiu de La Paz em 9 de setembro e chegou a San- tiao em 7 de outubro de 1907.)	Bolivia	21 de mar. de 1907
	Removido . . .	Idem	Noruega e Dinamarca	11 de mar. de 1910

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS RESOLUÇÕES
Arminio de Mello Franco		(Partiu de Santiago em 9 de abril de 1910 e chegou a Copenhague a 20 de junho de 1910.) (Serviu de encarregado de negocios de 12 a 21 de outubro de 1911.) (Está em gozo de licença desde 1 de janeiro de 1912.) —		
José Pinto da Fon- seca Guimarães	Nomeado	2.º secretario		29 de nov. de 19
	Mandado ser- vir	Idem	Secretaria de Estado	—
		(Serviu de 6 de dezembro de 1906 a 28 de fevereiro de 1907.)		
	Designado	2.º secretario	Allemanha	23 de fev. de 19
		(Partiu em 1 de março de 1907 e chegou a Berlim em 4 de abril seguinte.) (Serviu de encarregado de negocios de 17 de outubro a 25 de novembro de 1908, de 9 a 23 de agosto de 1910 e de 17 de outubro a 30 de novembro de 1910.) —		
Carlos Martins Pe- reira e Souza	Nomeado	2.º secretario		29 de nov. de 19
	Mandado ser- vir	Idem	Secretaria de Estado	—
		(Serviu de 6 de dezembro de 1906 a 28 de fevereiro de 1907.)		
	Designado	Idem	Paraguay	21 de fev. de 19
		(Partiu desta cidade em 1 de março de 1907 e chegou em 27 do mesmo mez a Assumpção.)		
	Idem	Idem	Austria Hungria	11 de abril de 19
	Idem	Idem	Allemanha	9 de jul. de 19

SEGUNDOS SECRETARIOS.

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos Martins Pereira e Souza	Removido . . .	2.º secretario	Austria Hungria . . .	15 de jan. de 1909
	Idem . . .	Idem	Russia	17 de set. de 1909
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de outubro de 1909 a 30 de abril de 1911.)		
		(Esteve em gozo de licença de 1 de setembro de 1911 a 31 de janeiro de 1912.)		
		(Esteve em comissão no Rio de 1 de fevereiro a 19 de março de 1912.)		
Abelardo Rôças	Nomeado . . .	2.º secretario		29 de nov. de 1906
	Mandado servir . . .	Idem	Secretaria de Estado	—
		(Serviu de 7 de dezembro de 1906 a 26 de março de 1907.)		
	Designado . . .	2.º secretario	Estados Unidos . . .	23 de fev. de 1907
	Mandado servir . . .	Idem	Hollanda	—
		(Partiu desta capital em 27 de março de 1907 e chegou a Haya a 22 de maio do mesmo anno.)		
	Designado . . .	Idem	Grã-Bretanha . . .	8 de jan. de 1908
		(Chegou a Londres a 13 de fevereiro de 1907.)		
Antonio José do Amaral Murtinho	Nomeado . . .	2.º secretario da Embaixada Brasileira ás festas comemorativas do cincoentenario da unificação da . . .	Italia	5 de mar. de 1911
	Nomeado . . .	2.º secretario		29 de nov. de 1906
	Mandado servir . . .	Idem	Secretaria de Estado	—
		(Serviu de 10 de dezembro de 1906 a 26 de março de 1907.)		
	Designado . . .	2.º secretario	Cuba e America Central, ...	23 de fev. de 1907

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Antonio José do Amaral Murti- nho		(Partiu desta capital em 27 de março de 1907.) (Assumiu o exercicio em Panamá em 3 de julho de 1907.)		
José de Paula Ro- drigues Alves	Nomeado	2.º secretario		29 de nov. de 1906
	Mandado ser- vir	2.º secretario	Secretaria de Estado	—
		(Serviu de 18 de dezembro de 1906 a 7 de maio de 1907.)		
	Designado	2.º secretario	Hollanda	23 de fev. de 1907
		(Partiu desta capital em 8 de maio de 1907 e che- gou a Haya em 5 de junho do mesmo anno.)		
	Removido	Idem	Grã-Bretanha	26 de fev. de 1908
		(Chegou a Londres em 28 de março de 1908.)		
	Nomeado	2.º secretario da Embaixada Brasileira ás festas com- memorativas do cincente- nario da unificação da Ita- lia		5 de mar. de 1911
Jeronymo de Avel- lar Figueira de Mello.	Nomeado	2.º secretario		27 de mar. de 1907
	Mandado ser- vir	Idem	Secretaria de Estado	1 de abril de 1907
		(Serviu de 3 de abril de 1907 a 15 de março de 1908.)		
	Designado	Idem	Bolivia	25 de jan. de 1908
		(Partiu para assumir o seu posto em 16 de março de 1908.)		
		(Chegou a La Paz a 27 de abril de 1908.)		
	Removido	Idem	Perú	28 de set. de 1908
		(Chegou a Lima a 14 de outubro de 1908.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Jeronymo de Avel- lar Figueira de Mello.	(Esteve em gozo de licença de 13 de dezembro de 1910 a 2 de maio de 1911.)			
	Removido	2.º secretario	Austria-Hungria	21 de mar. de 1911
		(Chegou a Vienna em 31 de maio de 1911.)		
Adolpho da Silva Gordo Junior	Nomeado	2.º secretario		18 de abril de 1907
	Mandado ser- vir	Idem	Secretaria de Estado	—
		(Serviu de 16 de maio a 30 de julho de 1907.)		
	Designado	Idem	Uruguay.	17 de jul. de 1907
		(Partiu a 31 de julho e chegou a Montevideo a 4 de agosto de 1907.)		
	Removido	Idem	Republica Argentina	11 de abril de 1903
		(Chegou a Buenos Aires a 24 de maio de 1908.)		
	Removido	Idem	Allemanha	31 de dez. de 1910
		(Chegou a Berlim a 1 de março de 1911.)		
Eusebio de Quei- rós Coutinho Mattoso Cama- ra	Nomeado	2.º secretario		3 de dez. de 1907
	Mandado ser- vir	Idem	Secretaria de Estado	15 de dez. de 1907
		(Serviu de 16 de dezembro de 1907 a 1 de maio de 1910.)		
	Designado	Idem	Uruguay.	23 de mar. de 1910
		(Partiu desta cidade a 2 e chegou a Montevideo a 6 de maio de 1910.)		
		(Esteve em gozo de licença de 9 de junho a 8 de julho de 1911.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos Gonçalves da Silva . . .	Nomeado . .	Secretario da Missão Espe- cial	Colombia	2 de abril de 1905
		(Partiu a 30 de agosto e chegou a Bogotá a 25 de dezembro de 1905.)		
	Nomeado . .	2.º secretario		2 de maio de 1908
		(Serviu de encarregado de negocios de 23 de junho de 1907 a 31 de julho de 1910.)		
	Designado .	Idem	Perú	11 de mar. de 1910
		(Esteve em comissão de 20 de agosto de 1910 a 16 de janeiro de 1912.)		
		(Partiu para o seu posto em 17 de janeiro e chegou a Lima em 12 de fevereiro de 1912.)		
—				
José Pinto de Sou- za Dantas . .	Nomeado . .	2.º secretario		1 de jul. de 1908
	Designado .	Idem	França	9 de jul. de 1908
		(Partiu desta cidade em 9 de agosto de 1908 e chegou a 1 de setembro.)		
—				
Bacharel Lucillo Antonio da Cunha Bueno .	Nomeado . .	Amanuense desta Secretaria de Estado.		25 de maio de 1905
		(Tomou posse a 27 de maio de 1905.)		
	Nomeado . .	Auxiliar do Tribunal Arbi- tral Brasileiro-Peruano.		2 de jan. de 1906
	Exonerado .	Idem		1 de ag. de 1907
		(Esteve em gozo de licença de 20 de março de 1908 a 19 de março de 1909.)		
	Nomeado . .	2.º secretario		4 de nov. de 1909
	Designado .	Idem	Venezuela	23 de mar. de 1910
		(Serviu nesta Secretaria até 19 de abril de 1910. Par- tiu para Caracas a 20 de abril de 1910 e chegou a 24 de junho.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Lucillo Antonio da Cunha Bueno		(Serviu de encarregado de negocios de 6 de julho de 1910 a 24 de fevereiro de 1911 e está servindo desde 12 de agosto de 1911.)		
Pedro Leão Vel- loso Netto	Nomeado . .	Auxiliar do Tribunal Arbi- tral Brasileiro-Peruano.		10 de set. de 1907
	Idem	Auxiliar do Tribunal Arbi- tral Brasileiro-Boliviano		3 de nov. de 1908
	Exonerado. .	Idem, idem Peruano		22 de jan. de 1910
		(Serviu nessas commissões de 10 de setembro de 1907 a 23 de janeiro de 1910.)		
	Nomeado . .	2.º secretario		22 de jan. de 1910
		(Tomou posse e serviu nesta Secretaria de Estado de 25 de janeiro de 1910 a 17 de outubro de 1911.)		
	Designado . .	2.º secretario Italia		21 de set. de 1911
		(Partiu a 18 de outubro e chegou a Roma em 25 de novembro de 1911.)		
José Joaquim Mo- niz de Aragão	Nomeado . .	3.º official desta Secretaria de Estado		10 de maio de 1910
		(Tomou posse na mesma data.)		
	Nomeado . .	2.º secretario		25 de maio de 1911
		(Tomou posse em 1 de junho de 1911.)		
	Exonerado. .	3.º official da Secretaria de Estado. Idem		31 de maio de 1911
		(Serviu no Gabinete do Mi- nistro até 13 de fevereiro de 1912.)		
	Designado . .	2.º secretario Estados Unidos		20 de fev. de 1912
		(Partiu do Rio a 20 de março de 1912.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Luiz Vil- lares Fragoso	Nomeado . .	2.º secretario		25 de maio de 1911
		(Serviu nesta Secretaria de Estado de 7 de junho a 16 de outubro de 1911.)		
	Designado . .	Idem	Paraguay	25 de set. de 1911
		(Partiu para Assumpção em 17 de outubro de 1911 e chegou a 31 do mesmo mez.)		
Bacharel Frederico de Castello Branco Clark	Nomeado . .	Addido sem vencimentos.	Grã-Bretanha	14 de fev. de 1908
	Idem	Secretario da Delegação Bra- sileira no 4.º Congresso Internacional Americano		23 de jun. de 1910
	Idem	2.º secretario	Idem	31 de dez. de 1911
	Designado . .	Idem	Uruguay.	2 de set. de 1911
	Removido . .	Idem	Argentina	25 de set. de 1911
		(Partiu do Rio em 6 de no- vembro de 1911 e chegou a Buenos Aires em 12 do mesmo mez.)		
Bacharel Fernando de Souza Dan- tas.	Nomeado . .	2.º secretario	Idem	17 de out. de 1911
		(Tomou posse em 3 de no- vembro de 1911 e está servindo nesta Secretaria.)		

CONSULES GERAES DE 1.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
João Antonio Ro- drigues Martins	Nomeado . . .	2. ^o conferente da Alfandega	Albuquerque	23 de maio de 1864
		(De 2 de fevereiro de 1865 a 24 de agosto de 1869 esteve em Assumpção como prisioneiro de guerra.)		
	Mandado addir á Recebedoria			10 de out. de 1869
	Idem á Secretaria da Fazenda			14 de dez. de 1869
	Nomeado interinamente	Lançador		4 de nov. de 1870
	Nomeado . . .	Idem		18 de jan. de 1871
	Idem	Consul geral	Valparaíso	14 de jun. de 1873
		(Partiu a 11 de julho de 1873.)		
	Removido . . .	Consul geral	Assumpção	17 de maio de 1879
	Idem	Idem	Shanghai	31 de out. de 1882
Bacharel Arthur Teixeira de Ma- cedo	Idem	Idem	Genova	3 de abril de 1886
		(Esteve em gozo de licença de 13 de outubro a 31 de dezembro de 1890.)		
	Considerado . . .	Consul geral de 1. ^a classe	Idem	6 de jun. de 1891
		(Esteve em gozo de licença de 20 de março a 23 de agosto de 1898.)		
		—		
	Nomeado . . .	Consul geral	Nova York	12 de abril de 1890
		(Partiu a 4 de maio de 1890.)		
	Considerado . . .	Consul geral de 1. ^a classe	Idem	6 de jun. de 1891
	Removido . . .	Idem	Lisboa	9 de maio de 1892
	Exonerado e posto em disponibilidade			24 de set. de 1892
	Nomeado . . .	Consul geral de 1. ^a classe	Hamburgo	30 de nov. de 1894
		(Esteve em gozo de licença de 7 de junho a 15 de outubro de 1899.)		

CONSULES GERAES DE 1.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Arthur Teixeira de Ma- cedo	Removido . .	Consul geral de 1. ^a classe (Esteve em gozo de licença de 1 de junho a 23 de outubro de 1903.)	Buenos Aires . . .	31 de ag. de 1901
	Idem. . . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 23 de abril a 10 de outubro de 1908.)	Hamburgo	22 de jul. de 1903
	Idem	Idem	Nova York	16 de maio de 1910
	Idem. . . .	Idem	Lisboa	22 de set. de 1910
Joaquim Ferraz Rego	Nomeado . .	Consul geral (Partiu a 16 de julho de 1890.)	Cayenna.	14 de maio de 1890
	Idem. . . .	Consul geral de 2. ^a classe	Idem.	6 de jun. de 1891
	Removido . .	Idem	Halifax	14 de nov. de 1891
	Idem. . . .	Idem	Valparaíso	31 de maio de 1892
	Idem. . . .	Idem	Genebra.	1 de jun. de 1898
	Promovido. .	Consul geral de 1. ^a classe	Marselha.	18 de maio de 1894
	Removido . .	Idem	Yokohama	17 de abril de 1897
	Designado . .	Consul.	Idem.	5 de jan. de 1898
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade	 (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro a 31 de julho de 1899 e em disponibilidade activa de 1. ^o de agosto de 1899 a 20 de fevereiro de 1906.)		24 de dez. de 1898
	Designado . .	Consul geral. (Partiu em 21 de fevereiro de 1906.)	Cayenna.	17 de nov. de 1905
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			24 de dez. de 1908

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Joaquim Ferraz Rego	(Esteve em disponibilidade activa de 1 de maio de 1909 a 14 de setembro de 1910.)			
	Nomeado	Consul geral.	Marselha.	29 de jul de 1910
João Vieira da Silva	Nomeado	Consul geral.	Lisboa	2 de ag. de 1890
	(Partiu a 1 de setembro de 1890.)			
	Considerado	Consul geral de 1.ª classe	Idem	6 de jun. de 1891
	Exonerado	Idem	Idem	22 de mar. de 1892
	Reintegrado	Idem	Idem	24 de set. de 1892
	Removido	Idem	Hamburgo	31 de ag. de 1901
	Idem.	Idem	Havre.	22 de jul. de 1903
	(Esteve em gozo de licença de 22 de agosto de 1904 a 27 de janeiro de 1905, de 12 de janeiro a 9 de abril de 1909 e de 24 de julho a 21 de outubro de 1911.)			
João Carlos da Fonseca Pereira Pinto	Nomeado	Consul geral.	Buenos Aires	2 de ag. de 1890
	(Partiu a 17 de setembro de 1890.)			
	Considerado	Consul geral de 1.ª classe	Idem	6 de jun. de 1891
	Removido	Idem	Antuerpia	22 de nov. de 1892
	Exonerado	Idem	Idem	9 de dez. de 1893
	Posto em dis- ponibilidade			30 de nov. de 1894
	(Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de dezembro de 1894 a 29 de julho de 1895.)			
	Designado	Idem	Trieste	12 de jul. de 1895
	Removido	Idem	Liverpool	30 de dez. de 1895
	(Esteve em gozo de licença de 13 de junho a 9 de dezembro de 1907.)			

CONSULES GERAES DE 1.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel José Fortunato da Silveira Bulcão.	Nomeado . .	Consul geral.	Marselha.	12 de abril de 1890
		(Partiu a 25 de maio de 1890.)		
	Removido . .	Idem	Porto.	11 de out. de 1890
	Considerado .	Consul geral de 2. ^a classe	Idem.	6 de jun. de 1891
	Removido . .	Idem	Marselha.	31 de out. de 1891
	Idem. . . .	Idem	Trieste	9 de maio de 1892
		(Esteve em gozo de licença de 25 de maio a 10 de setembro de 1895.)		
	Promovido . .	Consul geral de 1. ^a classe	Antuerpia	12 de jul. de 1895
		(Esteve em gozo de licença de 15 de junho a 14 de dezembro de 1899 e de 10 de novembro de 1910 a 30 de abril de 1911.)		
Manoel Jacintho Ferreira da Cunha . .	Nomeado . .	Consul.	Rosario de Santa Fé	8 de ag. de 1891
		(Partiu a 1 de janeiro de 1892.)		
	Exonerado. .	Idem	Idem.	22 de mar. de 1892
	Posto em disponibilidade			23 de ag. de 1892
		(Foi posto em disponibilidade activa a contar de 17 de maio de 1892.)		
	Designado . .	Consul.	Vigo.	6 de dez. de 1892
	Removido . .	Idem	Vera Cruz	30 de dez. de 1895
	Idem. . . .	Idem	Kobe.	5 de jan. de 1898
	Exonerado e posto em disponibilidade			24 de dez. de 1898
		(Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro a 31 de julho de 1899.)		
	Considerado em disponibilidade activa			1 de ag. de 1899

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Manoel Jacintho Ferreira da Cunha . . .	Nomeado . . .	Consul.	Napolés	16 de jan. de 1902
		(Partiu no dia 4 de fevereiro de 1902.)		
	Promovido . .	Consul geral de 2.ª classe	Idem	8 de ag. de 1903
	Idem. . . .	Consul geral de 1.ª classe	Buenos Aires . . .	30 de dez. de 1905
		(Esteve aguardando ordens nesta capital de 26 de junho a 6 de outubro de 1906.)		
	Removido . .	Idem	Genebra	25 de jul. de 1906
		(Partiu desta capital em 7 de outubro de 1906.)		
		(Esteve em comissão de 20 de janeiro a 20 de outu- bro de 1908.)		
	Idem. . . .	Idem	Lisboa	24 de dez. de 1908
	Idem. . . .	Idem	Nova York	22 de set. de 1910
—				
Francisco Alves Vieira. . . .	Nomeado . . .	Praticante desta Secretaria de Estado		31 de mar. de 1884
		(Entrou em exercicio do seu cargo a 3 de abril de 1884.)		
	Promovido . .	Amanuense		28 de abril de 1885
	Idem. . . .	2.º official		26 de jan. de 1889
		(Esteve em gozo de licença de 22 de setembro a 30 de novembro de 1891 e de 14 de março a 13 de abril de 1892.)		
	Designado . .	Director interino da 4.ª sec- ção		24 de maio de 1893
	Dispensado. .	Idem		31 de ag. de 1893
	Designado . .	Official de gabinete.		5 de jul. de 1893
	Dispensado. .	Idem		10 de out. de 1893
	Promovido . .	1.º official		31 de dez. de 1894
	Exonerado. .	Idem		30 de dez. de 1895

CONSULES GERAES DE 1.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Francisco Alves Vieira.		(Deixou o exercicio do seu cargo a 31 de dezembro de 1895.)		
	Nomeado	Consul geral de 2. ^a classe, servindo provisoriamente no Vice-Consulado	Francfort	30 de dez. de 1895
		(Partiu a 4 de abril de 1896.)		
	Removido	Consul geral de 2. ^a classe	Londres	3 de jan. de 1896
		(Esteve em gozo de licença de 14 de maio a 22 de junho de 1898 e de 15 a 24 de outubro de 1900.)		
	Exonerado e posto em disponibilidade			24 de jan. de 1901
		(Esteve em disponibilidade de 7 de maio de 1901 a 6 de março de 1903.)		
	Mandado exercer o seu cargo		Londres	24 de jan. de 1903
Antonio José de Paula Fonseca	Promovido	Consul geral de 1. ^a classe		28 de fev. de 1903
		(Esteve em comissão nesta capital de 1. de maio de 1907 a 7 de abril de 1908.)		
	Nomeado	Idem	Londres	2 de maio de 1910
	Nomeado	Praticante desta Secrearia de Estado.		28 de abril de 1885
		(Entrou em exercicio do seu cargo a 2 de maio de 1885.)		
	Promovido	Amanuense		12 de jun. de 1885
	Idem.	2. ^o official		27 de abril de 1886
		(Esteve em gozo de licença de 8 de março a 7 de abril de 1893.)		
	Idem.	1. ^o official		1 de jun. de 1886

CONSULES GERAES DE 1.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Antonio José de Paula Fonseca	(Serviu de director da 3. ^a Secção de 3 de setembro a 31 de dezembro de 1897, de 1 a 17 de fevereiro de 1898, de 15 de abril a 2 de junho e de 23 de setembro a 31 de dezem- bro de 1899 e de 25 de maio a 1 de setembro de 1900)			
	(Esteve em gozo de licença de 9 de fevereiro a 7 de maio de 1900.)			
	(Serviu de director da 3. ^a Secção de 22 de junho a 12 de julho e de 6 a 20 de agosto de 1902 e de 3 a 19 de janeiro 1 a 28 de fevereiro e de 4 a 23 de maio de 1903.)			
	(Serviu no Gabinete de 21 de setembro de 1903 a 23 de novembro de 1906.)			
Promovido . .	Director de secção			25 de maio de 1905
Nomeado . .	Consul geral de 1. ^a classe	Marselha		28 de fev. de 1906
Exonerado . .	Director de secção desta Secretaria de Estado			31 de mar. de 1906
	(Partiu para Marselha em 24 de novembro de 1906.)			
	(Está em commissão desde 16 de outubro de 1909.)			
Nomeado . .	Consul geral de 1. ^a classe	Paris		3 de jul. de 1910
	(Continúa em commissão nesta cidade, no Gabinete do Ministro.)			
—				
duardo Drolhe Fasciotti	Nomeado . .	Consul	Cardiff	24 de out. de 1891
	Promovido . .	Consul geral de 2. ^a classe	Valparaiso	30 de dez. de 1895
	(Partiu a 31 de janeiro de 1896.)			
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			14 de nov. de 1896

CONSULES GERAES DE 1.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS E RESOLUÇÕES
Eduardo Drothe Fasciotti	(Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro a 16 de fevereiro de 1897.)			
	Considerado em disponi- bilidade activa.			17 de fev. de 1897
	(Esteve em disponibilidade activa até 17 de fevereiro de 1899.)			
Mandado	Reger provisoriamente o Vice- Consulado em	Assumpção		12 de jan. de 1897
	(Esteve em gozo de licença de 1 de outubro a 6 de dezembro de 1903.)			
Removido	Consul geral de 2. ^a classe	Salto.		3 de nov. de 1897
Promovido	Consul geral de 1. ^a classe	Buenos Aires		12 de jul. de 1897
Removido	Idem	Valparaíso		24 de dez. de 1897
José Calmon No- gueira Valle da Gama.	Nomeado	Consul.	Porto.	31 de maio de 1902
	(Partiu a 1 de julho de 1902.)			
Promovido	Consul geral de 2. ^a classe	Iquitos		14 de nov. de 1902
Removido	Idem	Porto.		6 de abril de 1903
Idem.	Idem	Trieste		28 de fev. de 1903
Exonerado e posto em dis- ponibilidade				14 de mar. de 1903
	Considerado em disponi- bilidade activa.			26 de abril de 1903
Nomeado	Consul geral de 2. ^a classe	Genebra.		16 de jan. de 1904
	(Partiu a 30 de janeiro de 1902.)			
Promovido	Consul geral de 1. ^a classe	Montevideo.		12 de jul. de 1904

CONSULES GERAES DE 1.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Sully José de Souza.	Nomeado . . .	Consul privativo.	Baltimore	3 de maio de 1876
	Promovido . .	Consul geral	Russia	23 de maio de 1885
	Posto em dis- ponibilidade			20 de nov. de 1886
	Mandado exer- cer o seu cargo		Prussia e Saxonia . .	21 de maio de 1887
		(Entrou em exercicio do seu cargo a 26 de junho de 1887.)		
		(Esteve em gozo de licença de 16 de junho a 15 de outubro de 1889.)		
	Considerado .	Consul geral de 2. ^a classe	Idem	6 de jun. de 1891
	Removido . .	Idem	Trieste	30 de dez. de 1895
	Idem.	Idem	Bordéos	3 de jan. de 1898
		(Serviu na guerra do Para- guay de 3 de janeiro de 1865 até 1 de março de 1870.)		
		(Esteve em gozo de licença de 1 de julho a 30 de setembro de 1903 e de 12 de maio a 11 de agosto de 1905.)		
	Promovido . .	Consul geral de 1. ^a classe		11 de out. de 1906
Dr. Alberto Baez Conrado . . .	Removido . .	Idem	Genebra	24 de dez. de 1908
	Nomeado . . .	Idem	Hamburgo	29 de jul. de 1910
		(Esteve em gozo de licença de 7 de dezembro de 1910 a 8 de maio de 1912.)		
	Nomeado . . .	Consul.	Salto	29 de nov. de 1892
		(Partiu a 12 de dezembro de 1892.)		
	Removido . .	Idem	Rosario	18 de mar. de 1894
		(Esteve em gozo de licença de 16 de outubro a 31 de dezembro de 1895.)		
	Exonerado . .	Idem	Idem	30 de dez. de 1895

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS RESOLUÇÕES
Dr. Alberto Baez Conrado	Nomeado	Consul.	Havre.	14 de nov. de 18
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade	(Esteve em disponibilidade inactiva de 12 de janeiro de 1898 a 17 de janeiro de 1899.)		31 de dez. de 18
	Mandado exer- cer o seu cargo		Marselha	11 de jan. de 18
	Removido	Consul.	Porto	28 de fev. de 19
		(Esteve em gozo de licença de 1 a 31 de agosto de 1905.)		
	Promovido	Consul geral de 2.ª classe	Napoles	30 de dez. de 19
	Removido	Idem	Valparaiso	13 de dez. de 19
		(Por despacho de 11 de maio de 1907, foi mandado aguardar ordens em Mon- tevidéo.)		
Antonio Araujo Silva	Promovido	Consul geral de 1.ª classe	Buenos Aires	24 de dez. de 19
	—			
	Nomeado	Praticante da Thesouraria de Fazenda	Rio Grande do Sul . .	15 de set. de 18
	Mandado addir	Thesouro Nacional.		19 de set. de 18
	Nomeado	2.º escriptuario da Alfandega.	Rio Grande do Norte	26 de dez. de 18
	Designado	Administrador em comissão da Mesa de Rendas do porto de	Mossoró	3 de abril de 18
	Nomeado	2.º escriptuario da Alfandega.	Aracajú	30 de jan. de 18
	Exonerado	Idem	Idem	14 de jul. de 18
	Nomeado	Vice-Consul.	Rosario de Santa Fé	2 de jan. de 18
		(O Vice-Consulado foi ex- tincto em 31 de dezembro de 1897.)		
	Nomeado	Consul sem vencimentos. .	Idem	29 de abril de 18
	Exonerado	Idem	Idem	11 de jan. de 18

CONSULES GERAES DE 1.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Antonio Araujo Silva	Nomeado . .	Consul sem vencimentos . .	New-Castle on Tyne	6 de set. de 1899
	Exonerado . .	Idem	Idem	30 de ag. de 1902
	Nomeado . .	Vice-Consul	Rosario de Santa Fé	30 de ag. de 1902
	Promovido . .	Consul		8 de out. de 1906
	Removido . .	Idem	Villa Bella. . . .	28 de fev. de 1906
	Promovido . .	Consul geral de 2. ^a classe	Assumpção	31 de ag. de 1906
	Removido . .	Idem	Iquitos	3 de dez. de 1907
	(Esteve em gozo de licença de 1 de julho a 19 de novembro de 1909 e em comissão de 20 de novembro de 1909 a 23 de março de 1910.)			
	Promovido . .	Consul geral de 1. ^a classe	Iquitos	2 de maio de 1910
	(Esteve em gozo de licença de 14 de agosto de 1911 a 24 de janeiro de 1912.)			

CONSULES GERAES DE 2.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS O RESOLUÇÕES
Dr. Raymundo de Sá Valle . .	Nomeado . .	Consul.	Rosario de Santa Fé	31 de maio de 189
		(Partiu a 22 de julho de 1892.)		
	Promovido . .	Consul geral de 2. ^a classe	Genebra	18 de maio de 189
	Removido . .	Idem	Valparaiso	27 de jun. de 189
	Idem. . . .	Idem	Barcelona	30 de dez. de 189
		(Esteve em gozo de licença de 27 de junho a 25 de outubro de 1901, de 28 de abril a 10 de outubro de 1906 e de 1 de julho a 31 de dezembro de 1911.)		
	Idem	Idem	Genebra	12 de jul. de 190
Nicoláo Pinto da Silva Valle. .	Declarado sem efeito . . .	Idem	Idem	25 de jul. de 190
	Nomeado . .	Praticante desta Secretaria de Estado		13 de ag. de 188
		(Entrou em exercicio do seu cargo a 14 de agosto de 1883.)		
	Promovido . .	Amanuense		17 de set. de 188
		(Esteve em gozo de licença de 1 a 30 de maio de 1885 e de 6 de março a 31 de maio de 1886.)		
	Idem. . . .	2. ^o official		16 de dez. de 188
	Idem. . . .	1. ^o official		31 de jul. de 189
	Exonerado . .	Idem		14 de nov. de 189
	Nomeado . .	Consul geral de 2. ^a classe	Montreal.	14 de nov. de 189
	Removido . .	Idem	Cayena	3 de jan. de 189
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			24 de dez. de 189
		(Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro a 2 de abril de 1899.)		
	Considerado em disponi- bilidade activa . . .			3 de abril de 189
		(Esteve em disponibilidade activa de 3 de abril de 1899 a 31 de janeiro de 1904.)		

CONSULES GERAES DE 2.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Nicoláo Pinto da Silva Valle.	Mandado exercer o seu cargo . . .	Consul geral de 2. ^a classe	Assumpção . . .	30 de nov. de 1903
	Removido . .	Idem	Rotterdam . . .	31 de ag. de 1906
	Idem. . . .	Idem	Porto.	15 de out. de 1906
Gervasio Pires Ferreira . . .	Nomeado . .	Consul. (Partiu a 12 de janeiro de 1893.)	Havre.	16 de dez. de 1892
	Removido . .	Idem	Bordéos	14 de nov. de 1894
	Exonerado e posto em disponibilidade	(Esteve em disponibilidade inactiva desde 1 de fevereiro de 1898 até 30 de junho de 1900.)		31 de dez. de 1897
	Considerado em disponibilidade activa			1 de jul. de 1900
	Nomeado . .	Consul.	Cardiff	30 de abril de 1902
	Promovido . .	Consul geral de 2. ^a classe		29 de out. de 1903
	Removido . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 6 de abril a 5 de outubro de 1907, de 9 de novembro de 1908 a 7 de maio de 1909 e de 5 de janeiro a 12 de junho de 1911)	Trieste	3 de nov. de 1903
		—		
Francisco José da Silveira Lobo .	Nomeado . .	Consul geral de 1. ^a classe (Partiu a 12 de junho de 1894.)	Antuerpia . . .	18 de maio de 1894
	Declarado sem effeito . .	Idem	Idem	12 de jul. de 1895
	Nomeado . .	Consul.	Baltimore . . .	12 de jul. de 1895
	Removido . .	Idem	Posadas	20 de dez. de 1895
	Exonerado . .	Idem	Idem	28 de maio de 1896
	Nomeado . .	Idem	S. Petersburgo .	17 de abril de 1897
	Exonerado e posto em disponibilidade			31 de dez. de 1897

CONSULES GERAES DE 2.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Francisco José da Silveira Lobo	(Esteve em disponibilidade inactiva de 11 de janeiro de 1898 a 21 de janeiro de 1899.)			
	Mandado exer- cer o seu cargo	Consul.	Trieste	6 de jan. de 1899
	Removido	Idem (Esteve em gozo de licença de 4 de junho a 30 de setembro de 1905.)	Marselha.	28 de fev. de 1900
	Promovido	Consul geral de 2. ^a classe	Rotterdam	28 de fev. de 1900
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade	Idem (Esteve em disponibilidade inactiva de 18 de setembro a 27 de outubro de 1906.) (Esteve em disponibilidade activa de 28 de outubro de 1906 a 31 de maio de 1908.)	Idem.	31 de ag. de 1900
	Mandado exer- cer seu cargo	(Em serviço no Rio desde 11 de março de 1911.)	Rotterdam	2 de maio de 1900
—				
Dario Freire	Nomeado	Amanuense da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior.		15 de maio de 1899
	Promovido	2. ^o official da mesma Secre- taria.		22 de maio de 1899
	Nomeado	Chanceller effectivo do Con- sulado em. (Partiu a 14 de fevereiro de 1895.) (Em consequencia desta ulti- ma nomeação foi exonerado do cargo de 2. ^o official da dita Secretaria.)	Londres	5 de jan. de 1899
	Removido	Idem	Lisboa	2 de jul. de 1899
	Idem.	Idem	Genova	2 de dez. de 1900
	Promovido	Consul, servindo provisoria- mente no Vice-Consulado em	Bremen	22 de jul. de 1900
	Removido	Consul.	Yokohama	28 de fev. de 1900

CONSULES GERAES DE 2.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dario Freire	(Chegou e assumiu a direcção do Consulado em 1 de agosto de 1906.)			
Promovido	Consul geral de 2. ^a classe (Chegou a 13 e assumiu o exercicio no Consulado Geral em 20 de abril de 1907.) (Esteve em gozo de licença de 8 de outubro de 1907 a 22 de março de 1908.)		Iquitos	11 de out. de 1906
Removido	Idem		Assumpção	3 de dez. de 1907
Idem	Idem (Esteve em gozo de licença de 16 de agosto a 5 de outubro de 1911.)		Cadiz.	29 de jul. de 1910
Filinto Elysio Ro- drigues Vianna de Abreu	Nomeado Chanceller provisorio do Con- sulado Geral em (Partiu a 5 de março de 1895.)		Hamburgo	5 de jan. de 1895
Idem.	Chanceller effectivo (Esteve em gozo de licença de 1 de outubro de 1901 a 29 de fevereiro de 1902.)		Idem.	28 de ag. de 1897
Promovido	Consul, servindo provisoria- mente em (Esteve em gozo de licença de 1 de novembro de 1905 a 31 de janeiro de 1906.)		La Plata.	16 de jan. de 1904
Removido	Consul.		Bremen	28 de fev. de 1906
Idem.	Idem		Rotterdam	27 de out. de 1906
Promovido	Consul geral de 2. ^a classe		Idem.	23 de abril de 1907
Exonerado e posto em dis- ponibilidade	(Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de julho a 13 de agosto de 1908 e em disponibilidade activa de 14 de agosto de 1908 a 28 de julho de 1910.)			2 de maio de 1908
Nomeado	Idem (Assumiu o exercicio a 1 de outubro.)		Napoles.	29 de jul. de 1910

CONSULES GERAES DE 2.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu . . .	Removido . . .	Consul geral de 2. ^a classe (Assumiu o exercicio a 26 de dezembro.)	Yokohama	17 de out. de 1911
—				
Aluizio Azevedo	Nomeado . . .	Official maior da Directoria dos Negocios do Estado do Rio de Janeiro		30 de jun. de 1891
	Dispensado . . .	Idem		31 de jan. de 1892
	Nomeado . . .	Vice-Consul (Partiu em 11 de fevereiro de 1896.)	Vigo	30 de dez. de 1895
	Removido . . .	Vice-Consul	Yokohama	17 de abril de 1897
	Exonerado . . .	Idem (Conservou-se em exercicio até 31 de dezembro de 1898.)	Idem	31 de dez. de 1897
	Nomeado . . .	Consul	La Plata	31 de mar. de 1898
	Removido . . .	Idem	Salto	22 de dez. de 1899
	Idem	Idem	Cardiff	3 de nov. de 1903
	Idem	Idem	Napoles	13 de dez. de 1906
	Promovido . . .	Consul geral de 2. ^a classe	Assumpção	29 de jul. de 1910
	Exonerado . . .	Idem	Idem	23 de jul. de 1911
	Nomeado . . .	Addido commercial . . .	Argentina e Chile . . .	23 de jul. de 1911
—				
Bacharel Manoel Pinto de Souza Dantas	Nomeado . . .	Consul	Bordéas	24 de dez. de 1908
		(Partiu em 21 de abril de 1909.)		
	Promovido . . .	Consul geral de 2. ^a classe (Assumiu o exercicio a 2 de novembro.)	Genebra	29 de jul. de 1910
—				

CONSULES GERAES DE 2.^a CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. José Marcel- lino de Moraes Barros. . . .	Nomeado . .	Encarregado interino do Con- sulado Geral na Suissa.	Genebra	5 de jan. de 1892
	Idem. . . .	Vice-Consul.	Idem.	3 de out. de 1892
	Idem. . . .	Idem	Bremen	2 de jan. de 1896
	Exonerado .	Idem	Idem.	3 de jan. de 1898
	Nomeado . .	Consul sem vencimentos .	Marselha	31 de jan. de 1898
	Exonerado .	Idem	Idem.	31 de jan. de 1898
	Nomeado . .	Vice-Consul.	Bremen	11 de jan. de 1899
	Promovido .	Consul.	Southampton . . .	22 de jul. de 1903
	Idem. . . .	Consul geral de 2. ^a classe		31 de dez. de 1910
	Nomeado . .	Addido commercial . . .	Argentina, Chile, Pa- raguay e Uruguay	31 de dez. de 1910
	Exonerado .	Idem	Idem.	23 de jul. de 1911
	Designado..	Consul geral de 2. ^a classe (Em gozo de licença desde 15 de março de 1912.)	Assumpção	23 de jul. de 1911
Dr. Francisco Emi- lio Eugenio Emery. . . .	Nomeado . .	Vice-Consul.	Buenos Aires . . .	13 de jul. de 1897
	Idem. . . .	Idem	Rosario de Santa Fé	24 de out. de 1907
		(Esteve em gozo de licença de 1 de setembro de 1908 a 30 de novembro de 1909.)		
	Promovido .	Consul.	Idem.	2 de maio de 1910
	Idem. . . .	Consul geral de 2. ^a classe		31 de dez. de 1910
	Nomeado . .	Addido commercial . . .	França, Grã-Breta- nha, Belgica, Suissa e Italia	31 de dez. de 1910

CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Henrique Pinheiro	Nomeado . .	Chancellor effectivo do Consulado geral em	Liverpool	5 de jan. de 1895
		(Partiu a 14 de fevereiro de 1895.)		
	Promovido . .	Consul.		28 de fev. de 1906
	Designado . .	Idem	Salto	12 de jul. de 1906
	Removido . .	Idem	Cardiff	13 de dez. de 1906
Dr. José Bazileu Neves Gonzaga Filho	Nomeado . .	Consul sem vencimentos . .	Montreal	26 de jan. de 1898
	Removido . .	Idem	Glasgow	11 de mar. de 1898
		(Esteve em gozo de licença de 10 de janeiro a 7 de maio de 1907.)		
	Nomeado . .	Consul.	Idem	30 de jan. de 1908
Alcino dos Santos Silva		(Alumno da Escola Naval de 21 de novembro de 1890 a 13 de novembro de 1891. Addido á Secretaria de Estado da Guerra de 2 de junho de 1892 a 24 de junho de 1895.)		
	Nomeado . .	Auxiliar do Consulado Geral	Yokohama	17 de abril de 1897
	Idem. . . .	Chancellor	Idem	27 de abril de 1897
	Exonerado . .	Idem	Idem	31 de dez. de 1897
	Nomeado . .	Consul sem vencimentos . .	La Pallice (Rochelle)	30 de set. de 1899
	Promovido . .	Vice-Consul de carreira . .		28 de fev. de 1906
	Idem. . . .	Consul.	Yokohama	11 de out. de 1906
		(Assumiu a direcção do Consulado em 9 de maio de 1907.)		
	Removido . .	Idem	Vigo	23 de abril de 1909
		(Esteve em comissão de 10 de julho de 1909 a 4 de fevereiro de 1910.)		
		(Reassumiu o exercicio em 8 de março de 1910.)		

CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Landulpho Borges da Fonseca . .	Nomeado . .	Praticante interino dos Cor- reios.	Pernambuco. . . .	11 de jan. de 1893
		(Tomou posse em 19 do mesmo mez.)		
	Removido . .	Idem para a Directoria Geral	Distrito Federal . .	23 de mar. de 1893
	Exonerado a pedido . .	Idem	Idem	25 de set. de 1897
	Nomeado . .	Consul sem vencimentos . .	Braga.	8 de ag. de 1901
		(Esteve em gozo de licença de 1 de fevereiro a 27 de julho de 1904.)		
	Idem. . . .	Vice-Consul de carreira		11 de out. de 1906
	Idem. . . .	Vice-Consul.	Rosario de Santa Fé	27 de out. de 1906
José Monteiro de Godoy	Promovido . .	Consul.	Salto Oriental . . .	13 de dez. de 1906
		(Esteve em gozo de licença de 17 de janeiro a 7 de julho de 1911.)		
	—			
	Nomeado . .	Consul sem vencimentos . .	Vigo	15 de ag. de 1898
	Exonerado . .	Idem	Idem	2 de jan. de 1904
	Nomeado . .	Vice-Consul.	Idem	2 de jan. de 1904
		(Esteve em gozo de licença de 3 de dezembro de 1906 a 1 de abril de 1907.)		
	Promovido . .	Consul.	Idem	30 de jan. de 1908
	Removido . .	Idem	Yokohama	23 de abril de 1909
	Idem. . . .	Idem	Cadiz	2 de maio de 1910
	Declarado sem efeito . .	Idem	Idem	29 de jul. de 1910
	Removido . .	Idem	Bordéos	29 de jul. de 1910
		(Esteve em gozo de licença de 14 de julho a 30 de dezembro de 1911.)		
—				

CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Augusto Sarmiento Pereira Brandão	Nomeado . .	Chancellor effectivo . . . (Tomou posse em 15 de feve- reiro de 1904.)	Lisboa	16 de jan. de 1904
	Promovido . .	Consul. (Tomou posse em 11 de outu- bro de 1909.)	Villa Bella	24 de dez. de 1903
Dr. Bento Carva- lho do Paço	Nomeado . .	Consul sem vencimentos . .	Manchester	6 de dez. de 1900
	Idem. . . .	Vice-Consul.	Rosario	28 de fev. de 1906
	Exonerado . .	Consul sem vencimentos . .	Manchester	2 de abril de 1906
	Removido . .	Vice-Consul. (Esteve em commissão de 1 de junho a 31 de dezan- bro de 1908.)	Bremen	27 de out. de 1906
	Promovido . .	Consul.	Idem.	2 de maio de 1910
Bacharel Leonardo Olavo da Silva Castro. . . .	Nomeado . .	Chancellor do Consulado Geral	Lisboa	24 de fev. de 1908
	Promovido . .	Consul.	Cayenna.	2 de maio de 1910
Dr. Alfredo Va- rela	Nomeado . .	Consul sem vencimentos . . (Esteve em gozo de licença de 3 de outubro de 1909 a 2 de maio de 1910.)	Cadiz.	3 de out. de 1908
	Idem. . . .	Consul.	Yokohama	2 de maio de 1910
	Removido . .	Idem	Napoles	17 de nov. de 1911
Dr. Manoel da Costa Barradas	Nomeado . .	Vice-Consul. (Assumiu o exercicio em 6 de agosto de 1907.) (Esteve em gozo de licença de 16 de junho de 1908 a 15 de março de 1909.)	Paso de los Libres . .	21 de fev. de 1907
	Promovido. .	Consul.		31 de dez. de 1910
	Nomeado . .	Addido commercial. . . .	Estados Unidos da America do Norte e Mexico.	31 de dez. de 1910

CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Philomeno Padula	Nomeado . . .	Chancellor provisório do Consulado Geral em . . .	Genova	22 de jul. de 1903
	Idem.	Chancellor effectivo . . .	Idem.	24 de out. de 1903
	Promovido . . .	Consul.	Rosario de Santa Fé	28 de jan. de 1911
		—		
Domingos de Oliveira Alves . .	Nomeado . . .	Chancellor effectivo . . .	Liverpool	17 de jul. de 1906
		(Tomou posse em 20 de outubro de 1906.)		
	Promovido . . .	Consul.	Georgetown.	28 de jan. de 1911
		—		
Deoclecio de Campos.	Nomeado . . .	Consul.	Southampton	28 de jan. de 1911
	Exonerado . . .	Idem	Idem.	8 de mar. de 1911
	Nomeado . . .	Addido commercial . . .	Allemanha, Austria-Hungria, Dinamarca, Noruega e Grecia	8 de mar. de 1911
		—		
Fabio Ramos . . .	Nomeado	Consul.	Boulogne sur Mer. . .	3 de fev. de 1911
		—		
Alvaro da Cunha	Nomeado . . .	Auxiliar do Consulado . .	Marselha.	19 de fev. de 1907
	idem.	Chancellor	Montevideo	2 de maio de 1910
		(Esteve em gozo de licença de 22 de novembro de 1910 até 21 de maio de 1911.		
	Promovido . . .	Consul.	Beyruth	25 de fev. de 1911
		—		
Pippolyto Hermes de Vasconcellos	Nomeado . . .	Consul.	Southampton	8 de mar. de 1911

VICE-CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Socrates Moglia	Nomeado . .	Vice-Consul	S. Thomé	21 de jun. de 1899
	Exonerado .	Idem	Idem	3 de jan. de 1899
	Nomeado . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 1 de janeiro a 31 de maio de 1907, e de 20 de novembro de 1911 a 1.º de abril de 1912.)	Posadas	23 de jan. de 1900
Narciso Peixoto de Magalhães . .	Nomeado . .	Vice-Consul provisório . .	Alvear	21 de fev. de 1900
		(Assumiu o exercício em 1 de maio de 1907.)		
Orestes dos Santos Corrêa. . . .	Nomeado . .	Vice-Consul provisório . .	Rivera	21 de fev. de 1900
		(Assumiu o exercício em 15 de junho de 1907.)		
		(Esteve em gozo de licença de 4 de outubro de 1909 a 30 de janeiro de 1910.)		
Antonio de Azam- bujá Cidade. .	Nomeado . .	Vice-Consul provisório . .	Melo	21 de fev. de 1900
		(Assumiu o exercício em 12 de julho de 1907.)		
Joaquim Mario Pe- dreira Junior. .	Removido .	Idem	Santa Rosa	22 de nov. de 1900
	Nomeado . .	Vice-Consul provisório . .	Melo	22 de nov. de 1900
Americo Santos		(Assumiu o exercício em 5 de fevereiro de 1908.)		
	Nomeado . .	Chancellor effectivo . . .	Genova	14 de nov. de 1900
	Removido .	Idem	Lisboa	2 de dez. de 1900
		(Tomou posse em 11 de feve- reiro de 1903.)		
	Idem. . . .	Chancellor effectivo . . .	Hamburgo	16 de jan. de 1900
		(Regeu o Vice-Consulado em Bremen de 1 de junho a 31 de dezembro de 1908.)		
	Promovido .	Vice-Consul	Corrientes	2 de maio de 1900

VICE-CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Chrysantho de Mi- randa Freitas	Nomeado . .	Consul sem vencimentos . .	Funchal (Ilha da Ma- deira)	4 de jun. de 1908
	Idem. . . .	Vice-Consul	Idem	2 de maio de 1910
Dr. Jango Fis- cher	Nomeado . .	Vice-Consul sem vencimentos	Cobija	30 de mar. de 1909
	Idem. . . .	Vice-Consul	Idem	2 de maio de 1910
Frederico Poncia- no Lobato . .	Nomeado . .	Vice-Consul	San Eugenio . . .	2 de maio de 1910
Dr. Joaquim Pe- reira da Costa	Nomeado . .	Vice-Consul	Paysandú	2 de maio de 1910
Carlos Carlton Coelho Cintra .	Nomeado . .	Chancellor	Lisboa	2 de maio de 1910
	Idem. . . .	Vice-Consul provisorio . .	Artigas	2 de set. de 1910
Eduardo de Aguiar Vallim	Nomeado . .	Vice-Consul sem vencimentos	Genebra.	13 de dez. de 1907
	Idem. . . .	Vice-Consul	Paso de los Libres .	3 de fev. de 1911
Dr. Protasio Ba- ptista Gonçalves	Nomeado . .	Vice-Consul provisorio . .	Santo Thomé . . .	21 de out. de 1911
Carlos de Carva- lho e Souza . .	Nomeado . .	Auxiliar do Consulado Geral	Genova	12 de nov. de 1902
	Idem. . . .	Vice-Consul provisorio . .	Milão	20 de abril de 1912

CHANCELLERES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS O RESOLUÇÕES
Francisco Garcia Pereira Leão	Nomeado . . .	Chancellor provisório do Con- sulado Geral em	Nova York	5 de jan. de 1895
		(Entrou em exercicio do seu cargo a 6 de março de 1895.)		
	Idem.	Chancellor effectivo	Idem.	28 de ag. de 1895
		(Esteve na gerencia do Con- sulado Geral de 12 de outubro de 1901 a 15 de janeiro de 1902, de 1 de dezembro de 1903 a 31 de janeiro de 1904.)		
		(Esteve gerindo o Consulado Geral de 4 de janeiro de 1906 a 30 de junho de 1907.)		
Jorge Francisco Henrique Feldt- mann	Nomeado	— Auxiliar do Consulado Geral	Hamburgo	1 de out. de 1887
	Idem.	Vice-Consul.	Idem.	14 de maio de 1902
	Idem.	Chancellor	Idem.	2 de maio de 1910
Fernando Augusto Georlette.	Nomeado	— Auxiliar do Consulado Geral	Antuerpia	21 de nov. de 1887
	Idem.	Vice-Consul.	Idem.	8 de maio de 1902
	Idem.	Chancellor	Idem.	2 de maio de 1910
Roberto de Mes- quita	Nomeado	— Auxiliar do Consulado	Paris	1 de out. de 1895
	Idem.	Consul.	Cayenna.	24 de dez. de 1908
	Exonerado	Idem	Idem.	2 de maio de 1910
	Nomeado	Chancellor	Londres	2 de maio de 1910
	Removido	Idem	Liverpool	11 de fev. de 1911
Mario de Azevedo	Nomeado	— Auxiliar do Consulado Geral	Montevideo.	
	Idem.	Idem	Buenos Aires	
	Nomeado	Vice-Consul.	Idem.	15 de jan. de 1910
	Idem.	Chancellor	Idem.	2 de maio de 1910

CHANCELLERES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Luiz de Almeida Araujo Paranhos Cavalcanti	Nomeado . .	Auxiliar do Consulado . .	Paris	23 de set. de 1904
	Idem. . . .	Chancellor	Idem	2 de maio de 1910
		—		
Osscar Paranhos da Silva	Nomeado . .	Chancellor	Genova	11 de fev. de 1911
		—		
Luiz Augusto da Costa	Nomeado . .	Chancellor	Londres	11 de fev. de 1911
		—		
Paulo Calmon da Gama. . . .	Nomeado . .	Chancellor	Montevideo. . . .	1 de mar. de 1911
		—		
Dr. Vicente Fer- rer de Barros Wanderley e Araujo . . .	Nomeado . .	Chancellor	Lisboa	8 de fev. de 1911

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS O RESOLUÇÕES
Bacharel Joaquim Francisco de Assis Brasil.	Nomeado . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Partiu a 17 de julho de 1890.)	Republica Argentina	25 de mar. de 1890
	Considerado .	Idem de 1. ^a classe. . .	Idem	31 de dez. de 1890
	Exonerado e posto em disponibilidade	Idem (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro de 1891 a 24 de janeiro de 1892.)	Idem	7 de mar. de 1891
	Mandado exercer o seu cargo . . .	Idem (Esteve em gozo de licença de 5 a 18 de abril de 1893.)	Idem	15 de jan. de 1891
	Idem. . . .	Missão especial. . . .	China.	28 de out. de 1891
	Exonerado e posto em disponibilidade	 (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro a 21 de março de 1895.)		23 de nov. de 1891
	Mandado exercer o seu cargo . . .	 (Esteve em gozo de licença de 8 de junho a 10 de setembro de 1896.)	Lisboa	16 de mar. de 1892
	Removido . .	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Esteve em gozo de licença de 19 de junho a 17 de dezembro de 1901.) (Esteve aguardando ordens de 18 a 31 de dezembro de 1901 e de 1 de janeiro a 19 de março de 1902.) (Acreditado cumulativamente no Mexico por decreto de 3 de abril de 1902.)	Estados Unidos da America	3 de mar. de 1892
	Chamado a serviço publico	 (Partiu em 23 de abril de 1903.)		14 de abril de 1903

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Joaquim Francisco de Assis Brasil . .	Nomeado . .	Um dos plenipotenciarios encarregados da negocia- ção do tratado de limites, troca de territorios e com- pensações com a Bolivia		17 de jul. de 1903
	Removido . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario. (Assumiu o exercicio em 1 de julho de 1905.)	Republica Argentina	16 de jan. de 1905
	Nomeado . .	Membro da Delegação Brasi- leira no 3.º Congresso Internacional Americano		12 de jul. de 1906
	Idem. . . .	Secretario geral do mesmo Congresso (Reassumiu o exercicio do seu cargo em Buenos Aires em 4 de novembro de 1906.) (Esteve em gozo de licença de 15 de janeiro a 26 de maio de 1907.)		12 de jul. de 1906
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade	(Está em disponibilidade inactiva desde 4 de agosto de 1908.)		12 de dez. de 1907
		—		
Bacharel Henrique Mamede Lins de Almeida . .	Nomeado . .	Addido de 1.ª classe (Partiu a 15 de janeiro de 1873.) (Esteve em gozo de licença de 20 de março a 30 de junho de 1873.)	Venezuela	4 de dez. de 1872
	Mandado ser- vir. . . .	Idem (Serviu de secretario de 10 de julho a 5 de novembro de 1873 e de 4 de julho de 1874 a 9 de julho de 1876.)	Republica Argentina	21 de jun. de 1873
	Removido . .	Idem	Idem	11 de set. de 1875
	Idem. . . .	Idem	Portugal.	5 de nov. de 1876
	Idem. . . .	Idem	Suissa, ...	30 de maio de 1877

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Henrique Mamede Lins de Almeida	(Serviu de encarregado de negocios de 10 de julho de 1877 a 30 de abril de 1878.)			
Removido . .	Addido de 1. ^a classe . . .	Venezuela	23 de fev. de 1878	
	(Esteve em gozo de licença de 12 de julho a 31 de dezembro de 1879 e de 4 de abril de 1880 a 31 de março de 1881.)			
Promovido . .	Secretario	Perú	5 de fev. de 1881	
Mandado ser- vir	Encarregado de negocios interino	Paraguay	13 de dez. de 1881	
	(Serviu de 3 de janeiro a 19 de abril de 1882.)			
	(Esteve em gozo de licença de 23 de abril a 22 de outubro de 1882.)			
Idem		Republica Oriental do Uruguay	22 de dez. de 1882	
	(Esteve em gozo de licença de 15 de fevereiro a 14 de agosto de 1884.)			
Idem		Austria-Hungria . . .	5 de set. de 1884	
	(Serviu de encarregado de negocios de 17 de janeiro a 25 de setembro de 1885 e de 25 de setembro de 1890 a 30 de junho de 1891.)			
Removido . .	Secretario	Idem	15 de jan. de 1899	
Passou a . .	1. ^o secretario	Idem	12 de dez. de 1890	
	(Esteve em gozo de licença de 3 de julho de 1891 a 31 de março de 1892.)			
Promovido . .	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario de 2. ^a classe	Paraguay	15 de mar. de 1892	
Exonerado e posto em dis- ponibilidade	Idem		3 de jan. de 1894	
	(Esteve em disponibilidade inactiva de 17 de março a 31 de dezembro de 1894.)			

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Henrique Mamede Lins de Almeida . .	Considerado em disponi- bilidade activa.			1 de jan. de 1895
	Mandado exer- cer o seu cargo.		Venezuela	29 de mar. de 1895
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			6 de jan. de 1897
	(Esteve em disponibilidade inactiva de 11 de março a 4 de julho de 1897.)			
	Considerado em disponi- bilidade activa.			5 de jul. de 1897
Bacharel Graccho de Sá Valle. .	Nomeado . .	Secretario do Governo . .	Maranhão	23 de jul. de 1880
	Exonerado . .	Idem	Idem	10 de maio de 1884
	Nomeado . .	Addido de 1. ^a classe . .	Republica Oriental do Uruguay	10 de maio de 1884
	Mandado ser- vir		França	13 de out. de 1884
	(Entrou em exercicio do seu cargo a 20 de novembro de 1884.)			
	Idem.		Grã-Bretanha . .	16 de dez. de 1885
	Passou a . .	2. ^o secretario	Idem	12 de dez. de 1890
	Mandado ser- vir		Austria-Hungria . .	11 de jun. de 1891
	(Serviu de 1. ^o secretario de 8 de setembro de 1891 a 31 de março de 1892.)			
	(Esteve em gozo de licença de 21 de agosto a 30 de setembro de 1892.)			
	Removido . .	Idem	Republica Argentina	25 de nov. de 1892
	Promovido . .	1. ^o secretario	Mexico	23 de maio de 1893
	(Serviu de encarregado de negocios na Republica Argentina de 1 de janeiro a 6 de junho de 1894.)			
	Removido . .	Idem	Chile	22 de dez. de 1894
	Idem.	Idem	Republica Oriental do Uruguay	1 de jul. de 1895

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS O RESOLUÇÕES
Bacharel Graccho de Sá Valle.	(Serviu de encarregado de negocios na Republica do Uruguay de 9 de maio a 12 de dezembro de 1896 e de 9 de janeiro a 6 de abril de 1897.)			
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			4 de mar. de 18
	(Esteve em disponibilidade inactiva de 20 de março a 7 de abril de 1899.)			
	Considerado em disponi- bilidade activa			8 de abril de 18
	(Esteve em disponibilidade activa até 30 de janeiro de 1900.)			
	Mandado exer- cer o seu cargo		Chile	16 de out. de 18
	Designado	Reger provisoriamente o Con- sulado (Geriu o Consulado de 20 de junho a 14 de outubro de 1902.) (Serviu de encarregado de negocios de 6 de janeiro a 12 de novembro de 1903.)	Valparaiso	13 de jun. de 19
	Promovido	Encarregado de negocios.	Ecuador e Colombia	16 de abril de 19
	Idem.	Ministro residente	Ecuador.	31 de dez. de 19
	Nomeado em commissão	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario. (Esteve em gozo de licenca de 21 de outubro de 1907 a 20 de março de 1909.)	Idem	21 de fev. de 19
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			21 de jan. de 19
	(Está em disponibilidade activa desde 21 de janeiro de 1910.)			
Arthur de Carva- lho Moreira.	Nomeado	Addido de 1. ^a classe	Allemanha	24 de mar. de 18
	Removido	Idem	Grã-Bretanha	9 de jun. de 18
	Promovido	Secretario	Italia	12 de dez. de 18

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Arthur de Carvalho Moreira	(Serviu de encarregado de negocios de 12 de maio a 18 de junho de 1888, de 1 de agosto a 30 de setembro de 1888, de 25 de agosto a 25 de outubro de 1889, de 8 de dezembro de 1889 a 21 de maio de 1890 e de 29 de setembro a 1 de novembro de 1891.)			
	Passou a . . .	1.º secretario		12 de dez. de 1890
	Aposentado . . .	Idem		3 de mar. de 1892
	Declarado sem effeito o decreto que o aposentou e mandado readmittir no quadro, na categoria de	1.º secretario		20 de dez. de 1906
		Posto em disponibilidade a contar de 20 de dezembro de 1906		15 de abril de 1907
	(Está no quadro da disponibilidade activa desde essa data.)			
	Nomeado . . .	1.º secretario da missão especial	Hollanda.	15 de abril de 1907
	(Serviu de 20 de maio a 13 de dezembro de 1907.)			
	(Esteve novamente em disponibilidade activa desde 14 de dezembro de 1907.)			
Bacharel Raul Franklin Reyder do Amaral	Nomeado . . .	2.º secretario	Republica Argentina	19 de jun. de 1893
	(Partiu a 9 de julho de 1893.)			
	(Serviu de 1.º secretario de 16 de julho de 1893 a 30 de outubro de 1894 de			

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Bacharel Raul Franklin Rey- ner do Amaral	Removido . . .	2.º secretario	Grã-Bretanha	17 de out. de 1895
	Promovido . . .	1.º secretario	Republica do Uruguay	1 de abril de 1898
	Mandado ser- vir.		Grã-Bretanha	4 de abril de 1898
	Mandado se- guir		Republica do Uruguay	15 de dez. de 1898
		(Serviu de encarregado de negocios de 23 a 31 de julho de 1899.)		
	Removido . . .	1.º secretario	Estados Unidos da America	17 de out. de 1899
		(Serviu de encarregado de negocios de 19 de junho de 1901 a 7 de abril de 1902.)		
		(Esteve em gozo de licença de 23 de abril de 1902 a 23 de janeiro de 1903.)		
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade activa.			14 de jan. de 1903
		(Esteve em disponibilidade activa de 24 de janeiro de 1903 a 31 de janeiro de 1910 e está em dispo- nibilidade inactiva desde 1 de fevereiro de 1910.)		
		—		
Arthur Stockler Pinto de Mene- zes.	Nomeado . . .	Addido de 1.ª classe . . .	Italia	10 de nov. de 1890
	Passou a . . .	2.º secretario	Idem	12 de dez. de 1890
		(Partiu a 28 de fevereiro de 1891.)		
		(Serviu de 1.º secretario de 16 de maio a 9 de julho de 1892.)		
	Removido . . .	Idem	Venezuela	6 de set. de 1892

encarregado de negócios
de 31 de outubro de 1894
a 9 de janeiro de 1895.)

Mandado ser-
vir.

Republica do Uruguay

2 de jan. de 1895

(Serviu de 1.º secretario de
21 de janeiro a 19 de feve-
reiro de 1895.)

Idem. . . .	Idem	Austria-Hungria . .	14 de nov. de 1894
Mandado servir		Suissa	18 de set. de 1895
	(Esteve em gozo de licença de 12 de outubro a 31 de dezembro de 1895.)		
Mandado re- gressar		Austria-Hungria . .	25 de jan. de 1896

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Arthur Stockler Pinto de Menezes.	Removido	2.º secretario	Perú	3 de jan. de 1898
		(Serviu de encarregado de negocios de 25 de outu- bro de 1898 a 22 de maio de 1900 e de 22 de abril de 1901 a 24 de maio de 1902.)		
	Idem.	Idem	Santa Sé.	8 de ag. de 1901
	Idem.	Idem	Allemanha	10 de jan. de 1902
	Idem.	Idem	Republica Argentina	24 de jan. de 1903
		(Assumi o exercicio em 22 de fevereiro de 1903.)		
		(Serviu de 1.º secretario de 22 de fevereiro a 25 de maio de 1903.)		
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			7 de abril de 1904
		(Esteve em disponibilidade inactiva de 11 de abril a 31 de dezembro de 1904.)		
Benjamin Graça		(Está em disponibilidade activa desde 1 de janeiro de 1905.)		
		—		
	Nomeado	Consul geral.	Iquitos	14 de jan. de 1890
		(Partiu a 30 de janeiro de 1890.)		
	Considerado	Consul geral de 2.ª classe	Idem.	6 de jun. de 1891
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			30 de nov. de 1894
		(Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de abril a 2 de outubro de 1895.)		
	Considerado em disponi- bilidade activa.			3 de out. de 1895
Joaquim Carneiro de Mendonça		—		
	Nomeado	Consul.	Londres	24 de set. de 1892
		(Partiu a 12 de novembro de 1892.)		
	Removido	Idem	Georgetown.	30 de dez. de 1895

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Joaquim Carneiro de Mendonça	(Esteve em gozo de licença de 4 de fevereiro a 3 de agosto e sem vencimentos de 4 de agosto a 29 de setembro de 1897.)			
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			30 de set. de 1897
	(Esteve em disponibilidade inactiva de 30 de setem- bro de 1897 a 31 de agosto de 1900.)			
	Considerado em disponi- bilidade activa			1 de set. de 1900
	Nomeado	Para reger o Consulado . .	Porto Alonso	8 de ag. de 1901
	Dispensado	Idem	Idem	27 de abril de 1902
	(Esteve em disponibilidade inactiva de 30 de abril de 1902 a 31 de outubro de 1906.)			
	Designado		Villa Bella	17 de nov. de 1905
	Removido	Consul.	Georgetown. . . .	28 de fev. de 1906
	(Esteve em comissão nesta cidade de 1 de novembro de 1906 a 23 de janeiro de 1911.)			
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade	Idem	Idem	25 de jan. de 1911
	(Está em disponibilidade activa desde 24 de janeiro de 1911.)			

4ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de abril de 1912.

RAUL A. DE CAMPOS,
1.º Official, servindo de Director.

N. 6

Quadro do Corpo Consular Brasileiro (*)

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Alemanha . . .	Consul	Mathias Hechler	Altona	28 de jun. de 1911
	Idem	Paul Theodor Fritz . . .	Berlim	22 de jul. de 1903
	Vice-Consul	J. Carl Heins	Idem	30 de set. de 1910
	Idem	Johannes Theodor Müller	Brake	11 de nov. de 1893
	Consul	Dr. Bento Carvalho do Paço	Bremen	2 de maio de 1910
	Vice-Consul	Carlos Weltmann	Idem	12 de jan. de 1911
	Idem	Fritz Ehrlich	Breslau	27 de jun. de 1901
	Idem	Carl Layh	Carlsruhe . . .	25 de mar. de 1907
	Idem	Robert Langen	Colonia	31 de mar. de 1904
	Consul	Eugen Biehn	Dresden	4 de jul. de 1907
	Vice-Consul	Dr. Ataliba Florence . .	Idem	17 de jun. de 1911
	Consul	Heinrich Hoelcke	Düsseldorf . .	5 de out. de 1905
	Vice-Consul	Johann Franz	Idem	26 de jul. de 1907
	Idem	Eduardo Schmidt	Elberfeld . . .	29 de nov. de 1894
	Consul	Henrique Mappes	Francfort S.M.	31 de jul. de 1905
	Vice-Consul	Eduardo Simonis	Idem	17 de ag. de 1908
	Consul Geral de 1. ^a Classe	Sully José de Souza . . .	Hamburgo . . .	16 de maio de 1910
	Vice-Consul	Jorge Francisco Henrique Feldtmann	Idem	14 de maio de 1901
	Chancellor	Idem	Idem	2 de maio de 1910
	Vice-Consul	August Paul Schueller . .	Hannover . . .	5 de dez. de 1908
	Idem	Jacob Heinrich Viller . .	Kiel	21 de set. de 1909
	Idem	Dr. Léo Laser	Königsberg . .	20 de set. de 1901
	Consul	Hermann Meyer	Leipzig	26 de fev. de 1907
	Vice-Consul	Hugo List	Idem	27 de fev. de 1909
	Idem	Carlos Scharff	Lübeck	8 de ag. de 1896
	Agente Commercial .	Arthur Scharff	Idem	17 de jun. de 1911
	Vice-Consul	Arthur Philips	Mayença	24 de dez. de 1906
	Agente Commercial .	Heinrich Goebel	Idem	26 de ag. de 1904
	Consul	Siegfried Ballin	Munich	17 de set. de 1906
	Vice-Consul	Frederico Ballin	Idem	15 de abril de 1906
	Idem	Max Lehman	Nueremberg . .	31 de dez. de 1907
	Idem	Franz Luckhaus	Remscheid . .	27 de fev. de 1909
	Idem	Rodolpho Abel	Stettin	9 de ag. de 1883
	Agente Commercial .	Otto Sieber	Idem	8 de maio de 1907
	Vice-Consul	Johannes Adolpho Louis Hermann	Stuttgart . . .	11 de nov. de 1893
	Agente Commercial .	Frederico Guilherme Luiz José Maximiliano Huth .	Idem	24 de ag. de 1895
	Vice-Consul	Eugen Jacob Gradewitz . .	Wiesbaden . . .	16 de ag. de 1902

(*) Os cargos gryphados são desempenhados por funcionários de carreira.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
America (Estados Unidos da)	Vice-Consul . . .	Léonce Rabillon . . .	Baltimore	30 de maio de 1902
	Agente Commercial .	James F. Fergusson . .	Idem . . .	20 de jun. de 1902
	Vice-Consul . . .	Jayne Mackay d'Almeida	Boston . . .	16 de fev. de 1902
	Agente Commercial .	Pedro Mackay d'Almeida	Idem . . .	30 de maio de 1902
	Vice-Consul . . .	Waldemar B. Cook . . .	Brunswick	25 de jun. de 1896
	Agente Commercial .	E. D. Walter . . .	Idem . . .	4 de jun. de 1902
	Vice-Consul . . .	William A. Murchie . . .	Calais . . .	9 de jul. de 1877
	Idem	Carlos F. Huchet . . .	Charleston	10 de jun. de 1879
	Agente Commercial .	Daniel O. Neill. . . .	Idem . . .	28 de nov. de 1891
	Vice-Consul . . .	Stuart E. Alexander . .	Chicago . . .	1 de set. de 1892
	Agente Commercial .	James E. Holmes . . .	Darien . . .	12 de maio de 1880
	Vice-Consul . . .	Percival Strother Bacon	Fernandina	27 de fev. de 1909
	Agente Commercial .	J. B. G. Hall	Idem . . .	17 de nov. de 1906
	Vice-Consul . . .	Gabriel Bruner Dantzler	Gulfport . .	26 de mar. de 1909
	Agente Commercial .	William Ross	Idem . . .	31 de maio de 1909
	Vice-Consul . . .	T. G. Mc. Gonigal . .	Mobile . . .	9 de dez. de 1911
	Agente Commercial .		Idem . . .	
	Vice-Consul . . .	Charles Dittmann . . .	New Orleans	27 de abril de 1898
	Agente Commercial .	Emmanuel Dittmann . .	Idem . . .	4 de jun. de 1901
	Consul Geral de 1. ^a Classe	Manoel Jacintho Ferreira da Cunha	New-York	22 de set. de 1910
	Vice-Consul . . .	Francisco Garcia Pereira Leão	Idem . . .	13 de mar. de 1899
	Chancellor . . .	Idem	Idem . . .	13 de mar. de 1899
	Vice-Consul . . .	Barton Myers	Norfolk . . .	12 de maio de 1883
	Agente Commercial .	R. Baldwin Myers . . .	Idem . . .	19 de mar. de 1908
	Vice-Consul . . .	Manoel Rosa	Pascagoula .	9 de jun. de 1905
	Agente Commercial .	Andrew Gray	Idem . . .	4 de jun. de 1901
	Vice-Consul . . .	Ignacio J. Diaz	Pensacola . .	9 de dez. de 1911
	Agente Commercial .	Leoncio L. Borrás . . .	Idem . . .	31 de ag. de 1904
	Vice-Consul . . .	Napoléon Bonaparte Kelly	Philadelphia	14 de set. de 1901
	Agente Commercial .	Henry C. Sheppard . . .	Idem . . .	14 de maio de 1904
	Vice-Consul . . .	Christopher Stephen Flanagan	Port Arthur .	31 de ag. de 1911
	Vice-Consul . . .	Jorge A. Barksdale . . .	Richmond . .	17 de nov. de 1890
	Agente Commercial .	R. S. Brooke	Idem . . .	28 de nov. de 1891
	Vice-Consul . . .	H. P. Adams	Savannah . .	30 de jul. de 1907
	Agente Commercial .	F. S. Hincks	Idem . . .	28 de nov. de 1891
	Vice-Consul . . .	Archibald Barnard . . .	S. Francisco da California	10 de out. de 1903
	Agente Commercial .	Eugenio Gesvret	Idem . . .	
	Vice-Consul . . .	Waldemar E. Lee . . .	S. João do Porto Rico	19 de dez. de 1904
	Idem	Afonso de Figueiredo . .	St. Louis . .	17 de maio de 1877

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
America (Estados Unidos da)	Vice-Consul . . .	William D. Parsley . . .	Wilmington (Carolina do Norte) . . .	14 de mar. de 1886
	Agente Commercial .	Henry N. Parsley . . .	Idem . . .	28 de nov. de 1891
Argentina (Republica)	Vice-Consul . . .	Narciso Peixoto de Magalhães	Alvear . . .	21 de fev. de 1907
	Agente Commercial .	Bernardo Antonio da Silva	Idem . . .	3 de fev. de 1908
	Vice-Consul . . .	Augusto Guimarães . . .	Baia Blanca .	17 de maio de 1902
	Agente Commercial .	João B. Cavalló . . .	Idem . . .	21 de jan. de 1910
	Consul Geral de 1. ^a Classe	Dr. Alberto Baez Conrado	Buenos Aires	24 de dez. de 1908
	Vice-Consul . . .	Mario Augusto de Azevedo	Idem . . .	15 de jan. de 1909
	Chancellor . . .	Idem	Idem . . .	2 de maio de 1910
	Vice-Consul . . .	Dario del Castillo . . .	Conceição do Uruguay .	20 de ag. de 1900
	Idem	Americo Santos	Corrientes . .	2 de maio de 1900
	Agente Commercial .	Manuel Delfino	Idem . . .	31 de jan. de 1912
	Vice-Consul . . .	Arturo Costa Alvarez . .	La Plata . . .	18 de dez. de 1902
	Agente Commercial .	Abelardo B. Parodi . . .	Idem . . .	13 de dez. de 1907
	Vice-Consul . . .	E. de Aguiar Vallin . . .	Libres . . .	3 de fev. de 1911
	Agente Commercial .	Florentino Corso	Idem . . .	14 de out. de 1907
	Vice-Consul . . .	Clotario Luiz Vianna . .	Monte Caseros	5 de maio de 1909
	Idem	Socrates Moglia	Posadas . . .	16 de fev. de 1901
	Agente Commercial .	Israel Rossi	Idem . . .	14 de nov. de 1905
	Consul	Philomeno Padula	Rosario . . .	28 de jan. de 1911
	Vice-Consul . . .	Constantino Oreste Raffo	Idem . . .	15 de out. de 1904
	Idem	Dr. Protasio Baptista Gonçalves	S. Thomé . . .	21 de fev. de 1907
	Agente Commercial .	Pedro Frota Filho	Idem . . .	29 de abril de 1908
	Vice-Consul . . .		Tucuman . . .	
Austria-Hungria	Consul Geral . . .	Emilio Kuranda	Budapesth . .	20 de out. de 1904
	Vice-Consul . . .	Joseph Kovács	Idem . . .	10 de abril de 1906
	Idem	Veit Benedikt	Carlsbad . . .	16 de jan. de 1873
	Consul	Hugo Eidlitz	Fiume . . .	31 de maio de 1905
	Vice-Consul . . .	Aroldo Zanata	Idem . . .	10 de abril de 1906
	Consul Geral de 2. ^a Classe	Gervasio Pires Ferreira . .	Trieste . . .	17 de nov. de 1903
	Vice-Consul . . .	André Luxich	Idem . . .	17 de nov. de 1906
	Consul	Alfredo Freund	Vienna . . .	24 de out. de 1891
	Vice-Consul . . .	Carlos Jaeger	Idem . . .	31 de jan. de 1912

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Belgica	<i>Consul Geral de 1.^a Classe.</i>	José Fortunato da Silveira Bulcão	Antuerpia	12 de jul. de 1895
	Vice-Consul	Fernando Augusto Georlette	Idem	8 de maio de 1909
	<i>Chancellor</i>	Idem	Idem	2 de maio de 1910
	Vice-Consul	Alberto Frayes	Bruges	25 de ag. de 1902
	Idem	Victor Thomas	Bruxellas	12 de fev. de 1910
	Agente Commercial .	Manoel J. de Macedo Filho	Idem	29 de set. de 1910
	Vice-Consul	Charles Pety de Thozée	Charleroi	11 de out. de 1890
	Agente Commercial .	Henrique Gobbe	Idem	18 de ag. de 1893
	Vice-Consul	Gustavo Moreels	Gand	21 de jul. de 1904
	Agente Commercial .	Julio De Bruyne Miry	Idem	29 de jul. de 1907
	Vice-Consul	Armand Gamain	Liège	26 de maio de 1891
	Agente Commercial .	Afonso Benekens	Idem	14 de jan. de 1901
	Vice-Consul	Paulo Thémon	Namur	3 de mar. de 1892
	Agente Commercial .	Augusto Mersch	Idem	31 de jul. de 1895
	Vice-Consul	George Périer	Ostende	29 de abril de 1908
	Agente Commercial .	Raymundo Serruys	Idem	17 de ag. de 1887
	Vice-Consul	José Le Costy	Verviers	25 de ag. de 1902
Bolivia	<i>Vice-Consul.</i>	Dr. Jango Fischer	Cobija	2 de maio de 1910
	Consul	José Gutierrez Guerra	La Paz	24 de out. de 1907
	Vice-Consul	Agustin Sujet	Manôa	13 de jun. de 1910
	Idem	Estanisláu Senseve	Pedra Branca	8 de jul. de 1882
	Idem	José Cronembold	Santa Cruz de la Sierra	24 de jul. de 1902
	Idem	Carlos Burton	Santa Rosa de las Minas	1 de fev. de 1888
	Idem	Pedro Ramirez	S. José	4 de jul. de 1889
	Idem	Arturo Urriolagoitia	Sucre	22 de nov. de 1887
	Idem	Ignacio Aguilera	Trinidad	9 de nov. de 1887
	<i>Consul</i>	Augusto Sarmento Pereira Brandão	Villa-Bella	24 de dez. de 1908
Chile	Vice-Consul	Oswaldo Vaca Díez	Idem	12 de jan. de 1911
	Vice-Consul	Patricio R. Mulgrew	Concepción	8 de mar. de 1905
	Agente Commercial .	Dr. Carlos Ugalde Barrios	Idem	31 de out. de 1911
	Vice-Consul	Arturo William Burrows	Coronel	17 de maio de 1908
	Agente Commercial .	Eduardo Cooper	Idem	31 de out. de 1911
	Consul	Alfredo Gomes	Iquique	27 de ag. de 1908
	Vice-Consul	Jorge Braithwaite	Idem	13 de jun. de 1910
	Idem	Herbert Maguirre	Lota	31 de ag. de 1893
	Agente Commercial .	Heriberto Henrique Maguirre	Idem	31 de out. de 1911

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Chile	Consul	Harald Wulff	Santiago . .	31 de out. de 1904
	Vice-Consul	Adolfo Schlegel	Idem	20 de dez. de 1911
	Idem	Guilherme T. Turner . .	Talcahuano .	5 de jan. de 1903
	Agente Commercial	Carlos Bennett Turner. .	Idem	31 de out. de 1911
	Consul Geral de 1. ^a Classe.	Eduardo Drolhe Fasciotti	Valparaiso .	24 de dez. de 1908
	Vice-Consul	Eduardo Aguiar de Souza	Idem	7 de mar. de 1907
China	Consul	Hugo Suter	Shanghai . .	15 de jul. de 1910
	Idem	H. Accurti	Tientsin . .	12 de nov. de 1910
Colombia (Esta- dos Unidos de)	Consul	J. Henry Helm	Barranquilla	16 de dez. de 1907
	Consul Geral		Bogotá	
	Consul	Frank Basilefearon	Carthagená .	31 de jul. de 1906
Costa Rica . .	Consul	Emilio Challe	Costa Rica . .	14 de nov. de 1902
Cuba	Consul	Dr. Gonzalo de Arostegui	Havana	19 de mar. de 1908
Dominicana (Re- publica)	Consul	Silvestre Aybar y Nuñez .	Santo Domingo	19 de abril de 1911
Dinamarca . .	Consul	Dr. Francisco de Ipanema Langgaard	Copenhague .	7 de mar. de 1898
	Vice-Consul	Peter Lauritz Fisker	Idem	8 de jul. de 1898
	Idem	Jorgen Christian Stanow . .	Elseneur . . .	13 de fev. de 1911
	Agente Commercial	Carsten Jespersen	Idem	31 de jan. de 1912
	Consul	Prospero H. Moron.	Ilha de S. Tho- maz	25 de abril de 1910
Ecuador	Consul	Remigio Crespo Toral . . .	Cuenca	21 de set. de 1904
	Idem	Francisco de Aguirre y Over- weg	Guayaquil . .	28 de mar. de 1903
	Idem	Francisco de Paula Arias . .	Loja	21 de set. de 1904
	Consul Geral	Dr. Enrique Freile Zaldum- bide	Quito	28 de fev. de 1910
Egypto	Consul Geral	José Nicoláo Debbané . . .	Alexandria . .	31 de maio de 1884
	Vice-Consul interino	G. A. Eid	Cairo	29 de dez. de 1888

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
França	Vice-Consul . . .	Charles von Leckwyck . .	Amiens . . .	22 de jul. de 190
	Agente Commercial .	Joseph Rosen	Idem	10 de mar. de 190
	Vice-Consul	C. Molinié	Bayonne . . .	12 de jun. de 187
	Agente Commercial .	Ernest Soulez Lacaze . .	Idem	31 de maio de 191
	Consul	José Monteiro de Godoy .	Bordéos . . .	29 de jul. de 191
	Vice-Consul	André Piganeau	Idem	1 de out. de 189
	Consul	Dr. Fabio Ramos	Boulogne S.M. .	3 de fev. de 191
	Vice-Consul	Roger Lesage	Idem	20 de dez. de 190
	Idem	Charles Bastit	Brest	10 de ag. de 191
	Agente Commercial .	Raoul de la Menardière .	Idem	3 de fev. de 190
	Vice-Consul	Jacques Philippe Vendroux	Calais	12 de jan. de 189
	Agente Commercial .	Charles Marie Louis Ven-	Idem	12 de nov. de 189
		droux		
	Consul	Herbert O. Donoghue . .	Cannes	22 de mar. de 190
	Vice-Consul	Gerard Blakeman Atkins .	Idem	31 de jul. de 191
	Consul	Leonardo Olavo da Silva	Cayenna . . .	2 de maio de 191
		Castro		
	Vice-Consul		Idem	
	Idem	Jacques Hermann	Cette	31 de maio de 191
	Agente Commercial .	Auguste Cours	Idem	23 de nov. de 190
	Consul	Armand Postel	Cherburgo . . .	31 de out. de 190
	Vice-Consul	Auguste Hamelin	Idem	30 de jul. de 190
	Consul	Paul Bancal	Dakar	12 de abril de 191
	Vice-Consul	Edouard de Clebsattel . .	Dunkerque . . .	30 de mar. de 190
	Agente Commercial .	Albert Thily	Idem	18 de ag. de 190
	Consul Geral de 1. ^a			
	Classe.	João Vieira da Silva . . .	Havre	22 de jul. de 190
	Vice-Consul	Léonce Maraude	Idem	8 de out. de 190
	Idem	Dr. Emile Léon Vidal . .	Hyères	30 de jul. de 188
	Agente Commercial .	Joseph Vidal	Idem	5 de jan. de 189
	Consul	João Baptista Borges Ma-	La Rochelle-	23 de fev. de 190
		chado		
	Vice-Consul	Alfredo Ernesto Meyer . .	Idem	8 de ag. de 189
	Idem	Auguste Adolphe Alphonse	Lille	8 de ag. de 190
		Paulier		
	Agente Commercial .	Gustavo Venot	Idem	20 de mar. de 187
	Vice-Consul	Eduardo Payen	Lyon	1 de ag. de 187
	Agente Commercial .	Gaetan Payen	Idem	30 de mar. de 190
	Consul Geral de 1. ^a			
	Classe.	Joaquim Ferraz Rego . . .	Marselha . . .	29 de jul. de 191
	Vice-Consul	Hugo Porto	Idem	30 de set. de 190
	Idem	Maurice Lagottellerie . .	Nantes	29 de jul. de 190
	Agente Commercial .	Xavier Obalski	Idem	1 de maio de 190
	Consul	Dr. John Kent Monnet . .	Nice	15 de abril de 191
	Vice-Consul	Francis Légié	Idem	20 de dez. de 191

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
França	Vice-Consul . . .	Joseph Lasry	Oran . . .	28 de mar. de 1908
	Agente Commercial .	Joseph Darmon	Idem . . .	15 de jan. de 1909
	Consul Geral de 1. ^a Classe	Antonio José de Paula Fonseca	Paris . . .	3 de jul. de 1910
	Vice-Consul . . .	Virgilio Ramos Gordilho .	Idem . . .	3 de set. de 1909
	Chancellor . . .	Luiz de Almeida Araujo Paranhos Cavalcanti . . .	Idem . . .	2 de maio de 1910
	Vice-Consul . . .	Augustin Jore	Rouen . . .	30 de mar. de 1905
	Agente Commercial .	Maurice Jore	Idem . . .	9 de ag. de 1905
	Vice-Consul . . .	Benjamin Ambroise Jouve .	Toulon . . .	30 de dez. de 1899
	Agente Commercial .	Louis Jean Baptiste Victor Jouve	Idem . . .	26 de mar. de 1906
	Vice-Consul . . .	Jules Ritaine Descamps . .	Tourcoing .	12 de nov. de 1895
	Agente Commercial .	Louis Watteau	Idem . . .	20 de ag. de 1907
	Vice-Consul . . .	Dr. Francisco Deléage . .	Vichy . . .	31 de jan. de 1910
	Agente Commercial .	Georges Dubessay	Idem . . .	10 de nov. de 1904
Grã - Bretanha e suas possessões	Vice-Consul . . .	John Watson Canaway . .	Adelaide (Australia) .	31 de mar. de 1909
	Agente Commercial .	Henry Nicolas Robin . . .	Idem . . .	28 de fev. de 1903
	Vice-Consul . . .	Valdemar Hänschell . . .	Barbados . .	29 de nov. de 1911
	Agente Commercial .		Idem . . .	
	Vice-Consul . . .	John Mc. Caddin Loewenthal	Belfast . . .	14 de maio de 1906
	Agente Commercial .	James More Loewenthal . .	Idem . . .	23 de jun. de 1908
	Vice-Consul . . .	John Courtenay Lord . . .	Birmingham .	16 de jun. de 1886
	Agente Commercial .	John Campbell Orr	Idem . . .	21 de abril de 1887
	Vice-Consul . . .	John Zuberbuhler	Bombaim . . .	21 de nov. de 1902
	Agente Commercial .	Martin Cohen	Idem . . .	23 de jan. de 1905
	Vice-Consul . . .	Henry Hunter Duncan . . .	Bradford . . .	20 de abril de 1907
	Agente Commercial .	Stephen Jefferson Gordon .	Idem . . .	15 de abril de 1912
	Vice-Consul . . .	Benjamin Alfredo Baker . .	Bristol . . .	14 de maio de 1900
	Agente Commercial .	Francis Henry Cecil Barnard	Idem . . .	25 de jun. de 1885
	Vice-Consul . . .	John Thomas Moulton . . .	Burgeo . . .	16 de ag. de 1911
	Agente Commercial .	William Hubert Moulton . .	Idem . . .	15 de abril de 1912
	Enc. do Consulado .	G. Phineas Supp	Cabo da Boa Esperança .	
	Consul	Henrique Martins Pinheiro .	Cardiff . . .	20 de dez. de 1906
	Vice-Consul . . .	Thomas Brookes	Idem . . .	31 de dez. de 1903
	Consul	Winfried Freudenberg . . .	Colombo (Ilha de Ceylão) .	30 de mar. de 1909
	Agente Commercial .	James Charles Rohan . . .	Cork . . .	8 de fev. de 1897
	Vice-Consul . . .	Thomas William Burnell Faulkner	Cowes . . .	10 de set. de 1902

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Grã - Bretanha e suas possessões	Agente Commercial	William Thomas Mahy .	Idem . . .	24 de ag. de 190
	Consul	Francis William Prescott .	Dower . . .	23 de fev. de 190
	Agente Commercial	Frederick Crundall . . .	Idem . . .	30 de jan. de 190
	Vice-Consul . . .	Henry Charles Neilson Junior	Dublin . . .	29 de maio de 189
	Agente Commercial	Henry Charles Neilson .	Idem . . .	11 de set. de 189
	Vice-Consul . . .	David Small Junior . . .	Dundee . . .	20 de abril de 189
	Agente Commercial	William Scott	Idem . . .	25 de jan. de 190
	Vice-Consul . . .	Jorge Henrique Fox . . .	Falmouth . .	2 de maio de 187
	Agente Commercial	Howard Fox	Idem . . .	4 de jul. de 187
	Vice-Consul . . .	Charles Sulton Le Boutillier	Gaspé (Canada) . . .	6 de maio de 187
	Agente Commercial	Philip Edward Le Gros .	Idem . . .	18 de out. de 189
	Consul	Domingos de Oliveira Alves	Georgetown .	28 de jan. de 191
	Idem	Aurelio Onetti	Gibraltar . .	4 de julho de 189
	Vice-Consul . . .	Juan J. Onetti	Idem . . .	30 de jun. de 190
	Consul	Dr. José Bazileu Neves Gonzaga Filho	Glasgow . . .	14 de mar. de 189
	Vice-Consul . . .	William Hobart Campbell	Idem . . .	15 de abril de 191
	Idem	William Henry Smith .	Guernesey . .	30 de jun. de 191
	Agente Commercial	Leonel Albert Spencer .	Idem . . .	31 de jan. de 191
	Vice-Consul . . .	George R. Hart	Halifax . . .	4 de fev. de 189
	Agente Commercial	Frederick William Mosher	Idem . . .	14 de jan. de 190
	Vice-Consul . . .	W. H. Thompson . . .	Harbour Grace	16 de ag. de 191
	Agente Commercial	Eugen Kennett Thompson	Idem . . .	15 de abril de 191
	Vice-Consul . . .	John Hugh Germain Murdoch	Hobart (Tasmania) . .	24 de out. de 190
	Agente Commercial	Germain Murdoch	Idem . . .	13 de dez. de 190
	Consul	João Joaquim Leiria . . .	Hong-Kong . .	23 de abril de 190
	Vice-Consul . . .	Gordon Rheam Sanderson	Hull	30 de jan. de 188
	Agente Commercial	Allan Gordon Sanderson	Idem . . .	30 de jan. de 190
	Vice-Consul . . .	John Jourdan Le Sueur .	Jersey	30 de jan. de 190
	Agente Commercial	Percy Herbert Mollet . .	Idem . . .	31 de dez. de 190
	Consul interino . .	R. H. Otto	Kingston (Jamaica) . .	
	Vice-Consul . . .	Alfred Edward Evans . .	Leeds	26 de nov. de 190
	Agente Commercial	William Smith	Idem . . .	22 de jul. de 190
	Vice-Consul . . .	David W. Stevenson . . .	Leith	30 de set. de 190
	Agente Commercial	James Chalmers	Idem . . .	30 de nov. de 190
	Consul Geral de 1. ^a Classe	João Carlos da Fonseca Pereira Pinto	Liverpool . .	30 de dez. de 189
	Vice-Consul . . .		Idem . . .	
	Chancellor	Roberto de Mesquita . .	Idem . . .	11 de fev. de 191
	Consul Geral de 1. ^a Classe	Francisco Alves Vieira . .	Londres . . .	24 de jan. de 190
	Vice-Consul . . .	Luiz Augusto da Costa . .	Idem . . .	11 de out. de 185

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Grã - Bretanha e suas possessões	<i>Chancellor</i>	Luiz Augusto da Costa . .	Londres. . .	11 de fev. de 1911
	Enc. do Consulado . .	John Dunbar Vella . . .	Malta	
	Consul	Alvaro de Magalhães . .	Manchester . .	3 de dez. de 1907
	Vice-Consul	Manoel Alexandre Fontes .	Idem	9 de dez. de 1911
	Idem	Wilfried Hine	Maryport . . .	5 de abril de 1910
	Consul	Dr. André Robert	Mauricia . . .	12 de fev. de 1909
	Vice-Consul	Haliburton Arthur Sheppard	Melbourne . .	20 de set. de 1899
	Idem	George Stuart Kelway . .	Milford-Haven	23 de ag. de 1892
	Agente Commercial .	Herbert Fisher Thomas . .	Idem	11 de nov. de 1896
	Vice-Consul	George Bourgouin	Montreal . . .	29 de nov. de 1911
	Idem	Herbert Gardiner Williams.	New-Castle . .	27 de jun. de 1905
	Agente Commercial .	Ravencroft Williams . . .	Idem	17 de ag. de 1905
	Vice-Consul	Bonn Henry Jones. . . .	New-Port . . .	21 de out. de 1901
	Agente Commercial .	Alan Treverton Jones . .	Idem	13 de abril de 1912
	Vice-Consul	Walter Hamon	Paspebiac . . .	4 de set. de 1882
	Agente Commercial .	Eugenio A. A. Bouillon . .	Idem	21 de ag. de 1899
	Vice-Consul	Thomas Were Fox	Plymouth . . .	24 de jul. de 1883
	Agente Commercial .	John Cumming	Idem	23 de jul. de 1883
	Consul	Dr. Ferdinand Joseph Ma- ingot	Port-of-Spain (I. de Tri- nidad)	18 de out. de 1911
	Vice-Consul	John Main	Portsmouth . .	20 de abril de 1893
	Agente Commercial .	Alfred Sidney German . .	Idem	24 de ag. de 1905
	Vice-Consul		Pretoria	
	Idem	Théophile Le Vasseur. . .	Quebec	27 de out. de 1902
	Agente Commercial .	Jean Baptiste Morissette .	Idem	5 de dez. de 1904
	Vice-Consul	John Renwick Halliday . .	Rangoon	28 de mar. de 1908
	Agente Commercial .	James Frederick Brown . .	Idem	10 de jun. de 1908
	Consul	Gregor Mc. Gregor Peter .	Santa Lucia . .	25 de abril de 1910
	Vice-Consul	Charles Edward Leonard Jarvis	S. John (New Brunswick). .	4 de dez. de 1895
	Agente Commercial .	Murray Maclean Leonard Jar- vis	Idem	5 de mar. de 1901
	Vice-Consul	William Frederick Smith . .	Sheffield . . .	23 de ag. de 1892
	Agente Commercial .	Thomas Porter Lockwood .	Idem	15 de abril de 1912
	Consul	Hans Becker	Singapura . . .	11 de abril de 1911
	<i>Idem</i>	Hippolyto Hermes de Vas- concellos	Southampton .	8 de mar. de 1911
	Vice-Consul	John de Grouchy	Idem	29 de jul. de 1901
	Idem	Robert H. Brown	Swansea	14 de jan. de 1899
	Agente Commercial .	David H. Morgan	Idem	31 de maio de 1899
	Consul Geral	Ernesto William Thomas Dunn	Sydney	10 de set. de 1908
	Vice-Consul	Dr. Selim Nicolás Alti . .	Idem	13 de jun. de 1910
	Consul	Charles Blackburn	Terra Nova . .	12 de abril de 1911

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Grã-Bretanha e suas possessões	Vice-Consul . . .	John Fénelon	Terra Nova .	31 de out. de 1911
	Idem	Alfred Henry Miles . . .	Wellington (Nova Zelândia) . .	19 de jun. de 1902
	Agente Commercial	James Webster	Idem	21 de jul. de 1904
Grecia	Consul	Dr. Nicoláo S. Alivisatos .	Athenas . . .	20 de out. de 1904
Guatemala (Republica de) . .	Consul	D. José H. Muñoz . . .	Guatemala .	22 de nov. de 1906
Haiti (Republica)	Consul	Alfredo de Matteis . . .	Port-au-Prince	16 de ag. de 1911
Hespanha . . .	Vice-Consul . . .	Guilherme Campos Carreras	Alicante . . .	31 de mar. de 1900
	Agente Commercial	Domingos Martinez Balboa	Idem	28 de nov. de 1900
	Vice-Consul . . .	José de Burgos y Tamarit	Almeria . . .	19 de maio de 1893
	Consul Geral de 2. ^a Classe.	Dr. Raymundo de Sá Valle	Barcelona . .	30 de dez. de 1895
	Vice-Consul . . .	Idem	Idem	Idem
	Idem	Ignacio de Abaitua . . .	Bilbáo	19 de maio de 1893
	Agente Commercial	Juan Bautista de Omézaga	Idem	17 de jun. de 1900
	Consul Geral de 2. ^a Classe.	Dario Freire	Cadiz	2 de maio de 1910
	Vice-Consul . . .	Luiz Damaso da Costa de Moraes	Idem	18 de abril de 1902
	Idem	José Sanchez Domeneck y Manzanares	Cartagena . .	13 de jul. de 1893
	Agente Commercial	Lucio Alcaraz y Cañavate	Idem	13 de out. de 1899
	Vice-Consul . . .	José de Viguera y Espejo	Cordova . . .	11 de jan. de 1879
	Idem	Augusto Abella Perez . .	Corunha . . .	30 de mar. de 1889
	Agente Commercial	Manoel Botana y Entrerios	Idem	6 de ag. de 1890
	Vice-Consul . . .	Idem	Ferrol	Idem
	Agente Commercial	Idem	Idem	Idem
	Vice-Consul . . .	José Bernardo Salcedo . .	Gijon	19 de maio de 1892
	Agente Commercial	José Salcedo y Fernandez	Idem	22 de jan. de 1906
	Vice-Consul . . .	José Maurell y Lopes . .	Granada . . .	10 de dez. de 1893
	Idem	Fidencio Marco	Irun	20 de dez. de 1906
	Idem	Lorenzo Nicolas Celada y Quintana	Madrid	31 de jul. de 1911
	Agente Commercial	José de Chávarri y Batres	Idem	1. ^o de dez. de 1899

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Hespanha . . .	Vice-Consul . . .	Francisco Crooke y Heredia	Málaga . . .	23 de maio de 1901
	Agente Commercial . . .	Eugenio Campos Torreblanca	Idem . . .	23 de out. de 1901
	Vice-Consul . . .	José Acuña y Santos Fernandez	Marin	8 de jun. de 1893
	Agente Commercial . . .	João Manoel Martinez . . .	Idem	23 de jan. de 1906
	Vice-Consul . . .	Luis Karakadze Fermonde	Palma (Mal-lorca) . . .	21 de jan. de 1910
	Agente Commercial . . .	Bartolomé Morey	Idem	10 de ag. de 1910
	Consul	João Baptista Antunes . . .	Palmas (Grã-Canaria). . .	18 de jul. de 1888
	Vice-Consul . . .	Leoncio de la Torre y Sarmiento	Idem	20 de set. de 1906
	Idem	Antonio Cabrera de Las Casas	Santa Cruz da Palma	12 de mar. de 1897
	Idem	Francisco de Egaña y Arregui	S. Sebastião . . .	17 de fev. de 1905
	Idem	Francisco Garcia	Santander . . .	11 de abril de 1907
	Agente Commercial . . .	Fernando Garcia Castillo . .	Idem	31 de dez. de 1910
	Vice-Consul . . .	José Maria Benjumea y Pareja	Sevilha	17 de abril de 1906
	Agente Commercial . . .	Carlos Sanchez y Pineda . . .	Idem	16 de abril de 1895
	Vice-Consul . . .	José Villar y Thomás	Tarragona . . .	9 de mar. de 1901
	Consul	Angelo Crosa y Costa	Fenerife	20 de jun. de 1898
	Vice-Consul . . .	Diego Crosa y Costa	Idem	23 de out. de 1901
	Idem	José Mora Martinez	Torrevieja . . .	29 de fev. de 1912
	Agente Commercial . . .		Idem	
	Vice-Consul . . .	Percival Bourgoyne y Stone	Valencia	30 de out. de 1903
	Agente Commercial . . .	Rodolfo Valero y Almudever	Idem	31 de mar. de 1910
	Consul	Alcino Santos Silva	Vigo	23 de abril de 1909
	Vice-Consul . . .	Antonio Gonzalez de Castro	Idem	31 de jul. de 1912
	Idem	Eduardo Fernandez	Villagarcia . . .	13 de fev. de 1898
	Agente Commercial . . .	Wencesláo Gonzalez	Idem	23 de nov. de 1898
	Vice-Consul . . .	Pedro Nolasco Gonzalez . . .	Xerez	18 de out. de 1878
	Agente Commercial . . .	Carlos Silgé	Idem	23 de dez. de 1893
Italia	Vice-Consul . . .	Matteo Guillot	Alghero	6 de jul. de 1864
	Agente Commercial . . .	Antonio Pes di San Vittorio	Idem	15 de abril de 1912
	Idem	Adolpho Schelini	Ancona	1 de mar. de 1890
	Agente Commercial . . .	Alessandro Archibugi	Idem	25 de jan. de 1912
	Vice-Consul . . .	Ottavio Spagnoletti	Bari	31 de mar. de 1911
	Idem	Frederico Balsamo	Brindisi	6 de abril de 1885
	Idem	Nicoló Carossino	Cagliari	21 de out. de 1880
	Agente Commercial . . .	Antonio Carossino	Idem	10 de fev. de 1882
	Vice-Consul . . .	Francisco Spadaro Reitano . .	Catania	4 de jun. de 1901
	Agente Commercial . . .	Lourenço Monaco	Idem	30 de abril de 1902

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Italia	Vice-Consul	Emilio Americo Podestá	Chiavari	22 de dez. de 1905
	Idem	Orsino Grispini	Civita-Vecchia	15 de abril de 1912
	Idem	Commendador Alexandre Kraus Filho	Florença	6 de abril de 1885
	Agente Commercial	Antonio Orsini	Idem	10 de jun. de 1905
	Consul Geral de 1. ^a Classe	João Antonio Rodrigues Martins	Genova	10 de abril de 1886
	Vice-Consul	Oscar Paranhos da Silva	Idem	31 de jul. de 1911
	Chancellor	Idem	Idem	11 de fev. de 1911
	Vice-Consul	Alberto Paoletti	Liorne	19 de ag. de 1897
	Agente Commercial	Guglielmo Paoletti	Idem	15 de abril de 1907
	Vice-Consul	Conde Amedeo Cenami	Lucca	21 de dez. de 1910
	Agente Commercial	Basilio Casentini	Idem	5 de abril de 1910
	Vice-Consul	Adolpho Loteta	Messina	28 de nov. de 1904
	Idem	Carlos de Carvalho e Souza	Milão	20 de abril de 1912
	Idem	Tommaso Laquidara	Milazo	28 de nov. de 1904
	Consul	Dr. Alfredo Varela	Napoles	17 de out. de 1911
	Vice-Consul	Eugenio Oddino	Idem	12 de jan. de 1903
	Idem	Francisco Paolo Dichiarà Russo	Palermo	31 de mar. de 1904
	Agente Commercial	Vincenzo Dichiarà Martines	Idem	4 de jul. de 1903
	Vice-Consul	Professor Salvatore Puglisi	Riposto	30 de dez. de 1903
	Consul	Dr. Vincenzo Grossi	Roma	17 de nov. de 1903
	Vice-Consul	Ignacio Manari	Idem	14 de jan. de 1888
	Idem	Hugo Kinsmann Brodie	San Remo	31 de ag. de 1903
	Agente Commercial	Francisco Semeria	San Remo	31 de dez. de 1903
	Vice-Consul	Guglielmo Turi	Spezzia	11 de maio de 1903
	Agente Commercial	Carlo Paganini	Idem	15 de abril de 1911
	Idem	Alexandre Vandano	Turim	13 de dez. de 1903
	Agente Commercial	Enrico Soppetti	Idem	7 de dez. de 1911
	Consul	Leopoldo Bizio	Veneza	30 de jul. de 1903
	Agente Commercial	Andréa Bizio	Idem	
Japão	Vice-Consul	Frank Emil Popert	Kobé	15 de set. de 1903
	Agente Commercial	Heinrich Hoffmann	Idem	11 de abril de 1903
	Vice-Consul	Jean de Cuers de Gogolin	Tokio	13 de dez. de 1903
	Consul Geral de 2. ^a Classe	F. E. R. Vianna de Abreu	Yokohama	17 de out. de 1903
	Vice-Consul	Johann Andréas Harmssen	Idem	13 de dez. de 1903
Marrocos	Vice-Consul	Lazaro Eljarrat	Mazagão	22 de jul. de 1886
	Idem	José Ratto	Mogador	25 de out. de 1886
	Idem	Jacob Raphael Benatar	Rabat	6 de set. de 1886

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Marrocos . . .	Encarregado do Consulado	Sebastião Marrache	Tanger	
Mexico	Consul	Otto Theil	Mexico	7 de out. de 1909
	Vice-Consul	Carl Hegner	Idem	15 de abril de 1912
	Idem	Armando Deschamps	Vera Cruz . . .	5 de set. de 1896
	Agente Commercial .	Luiz E. Cazaurang.	Idem	4 de dez. de 1911
Monaco	Consul	Henry Trüb	Monte Carlo . .	12 de abril de 1911
Nicaragua (República de) . .	Consul		Managua	
Noruega	Vice-Consul	Johan Ameln Junior	Bergen	28 de mar. de 1908
	Agente Commercial .	Christian Ameln	Idem	31 de ag. de 1908
	Consul	Otto Berentzen	Christiania . . .	20 de out. de 1906
	Vice-Consul	Thomas Botler Chalmer	Idem	11 de out. de 1909
	Idem	Emil Silvins Werring	Christiansund . .	27 de jan. de 1893
	Agente Commercial .	Edward Werring	Idem	31 de ag. de 1895
	Vice-Consul	Ingvar Klingenberg	Trondhjem. . . .	30 de set. de 1906
Paizes-Baixos . .	Vice-Consul	Mario Costa	Amsterdam . . .	10 de nov. de 1909
	Agente Commercial .	Dr. Martinus Abraham van Booven	Idem	7 de dez. de 1910
	Consul Geral de 2. ^a Classe.	Francisco José da Silveira Lobo	Rotterdam	2 de maio de 1908
	Vice-Consul	Gerard A. Elinck Schuurman	Idem	30 de ag. de 1907
	Consul	Julio E. Leyba	Willemstad (Ilha de Curaçao) . . .	22 de out. de 1908
Panamá	Consul	Ramon Arias Féraud	Panamá	21 de jul. de 1904
	Vice-Consul	Ramon Arias Féraud Junior	Idem	10 de abril de 1906
Paraguay (República do) . .	Consul Geral de 2. ^a Classe.	Dr. J. M. de Moraes Barros	Assumpção	23 de jul. de 1911
	Vice-Consul	Miguel Eleuterio Corrêa	Idem	6 de jul. de 1904
	Idem	Gabriel Cord'homme	Concepción	12 de fev. de 1910
	Agente Commercial .	Juan Ramon Vera	Idem	7 de dez. de 1910
	Vice-Consul	Aristides Campos	Villa Encarnación . .	17 de nov. de 1906
	Agente Commercial .	Emilio Closs	Idem	13 de jan. de 1908

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Perú	Vice-Consul	Lautario Cantuarias	Arequipa	29 de dez. de 1891
	Idem	Alcibiades Alvarez da Silva Brazil	Caballo Cocha	30 de jul. de 1910
	Consul Geral de 1. ^a Classe	Antonio Araujo Silva	Iquitos	2 de maio de 1910
	Vice-Consul	Felippe de Mello	Idem	14 de out. de 1907
	Consul	Juan Garland	Lima	24 de set. de 1903
	Vice-Consul	Guilherme Elias	Mollendo	26 de mar. de 1906
	Idem	Pio de Azevedo Veiga	Nazareth	30 de jul. de 1910
	Agente Commercial	Luiz de Menezes Veiga	Idem	27 de jun. de 1911
	Vice-Consul	Manoel da Veiga Menezes . .	Santa Rosa	6 de maio de 1911
Portugal e seus domínios	Consul	Rozo Lagôa	Braga	7 de nov. de 1906
	Vice-Consul	Agostinho Dias de Castro . .	Idem	30 de abril de 1907
	Idem		Caminha	
	Agente Commercial .	João de Magalhães e Silva . .	Idem	6 de jul. de 1896
	Vice-Consul	Francisco José Pinto	Faro	17 de abril de 1906
	Agente Commercial .	Antonio Mario Leitão Corrêa .	Idem	3 de maio de 1886
	Vice-Consul	Affonso Ernesto de Barros . .	Figueira	20 de maio de 1865
	Agente Commercial .	Henrique Raymundo de Bar- ros	Idem	12 de mar. de 1898
	Vice-Consul	José Rodrigues	Ilha do Fayal (Horta)	12 de nov. de 1890
	Agente Commercial .	Roque Maria Neves	Idem	30 de set. de 1911
	Vice-Consul	Chrysantho de Miranda Frei- tas	Ilha da Ma- deira	2 de maio de 1910
	Idem	Antonio Eusebio dos Santos . .	Idem	24 de jun. de 1904
	Idem	Julio Simas Vera Cruz	Ilha do Sal	12 de maio de 1895
	Agente Commercial .	Francisco José de Oliveira . .	Idem	4 de set. de 1889
	Vice-Consul	José Azevedo	Ilha de S. Mi- guel (Ponta Delgada)	4 de jun. de 1901
	Agente Commercial .	Albano de Azevedo Oliveira . .	Idem	30 de set. de 1901
	Consul	Augusto Vera Cruz	Ilha de S. Vi- cente	30 de dez. de 1903
	Vice-Consul	Julio Augusto Alves da Veiga .	Idem	12 de jan. de 1911
	Idem	João Carlos da Silva	Ilha Terceira (Angra)	5 de mar. de 1886
	Agente Commercial .	Jacintho Carlos da Silva . . .	Ilha Terceira (Angra)	14 de abril de 1899
	Vice-Consul	Joaquim Lobo de Miranda . .	Lagos	6 de maio de 1870
	Consul Geral de 1. ^a Classe	Arthur Teixeira de Macedo . .	Lisboa	22 de set. de 1910
	Vice-Consul	Dr. Vicente Ferrer de Bar- ros Wanderley Araujo	Idem	23 de mar. de 1912

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Portugal e seus dominios . . .	Chancellor . . .	Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo .	Lisboa . . .	8 de fev. de 1912
	Vice-Consul . . .	Luiz da Camara Leme . .	Loanda . . .	25 de fev. de 1897
	Agente Commercial .	Joaquim de Brito Pires . .	Idem . . .	25 de jun. de 1906
	Consul Geral de 2. ^a Classe	Nicolau Pinto da Silva Valle	Porto . . .	7 de nov. de 1906
	Vice-Consul . . .	Antonio Tavares Bastos . .	Idem . . .	20 de mar. de 1901
	Consul	Rodolpho Huber	Quelimane .	16 de nov. de 1911
	Vice-Consul . . .		Idem . . .	
	Idem	Antonio Joaquim Ribeiro .	S. Thiago .	22 de dez. de 1906
	Idem	Manoel José do Nascimento e Oliveira	Setubal . .	15 de dez. de 1896
	Idem	Manoel Joaquim Gonçalves de Araujo	Vianna do Castello .	30 de set. de 1907
	Agente Commercial .	Alvaro Salema Garção de Araujo	Idem . . .	29 de jul. de 1908
	Vice-Consul . . .	João Pereira Galvão . . .	Villado Conde	22 de jul. de 1910
	Agente Commercial .	Alfredo d'Amaral Corrêa .	Idem . . .	31 de jul. de 1911
	Vice-Consul . . .	Albano E. da Costa Lobo Junior	Villa Real .	14 de maio de 1904
	Agente Commercial .	José Maria Rodrigues de Carvalho	Idem . . .	25 de abril de 1909
Russia	Enc. do Vice-Cons. ^o	Henry Seth	Abo.	
	Vice-Consul . . .	Ingwald Thorsen	Cronstadt .	22 de abril de 1903
	Idem	Victor Ek	Helsingfors	6 de abril de 1889
	Idem	Georges Schmidt	Libau . . .	11 de abril de 1907
	Idem	Gabriel Gericke	Moscow . .	23 de dez. de 1911
	Idem	Miguel Landau	Nicolayeff .	21 de set. de 1900
	Idem	Jacques Brodsky	Odessa . .	11 de abril de 1907
	Idem	Eduardo Batge	Reval . . .	14 de set. de 1875
	Idem	Carlos W. Lange	Riga . . .	25 de jan. de 1902
	Idem	Carlos Eugenio Botta . . .	Rostoff . .	31 de dez. de 1902
	Consul	Emile Tottien	S. Petersburg	9 de jun. de 1910
	Vice-Consul . . .	Carlos Gericke	Idem . . .	7 de abril de 1898
	Idem	Wladislas Rupniewsky . .	Varsovia .	28 de jun. de 1899
Salvador (Republica do) . .	Consul	Roman Mayorga Rivas . .	S. Salvador .	7 de out. de 1909
Suecia	Vice-Consul . . .	Victor Elfverson	Calmar . .	25 de jul. de 1898
	Idem	Vilhelm Meyer	Carlsham .	18 de ag. de 1909
	Idem	Gustaf Lorentz Hjalmar Ljungberg	Gefle . . .	10 de ag. de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Suecia	Vice-Consul. . . .	Wilhelm Frodi	Gothemburgo .	2 de set. de 1896
	Agente Commercial .	Ernest Johan Odenius . .	Idem	19 de fev. de 1897
	Vice-Consul	Carlos Gustavo Ringblom .	Hernösand . .	23 de fev. de 1898
	Idem	Johan Hug Hallgren . . .	Hudiksvall . .	6 de out. de 1903
	Idem	Ernesto Früs	Malmo	26 de ag. de 1897
	Agente Commercial .	Carl Hommerberg	Idem	23 de fev. de 1898
	Vice-Consul	Carl Gustaf Julius Johanson	Norrköping . .	27 de jun. de 1905
	Idem	K. G. Hedberg	Ornskoldsvick .	19 de mar. de 1907
	Consul	Dr. Göran Björkman . . .	Stockholmo . .	18 de dez. de 1909
	Vice-Consul	August Magnus Colliander .	Idem	21 de mar. de 1904
	Idem	C. G. Wickberg	Sundsvall . . .	4 de ag. de 1891
	Idem	Carl F. Ekman	Visby	6 de mar. de 1897
	Agente Commercial .	Karl Axel Edmund Lundberg	Idem	11 de fev. de 1893
	Vice-Consul	Gustaf Albert Tryselius . .	Westerwick . .	30 de set. de 1906
Suissa	Vice-Consul	Dr. Joachim de Giacomi . .	Berna	22 de fev. de 1906
	Consul Geral de 2. ^a Classe.	M. P. de Souza Dantas . .	Genebra . . .	29 de jul. de 1910
	Vice-Consul	Mario Alves de Moraes . .	Idem	31 de jul. de 1911
	Idem	Jacques Schwob	Lausanne . . .	17 de set. de 1911
Turquia	Consul	Alvaro da Cunha	Beyruth	25 de fev. de 1911
	Idem	Ferdinand Philibert	Jaffa	20 de jul. de 1896
Uruguay (República Oriental do).	Vice-Consul. . . .	Carlos Carlton Coelho Cintra	Artigas	2 de set. de 1910
	Agente Commercial .	Eugenio Augusto Villas-Boas	Idem	20 de maio de 1909
	Vice-Consul. . . .	Joaquim Maria Pedreira Junior	Cerro Largo (Melo) . .	14 de ag. de 1893
	Agente Commercial .	Ruben Germano Pedreira . .	Idem	13 de abril de 1901
	Consul Geral de 1. ^a Classe.	José Calmon N. Valle da Gama	Montevideo . .	12 de jul. de 1906
	Vice-Consul	Joaquim José de Souza Imenes	Idem	16 de set. de 1896
	Chancellor	Braz Calmon da Gama . . .	Idem	1 de mar. de 1911
	Vice-Consul. . . .	Dr. Joaquim Pereira da Costa	Paysandú . . .	2 de maio de 1910
	Idem	Orestes dos Santos Corrêa	Rivera	21 de set. de 1907
	Agente Commercial .	Antonio Bassedas Ballré . .	Idem	13 de set. de 1905
	Vice-Consul		Rocha	
	Agente Commercial .		Idem	
	Consul	Landulpho Borges da Fonseca	Salto	20 de dez. de 1906
	Vice-Consul	Carlos Bilbáo	Idem	13 de fev. de 1911

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CONSULADO BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Uruguay (República Oriental do).	Vice-Consul . . .	Frederico Ponciano Lobato .	San Eugenio .	2 de maio de 1910
	Agente Commercial .	Candido A. Nario . . .	Idem . . .	15 de jan. de 1909
	Vice-Consul. . . .	Antonio de Azambuja Cidade	Santa Rosa .	22 de nov. de 1907
	Agente Commercial .	Sergio d'Azambuja Cidade .	Idem . . .	31 de jan. de 1912
	Vice-Consul . . .	Dr. José Adolpho R. Ferreira	Taquarembó .	14 de set. de 1898
	Agente Commercial .	José Cabas	Idem . . .	8 de jun. de 1905
Venezuela . . .	Vice-Consul . . .	Dr. Antonio Maria Delgado	Bolivar . . .	9 de dez. de 1903
	Consul Geral . . .	Luiz Avino Castillo . . .	Caracas . . .	30 de set. de 1905
	Vice-Consul . . .	Jerónimo Martinez Mendoza	Idem . . .	12 de fev. de 1909
	Idem	Genaro de Legorburu . . .	La Guaira .	12 de fev. de 1909
	Idem	Miguel Rivas Sosa . . .	Puerto Cabello	12 de fev. de 1909

ADDIDOS COMMERCIAES

Dr. Francisco Emilio Eugenio Emery, addido commercial ás Legações na Grã-Bretanha, França, Belgica, Suissa e Italia	31 de dez. de 1910
Deoclecio de Campos, addido commercial ás Legações na Allemanha, Austria-Hungria, Dinamarca, Noruega e Suecia	8 de mar. de 1911
Manoel da Costa Barradas, addido commercial á Embaixada nos Estados Unidos da America e á Legação no Mexico.	31 de dez. de 1910
Aluizio Azevedo, addido commercial ás Legações na Argentina, Chile e outras que forem opportunamente designadas	23 de jul. de 1911

3ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de Abril de 1912.

O Director,

LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO

N. 7

Quadro do Corpo Consular estrangeiro residente no Brasil

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Allemanha	Enc. do Consulado	Carl Pistor	Bahia	
	Consul	Rudolf von Bülow	Belém	16 de dez. de 1909
	Consul honorario	Gustav Gruner	Idem	6 de jun. de 1907
	Idem	Gustavo Salinger	Blumenau	15 de maio de 1891
	Consul	Eduard Heinze	Curityba	5 de mar. de 1906
	Enc. do Consulado	Wilhelm Schack	Idem	
	Vice-Consul honorario	Henry Hesslein	Cuyabá	30 de jan. de 1904
	Consul	Georg Gerincke	Florianopolis	5 de mar. de 1900
	Consul honorario	Karl Hoepcke	Idem	28 de nov. de 1885
	Idem	Ildefonso Albano	Fortaleza	24 de abril de 1912
	Idem		Itajahy	
	Idem	Ottomar Kaiser	Joinville	29 de dez. de 1910
	Vice-Consul honorario	G. F. Grande	Juiz de Fôra	11 de abril de 1906
	Agente Consular	Antonio Brandt	Laguna	6 de fev. de 1901
	Vice-Consul honorario	Oscar Jensen	Maceió	22 de abril de 1910
	Consul honorario	Emil Albert Zarges	Manãos	11 de abril de 1911
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Mathias Bohn	Paranaguá	
	Consul	Carlos Walter	Porto Alegre	14 de abril de 1905
	Consul honorario	Albert Groschke	Recife	29 de dez. de 1910
	Consul	Sigismund Rössler	Rio Grande	30 de jun. de 1909
	Consul Geral	Barão Ferdinand von Nordenflycht	Rio de Janeiro	30 de jan. de 1909
	Vice-Consul, Enc. do Consulado Geral	Muenzenthaller	Idem	
	Consul honorario	Ernst Bormann	Santos	29 de dez. de 1904
	Idem	Carlos Ferreira Coelho	S. Luiz	15 de jun. de 1892
	Consul	James von der Heyde	S. Paulo	26 de abril de 1911
	Consul honorario	Augusto Arens	Victoria	23 de ag. de 1900
America (Estados-Unidos da)	Consul Geral sem jurisdição fixa	Charles C. Eberhardt		
	Consul	Southard P. Warner	Bahia	5 de nov. de 1909
	Vice-Consul	Omar E. Mueller	Idem	30 de jun. de 1910
	Consul	George H. Pickerell	Belém	20 de out. de 1906
	Vice-Consul	Julius Weinberger	Idem	24 de jun. de 1909
	Agente Consular	Antonio Epaminondas da Frota	Fortaleza	30 de jul. de 1897
	Idem	George Simpson	Maceió	23 de maio de 1908

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
America (Estados- Unidos da)	Agente Consular .	John H. Hamilton. . . .	Manãos. . .	25 de nov. de 1905
	Idem	Henry J. Green.	Natal	31 de maio de 1904
	Consul	P. Merrill Griffith. . . .	Recife	24 de mar. de 1910
	Vice-Consul	Enrique Bachilleres . . .	Idem	7 de jul. de 1902
	Agente Consular .	Jorge Verker	Rio Grande .	2 de out. de 1897
	Consul Geral . . .	Julius G. Lay.	Rio de Janeiro	30 de jun. de 1910
	Deputy Consul Geral	Frank G. Lewis	Idem	
	Idem	Albro L. Burnell	Idem	
	Consul	Jay White	Santos	5 de nov. de 1909
	Vice e Deputy Con- sul	James W. Reeves.	Idem	13 de jun. de 1910
	Agente Consular .	Joaquim M. A. dos Santos	S. Luiz. . . .	30 de nov. de 1908
	Idem	William E. Lee.	S. Paulo. . . .	7 de ag. de 1908
	Idem	João Zinzen.	Victoria. . . .	5 de maio de 1890
Argentina (Repú- blica)	Vice-Consul honora- rio	Francisco A. Marçallo . .	Antonina . . .	30 de nov. de 1910
	Idem	Francisco Gonzalez Montes de Oca.	Bahia	11 de abril de 1906
	Idem	Joaquim Vieira Miranda. .	Belém	3 de dez. de 1908
	Idem	Alberto Gomes Moreira. .	Corumbá . . .	12 de set. de 1907
	Vice-Consul	Savas Nicolas Savas . . .	Florianopolis .	31 de out. de 1907
	Idem	Manuel Marengo	Itaqui	20 de set. de 1911
	Idem honorario. . .	Antonio de Miranda Araujo	Manãos. . . .	11 de abril de 1906
	Consul	Alfredo Moreno de Torres	Paranaguá . .	29 de set. de 1910
	Enc. do Consulado	Caetano Muñoz da Rocha	Idem	
	Vice-Consul honora- rio	Guilherme Luce.	Porto Alegre .	31 de out. de 1907
	Idem	A. V. da Cunha Porto. . .	Recife	30 de set. de 1907
	Consul	Francisco Antonio Susini. .	Rio Grande .	16 de jun. de 1883
	Consul Geral . . .	Carlos Lix Klett	Rio de Janeiro	25 de nov. de 1904
	Consul	Diego Gonzalez Victorica .	Santos	23 de ag. de 1911
	Vice-Consul	Cipriano de la Peña. . . .	São Francisco do Sul	20 de abril de 1909
	Idem	Baldomero Barbará	Uruguayana .	11 de abril de 1906
Austria-Hungria	Consul honorario . .	Manoel José Machado . . .	Bahia	29 de jan. de 1903
	Vice-Consul honora- rio	Peter Steiner	Belém	9 de jun. de 1910
	Consul honorario . .	Friedrich De Jaegher. . .	Bello Hori- zonte.	6 de jun. de 1907
	Agente Consular .	Leopoldo Hoeschl.	Blumenau . . .	23 de ag. de 1909
	Enc. do Consulado	Johann Potucek.	Curityba . . .	
	Consul honorario . .	Ernst Vahl	Florianopolis .	6 de jun. de 1907

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Austria-Hungria	Vice-Consul honorario	Joaquim Barrozo	Fortaleza	30 de mar. de 190
	Agente Consular	Giovanni Franchetti	Garibaldi	3 de ag. de 190
	Idem	Peter Mayerle	Joinville	17 de nov. de 190
	Vice-Consul honorario	João Tavares da Costa	Maceió.	27 de ag. de 190
	Idem	Waldemar Scholz	Manãos.	30 de abril de 190
	Agente Consular	Ceciliano da Silva Corrêa	Paranaguá.	27 de dez. de 191
	Enc. do Consulado	Josef Kostanjevic	Porto Alegre	
	Consul honorario	Constantino Barza	Recife	20 de set. de 189
	Vice-Consul	Christian Meissner.	Rio Grande	28 de dez. de 191
	Consul	Dr. Karl Bertoni	Rio de Janeiro	31 de jul. de 191
	Idem	Louis Karl Jauckens	Santos	21 de fev. de 191
	Vice-Consul	Adolf Fridheim	S. Luiz.	9 de jun. de 191
	Consul	Karl Remy Berzenkovich von Szillas	S. Paulo	21 de fev. de 191
	Consul honorario	Anton Hegner	Victoria.	26 de maio de 190
Belgica	Consul honorario	Antonio Petersen	Bahia	17 de jan. de 191
	Idem	A. Balaguer.	Belém	24 de dez. de 190
	Idem	J. M. Verdussen	Bello Horizonte.	7 de jan. de 190
	Idem	M. P. de Thier David.	Corumbá	13 de jun. de 190
	Idem	P. P. Vanherweck.	Curityba	16 de jul. de 190
	Idem	Carlos Wendhausen	Florianopolis	24 de dez. de 190
	Idem	Eduardo Studart	Fortaleza	10 de out. de 190
	Enc. do Consulado	Herminio Barrego	Idem	
	Consul honorario	Theodoro Oeckinghaus	Goyaz	17 de set. de 190
	Vice-Consul honorario	J. Rippol.	Maceió.	17 de jul. de 190
	Consul honorario	E. J. Reuter	Manãos.	22 de abril de 191
	Idem	João Ludewitz	Porto Alegre	21 de fev. de 191
	Consul	E. Robin de Schneidauer.	Idem	30 de maio de 190
	Consul honorario	J. M. de Andrade.	Recife	30 de dez. de 190
	Idem	Antonio Chaves Campello	Rio Grande	26 de nov. de 189
	Idem	D. Guilmot	Rio de Janeiro	20 de set. de 191
	Idem	Albert Lion	Santos	5 de jun. de 190
	Idem	Alfredo José Tavares.	S. Luiz.	31 de maio de 190
Bolivia	Consul Geral	Luis Ipiña	Belém	30 de ag. de 191
	Vice-Consul	Pierre Barrère	Idem	24 de mar. de 191

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Bolivia	Consul	Octavio Lozano Cueto	Corumbá	25 de maio de 1911
	Idem	Maximiano Leite Barbosa	Fortaleza	10 de nov. de 1902
	Vice-Consul	Otto Ahlers	Manáos.	22 de fev. de 1911
	Idem	Bento Albino da Costa.	Pelotas.	11 de set. de 1886
	Consul	Eduardo Secco	Porto Alegre	27 de jan. de 1888
	Idem	João Eustachio Pereira	Recife	5 de jun. de 1908
	Idem	Alfredo José de Freitas. . . .	Rio de Janeiro	31 de jul. de 1905
	Idem	José Manuel Gutierrez	Santo Antonio do Rio Ma-deira. . . .	10 de abril de 1912
Chile	Consul honorario	Frederico A. Hasselmann	Bahia	4 de out. de 1884
	Idem	Gil Augusto de Novaes Rodrigues	Belém	31 de maio de 1906
	Idem	José Gentil Alves de Carvalho	Fortaleza	30 de mar. de 1909
	Vice-Consul honora-rio	Augustin Olivet.	Joinville	23 de fev. de 1907
	Consul honorario	Raul de Azevedo.	Manáos.	24 de jul. de 1902
	Idem	Octacilio Barbedo.	Porto Alegre	28 de dez. de 1911
	Vice-Consul honora-rio	Antonio Loyo d'Amorim. . . .	Recife	27 de ag. de 1908
	Consul honorario	Alfredo Soares do Nasci-mento	Rio Grande	28 de dez. de 1911
	Consul Geral hono-rary	Samuel Gracie	Rio de Janeiro	29 de dez. de 1906
	Consul honorario	Alfredo Pedro dos Santos	Idem	7 de maio de 1908
Colombia	Vice-Consul honora-rio	João Pedro da Cruz Ribeiro	S Luiz.	30 de mar. de 1909
	Consul	Affonso Sanchez Santama-ria	Belém	31 de jul. de 1911
	Consul Geral hono-rary	Dr. José Torralbo.	Manáos.	16 de nov. de 1911
	Agente Consular. . . .	Dr. Jorge Gómez Posada. . . .	Marin (Baixo Japurá)	
	Idem	Dr. A. R. Navarro	Porto Velho	
	Consul Geral hono-rary	Luiz Tosta da Silva Nunes	Rio de Janeiro	5 de jun. de 1893
	Vice-Consul honora-rio	Manoel José Francisco Jorge	S. Luiz.	
Costa Rica. . . .	Consul	Dr. Martinho Garcez Caldas Barreto.	Recife	31 de maio de 1909
	Consul Geral	Joaquim F. Fonseca Pena-forte.	Rio de Janeiro	5 de maio de 1903

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Cuba	Vice-Consul, Enc. do Consulado	Juan Iruretagoyena y Lanz	Rio de Janeiro	27 de ag. de 1911
Dinamarca	Consul	Theodoro Teixeira Gomes	Bahia	3 de ag. de 1866
	Enc. do Consulado	A. Pertersen	Idem	
	Vice-Consul	Sidney Fall	Belém	31 de out. de 1911
	Idem	Carlos Hoepcke Junior	Florianopolis . .	14 de mar. de 1899
	Idem	Theodorico Julio dos Santos	Paranaguá . . .	20 de fev. de 1899
	Consul	Johannes Andréas Henry Friedrich Pätzelt	Porto Alegre . .	7 de maio de 1900
	Idem	Hermenegildo da Silva Loyo	Recife	14 de nov. de 1899
	Enc. do Consulado	Sinclair Robinson	Rio Grande . . .	
	Consul Geral	Germano Boettcher	Rio de Janeiro .	31 de out. de 1911
	Vice-Consul	Louis Jauckens	Santos	15 de maio de 1900
	Vice-Consul	Julius D. Jacobsen. . . .	S. Luiz.	29 de abril de 1911
	Idem	A. von Bülow.	S. Paulo	15 de maio de 1900
Ecuador. . . .	Consul	Hannibal Porto.	Belém	16 de fev. de 1900
	Idem	Joaquim Nunes Lima. . . .	Manáos.	28 de fev. de 1900
	Consul Geral	Luis N. Dillon.	Rio de Janeiro .	13 de mar. de 1911
Estados U. Mexicanos	Consul	Ignacio Hasselmann	Bahia	28 de nov. de 1900
	Enc. do Consulado	Frederico Pastor y Olivet	Belém	
	Consul	Ernesto Pereira Carneiro. .	Recife	30 de nov. de 1900
	Consul Geral	Felippe Simões dos Santos	Rio de Janeiro .	23 de ag. de 1899
	Vice-Consul	J. G. Cramer	Santos	31 de mar. de 1910
	Idem	João Alves Santos.	S. Luiz.	12 de fev. de 1908
França	Vice-Consul	Jean Estival Nayna. . . .	Bahia	22 de abril de 1910
	Consul	M. C. Ludovic de Francqueville.	Belém	22 de fev. de 1911
	Agente Consular . .	Joseph De Jaegher.	Bello Horizonte. .	19 de jan. de 1907
	Idem	Pierre Jules Sellier	Campos	1 de maio de 1905
	Agente Consular . .	Maurice Louis Francfort. .	Curityba	3 de ag. de 1908
	Encarreg. da Agencia Consular	Louis Reynier	Cuyabá.	
	Agente Consular . .	Achilles Boris	Fortaleza	11 de jul. de 1898
	Encarreg. da Agencia Consular	Albert Weil	Fortaleza	
	Agente Consular . .	Dominique Sabaté	Florianopolis . .	13 de dez. de 1906

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
França . . .	Agente Consular . .	Felix Vandesmet	Maceió . . .	20 de jan. de 1891
	Idem	Joseph Cullère	Manáos . . .	24 de jul. de 1905
	Encarreg. da Agencia Consular	Charles Louis Martin . . .	Idem	
	Agente Consular . .	Elias Alfred Cerf	Parahyba . . .	18 de nov. de 1903
	Idem	Joaquim Soares Gomes . .	Paranaguá . .	4 de nov. de 1873
	Idem	Moise Marc Désiré Jacob .	Parnahyba . .	11 de jul. de 1896
	Encarreg. da Agencia Consular	Lazare Aimé Jacob . . .	Idem	
	Agente Consular . .	Paul Alphonse Meyselle .	Pelotas . . .	30 de dez. de 1911
	Agente Consular interino	Courthail	Porto Alegre	
	Agente Consular . .	Georges Béraud	Recife	19 de set. de 1911
	Consul	Léonce Jean Albert Boudet	Rio de Janeiro	30 de mar. de 1909
	Enc. do Consulado .	René Delage	Idem	
	Agente Consular . .	Pierre Rivière	Santos	20 de abril de 1900
	Idem	Manoel Jansen Ferreira .	S. Luiz	15 de jun. de 1903
	Consul	James Alexandre Dupas .	S. Paulo . . .	24 de abril de 1907
	Agente Consular . .	Jean Zacoutegny	Uruguayana .	17 de set. de 1901
	Idem	Hyacinthe Gatine	Victoria . . .	30 de dez. de 1911
Grã-Bretanha . .	Vice-Consul	Thales Ferraz	Aracajú . . .	10 de jul. de 1902
	Consul	W. H. M. Sinclair	Bahia	16 de dez. de 1909
	Vice-Consul	Francis Stevenson	Idem	27 de set. de 1903
	Consul	George Ambrose Pogson .	Belém	18 de mar. de 1909
	Enc. do Consulado .	Henry Martin Burnett . .	Idem	
	Vice-Consul	Harry H. Gomm	Curityba . . .	23 de fev de 1905
	Idem	John Leslie Hart Atkinson	Cuyabá	17 de ag. de 1909
	Idem	Roland O' Neill Addison .	Florianopolis .	29 de fev. de 1912
	Idem	Dr. William Studart . . .	Fortaleza . . .	23 de ag. de 1879
	Enc. do Vice-Consul .	Albert Rogers	Idem	
	Vice-Consul	Edward Guy Paton	Maceió	31 de jul. de 1911
	Idem	Wyndham Robilliard . . .	Manáos	12 de mar. de 1910
	Idem	Dr. John Spear	Morro Velho . .	31 de mar. de 1900
	Idem	W. J. Knox Little	Parahyba . . .	12 de mar. de 1910
	Pro-Consul	Marius P. Lauritzen . . .	Idem	
	Vice-Consul	Joaquim Soares Gomes . .	Paranaguá . .	7 de maio de 1872
	Consul		Porto Alegre . .	
	Enc. do Consulado .	Adolpho Guilherme Luce .	Idem	
	Consul	C. L. M. Pearson	Recife	29 de abril de 1909
	Vice-Consul	Padre George William Baile	Idem	21 de jun. de 1906
	Idem	James Stuart Wilde	Idem	29 de nov. de 1911
	Idem	E. J. Wigg	Rio Grande . .	5 de maio de 1909
	Consul Geral	Roger Casement	Rio de Janeiro	18 de fev. de 1909

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Grã-Bretanha . .	Vice-Consul . . .	Charles Gordon Pullen.	Idem . . .	19 de mar. de 1900
	Enc. do Consulado Geral	W. H. M. Sinclair. . .	Idem . . .	
	Vice-Consul . . .	R. A. Sandall	Santos . . .	12 de mar. de 1910
	Pro-Consul . . .	Arthur Richards . . .	Idem . . .	
	Vice-Consul . . .	Charles Causer	S. João d'El-Rey . . .	23 de set. de 1900
	Pro-Consul . . .	Octavio Duguet Coelho.	Idem . . .	15 de maio de 1910
	Vice-Consul . . .	Charles Ernest Clissold .	S. Luiz. . .	12 de mar. de 1910
	Consul	O' Sullivan Beare. . . .	S. Paulo . .	20 de abril de 1900
	Vice-Consul . . .	Charles W. Miller. . . .	Idem . . .	20 de dez. de 1910
	Idem	Arthur Frederick Lockwood-Thompson.	Uruguayana .	15 de maio de 1910
	Idem	Brian Barry	Victoria . .	28 de fev. de 1910
Grecia * . . .	Vice-Consul . . .	José Marques Braga . . .	Belém . . .	11 de mar. de 1890
	Idem	Candido Gomes dos Reis.	Fortaleza . .	23 de maio de 1880
	Idem		Recife . . .	
	Idem interino . .	Urbano Martins Garcia.	Rio Grande .	15 de dez. de 1880
	Consul Geral . . .	Othon Leonardos	Rio de Janeiro	25 de nov. de 1880
	Vice-Consul interino	Carlos Ferreira Coelho . .	S. Luiz. . .	29 de nov. de 1880
Guatemala . . .	Consul	João Manoel Alfaya Rodrigues	Santos . . .	13 de jun. de 1900
	Idem	Dr. Leopoldo de Freitas. .	S. Paulo . .	24 de abril de 1900
Hespanha . . .	Vice-Consul honorário	Manuel Sobrino.	Bahia . . .	8 de abril de 1910
	Agente Consular .	Manuel Fraguas Ogando.	Bebedouro. .	27 de nov. de 1900
	Vice-Consul honorário	Frederico Pastor y Olivet	Belém . . .	27 de jun. de 1900
	Idem	Leonardo Alvarez Gutierrez	Bello Horizonte. .	1 de jun. de 1890
	Idem	José Maria Morgade . . .	Campos . . .	30 de set. de 1900
	Idem	José Mateo Gambús . . .	Curityba . .	25 de abril de 1912
	Enc. do Vice-Cons. ^o	José Theodoro de Souza Lobo	Florianopolis .	
	Vice-Consul honorário	Manuel Villanova y Cervino.	Fortaleza . .	20 de mar. de 1900
	Idem	José Garcia Fernandez . .	Jahú. . . .	25 de jan. de 1912
	Consul	Rafael Secco y Fabres. .	Manáos . . .	12 de nov. de 1900

* Os funcionarios consulares de Hespanha estão encarregados da protecção dos interesses hellenicos, onde não houver Consulado da Grecia.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Hespanha . . .	Enc. do Consulado	Manoel Ocaña y Lavin.	Idem . . .	
	Consul honorario . .	Carlos Castro de Alba . .	Nichteroy . .	10 de mar. de 1909
	Idem	Joaquim Pardo Vieira. . .	Parahyba . .	25 de nov. de 1904
	Idem	Rafael Bassols y Pascual.	Pelotas. . .	31 de maio de 1900
	Consul honorario . .	Agustin Fernandez de la Peña	Porto Alegre	25 de fev. de 1901
	Idem	Francisco Affonso de Carvalho	Recife . . .	25 de jan. de 1912
	Idem	Andrés Legeren y Villar.	Rio Grande .	26 de mar. de 1909
	Consul	José Maria Aladren y Guedá	Rio de Janeiro	25 de maio de 1911
	Vice-Consul honora-rio	Eloy San Juan.	Sant'Anna do Livramento .	6 de out. de 1893
	Idem	Secundino Troncoso . . .	Santos . . .	15 de fev. de 1907
	Idem	Antonio Rodrigues Martins	S. Luiz. . . .	
	Consul	Emilio de Motta y Ortiz.	S. Paulo . . .	30 de nov. de 1910
	Vice-Consul honora-rio	José de Asprer.	Idem	26 de out. de 1911
	Idem	José Carballido	Uruguayana .	14 de abril de 1882
	Idem	Gabriel Amorós	Victoria . .	31 de dez. de 1907
Honduras (Repu-blica de). . .	Consul	Roberto J. Kinsman Ben-jamin	Rio de Janeiro	16 de fev. de 1895
Italia	Agente Consular . .	Andréa Orlandi	Amparo . . .	30 de abril de 1904
	Idem	Nicola Cironi	Bagé	31 de maio de 1900
	Consul	G. M. Machado	Bahia	28 de nov. de 1907
	Idem	Conde Luigi Provana del Rabbione	Belém	18 de out. de 1911
	Idem	Cav. Giulio Ricciardi. .	Bello Hori-zonte. . . .	15 de mar. de 1911
	Agente Consular . .	Luigi Petrocchi.	Bento Gonçal-ves	15 de jun. de 1903
	Idem	Olivo Andolfato	Botucatu . .	10 de nov. de 1911
	Vice-Consul	Domenico Marino	Campinas . .	29 de nov. de 1911
	Agente Consular . .	Carlo Fasani	Campos . . .	26 de maio de 1905
	Idem	Giovanni Della Ragione.	Caxias	21 de set. de 1909
	Consul	Giuseppe Pellegrini . . .	Curityba . .	20 de set. de 1911
	Agente Consular . .	Giuseppe Orlando	Cuyabá. . . .	27 de mar. de 1901
	Consul	Cav. Emilio Eles	Florianopolis	15 de mar. de 1911
	Agente Consular . .	Gaetano Petraglia	Franca. . . .	30 de ag. de 1902
	Idem	Giuseppe Caruso Mac Do-nald.	Itapetininga	31 de ag. de 1911
	Idem	Pasquale Martini	Itú	13 de jun. de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Italia	Agente Consular .	Dr. Filippo Di Filippo.	Jaboticabal.	13 de jun. de 1910
	Idem	Giuseppe de Mori. . . .	Jahú.	30 de set. de 1911
	Vice-Consul . . .	Massimo Goffredo	Juiz de Fôra	
	Agente Consular .	Giacinto Tasso	Laguna.	11 de abril de 1910
	Idem	Giovanni Battista Lauria.	Maceió.	14 de dez. de 1901
	Vice-Consul . . .	Giuseppe Cavriani. . . .	Manáos	7 de maio de 1907
	Agente Consular .	Giovanni Battista Petrocelli	Mococa.	8 de set. de 1910
	Idem	Ciro de Pasquale.	Nova Friburgo	20 de abril de 1909
	Idem	Vittorio Migliora	Nictheroy	26 de dez. de 1903
	Idem	Giovanni Battista Gervasone	Ourinho	20 de dez. de 1910
	Idem	Luigi Morganti	Ouro Fino.	30 de nov. de 1907
	Idem	Frederico Alberto Trebbi.	Pelotas.	30 de maio de 1894
	Idem	Felippo Gelli	Petropolis	27 de abril de 1912
	Idem	Ruggero Pentagna	Piracicaba.	4 de fev. de 1908
	Consul	Giovanni Battista Beverini	Porto Alegre.	5 de nov. de 1908
	Idem	Cav. Emilio Axerio	Recife	20 de set. de 1911
	Vice-Consul . . .	Carlo Enrico Barduzzi. . .	Ribeirão Preto	27 de fev. de 1911
	Agente Consular .	Ricardo Giovannini	Rio Grande	10 de jun. de 1902
	Consul	Cav. Domenico Nuvolari.	Rio de Janeiro	29 de dez. de 1910
	Agente Consular .	Dr. Gennaro Lanzara. . . .	Sant'Anna do Livramento	24 de jun. de 1900
	Idem	Agostino Chiarelli	Santa Cruz das Palmeiras.	29 de set. de 1906
	Idem	Luigi Brundi.	Santa Victoria do Palmar	14 de abril de 1903
	Vice-Consul . . .	Guglielmo Vivaldi.	Santos	14 de maio de 1906
	Idem	Arturo Maffei	S. Carlos do Pinhal	3 de mar. de 1910
	Agente Consular .	Angelo Lacreta.	S. José do Rio Pardo	14 de maio de 1904
	Idem	Roberto Mojoli	S. Luiz.	6 de set. de 1897
	Idem	Raffaele Sanseverino	S. Manoel.	12 de dez. de 1903
	Consul Geral . . .	Pietro Baroli	S. Paulo	30 de maio de 1907
	Agente Consular .	Cav. Rosalbino Santoro . . .	Taubaté	19 de jun. de 1900
	Idem	Giovanni Valente	Uruguayana	19 de nov. de 1900
	Enc. do Consulado	Luigi Petrocchi	Victoria	
Japão	Consul, enc. do Consulado Geral . . .	Toshiro Fujita	Rio de Janeiro	31 de jul. de 1911
Montenegro . .	Consul Geral . . .	Antonio Januzzi.	Rio de Janeiro	17 de out. de 1907
Nicaragua . . .	Consul Geral . . .	R. J. Kinsman Benjamin. . .	Rio de Janeiro	31 de out. de 1899

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Noruega . . .	Vice-Consul . . .	Manoel José do Conde . .	Bahia . . .	15 de out. de 1906
	Idem	Augustine Beverly Wilson .	Belém . . .	22 de nov. de 1910
	Idem	Adrien Seligmann	Fortaleza . .	6 de fev. de 1907
	Idem	Carl Josias Cornils Leisner	Florianopolis .	22 de abril de 1911
	Idem	Oscar Jensen	Maceió . . .	6 de fev. de 1907
	Idem	Marius Petersen Lauritzen .	Parahyba . .	31 de ag. de 1911
	Idem	Antonio Moritz	Paranaguá . .	14 de nov. de 1911
	Idem	Waldemar Bromberg . . .	Porto Alegre .	6 de fev. de 1907
	Idem	Anton Richard Ludvig Om- mundsen	Recife . . .	15 de out. de 1906
	Idem	Wilhelm Theodor Gottfried Heidmann	Rio Grande . .	6 de fev. de 1907
	Consul Geral . . .	Erik Colban	Rio de Janeiro	3 de nov. de 1911
	Consul	Erik Arentz	Idem	
	Vice-Consul . . .	Carl Adolph Albert Kemnitz	Santos . . .	6 de fev. de 1907
	Idem	José Pedro Ribeiro	S. Luiz . . .	6 de fev. de 1907
Paizes-Baixos . .	Consul honorário . .	Manoel José do Conde Junior	Bahia . . .	20 de jun. de 1891
	Idem	Franz Berringer	Belém . . .	25 de maio de 1911
	Idem	W. Schack	Curitiba . .	18 de mar. de 1909
	Idem	Carlos Hoepcke Junior . .	Florianopolis .	18 de mar. de 1899
	Idem	Joaquim Costa e Souza . .	Fortaleza . .	28 de mar. de 1901
	Idem	H. F. Söhsten	Maceió . . .	6 de set. de 1899
	Idem	L. Nelson	Natal . . .	20 de jun. de 1891
	Idem	W. Krönke	Parahyba . .	14 de maio de 1903
	Enc. do Consulado	Gustav Möllmann	Idem	
	Consul honorário . .	Emil Petersen	Porto Alegre .	22 de jan. de 1906
	Idem	J. von Söhsten	Recife . . .	19 de jan. de 1901
	Idem	Joaquim Martins Garcia . .	Rio Grande . .	30 de maio de 1885
	Idem	R. J. Schoenn	Rio de Janeiro	7 de ag. de 1908
	Vice-Consul honora- rio	Henrique Frederico Palm .	Idem	10 de set. de 1908
	Idem	Luiz Jauckens	Santos . . .	5 de ag. de 1899
	Consul honorário . .	João Pedro Collares Moreira	S. Luiz . . .	20 de nov. de 1909
	Idem	J. C. A. F. Zerrenner . . .	S. Paulo . . .	20 de jun. de 1891
	Idem	J. Zinzen	Victoria . . .	25 de jul. de 1894
Panamá . . .	Consul	Theodoro de Langgaard Me- nezes	Rio de Janeiro	18 de mar. de 1909
	Idem	Samuel Augusto das Neves	S. Paulo . . .	18 de mar. de 1909
Paraguay . . .	Consul Geral . . .	Eduardo Peña	Corumbá . . .	25 de maio de 1911

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Paraguay . . .	Vice-Consul . . .	Benigno R. Rojas. . . .	Corumbá . .	29 de nov. de 1911
	Consul	Clemente Castello Branco	Rio de Janeiro	20 de set. de 1900
Persia	Consul Geral . . .	Carl Heins	Rio de Janeiro	7 de dez. de 1903
	Vice-Consul, Enc. de Consulado Geral	Peter Trinks.	Idem	11 de mar. de 1905
Perú	Consul	José M. Navarro	Belém	13 de ag. de 1908
	Enc. do Consulado	Carlos Lopez Larrañaga.	Idem	
	Consul	Minervino Abreu	Fortaleza . .	14 de nov. de 1910
	Consul Geral . . .	D. Carlos Rey de Castro.	Manáos . . .	26 de dez. de 1905
	Vice-Consul . . .	Luiz Pinto Guimarães. .	Porto Alegre.	5 de jun. de 1902
	Consul	Joaquim Rodrigues da Costa Magalhães.	Recife	14 de nov. de 1910
	Consul Geral . . .	Othon Leonardos Junior.	Rio de Janeiro	5 de nov. de 1906
	Consul	Cunegundes Machado. .	Teffé	13 de mar. de 1912
Portugal	Vice-Consul honora-rio	Manoel José Gomes . . .	Amparo. . . .	30 de set. de 1902
	Idem	Antonio José da Silva Cardoso.	Aracajú. . . .	11 de fev. de 1887
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Joaquim Rodrigues de Almeida	Araraquara. .	
	Vice-Consul honora-rio	Antonio Nunes Ribeiro Magalhães.	Bagé.	11 de fev. de 1889
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Antonio Augusto Ferreira Moraes	Idem	
	Consul	Eduardo Candido dos Reis	Bahia	25 de maio de 1911
	Vice-Consul honora-rio	Antonio José Lomba de Abreu	Pananal. . . .	8 de nov. de 1905
	Idem	José Augusto da Costa Ferreira.	Barbacena . .	18 de mar. de 1911
	Consul	José Theodoro Dias Soares	Belém	29 de nov. de 1911
	Vice-Consul honora-rio	Alvaro José dos Santos.	Bello Horizonte. .	25 de abril de 1912
	Idem	Daniel C. M. Jordão da Rocha Peixoto	Botucatu . . .	14 de out. de 1905
	Idem	Joaquim da Silva Gallo.	Cabo Frio . . .	21 de out. de 1905
	Idem	José Pereira de Andrada.	Campinas . . .	26 de nov. de 1890
	Idem	Eustachio Adolpho Cavalleiro.	Campos. . . .	28 de fev. de 1912
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Abilio dos Santos Mattos.	Casa Branca .	
	Vice-Consul honora-rio	Antonio Joaquim Ferreira Guimarães.	Caxias	12 de out. de 1886

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Portugal.	Enc. do Vice-Cons. ^o	Gonçalo Christovão . . .	Corumbá . . .	
	Agente Consular inte- rino	José Gaspar Rodrigues Pi- canço	Cururupú . . .	
	Vice-Consul honora- rio	Manoel Rodrigues Palma .	Cuyabá. . .	13 de dez. de 1906
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Eduardo Otto Horn . . .	Florianopolis . . .	
	Vice-Consul honora- rio	João de Pontes Medeiros. .	Fortaleza . . .	21 de jan. de 1910
	Idem	Antonio Gouvêa da Silva. .	Granja . . .	24 de jul. de 1906
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Zacharias Augusto Teixeira	Iguape . . .	
	Vice-Consul honora- rio	José Joaquim Affonso Antu- nes	Itaocatiara . . .	17 de ag. de 1909
	Enc. do Vice-Cons. ^o	João Julio de Souza. . .	Jaboticabal. . .	
	Vice-Consul honora- rio	Gabriel Tavares Leite . . .	Jaguarão. . .	2 de set. de 1899
	Enc. do Vice-Cons. ^o	José de Campos Serafino. .	Juiz de Fôra . . .	
	Idem	Francisco de Assis Pinheiro Junior	Leopoldina. . .	
	Vice-Consul honora- rio	Antonio da Costa Motta. .	Macahé. . .	31 de jan. de 1912
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Manoel Affonso Vianna. .	Maceió. . .	
	Consul	Arnaldo da Fonseca . . .	Manáos . . .	21 de jun. de 1911
	Vice-Consul honora- rio	Francisco Gomes Valle Mi- randa	Natal . . .	4 de jan. de 1908
	Idem	Francisco Rodrigues da Cruz	Nittheroy . . .	30 de set. de 1904
	Idem	Victorino Antonio Dias. .	Ouro Preto . .	21 de jun. de 1906
	Agente Consular inte- rino	Joaquim José Tinoco. . .	Parahyba de Sul	
	Vice-Consul honora- rio	Joaquim Soares Gomes . .	Paranaguá. . .	20 de abril de 1880
	Idem	Joaquim Antonio des San- tos	Parnahyba. . .	10 de ag. de 1905
	Idem	Joaquim Eleuterio de Al- meida Pires	Pelotas. . .	6 de mar. de 1903
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Antonio Maria Ferreira . .	Idem . . .	
	Vice-Consul honora- rio	Galdino Ferreira da Costa	Petropolis . . .	16 de jan. de 1908
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Geraldo Lopes dos Santos	Piracicaba. . .	
	Vice-Consul honora- rio	Domingos José Martins . .	Pirassununga .	14 de out. de 1905
	Consul	Carlos Affonseca de Sam- payo Garrido.	Porto Alegre . .	25 de maio de 1911
	Idem	José Augusto Ribeiro de Mello	Recife . . .	13 de out. de 1911
	Chanceller	Antonio Rodrigues Nogueira Lima	Idem . . .	
	Vice-Consul	Lucrecio de Oliveira Leit.	Rio Grande . . .	

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Portugal.	Consul Geral . . .	Fernão Botto Machado.	Rio de Janeiro	10 de abril de 1912
	Vice-Consul honora- rio	Felippe de Sousa Belford.	Idem . . .	13 de jun. de 1910
	Agente Consular inte- rino	José Augusto de Albuquer- que	Santa Luzia de Caran- gola	
	Idem	Manoel Amorim Brenha.	Santa Rita do Paraíso	
	Vice-Consul honora- rio	Gregorio Teixeira de Araujo	Santa Victoria do Palmar	6 de jul. de 1901
	Idem	Vasco Martins Morgado.	Santos . . .	19 de abril de 1911
	Idem	Manoel Gomes de Mattos .	S. Carlos do Pinhal . . .	10 de abril de 1905
	Idem	Joaquim José Gonçalves Maia	S. Fidelis . .	11 de jul. de 1908
	Agente Consular inte- rino	Silvestre Pinto Caldeira.	S. João d'El- Rey	
	Consul honorario . .	Manoel Fran Pacheco. . .	S. Luiz. . .	30 de set. de 1911
	Vice-Consul honora- rio	João Alves dos Santos . .	Idem . . .	25 de jun. de 1910
	Consul	Francisco Paulino d'Oliveira	S. Paulo . .	31 de jul. de 1911
	Vice-Consul honora- rio	José Rodrigues Moreira.	S. Paulo de Muriahé. . .	5 de fev. de 1906
	Agente Consular inte- rino	Alfredo de Castro. . . .	Sorocaba	
	Vice-Consul honora- rio	Luiz Moreira da Silva. . .	Taubaté . . .	10 de out. de 1910
	Idem	Ricardo José Teixeira. . .	Therezina . .	21 de jun. de 1881
	Idem	Manoel Evaristo Pessoa.	Victoria . . .	14 de abril de 1896
Russia	Vice-Consul	Mathias Henry Schroeder.	Bahia	15 de jun. de 1903
	Idem	José de Miranda Pombo.	Belem	25 de jan. de 1912
	Idem	Arthur Hass.	Bello Hori- zonte.	24 de dez. de 1908
	Idem	Luiz Lara da Fontoura Pal- meira	Porto Alegre.	26 de ag. de 1889
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Pedro Benjamin de Oliveira	Idem	
	Vice-Consul	W. Gildemeister	Recife	16 de fev. de 1901
	Idem	Eduard Ventz	Rio de Janeiro	26 de set. de 1905
	Enc. do Consulado	Theodore Ptaschnik . . .	Idem	
	Vice-Consul	Carlos Engelhardt. . . .	Rio Grande .	19 de abril de 1911
	Consul	Alberto Kemnitz	Santos	19 de mar. de 1907
	Vice-Consul	José Francisco Jorge . . .	S. Luiz. . . .	27 de dez. de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAÍSES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Salvador . . .	Consul Geral . . .	Dr. Sixto A. Padilha. . .	Rio de Janeiro	19 de abril de 1911
	Enc. do Consulado Geral	Dr. Felix Locarni. . . .	Idem	
Suécia	Vice-Consul	John Diedrick Brussell . .	Bahia	25 de mar. de 1908
	Idem	Hermann Schiele	Belém	28 de mar. de 1908
	Idem	João Paetzel	Porto Alegre. . . .	4 de jan. de 1908
	Idem	C. Woermke.	Recife	31 de ag. de 1909
	Enc. do Vice-Cons. ^o Geral	Heidtmann	Rio Grande	
	Vice-Consul	Julius Schrader	Rio de Janeiro	
	Idem	Roberto A. Sandall	Santos	11 de jan. de 1908
	Idem	Emilio José Lisboa. . . .	S. Luiz. . . .	3 de fev. de 1908
	Idem	Alberto Löfgren	S. Paulo	30 de jun. de 1911
Suissa	Consul	Emil Wilberger.	Bahia	15 de fev. de 1906
	Idem	Frédéric Hartje	Belém	27 de maio de 1906
	Enc. do Consulado Geral	Carl Schumann	Idem	
	Consul	René Louis Hausheer	Recife	16 de nov. de 1911
	Idem	Fritz Luchsinger	Rio Grande	7 de mar. de 1888
	Vice-Consul	Rodolfo Dietiker.	Idem	21 de ag. de 1902
	Consul Geral	Alberto Gertsch	Rio de Janeiro	16 de jan. de 1908
	Consul	Achilles Isella	S. Paulo	16 de abril de 1908
Turquia	Consul interino. . . .	Othon Leonardos Junior. . .	Rio de Janeiro	
	Consul Geral	Munir Sureya Bey.	S. Paulo	30 de out. de 1910
Uruguay	Vice-Consul	Erasmus Ribeiro Vianna. . .	Antonina	25 de jan. de 1905
	Consul	José de Barros Pimentel Filho	Aracajú	6 de abril de 1877
	Idem	Cassildo Carrión	Bagé.	26 de abril de 1884
	Enc. do Consulado Geral	Augustin J. Fernandez . . .	Idem	
	Vice-Consul	Joaquim da Costa Freitas. . .	Bahia	14 de maio de 1904
	Consul	Carlos Baptista Noronha da Motta	Belém	31 de jul. de 1911
	Vice-Consul	Fortunato Alves de Souza Junior	Idem	23 de out. de 1903
	Idem	Teobaldo Carámbula	D. Pedrito	9 de maio de 1907
	Consul	Juan M. Vallejo, hijo. . . .	Corumbá	31 de mar. de 1910
	Consul	Roberto de las Carreras. . .	Curityba	6 de jun. de 1907
	Enc. do Consulado Geral	Martinho José Callado e Silva	Florianopolis	

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Uruguay . . .	Consul	João Antonio Coelho. . .	Fortaleza . . .	31 de out. de 1876
	Enc. do Vice-Cons. ^o	Hugo von Frankenberg Ludwigsdorff	Imbituba	
	Vice-Consul . . .	Hans Asseburg	Itajahy	14 de maio de 1904
	Consul	Rafael Alvarez	Jaguarão	14 de maio de 1904
	Vice-Consul . . .	Francisco Leite da Silva. .	Manãos	7 de nov. de 1895
	Consul	Frederico Torres	Pelotas.	21 de fev. de 1912
	Idem	Felisberto Barcellos Ferreira de Azevedo	Porto Alegre. . .	31 de ag. de 1910
	Vice-Consul . . .	Carlos M. Schmitz.	Porto Murtinho	28 de jun. de 1911
	Idem	Antonio Serrano, hijo. . .	Quarahy	29 de jul. de 1909
	Consul	Nemesio M. Sanz.	Recife	12 de nov. de 1906
	Idem	Simon Alcina y Alvarez. .	Rio Grande . . .	13 de jun. de 1898
	Enc. do Consulado	Edmundo P. da Silva. . .	Idem	
	Consul Geral . . .	Manuel Bernardez	Rio de Janeiro	17 de mar. de 1910
	Vice-Consul . . .	Erico A. Peña.	Idem	20 de out. de 1906
	Consul	Gabriel Vasquez	Sant'Anna do Livramento . .	31 de mar. de 1907
	Enc. do Consulado	Gabriel Vasquez Reissig. .	Idem.	
	Consul	Aurelio Susini y Nunes. .	Santa Victoria do Palmar .	31 de maio de 1896
	Idem	José Rodrigues Milhomens, hijo.	Santos	6 de maio de 1907
	Vice-Consul . . .	José Antonio de Oliveira. .	São Francisco do Sul . .	20 de fev. de 1904
	Consul	Julio Nicolas Herrera. . .	S. Gabriel.	23 de ag. de 1911
	Consul interino. .	Joaquim Francisco Vinhas Junior	S. Luiz.	
	Consul	José Rodrigues Milhomens .	S. Paulo	13 de mar. de 1893
	Idem.	Augustin Bergallo	Uruguayana . . .	11 de abril de 1904
Venezuela . . .	Consul Geral . . .	Luiz F. Calvani.	Manãos	25 de dez. de 1911
	Idem	Ernesto Senna	Rio de Janeiro	31 de jul. de 1905

3.^a Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1912.

O Director,
LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO.

ANNEXO C

Leis, Decretos e Circulares

N. 1

LEIS

No periodo de 1.º de janeiro a 30 de abril do corrente anno não foi expedida lei alguma.

N. 2

DECRETOS

Decreto n. 9.319 == de 12 de janeiro de 1912

Publica a adhesão da Colonia do Congo Belga á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Colonia do Congo Belga á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo, de 22 de Julho de 1875, segundo communicou a Legação de Portugal ao Ministerio das Relações Exteriores em nota de 18 de Novembro ultimo, cuja cópia official a este acompanha

Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Rio-Branco.

Cópia. — Legação de Portugal. — Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1911. — N. 120. — Illmo. e Exmo. Sr. — Communica-me o meu Governo que a Legação da Belgica em Lisboa, em nota de 29 de setembro ultimo, lhe participará a adhesão da Colonia do Congo Belga á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo, devendo essa adhesão começar a surtir effeito a partir de 1.º de janeiro de 1912.

O Congo Belga deverá ser inscripto na 6.^a classe dos paizes adherentes.

As taxas terminaes e de transito pelas vias telegraphicas da colonia belga são respectivamente de franco 0,30 e 0,20 por palavra para os telegrammas ordinarios e de franco 0,15 e 0,10 para os telegrammas da imprensa.

Em conformidade com as disposições do art. 18 da dita Convenção e sob recommendação do meu Governo, tenho a honra de levar a communicação supra ao conhecimento de V. Ex.

Aproveito esta occasião para reiterar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração.

DOMINGOS LOPES FIDALGO.

Illmo. e Exmo. Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro das Relações Exteriores.

Decreto n. 9.340 == de 17 de janeiro de 1912

Publica a adhesão do Mexico ao Accôrdo assignado em Roma em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Mexico ao Accôrdo assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica, conforme communicou a Legação de Italia ao Ministerio das Relações Exteriores em nota de 5 de janeiro corrente, cuja traducção official a este acompanha.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1912, 91.^o da Independencia e 24.^o da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.
Rio-Branco.

TRADUCÇÃO. — R. Legação de Italia no Brasil. — N. 7/I. — Petropolis, 5 de janeiro de 1912. — Sr. Ministro. — De ordem do meu Governo, tenho a honra de communicar a V. Ex. que a Republica do Mexico adheriu ao Accôrdo Internacional assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907 para a creação de uma Repar-

tução Internacional de Hygiene Publica, inscrevendo-se na primeira categoria.

Queira acceitar, Sr. Ministro, os protestos da minha mais alta consideração.

ROMANO AVEZZANA.

A Sua Excellencia o Sr. Barão do Rio-Branco, Ministro das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro.

Decreto n. 9.363 == de 7 de fevereiro de 1912

Crêa o logar de Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48 n. 1 da Constituição Federal e em cumprimento do art. 14, paragrapho unico, da lei n. 2.544, de 4 de janeiro do corrente anno, decreta :

Art. 1.º E' creado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores o cargo de Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, funcionario de livre escolha do Governo, que será o chefe e director permanente de todos os serviços administrativos da competencia do ministro e auxiliar politico deste, a quem representará por delegação ou substituirá em todos os impedimentos e faltas temporarias.

Art. 2.º Essas funcções poderão ser exercidas por qualquer membro do Corpo Diplomatico que tenha a categoria de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario e que nesse caso conservará, com o seu logar no quadro, todos os direitos e regalias inherentes á sua categoria.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Rivadavia da Cunha Corrêa.

Decreto n. 9.369 == de 21 de fevereiro de 1912

Publica a adesão da Belgica pela Colonia do Congo á Convenção Internacional Radiotelegraphica assignada em Berlim, a 3 de novembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão da Belgica pela Colonia do Congo á Convenção Internacional Radiotelegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 e ao Accôrdo adicional, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 1912, conforme communicou a Legação da Allemanha ao Ministerio das Relações Exteriores na parte final da nota n. 1.689, de 23 de dezembro ultimo, cuja traducção official a este acompanha.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

TRADUCÇÃO. — Imperial Legação Allemã no Brasil. — J. N. 1.689. — Petropolis, 23 de dezembro de 1911.

Sr. Ministro : — Com referencia á nota desta imperial legação, datada de 30 de junho de 1908 — J. N. 912 — tenho a honra de communicar a V. Ex., de ordem do meu Governo, que a carta de ratificação do Governo Persa, concernente á Convenção Internacional Radiotelegraphica concluida em Berlim aos 3 de novembro de 1906, chegou finalmente a Berlim tendo sido archivada pelo Governo Imperial.

Por essa occasião foi verificado ter o Governo Persa tambem ratificado o Accôrdo adicional que o seu delegado deixou de assignar no devido tempo.

A Persia, portanto, adheriu agora a essa Convenção.

Finalmente, a Belgica adheriu pela sua Colonia do Congo á Convenção Radiotelegraphica e ao Accôrdo adicional, devendo vigorar a partir de 1 de janeiro de 1912.

Queira acceitar, Sr. Ministro, tambem por essa occasião os protestos da minha mui distincta consideração.

MICHAHELLES.

A S. Ex. o Sr. Dr. Paranhos do Rio-Branco, Ministro das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro.

Decreto n. 9.370 == de 21 de fevereiro de 1912

Publica a adhesão dos Protectorados britannicos das ilhas Gilbert e Ellice e das ilhas Salomão á Convenção Postal Universal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão dos Protectorados britannicos das ilhas Gilbert e Ellice e das ilhas Salomão á Convenção Postal Universal, segundo communicação da Legação Suissa ao Ministerio das Relações Exteriores, em nota de 2 de outubro do anno proximo findo, cuja traducção official a este acompanha.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

TRADUCÇÃO. — Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1911. — Senhor Ministro. — Por nota datada de 21 de julho ultimo e rectificada parcialmente por uma nota subsequente datada de 28 de agosto, a Legação da Grã-Bretanha em Berna notificou ao Alto Conselho Federal Suisso, em nome de seu Governo, a adhesão, a partir de 1 de outubro de 1911, dos Protectorados britannicos das ilhas Gilbert e Ellice e das ilhas Salomão á Convenção Postal Universal assignada em Roma, em 26 de maio de 1906.

De ordem do meu Governo e em obediencia ao art. 24, § 2.º da dita Convenção, tenho a honra de notificar essa adhesão a V. Ex. pela presente carta, á qual junto uma cópia textual de cada uma das notas precitadas.

Os equivalentes segundo os quaes os Protectorados britannicos das ilhas Gilbert e Ellice e das ilhas Salomão perceberão suas taxas estão fixados como se segue, a saber :

2 1/2 pence por 25 centimos.

1 1/2 pence por 15 centimos.

1 penny por 10 centimos.

1/2 penny por 5 centimos.

O Conselho Federal Suisso ainda está em correspondencia com a Legação da Grã-Bretanha em Berna sobre a regulamentação da questão de saber si, no que concerne á contribuição para as

despezas da Secretaria Internacional da União Postal Universal, os Protectorados citados devem ser considerados como fazendo parte da Confederação Australiana ou do conjunto das outras colonias e protectorados britannicos (art. XXXVIII, § 5, 1.^a classe, do Regulamento de execução da Convenção Postal Universal).

Logo que estiver informado sobre esse ponto, o Conselho Federal convidará a Secretaria Internacional da União Postal Universal a fazer as communicações necessarias ás administrações postaes dos paizes contractantes.

Aproveito esta occasião para apresentar-vos, Senhor Ministro, as novas seguranças da minha alta estima e da minha mais distincta consideração.

O Encarregado de Negocios da Suissa

A. GERTSCH.

A S. Ex. o Senhor Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

*

TRADUÇÃO. — Berna, 21 de julho de 1911. — Cópia. — Senhor Presidente. — Tenho a honra de informar a V. Ex., de accôrdo com as instrucções que recebi do Principal Secretario de Estado de Sua Magestade para os Negocios Estrangeiros, que as Administrações dos Protectorados das ilhas Gilbert e Ellice e do Protectorado das ilhas Salomão manifestaram o desejo de adherir, a partir de 1 de outubro futuro, á Convenção Principal da União Postal.

Os equivalentes nos dous Protectorados das taxas-tipo da União Postal serão as mesmas que no Reino Unido, isto é :

2 1/2 d. 25 centimos.

1 d. 10 »

1/2 d. 5 »

As taxas impostas nos Protectorados sobre a correspondencia dirigida a outros logares da União Postal serão as mesmas adoptadas na Federação Australiana, isto é :

Para as cartas :

Taxas

- | | |
|---|------------------------------|
| a) dirigidas a logares para onde o porte é de um penny (incluidos no Imperial Penny Postage Scheme) | 1 d. por $\frac{1}{2}$ onça. |
| b) dirigidas a outros logares | 2 $\frac{1}{2}$ d. por onça. |

Cartões postaes :

- | | |
|--|---|
| 1) dirigidos a logares para onde o porte é de um penny (incluidos no Imperial Penny Postage Scheme). | |
| a) simples | 1 d. |
| b) com resposta | 2 d. |
| 2) dirigidos a outros logares. | |
| a) simples | 1 $\frac{1}{2}$ d. (incluida a sobre-taxa maritima de $\frac{1}{2}$ d.) |
| b) com resposta | 3 d. |

Impressos e amostras — 1 d. por 2 onças (incluindo a sobre-taxa maritima de $\frac{1}{2}$ d. por 2 onças. Os jornaes não estão sujeitos á sobre-taxa maritima, mas ficam sujeitos á taxa minima de 1 d.)

A taxa de registro será de 3 d. e a de aviso de entrega de 2 $\frac{1}{2}$. A taxa de pedido de informações relativas a objectos registrados, quando o aviso de entrega não houver sido pago previamente, será de 2 $\frac{1}{2}$ d.

Não são admittidas cartas expressas e as repartições postaes dos Protectorados não acceitam responsabilidades em casos de « força maior ».

As repartições postaes dos Protectorados estão preparadas para attender a pedidos de retirada de correspondencia ou modificação de endereços. Esses pedidos e tambem as informações relativas ao destino de objectos ordinarios ou registrados devem ser dirigidos ao The Chief Postmaster Ocean Island, quanto aos Protectorados das ilhas Gilbert e Ellice e ao The Chief Postmaster

Tugali, quanto ao Protectorado das ilhas Salomão. As repartições postaes dos Protectorados executarão o serviço de sellos-resposta.

As medidas especificadas no art. 18 da Convenção Principal com relação aos casos de uso de sellos falsos não são previstas pela legislação dos Protectorados. As disposições do art. 32 da Convenção serão applicadas a esses casos.

As taxas reduzidas, applicadas nos Protectorados por disposições especiaes em virtude dos arts. 20 e 21 da Convenção Principal, serão as mesmas das adoptadas na Confederação Australiana.

Não são mantidas relações directas pelos Protectorados com as administrações que não façam parte da União Postal.

Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, etc.

ESME HOWARD.

Por cópia conforme.

O chancellor da Confederação

SCHATZMANN.

*

Cópia. — Berna, 28 de agosto de 1911. — Sr. Presidente. — Com referencia á comunicação a mim dirigida, em 3 do corrente, pelo Sr. Vice-Presidente Forrer, mostrando um engano que se encontra em minha nota de 21 de julho ultimo a respeito da accessão das ilhas Gilbert e Ellice e das ilhas Salomão á União Postal Universal, estou autorizado pelo Principal Secretario de Estado para os Negocios Estrangeiros de Sua Majestade, a expressar a V. Ex. o pezar pelo engano occorrido e que teve origem na carta da Repartição Postal de Sua Majestade.

Dizia-se na minha nota acima referida que « As medidas especificadas no art. 18 da Convenção Principal com relação aos casos de uso de sellos falsos não estão previstas pela legislação nos Protectorados. As disposições do art. XXXII da Convenção serão applicadas a esses casos ».

Agora tenho a honra de pedir que, na ultima phrase, em vez das palavras « Artigo XXXII da Convenção ». V. Ex. tenha a

bondade de ler « Artigo XXXII do Regulamento para a execução da Convenção ».

Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

ESME HOWARD.

A S. Ex. o Sr. Ruchet, Presidente da Confederação Suissa.

Por cópia conforme.

O chanceller da Confederação

SCHATZMANN.

Decreto n. 9.387 == de 28 de fevereiro de 1912

Publica a adesão da Republica do Salvador á Convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão da Republica do Salvador á Convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha, conforme communicou a Legação Suissa ao Ministerio das Relações Exteriores, em nota de 13 de novembro ultimo, cuja traducção official a este acompanha.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

TRADUCÇÃO. — Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1911. — Senhor Ministro. — De ordem do meu Governo, tenho a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 28 de setembro de 1911, o Ministerio das Relações Exteriores do Salvador notificou ao Alto Conselho Federal Suisso a adesão daquella Republica á Convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

Tendo a Republica do Salvador adherido, em 30 de dezembro de 1874, á Convenção de Genebra de 22 de agosto de 1864, sua adhesão á nova Convenção de 6 de julho de 1906 produz immediatamente seus effeitos, nos termos do artigo 32 deste acto internacional.

Aproveito com prazer esta nova oportunidade para lhe reiterar, Sr. Ministro, as seguranças da minha alta estima e mais distincta consideração.

A. GERTSCH,
Encarregado de Negocios.

A Sua Excellencia o Sr. Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Decreto n. 9.388 == de 28 de fevereiro de 1912

Promulga a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a China, assignada em Peking a 3 de Agosto de 1909.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Tendo sancionado, pelo decreto n. 2.397, de 31 de dezembro de 1910, a Resolução do Congresso Nacional da mesma data que approvou a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a China assignada em Peking aos tres dias do mez de agosto de mil novecentos e nove, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações em Paris aos quatorze dias do mez de Dezembro de mil novecentos e onze,

Decreta que a mesma Convenção seja excutada e cumprida tão inteiramente como nella se contem.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.
Lauro Müller.

O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e a China, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluida e assignada na cidade de Peking aos tres dias do mez de agosto de mil novecentos e nove a Convenção de Arbitramento do teor seguinte :

Convenção de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a China.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e Sua Magestade o Imperador da China, desejando concluir uma Convenção de Arbitramento em conformidade com os principios enunciados nos artigos 15 a 19 e 21 da Convenção para o concerto pacifico dos conflictos internacionais, assignada na Haya aos 29 de Julho de 1899, e nos artigos 37 a 40 e artigo 42 da que, com o mesmo objecto, foi tambem assignada na Haya aos 18 de Outubro de 1907, nomearam por seus Plenipotenciarios, a saber :

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil nomeou o Senhor M. C. Gonçalves Pereira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na China ;

Sua Magestade o Imperador da China nomeou o Senhor Lien-Fang, Vice-Presidente do Wai-Wu-Pu ; e

Convention d'Arbitrage entre les Etats Unis du Brésil et la Chine.

Le Président des Etats Unis du Brésil et Sa Majesté l'Empereur de Chine, désirant conclure une Convention d'Arbitrage en application des principes énoncés dans les articles 15 à 19 et 21 de la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux, signée à La Haye le 29 Juillet 1899, et des articles 37 à 40 et 42 de la Convention signée à la même ville de La Haye le 18 Octobre 1907, ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir :

Le Président des Etats Unis du Brésil, Monsieur M. C. Gonçalves Pereira, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire en Chine ;

Sa Majesté l'Empereur de Chine, Monsieur Lien-Fang, Vice-Président du Wai-Wu-Pu ;

Os quaes, devidamente autorisados convieram nos artigos seguintes :

ARTIGO I

Os desaccordos de ordem juridica ou relativos á interpretação de tratados existentes entre as duas Altas Partes Contractantes, que occurram entre Ellas e não tenham podido resolver-se por via diplomatica, serão submettidos ao Tribunal Permanente de Arbitramento instituido na Haya em virtude da Convenção de 29 de julho de 1899, comtanto, porém, que não entendam com os interesses vitaes, a independencia ou a honra dos Estados Contractantes e não collidam com interesses de outra Potencia ; e ficando, além disso, assentado que, se uma das duas Partes o preferir, qualquer arbitramento resultante da presente Convenção será deferido a um Chefe de Estado, a um Governo amigo ou a um ou mais Arbitros escolhidos fóra das listas do Tribunal da Haya.

ARTIGO II

Em cada caso particular antes de recorrerem ao Tribunal Permanente da Haya, a outros Arbitros ou a um só

Lesquels, dûment autorisés, sont convenus des articles suivants :

ARTICLE I

Les différends d'ordre juridique ou relatifs à l'interprétation des traités existant entre les deux Hautes Parties Contractantes qui viendraient à se produire entre Elles, et qui n'auraient pu être réglées par la voie diplomatique seront soumis à la Cour Permanente d'Arbitrage établie, par la Convention du 29 Juillet 1899, à La Haye, à la condition, toutefois, qu'ils ne mettent en cause ni les intérêts vitaux, ni l'indépendance ou l'honneur des Etats Contractants et qu'ils ne touchent pas aux intérêts de tierces Puissances, étant, en outre, entendu que, si l'une des deux Parties Contractantes le préfère, tout arbitrage résultant de la présente Convention sera soumis à un Chef d'Etat, à un Gouvernement ami, ou à un ou plusieurs Arbitres choisis en dehors des listes du Tribunal de La Haye.

ARTICLE II

Dans chaque cas particulier, les Hautes Parties Contractantes avant de s'adresser à la Cour Permanente de La Haye.

Arbitro, as Altas Partes Contractantes firmarão um compromisso especial determinando claramente o objecto do litigio, a extensão dos poderes do Arbitro ou Arbitros e as condições que hajam de ser observadas no tocante aos prazos para a constituição do Tribunal Arbitral ou para a escolha do Arbitro ou Arbitros, assim como aos tramites do processo.

Fica entendido que, no que concerne os Estados Unidos do Brasil, os compromissos especiaes de que se trata serão feitos pelo Presidente da Republica com o consentimento do Congresso Nacional e, no que concerne o Imperio da China, pelo Imperador, na fórmula e com as condições que Elle julgar necessarias ou convenientes.

ARTIGO III

A presente Convenção vigorará por espaço de cinco annos contados do dia da troca das ratificações. Se não fôr denunciada seis mezes antes do vencimento, continuará em vigor durante um novo periodo de cinco annos e assim successivamente

à d'autres Arbitres ou à un seul Arbitre, signeront un compromis spécial déterminant nettement l'objet du litige, l'étendue des pouvoirs de l'Arbitre ou des Arbitres, et les conditions à observer en ce qui concerne les délais pour la constitution du Tribunal Arbitral ou le choix de l'Arbitre ou des Arbitres, ainsi que les règles de la procédure.

Il est entendu que, pour ce qui concerne les Etats Unis du Brésil, les compromis spéciaux dont il s'agit seront faits par le Président de la République avec le consentement du Congrès National et, pour ce qui concerne l'Empire de Chine par l'Empereur, dans les formes et aux conditions qu'Il jugera nécessaires ou convenables.

ARTICLE III

La présente Convention est conclue pour une durée de cinq années à partir du jour de l'échange des ratifications. Si elle n'est pas dénoncée six mois avant l'expiration de ce terme, elle continuera à rester en vigueur pendant une nouvelle période de cinq années, et il en sera de même successivement.

ARTIGO IV

Preenchidas as formalidades legais nos dois paizes, será a presente Convenção ratificada e as ratificações trocadas no Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

A presente Convenção foi redigida nas tres linguas portugueza, chineza e franceza (*). Foram feitos por esta fórma quatro exemplares. Em caso de divergencia de interpretação o texto francez decidirá.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos a presente Convenção appondo nella os nossos sellos.

Feito em Peking no decimo oitavo dia da sexta lua do primeiro anno de Hsueng-Tung, correspondendo ao terceiro dia do mez de Agosto de mil novecentos e nove.

M. C. GONÇALVES PEREIRA.

(L. S.)

(Sello e assignatura em caracteres chinezes).

ARTICLE IV

La présente Convention sera ratifiée après l'accomplissement des formalités légales dans les deux pays, et les ratifications en seront échangées à Rio de Janeiro aussitôt que faire se pourra.

La présente Convention a été rédigée dans les trois langues portugaise, chinoise et française (*). Quatre exemplaires en ont été préparés. En cas de contestation le texte français seul fera foi.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessus nommés, ont signé la présente Convention et y ont apposé leurs cachets.

Fait à Peking le dix-huitième jour de la sixième lune de la première année de Hsueng-Tung, correspondant au troisième jour du mois d'Août de mil neuf cent neuf.

M. C. GONÇALVES PEREIRA.

(L. S.)

(Sello e assignatura em caracteres chinezes.)

(*) Deixa de ser publicado o texto na lingua chineza, por falta dos respectivos caracteres.

E tendo sido a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, approvada pelo Congresso Nacional, a confirmo e ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa para produzir os seus devidos effectos, promettendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos tres dias do mez de fevereiro de 1911, 90.º da Independencia e 23.º da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.
Rio-Branco.

Decreto n. 9.389 == de 28 de fevereiro de 1912

Promulga a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assignada em Petropolis a 11 de abril de 1909.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Tendo sancionado pelo Decreto n. 2.396, de 31 de Dezembro de 1910, a Resolução do Congresso Nacional da mesma data que approvou a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assignada em Petropolis aos onze dias do mez de abril de 1909, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na cidade do Mexico aos vinte e seis dias do mez de Dezembro de mil novecentos e onze,

Decreta que a mesma Convenção seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.
Lauro Müller.

O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluída e assignada na cidade de Petropolis, aos onze dias do mez de abril de mil novecentos e nove, a Convenção de Arbitramento do teor seguinte :

Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos.

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, desejando concluir uma Convenção de Arbitramento de accordo com os principios enunciados nos artigos 15 a 19 e 21 da Convenção para o concerto pacifico de conflictos internacionaes ajustada na Haya aos 29 de Julho de 1899, e nos artigos 37 a 40 e artigo 42 da que, com o mesmo objecto, foi tambem assignada na Haya aos 18 de Outubro de 1907, nomearam os seus Plenipotenciarios, a saber :

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Snr. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores ;
e

Convenio de Arbitraje entre los Estados Unidos Mexicanos y los Estados Unidos del Brasil.

El Presidente de los Estados Unidos Mexicanos y el Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, deseando concluir un Convenio de Arbitraje en conformidad con los principios enunciados en los artículos 15 á 19 y 21 del Convenio para el arreglo pacifico de conflictos internacionales ajustado en El Haya el 29 de Julio de 1899, y en los artículos 37 á 40 y 42 del que, con el mismo objeto, fué tambien firmado en El Haya el 18 de Octubre de 1907, han nombrado por sus Plenipotenciarios, á saber :

El Presidente de los Estados Unidos Mexicanos, al Señor Don Manuel Julian de Lizardi, su Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario cerca del Gobierno del Brasil ; y

O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, o Sr. Manoel Julian de Lizardi, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto ao Governo do Brasil ;

Os quaes, devidamente autorisados, convieram nos seguintes artigos :

ARTIGO I

Os desaccordos que occorrem entre as duas Altas Partes Contractantes sobre questões de character juridico ou relativas á interpretação de tratados em vigor, existentes ou que venham a existir entre ellas, e que não tenham podido resolver-se por via diplomatica, serão submettidos ao Tribunal Permanente de Arbitragem instituido na Haya em virtude da Convenção de 29 de Julho de 1899, comtanto, porém, que as referidas questões não entendam com os interesses vitaes, a independencia ou a honra de um ou outro dos Estados Contractantes, e não collidam com interesses de outro Estado ; ficando, além disso, assentado que, se uma das duas Partes o preferir, qualquer arbitramento motivado pelas questões a que se refere a presente Convenção se realisará perante um Chefe de Estado ou um Governo

El Presidente de los Estados Unidos del Brasil, al Señor Don José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores ;

Los cuales, debidamente autorizados, han convenido en los artículos siguientes :

ARTÍCULO I

Las diferencias que ocurrieren entre las dos Altas Partes Contratantes sobre cuestiones de carácter juridico ó relativas á la interpretación de tratados en vigor, existentes ó que puedan existir entre ambas, y que no haya sido posible arreglar por la via diplomatica, serán sometidas al Tribunal Permanente de Arbitraje establecido en El Haya en virtud del Convenio de 29 de Julio de 1899, siempre que y con tal que dichas cuestiones no afecten los intereses vitales, la independencia ó la honra de los Estados Contractantes y que no atañen los intereses de otro Estado ; quedando, además, entendido que, si una de las dos Partes lo prefriere, el arbitraje motivado por las cuestiones á que se refiere el presente Convenio se realizará ante un Jefe de Estado ó un Gobierno amigo ó ante uno ó más Arbitros sin limitación

amigo, ou perante um ou mais arbitros sem limitação aos que fazem parte das listas do precitado Tribunal Permanente da Haya.

ARTIGO II

Em cada caso particular, antes de recorrerem a algum Arbitro singular, ao Tribunal Permanente da Haya ou a outros Arbitros, as duas Altas Partes Contractantes assignarão um compromisso especial que claramente determine a materia do litigio, a extensão dos poderes do Arbitro ou Arbitros e as condições que hajam de ser observadas no tocante aos prazos para a constituição do Tribunal ou a escolha do Arbitro ou Arbitros, assim como aos tramites do processo arbitral.

Fica entendido que os ditos compromissos especiaes serão submettidos, nos dois paizes, ás formalidades requeridas por suas leis constitucionaes.

ARTIGO III

A presente Convenção é concluida para um periodo de cinco annos contados do dia da troca das ratificações. Se não fôr denunciada seis mezes antes do vencimento desse prazo, continuará em vigor

á los que forman parte de las listas del precitado Tribunal Permanente de El Haya.

ARTÍCULO II

En cada caso particular, antes de apelar á algum Arbitro singular, al Tribunal Permanente de El Haya ó á otros Arbitros, las dos Altas Partes Contratantes firmarán un compromiso especial que determine claramente la materia del litigio, el alcance de los poderes del Arbitro ó Arbitros y las condiciones que hayan de ser observadas en lo tocante á los plazos para la constitución del Tribunal, á la elección del Arbitro ó Arbitros, asi como á los tramites del procedimiento arbitral.

Queda entendido que dichos compromisos especiales serán sometidos en los dos países á las formalidades requeridas por sus leyes constitucionales.

ARTÍCULO III

Se concluye el presente Convenio por un periodo de cinco años á contar desde el día del canje de las ratificaciones. Si no fuere denunciado seis mezes antes de la terminación de ese plazo, continuará en vigor por

durante um novo periodo de cinco annos, e assim successivamente.

ARTIGO IV

Preenchidas as formalidades exigidas pelas leis constitucionaes em cada um dos dois paises, será esta Convenção ratificada e as ratificações trocadas na cidade do Mexico no mais breve prazo possivel.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente instrumento em dois exemplares, cada um em lingua portugueza e hespanhola, appondo nelles os nossos sellos, em Petropolis, aos onze dias do mez de Abril de mil novecentos e nove.

(L. S.) RIO-BRANCO.

(L. S.) M. J. DE LIZARDI.

un nuevo periodo de cinco años, y así sucesivamente.

ARTÍCULO IV

Cumplidas las formalidades exigidas por las leyes constitucionales en cada uno de los dos paises, el presente Convenio será ratificado, y las ratificaciones se canjearán en la ciudad de Mexico tan pronto como sea posible.

En fe de lo cual, nosotros, los Plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos el presente instrumento por duplicado, en lengua española y portuguesa, estampando en cada ejemplar nuestros sellos, en Petropolis, el dia once del mes de Abril de mil novecientos nueve.

(L. S.) M. J. DE LIZARDI.

(L. S.) RIO-BRANCO.

E tendo sido a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, approvada pelo Congresso Nacional, a confirmo e ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos quinze dias do mez de março de 1911, 90.º da Independencia e 23.º da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Rio-Branco.

Decreto n. 9.390 == de 28 de fevereiro de 1912

Promulga a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos de Venezuela, assignada em Caracas a 30 de abril de 1909.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Tendo sancionado pelo Decreto n. 2.396 de 31 de dezembro de 1910 a Resolução do Congresso Nacional da mesma data que approvou a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos de Venezuela, assignada em Caracas aos trinta dias do mez de abril de mil novecentos e nove, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na referida cidade de Caracas aos oito dias do mez de janeiro ultimo,

Decreta que a mesma Convenção seja executada e cumprida tão inteiramente com nella se contém.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos de Venezuela, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluida e assignada na cidade de Caracas, aos trinta dias do mez de abril de mil novecentos e nove, a Convenção de Arbitramento do teor seguinte :

Convenção de Arbitramento entre os
Estados Unidos do Brasil e os
Estados Unidos de Venezuela.

Convención de Arbitraje entre los
Estados Unidos del Brasil y los
Estados Unidos de Venezuela.

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e o Encarregado da Presidencia dos Estados Unidos de Venezuela desejando concluir uma Conven-

El Presidente de los Estados Unidos del Brasil y el Encargado de la Presidencia de los Estados Unidos de Venezuela, deseando ajustar una

ção de Arbitramento de accordo com os principios enunciados nos artigos de numeros XV a XIX e no artigo XXI da Convenção para o Concerto Pacifico dos Conflictos Internacionais assignada na Haya a 29 de Julho de 1899, authorizaram devidamente os abaixo assignados D. Luiz R. de Lorena Ferreira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos do Brasil nos Estados Unidos de Venezuela, e o Doutor Francisco González Guinán, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos de Venezuela, os quaes convieram nos seguintes artigos :

ARTIGO I

Os desaccordos que possam occorrer em questões de caracter juridico ou relativos á interpretação de Tratados existentes entre as duas Altas Partes Contractantes, e que não tenha sido possivel resolver por via diplomatica serão submettidos ao Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya, comtanto, porém, que não affectem os interesses vitales, a independencia ou a honra as duas Altas Partes Contractantes, ou ponham em causa interesses de terceiros.

Convención de Arbitraje de acuerdo con los principios enunciados en los artículos números XV á XIX y en el artículo XXI de la Convención para el Arreglo Pacifico de los Conflictos Internacionales, firmada en La Haya el 29 de julio de 1899, han autorizado debidamente á los infraescritos, Don Luiz R. de Lorena Ferreira, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil en los Estados Unidos de Venezuela y Doctor Francisco González Guinán, Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos de Venezuela, los cuales han convenido en los artículos siguientes :

ARTÍCULO I

Las diferencias que puedan ocurrir, en cuestiones de carácter jurídico ó relativas á la interpretación de los tratados existentes entre las dos Altas Partes Contratantes y que no haya sido posible resolver por vía diplomatica, serán sometidas al Tribunal Permanente de Arbitraje de La Haya, con tal que no afecten los intereses vitales, la independencia ó la honra de las dos Altas Partes Contratantes y que no perjudiquen intereses de tercero.

Fica além disso entendido que, se uma das duas Altas Partes Contractantes o preferir, qualquer arbitramento de que trata esta Convenção terá lugar perante o Chefe de um Estado amigo ou arbitros escolhidos sem limitação ás listas do referido Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya.

ARTIGO II

Em cada caso particular, as duas Altas Partes Contractantes, antes de recorrerem ao Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya ou a outros arbitros ou arbitro singular, assignarão um compromisso especial que determine claramente a materia em litigio, a extensão dos poderes do arbitro ou arbitros e os prazos que hajam de ser estabelecidos para a constituição do Tribunal ou escolha do arbitro ou dos arbitros e os diversos tramites do processo arbitral. Fica entendido que esse compromisso especial será celebrado pelos Presidentes de um e outro Estado e ficará sujeito nos dois paizes ás formalidades exigidas pelas leis constitucionaes respectivas.

Queda, además, entendido que si una de las dos Altas Partes Contratantes lo prefiere, cualquier arbitraje de los que trata esta Convención se efectuará ante un Jefe de Estado amigo ó ante árbitros escogidos sin limitación en las listas del referido Tribunal Permanente de Arbitraje de La Haya.

ARTÍCULO II

En cada caso particular, las dos Altas Partes Contratantes, antes de acudir al Tribunal Permanente de Arbitraje de La Haya ó á otros árbitros ó arbitro singular, firmarán un compromiso especial que determine claramente la materia en litigio, la extensión de los poderes del árbitro ó de los árbitros y los términos que haya de fijarse para la constitución del tribunal ó la elección del árbitro ó de los árbitros y los diversos trámites del procedimiento arbitral. Queda entendido que ese compromiso especial será celebrado por los Presidentes de uno y otro Estado y estará sujeto en los dos países á las formalidades establecidas por las leyes constitucionales respectivas.

ARTIGO III

A presente Convenção vigorará por um periodo de cinco annos, contados do dia em que forem trocadas as ratificações, e se não fôr denunciada seis mezes antes da extincção do prazo acima estabelecido, ficará renovada por um anno mais e assim por deante successivamente.

ARTIGO IV

A presente Convenção será ratificada pelo Presidente dos Estados Unidos do Brasil, com a autorização do Congresso Federal e pelo Presidente dos Estados Unidos de Venezuela, de conformidade com a Constituição e as Leis destes. As ratificações serão trocadas na cidade de Caracas no mais breve prazo possível e a Convenção começará a vigorar logo em seguida á troca das ratificações.

Em fé do que, nós, os abaixo assignados acima nomeados, assignamos o presente instrumento em dois exemplares, nas linguas portugueza e hespanhola, appondo nelles os nossos sellos.

ARTÍCULO III

La presente Convención estará en vigor por un período de cinco años contados desde el día en que se canjeen sus ratificaciones, y, si no fuere denunciada seis meses antes de la expiración del plazo arriba establecido, quedará renovada por un año más y así en lo adelante sucesivamente.

ARTÍCULO IV

La presente Convención será ratificada por el Presidente de los Estados Unidos del Brasil, con la autorización del Congreso Federal y por el Presidente de los Estados Unidos de Venezuela, de conformidad con la Constitución y leyes de estos. Las ratificaciones se canjearán en la ciudad de Caracas dentro del plazo más breve posible y la Convención comenzará á regir inmediatamente después del canje de las ratificaciones.

En fe de lo cual, nosotros, los infraescritos supranombrados, firmamos el presente instrumento por duplicado, en portugués y en castellano, poniendo en ellos nuestros sellos.

Feito na cidade de Caracas,
aos trinta dias do mez de Abril
de mil novecentos e nove.

Hecho en la ciudad de Cara-
cas á los treinta días del mes
de abril de mil novecientos
nueve.

LUIZ R. DE LORENA FERREIRA.

(L. S.)

F. GONZÁLEZ GUINÁN.

(L. S.)

E tendo sido a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, approvada pelo Congresso Nacional, a confirmo e ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos seis dias do mez de março de 1911, 90.º da Independencia e 23.º da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Rio-Branco.

Decreto n. 9.391 == de 28 de fevereiro de 1912

Promulga o Accôrdo concluido entre o Brasil e o Perú para a navegação do rio Japurá ou Caquetá, assignado em Lima a 15 de abril de 1908.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Tendo sancionado pelo Decreto n. 2.098 de 4 de setembro de 1909 a Resolução do Congresso Nacional da mesma data que approvou o Accordo concluido entre o Brasil e o Perú para a navegação do rio Japurá ou Caquetá, assignado em Lima aos quinze dias do mez de abril de mil novecentos e oito, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na cidade do Rio de Janeiro aos treze dias do mez de janeiro ultimo,

Decreta que o mesmo Accordo seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contem.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Perú, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluido e assignado, na cidade de Lima, aos quinze dias do mez de abril de mil novecentos e oito, o Accordo para a navegação do Japurá, do teor seguinte :

Aos quinze dias do mez de abril de mil novecentos e oito, reunidos no Ministerio das Relações Exteriores do Perú o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos do Brasil, Excellentissimo Senhor Domicio da Gama, e o Senhor Ministro de Estado daquelle Departamento, doutor Solón Polo, para negociar e concluir um accordo que abra á navegação dos navios brasileiros as aguas peruanas do Japurá ou Caquetá e á dos navios peruanos o curso do mesmo rio em territorios brasileiros, devidamente autorizados, convieram nos seguintes artigos :

A los quince días del mes de abril del año mil novecientos ocho, reunidos en el Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú, el Excelentísimo Señor Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil, don Domicio da Gama, y el Excelentísimo Señor Ministro del Ramo, doctor don Solón Polo, para negociar y concluir un acuerdo que abra á las naves brasileñas la navegación de las aguas peruanas del Yapurá ó Caquetá y á las naves peruanas el curso del mismo río en territorios brasileños, debidamente autorizados convinieron en las siguientes estipulaciones :

ARTIGO I

Os navios mercantes brasileiros e peruanos poderão comunicar livremente com a terra nos portos que o Perú e o Brasil tiverem habilitado ou habilitarem no rio Japurá ou Caquetá, sujeitando-se aos regulamentos fiscaes e de policia estabelecidos pela autoridade competente de cada um dos dois Estados no seu respectivo territorio.

ARTIGO II

E' livre o transito pelas aguas peruanas do Japurá ou Caquetá aos navios brasileiros que se dirijam a qualquer Estado limitrophe, ou viceversa, em reciprocidade de igual concessão que faz o Brasil aos navios mercantes do Perú de navegarem o curso principal do Japurá brasileiro.

ARTIGO III

Tanto na subida como na descida do Japurá ou Caquetá os navios brasileiros e peruanos terão o dever de se apresentar aos postos fiscaes ou militares que um e outro paiz tenham ou venham a ter nesse rio.

Como no caso do artigo antecedente, ficam os navios

ARTÍCULO I

Las naves mercantes brasileñas y peruanas podrán comunicarse libremente con tierra en los puertos que el Perú y el Brasil tengan habilitados ó habilitaren en el río Yapurá ó Caquetá, sujetándose á los reglamentos fiscales ó de policia establecidos por la autoridad competente de cada uno de los dos Estados en su respectivo territorio.

ARTÍCULO II

Es libre el tránsito por aguas peruanas del Yapurá ó Caquetá para las naves brasileñas que se dirijan á cualquier Estado limítrofe y viceversa, en reciprocidad de igual concesión que hace el Brasil á las naves mercantes del Perú para navegar el curso principal del Yapurá brasileño.

ARTÍCULO III

Tanto en la navegación de subida como de bajada del Yapurá ó Caquetá las naves brasileñas y peruanas estarán en la obligación de presentarse á los puestos fiscales ó militares que uno y otro país tengan ó establecieren en ese río.

Así en este caso como en el previsto por el artículo prece-

mercantes de cada um dos dois paizes sujeitos aos regulamentos fiscaes e de policia estabelecidos no outro.

ARTIGO IV

Os navios de guerra brasileiros poderão navegar livremente pelas aguas peruanas do Caquetá ou Japurá, em reciprocidade de igual permissoão dada por parte do Brasil aos navios de guerra peruanos para que naveguem o Japurá brasileiro.

Cada um dos dois Estados reserva-se o direito de limitar o numero dos navios de guerra que tenham de gozar d'esta concessão, e os ditos navios ficarão sujeitos aos regulamentos fiscaes e de policia quando occasionalmente conduzam carga para uso mercantil.

ARTIGO V

Fica entendido que negociando este accordo as duas partes contractantes não têm a intenção de modificar a situação das questões de limites pendentes entre o Brasil e Colombia, e entre o Perú, o Ecuador e a Colombia.

dente, las naves mercantes de cada uno de los dos países estarán sujetas á los reglamentos fiscales y de policia establecidos en el otro.

ARTÍCULO IV

Las naves de guerra brasileñas podrán navegar libremente en las aguas peruanas del Caquetá ó Yapurá en reciprocidad de igual concesión hecha por el Brasil á las naves de guerra peruanas respecto del Yapurá brasileiro.

Cada uno de los dos Estados se reserva el derecho de limitar el número de las naves de guerra que hayan de gozar de esta concesión y dichas naves quedarán sujetas á los reglamentos fiscales y de policia cuando occasionalmente conduzcan carga para uso mercantil.

ARTÍCULO V

Queda establecido que al negociar este acuerdo las dos partes contratantes no tienen la intención de modificar el estado actual de las cuestiones de límites pendientes entre el Brasil y Colombia y entre el Perú, el Ecuador y Colombia.

ARTIGO VI

Depois de approved pelo poder legislativo das duas Republicas, e depois de ratificado o presente accordo pelos respectivos governos, serão as ratificações trocadas no Rio de Janeiro ou em Lima.

Estando conformes todas estas clausulas com as instrucções recebidas pelos Ministros acima nomeados, firmam elles e sellam este instrumento em duplicata e nas duas linguas, portugueza e hespanhola, no lugar e data já declarados.

(L. S.) DOMICIO DA GAMA.

(L. S.) SOLÓN POLO.

ARTÍCULO VI

Las ratificaciones del presente acuerdo serán canjeadas en Río de Janeiro ó en Lima, después de que sea aprobado por el poder legislativo de ambas Repúblicas y ratificado por los respectivos Gobiernos.

Hallandose todas estas cláusulas conformes con sus instrucciones los Plenipotenciarios ya nombrados firman y sellan este instrumento, extendido por duplicado y en ambas lenguas, portuguesa y española, en el lugar y fecha indicados.

(L. S.) DOMICIO DA GAMA.

(L. S.) SOLÓN POLO.

E tendo sido o mesmo Accordo, cujo teor fica acima transcripto, approved pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, pròmettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripto pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos dez dias do mez de fevereiro de 1911, 90.º da Independencia e 23.º da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Rio-Branco.

Decreto n. 9.392 == de 28 de fevereiro de 1912

Promulga o Tratado Geral de Arbitramento entre o Brasil e o Perú assignado em Petropolis a 7 de Dezembro de 1909.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Tendo sancionado pelo Decreto n. 2.398 de 31 de dezembro de 1910 a Resolução do Congresso Nacional da mesma data que approvou o Tratado Geral de Arbitramento entre o Brasil e o Perú, assignado em Petropolis aos sete dias do mez de dezembro de mil novecentos e nove, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na cidade do Rio de Janeiro, aos treze dias do mez de janeiro ultimo,

Decreta que o mesmo Tratado seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contem.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e o Perú, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluida e assignada na cidade de Petropolis aos sete dias do mez de dezembro de mil novecentos e nove, o Tratado de Arbitramento do teor seguinte :

Tratado de Arbitramento entre os
Estados Unidos do Brasil e o Perú.

O Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Republica do Perú, querendo firmar sobre bases permanentes as relações de antiga amizade e boa vizinhança que felizmente existem

Tratado de Arbitraje entre el Perú y los
Estados Unidos del Brasil.

El Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República de los Estados Unidos del Brasil, queriendo afirmar sobre bases permanentes las relaciones de antigua amistad y buena vecindad, que

entre os dois paizes, deliberaram celebrar um Tratado de Arbitramento Geral, e, para esse fim, nomearam Plenipotenciarios, a saber :

O Governo dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Doutor José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores da mesma Republica ; e

O Governo da Republica do Perú o Senhor Doutor Hernán Velarde, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Brasil ;

Os quaes, devidamente autorizados, concordaram nos artigos seguintes :

ARTIGO I

As Altas Partes Contractantes obrigam-se a submeter a arbitramento as controversias que surjam entre ellas e que não tenham podido resolver-se por negociações directas ou por algum dos outros meios de resolver amigavelmente litigios internacionaes, comtanto que taes controversias não entendam com interesses vitaes, a integridade territorial, a soberania ou a honra dos dois Estados.

felizmente existen entre los dos países, resolvieron celebrar un Tratado de Arbitraje General, y, para ese fin, nombraron Plenipotenciarios, á saber :

El Gobierno de la República del Perú al Señor Doctor Don Hernán Velarde, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Brasil ; y

El Gobierno de los Estados Unidos del Brasil, al Señor Doctor Don José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado en el despacho de Relaciones Exteriores de la misma República ;

Los cuales, debidamente autorizados, concordaron en los artículos siguientes :

ARTÍCULO I

Las Altas Partes Contratantes se obligan á someter á arbitraje las controversias que surjan entre ellas y que no hayan podido resolver por negociaciones directas ó por alguno de los otros medios de solucionar amigablemente litigios internacionales, con tal de que tales controversias no versen sobre cuestiones que afecten los intereses vitales, la integridad territorial, la soberanía ó la honra de uno de los dos Estados.

ARTIGO II

Não serão renovadas, em virtude deste Tratado, as questões que hajam sido objecto de accordos definitivos entre as Partes, só podendo ser submettidas a arbitramento as controversias que se suscitem sobre a interpretação ou a execução de taes accordos.

ARTIGO III

Em cada caso particular, as Altas Partes Contractantes assinarão um Compromisso especial estabelecendo claramente o objecto do litigio, a extensão dos poderes do Arbitro ou Arbitros e as regras do processo.

Fica entendido que esses Compromissos especiaes serão approvados e ratificados nas duas Republicas conforme as suas leis respectivas.

ARTIGO IV

Na falta de estipulações especiaes entre as Partes, pertencerá ao Arbitro ou Arbitros nomeados: indicar a época e lugar das sessões, fóra do territorio dos Estados Contractantes; escolher o idioma que se deverá empregar; determinar os methodos de instrucção, as regras do processo, as formalidades e prazos a que as

ARTÍCULO II

No serán renovadas, en virtud de este Tratado, las cuestiones que hayan sido objeto de acuerdos definitivos entre las Partes, pudiendo sólo ser sometidas á arbitraje las controversias que se susciten sobre la interpretación ó la ejecución de tales acuerdos.

ARTÍCULO III

En cada caso particular, las Altas Partes Contratantes firmarán un Compromiso especial estableciendo claramente el objeto del litigio, la amplitud de los poderes del Arbitro ó Arbitros y las reglas del procedimiento.

Queda entendido que esos Compromisos especiales serán aprobados y ratificados en cada una de las dos Repúblicas conforme á sus leyes respectivas.

ARTÍCULO IV

A falta de estipulación especial entre las Partes, corresponderá al Arbitro ó Arbitros nombrados: indicar la época y el lugar de las sesiones, fuera del territorio de los Estados Contratantes; elegir el idioma que se deberá emplear; determinar los métodos de instrucción, las reglas del procedimiento, las formalidades y pla-

Partes se devam sujeitar; e, em geral, adoptar todas as medidas que sejam necessarias para o bom exercicio das suas funcções, assim como para resolver quaesquer difficuldades que a tal respeito possam surgir no decurso da causa.

Os dois Governos se obrigam a dar ao Arbitro ou Arbitros todos os meios de informação de que possam dispôr.

ARTIGO V

A designação do Arbitro ou Arbitros poderá ser feita no Compromisso especial ou em instrumento separado, depois que o eleito ou eleitos declarem aceitar a missão.

ARTIGO VI

Se ficar assentado que a questão seja submettida a um Tribunal Arbitral, cada uma das Altas Partes Contractantes proporá um Arbitro, cuja nomeação só será definitiva com a annuência da outra. Os dois Arbitros nomeados escolherão o terceiro, que será o Presidente do Tribunal.

No caso de desacordo sobre a eleição do Terceiro Arbitro, os dois Governos pedirão ao Presidente da Republica Franca que faça a nomeação.

zos á que las Partes deban sujetarse; y, en general, adoptar todas las medidas que sean necesarias para el buen ejercicio de sus funciones, así como resolver cualesquiera dificultades que al respecto puedan surgir en el curso de la causa.

Los dos Gobiernos se obligan á suministrar al Arbitro ó Arbitros todos los medios de información de que puedan disponer.

ARTÍCULO V

La designación del Arbitro ó Arbitros podrá hacerse en el Compromiso especial ó en instrumento separado, después que el elegido ó los elegidos declaren aceptar el cargo.

ARTÍCULO VI

Si se conveniese que la controversia fuese sometida á un Tribunal Arbitral, cada una de las Altas Partes Contratantes propondrá un Arbitro, cuyo nombramiento sólo será definitivo con el consentimiento de la otra. Los dos Arbitros nombrados elegirán á un tercero, que será el Presidente del Tribunal.

En el caso de desacuerdo sobre la elección del Tercer Arbitro, los dos Gobiernos pedirán al Presidente de la Republica Francesa que haga el nombramiento.

ARTIGO VII

Cada uma das Partes poderá constituir um ou mais representantes que defendam a sua causa perante o Arbitro ou o Tribunal Arbitral.

ARTIGO VIII

Os desacordos que surjam entre as Partes, na pendencia da lide, sobre a amplitude da jurisdição arbitral, serão resolvidos pelo proprio Arbitro ou Tribunal.

O Tribunal Arbitral tem competencia para resolver sobre a regularidade da sua propria constituição.

ARTIGO IX

O Arbitro ou Tribunal Arbitral deverá dar o seu laudo conforme os principios do Direito Internacional, ou segundo as regras especiaes que as duas Partes hajam estabelecido, ou *ex aequo et bono*, isto é, de accordo com os poderes que lhe tenham sido conferidos no Compromisso.

ARTIGO X

O Tribunal funcionará estando presentes os tres Arbitros e suas decisões serão tomadas por unanimidade ou por maioria de votos.

ARTÍCULO VII

Cada una de las Partes constituirá uno ó más representantes que defiendan su causa ante el Arbitro ó el Tribunal Arbitral.

ARTÍCULO VIII

Los desacuerdos que surgiesen entre las Partes, en el curso del litigio, sobre el alcance de la jurisdicción arbitral, serán resueltos por el mismo Arbitro ó Tribunal.

El Tribunal Arbitral es competente para resolver sobre la regularidad de su propia constitución.

ARTÍCULO IX

El Arbitro ó Tribunal Arbitral deberá dar su fallo conforme á los principios del Derecho Internacional, ó según las reglas especiales que las dos Partes hayan establecido, ó *ex aequo et bono*, esto es, con sujeción á los poderes que le hayan sido conferidos en el Compromiso.

ARTÍCULO X

El Tribunal funcionará estando presentes los tres Arbitros y sus decisiones serán adoptadas por unanimidad ó por mayoría de votos.

O voto concorde dos dois Arbitros primeiramente escolhidos resolverá a questão ou as questões submettidas ao Tribunal. No caso de divergencia entre esses dois Arbitros, o Presidente, ou Terceiro Arbitro, adoptará um dos dois votos ou dará o seu proprio, que será o decisivo.

Faltando um dos Arbitros, serão suspensas as sessões do Tribunal até que compareça o ausente; porém, se, depois de devidamente citado, o Arbitro ausente deixar de concorrer ás deliberações ou a outros actos do processo, o Tribunal funcionará com os dois presentes, fazendo-se constar na acta a ausencia do outro.

Se o Arbitro ausente fôr o Presidente suspender-se-ão os trabalhos do Tribunal até que possa comparecer ou ser substituido do modo estabelecido no artigo sexto.

ARTIGO XI

A sentença resolverá definitivamente todos os pontos em litigio e será lavrada em dois exemplares, assignados pelo Arbitro unico ou pelos tres membros do Tribunal Arbitral. Se algum desses tres membros recusar subscrevel-a, os outros

El voto conforme de los dos Arbitros primeramente elegidos resolverá la cuestión ó las cuestiones sometidas al Tribunal. En caso de divergencia entre esos dos Arbitros, el Presidente, ó Tercer Arbitro, adoptará uno de los dos votos ó dará el suyo propio, que será el decisivo.

Faltando uno de los Arbitros se suspenderán las sesiones del Tribunal hasta que comparezca el ausente; pero, si el Arbitro ausente, después de debidamente citado, dejase de concurrir à las deliberaciones ó á otros actos del procedimiento, el Tribunal funcionará con los dos presentes haciendose constar en acta la ausencia del otro.

Si el Arbitro ausente fuese el Presidente se suspenderán igualmente las funciones del Tribunal hasta que se reincorpore ó sea reemplazado en la forma establecida en el artículo sexto.

ARTÍCULO XI

La sentencia resolverá definitivamente todos los puntos en litigio y será extendida en dos ejemplares firmados por el Arbitro único ó por los tres miembros del Tribunal Arbitral. Si alguno de estos miembros rehusara suscribirla, los

dois farão constar isso em acta especial por elles firmada.

As sentenças serão ou não fundamentadas, conforme ficar estabelecido no respectivo Compromisso especial.

ARTIGO XII

A sentença deverá ser notificada pelo Arbitro ou pelo Tribunal Arbitral ao representante de cada uma das duas Partes.

ARTIGO XIII

A sentença devidamente pronunciada põe termo, nos limites do seu alcance, ao litigio entre as Partes. Na mesma sentença se determinará o prazo dentro do qual deva ser executada.

ARTIGO XIV

Cada um dos Estados Contractantes obriga-se a observar e cumprir lealmente a sentença arbitral.

ARTIGO XV

As questões que se suscitem sobre a execução da sentença serão resolvidas pelo mesmo Arbitro ou Tribunal Arbitral que a houver pronunciado, e se isso não fôr possível serão submettidas á decisão de outro Arbitro.

otros dos lo harán constar así en acta especial firmada por ambos.

Las sentencias serán ó no fundadas, conforme se establezca en el respectivo Compromiso especial.

ARTÍCULO XII

La sentencia deberá ser notificada por el Arbitro ó por el Presidente del Tribunal Arbitral al representante de cada una de las Partes.

ARTÍCULO XIII

La sentencia debidamente pronunciada pone término, en los límites de su alcance, al litigio entre las Partes. En la misma sentencia se determinará el plazo dentro del cual deba ser ejecutada.

ARTÍCULO XIV

Cada uno de los Estados Contratantes se obliga á observar y cumplir lealmente la sentencia arbitral.

ARTÍCULO XV

Las cuestiones que se susciten sobre la ejecución de la sentencia serán resueltas por el mismo Arbitro ó Tribunal Arbitral que la hubiese pronunciado, y si esto no fuese posible, se someterán á la decisión de otro Arbitro.

ARTIGO XVI

Se, antes de terminada a execução da sentença, alguma das duas Partes interessadas tiver conhecimento da falsidade ou adulteração de qualquer documento que tenha servido de base á sentença, ou verificar que esta, no todo ou em parte, foi motivada por um erro de facto, poderá interpôr recurso de revisão perante o mesmo Arbitro ou Tribunal.

ARTIGO XVII

Cada uma das Partes suportará as despesas que fizer com a sua representação e defesa e pagará a metade das despesas geraes do arbitramento.

ARTIGO XVIII

Fica entendido que as excepções estabelecidas na segunda parte do artigo primeiro do presente Tratado em nada attingem o disposto nos artigos terceiro e oitavo do Tratado de Limites concluido no Rio de Janeiro, entre o Perú e o Brasil, em oito de Setembro do presente anno, estipulações essas que continuarão em pleno vigor.

ARTÍCULO XVI

Si, antes de terminada la ejecución de la sentencia, alguna de las dos Partes interesadas tuviera conocimiento de la falsedad ó adulteración de cualquier documento, que haya servido de base á la sentencia, ó verificara que esta, en todo ó en parte, fué motivada por un error de hecho, podrá interponer recurso de revisión ante el mismo Arbitro ó Tribunal.

ARTÍCULO XVII

Cada una de las Partes sufragará los gastos que hiciera en su representación y defensa, y pagará la mitad de los gastos generales del arbitraje.

ARTÍCULO XVIII

Queda entendido que las excepciones establecidas en la segunda parte del artículo primero del presente Tratado no afectan lo dispuesto en los artículos tercero y octavo del Tratado de Límites suscrito en Rio de Janeiro, entre el Perú y el Brasil, el ocho de Setiembre del presente año, estipulaciones esas que continuarán en entero vigor.

ARTIGO XIX

As ratificações deste Tratado, que deverá ser approvado pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Republicas, serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro ou na de Lima, no mais breve prazo possível.

ARTIGO XX

O presente Tratado vigorará por dez annos, contados da data da troca das ratificações. Se não for denunciado seis mezes antes do vencimento do prazo, será renovado por outro periodo de dez annos e assim successivamente.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente instrumento em dois exemplares, cada um nas linguas portugueza e castelhana, appondo nelles os nossos sellos.

Feito na cidade de Petropolis, aos sete dias do mez de Dezembro de mil novecentos e nove.

(L. S.) RIO-BRANCO.

(L. S.) HERNÁN VELARDE.

ARTÍCULO XIX

Las ratificaciones de este Tratado, que deberá ser aprobado por el Poder Legislativo de cada una de las dos Repúblicas, serán canjeadas en la ciudad de Lima ó en la de Rio de Janeiro en el más breve plazo posible.

ARTÍCULO XX

El presente Tratado regirá por diez años, contados desde la fecha del canje de las ratificaciones. Si no fuera denunciado seis meses antes del vencimiento del plazo, se considerará renovado por otro periodo de diez años y así sucesivamente.

En fé de lo cual, nosotros, los Plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos el presente instrumento en dos ejemplares, cada uno en las lenguas castellana y portugueza, sellandolos con nuestros sellos.

Hecho en la ciudad de Petropolis, á los siete dias del mes de Diciembre de mil novecientos nueve.

(L. S.) HERNÁN VELARDE.

(L. S.) RIO-BRANCO.

E tendo sido o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcripto, approvedo pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos dezeseite dias do mez de fevereiro de 1911, 90.º da Independencia e 23.º da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.
Rio-Branco.

Decreto n. 9.425 == de 13 de março de 1912

Crêa um Consulado em Calcuttá

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Usando da autorisação concedida pelo art. 3.º da Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895,

Decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Calcuttá, com jurisdicção na Provincia de Bengala Occidental.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.
Lauro Müller.

Decreto n. 9.490 == de 30 de março de 1912

Extende a jurisdicção do Consulado em Havana a toda a Ilha de Cuba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve estender a toda a Ilha de Cuba a jurisdicção do Consulado em Havana, creado por decreto n. 6.897, de 19 de março de 1908.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.
Lauro Müller.

Decreto n. 9.516 == de 10 de abril de 1912

Promulga a Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Ecuador, assignada em Washington a 13 de Maio de 1909.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Tendo sancionado pelo Decreto n. 2.396 de 31 de dezembro de 1910 a Resolução do Congresso Nacional, da mesma data, que approvou a Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Ecuador, assignada em Washington aos treze dias do mez de maio de mil novecentos e nove, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na cidade de Quito aos doze dias do mez de fevereiro ultimo,

Decreta que a mesma Convenção seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1912, 91.º da Independencia e 24.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Ecuador, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluida e assignada na cidade de Washington, aos treze dias do mez de maio de mil novecentos e nove, a Convenção de Arbitramento do teor seguinte :

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica do Ecuador, desejando concluir uma Convenção de Arbitramento de accordo com os principios enunciados nos Artigos de numeros XV a XIX e do Artigo XXI da Convenção para o

El Presidente de la República del Ecuador y el Presidente de los Estados Unidos del Brasil, deseando concluir una Convención de Arbitraje de acuerdo con los principios enunciados en los Artículos de números XV á XIX e en el Artículo XXI de la Conven-

concerto pacifico dos conflictos internacionaes assignada na Haya a 29 de Julho de 1899 e nos Artigos de numeros XXXVII a XL e Artigo XLII da Convenção assignada na mesma cidade da Haya a 19 de Outubro de 1907, nomearam para este effeito os seguintes Plenipotenciarios, a saber :

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil, a Sua Excellencia o Senhor Joaquim Nabuco, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario dos Estados Unidos do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da America, Membro do Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya ;

O Presidente da Republica do Ecuador a Sua Excellencia o Senhor Don Luis Felipe Carbo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica do Ecuador junto ao Governo dos Estados Unidos da America, Membro do Tribunal Permanente da Haya ;

Os quaes, depois de haverem communicado entre si os seus respectivos poderes, achados em bôa e devida forma, convieram nos seguintes Artigos :

ción para el arreglo pacífico de los conflictos internacionales, firmada en La Haya el 29 de Julio de 1899, y en los Artículos de números XXXVII á XL y en el Artículo XLII de la Convención firmada en la misma ciudad de La Haya el 18 de Octubre de 1907, han nombrado para dicho fin los Plenipotenciarios siguientes, á saber :

El Presidente de la República del Ecuador á Su Excellencia el Señor Don Luis Felipe Carbo, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la República del Ecuador cerca del Gobierno de los Estados Unidos de América, Miembro del Tribunal Permanente de Arbitraje de La Haya ;

El Presidente de los Estados Unidos del Brasil á Su Excellencia el Señor Joaquim Nabuco, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil cerca del Gobierno de los Estados Unidos de América, Miembro del Tribunal Permanente de Arbitraje de La Haya ;

Los cuales, después de haberse comunicado entre sí sus respectivos poderes, hallados en buena y debida forma, convinieron en los siguientes Artículos :

ARTIGO I

Os desaccordos que possam occorrer em questões de caracter juridico ou relativos á interpretação de Tratados existentes entre as duas Altas Partes Contractantes, e que não tenha sido possível resolver por via diplomatica, serão submettidos ao Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya, comtanto, porém, que não affectem os interesses vitaes, a independencia ou a honra as duas Altas Partes Contractantes, ou ponham em causa interesses de terceiros, e ficando além disso entendido que, se uma das duas Altas Partes Contractantes o preferir, qualquer arbitramento de que trata esta Convenção terá logar perante o Chefe de um Estado amigo ou arbitros escolhidos sem limitação ás listas do referido Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya.

ARTIGO II

Em cada caso particular, as duas Altas Partes Contractantes, antes de recorrerem ao Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya ou a outros arbitros ou arbitro singular, assignarão um compromisso especial que determine claramente a materia em litigio, a

ARTÍCULO I

Las diferencias de carácter legal ó relativas á la interpretación de Tratados existentes entre las dos Altas Partes Contratantes que puedan suscitarse entre ellas y que no haya sido posible arreglar por la vía diplomática, serán sometidas al Tribunal Permanente de Arbitraje de La Haya, con tal que no afecten los intereses vitales, la independencia ó la honra de las dos Altas Partes Contratantes y no atañen los intereses de terceras Partes, y quedando además entendido que, en el caso de que una de las dos Altas Partes Contratantes lo juzgase preferible, cualquier arbitraje de que trata esta Convención, tendrá lugar ante el Jefe de un Estado amigo ó ante árbitros escogidos sin sujetarse al personal del referido Tribunal Permanente de Arbitraje de La Haya.

ARTÍCULO II

En cada uno de los casos, las dos Altas Partes Contratantes, antes de apelar al Tribunal Permanente de Arbitraje de La Haya ó á otros árbitros ó árbitro, firmarán un compromiso especial que determine claramente la materia del litigio, el alcance de los poderes

extensão dos poderes do arbitro ou arbitros e os prazos que hajam de ser estabelecidos para a constituição do tribunal ou escolha do arbitro ou dos arbitros e os diversos tramites do processo arbitral. Fica entendido que esse compromisso especial ficará sujeito nos dois paizes ás formalidades exigidas pelas leis constitucionaes de cada um delles.

ARTIGO III

A presente Convenção vigorará por um periodo de cinco annos, contados do dia em que forem trocadas as ratificações, e, se não fôr denunciada seis mezes antes da extincção do prazo acima estabelecido, ficará renovada por um outro periodo de cinco annos, e assim por diante, successivamente.

ARTIGO IV

A presente Convenção será ratificada pelo Presidente dos Estados Unidos do Brasil com a authorisação do Congresso Federal e pelo Presidente da Republica do Ecuador com a authorização do Congresso do Ecuador. As ratificações serão trocadas na cidade de Washington no mais breve prazo possivel, e a Convenção começará a vigorar logo em

del árbitro ó de los árbitros y los plazos que se fijén para la formación del tribunal ó elección del árbitro ó de los árbitros y los distintos trámites del proceso arbitral. Queda entendido que ese compromiso especial quedará sometido en los dos países a las formalidades que exigen las leyes constitucionales de cada uno de ellos.

ARTÍCULO III

La presente Convención quedará en vigor por un periodo de cinco años, á contar desde el día del canje de las ratificaciones, y, á menos que sea denunciada seis meses antes de la terminación del plazo aquí establecido, quedará renovada por otro período de cinco años, y así en adelante, sucesivamente.

ARTÍCULO IV

La presente Convención será ratificada por el Presidente de la República del Ecuador con la autorización del Congreso Nacional del Ecuador y por el Presidente de los Estados Unidos del Brasil con la autorización del Congreso Federal. Las ratificaciones serán canjeadas en la ciudad de Washington tan pronto como sea posible y la Convención co-

seguida á troca das ratificações.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente instrumento em dois exemplares, nas linguas portugueza e hespanhola, appondo nelles os nossos sellos.

Feito na cidade de Washington a treze de Maio de mil novecentos e nove.

(L. S.)

(L. S.)

menzará á regir desde el canje de las ratificaciones.

En fe de lo cual, nosotros, los Plenipotenciarios antes nombrados, hemos firmado y sellado el presente instrumento en dos ejemplares, en las lenguas castellana y portuguesa.

Hecho en la ciudad de Washington el treze de Mayo del año mil novecientos nueve.

JOAQUIM NABUCO.

F. CARBO.

E tendo sido a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, approvada pelo Congresso Nacional, a confirmo e ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos nove dias do mez de março de mil novecentos e onze, 90.º da Independencia e 23.º da Republica

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Rio-Branco.

N. 3

CIRCULARES

Circular aos corpos diplomatico e consular brasileiros sobre saques.

4.^a Secção. — N. 1. — Circular. — Rio de Janeiro, Ministerio das Relações Exteriores, 12 de janeiro de 1912.

Senhor.....

Para a boa regularidade da escripturação das despezas deste Ministerio, communico a V. que, a partir do 1.^o do corrente mez, todos os recibos de saques feitos pelos funcionarios diplomaticos e consulares sobre a Delegacia do Thesouro Nacional em Londres deverão ser redigidos em tres vias das quaes as duas primeiras continuarão a ser, como até agora, remettidas á referida Delegacia e a terceira será enviada a esta Secção.

Essa remessa será feita por meio de officios pelos Chefes das Legações e Consulados que remetterão os seus recibos conjuntamente com os dos funcionarios sob sua jurisdicção e por esses ultimos directamente, quando ausentes por qualquer motivo dos seus postos.

Ficam assim revogados os arts. 63 da Consolidação Diplomatica e 83 da Consular, que mandam discriminar os saques no corpo dos officios, passando elles a serem simplesmente de remessa.

Nenhum saque poderá ser acceito, portanto, pelo Delegado do Thesouro sem a declaração no recibo de que elle foi feito em tres vias tendo sido a terceira remettida á Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Tenho a honra de reiterar a V. os protestos da minha.....

Rio-Branco.

Ao Sr.

Circular ao corpo consular brasileiro sobre cobrança de sello por meio de verba.

3.^a Secção. — N. 4. — Circular. — Rio de Janeiro, Ministerio das Relações Exteriores, 31 de janeiro de 1912.

Senhor.....

Communico a V. S., para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro da Fazenda me declarou em o Aviso n. 73, de 27 de dezembro do anno findo, « que a falta de estampilhas nas facturas consulares as não invalida convindo, entretanto, que os Consules, no caso de não possuirem estampilhas, observem o disposto no art. 11 da Lei n. 1.103, de 21 de novembro de 1903 » que manda que o sello seja cobrado por meio de verba lançada no documento competente.

Tenho a honra de renovar a V. S. os protestos da minha estima e consideração.

Rio-Branco.

Ao Sr.

Circular ao corpo consular brasileiro sobre carta de saude e conhecimentos de carga.

3.^a Secção. — N. 15. — Sub-Secretaria de Estado. — Circular. — Rio de Janeiro, Ministerio das Relações Exteriores, 29 de fevereiro de 1912.

Senhor.....

Para a necessaria uniformidade da cobrança dos emolumentos consulares estatuidos nos ns. 1, 5 e 6 da nova tabella estabelecida pelo decreto n. 8.492, de 30 de dezembro de 1910, declaro a V. S. que :

1.^o — Os consules brasileiros só devem expedir carta de saude nos lugares em que não haja repartição que as confira, de accordo com o n. 5 da tabella de emolumentos ;

2.º — Os conhecimentos de carga só devem ser legalizados nos portos de embarque das mercadorias, pois a cobrança dos emolumentos respectivos deve ser feita aos capitães de navios ou armadores, como determina o art. 11 das Instrucções annexas áquella tabella.

Tenho a honra de renovar a V. S. os protestos da minha estima e consideração.

Enéas Martins.

Ao Sr.

Circular ao corpo consular brasileiro sobre facturas consulares.

3.ª Secção. N. 18. — Sub-Secretaria d'Estado. — Circular. — Rio de Janeiro, Ministerio das Relações Exteriores, 10 de abril de 1912.

Senhor.....

Pelo telegrapho já fiz constar a V. S. que o Governo resolveu adiar para occasião opportuna o cumprimento do art. 26 da lei n. 2.524, de 31 de dezembro ultimo, relativo ás facturas consulares, aguardando decisão do Poder Legislativo sobre reclamações que contra elle foram apresentadas.

Esse artigo é assim concebido :

« As facturas consulares de que trata o decreto legislativo n. 1.103, de 21 de novembro de 1903, serão apresentadas em tres vias ao consul ou agente consular do Brasil no estrangeiro que, depois de authentical-as, lhes dará o seguinte destino :

a) a 1.ª via será remettida directamente pelo Consulado, juntamente com os papeis do navio, á repartição fiscal do porto ou ponto do destino ;

b) a 2.ª via será enviada immediatamente á Directoria de Estatistica Commercial, no Rio de Janeiro ;

c) a 3.ª via ficará no archivo do Consulado.

I. A 1.ª via será á mão ou á machina, com tinta indelevel e deverá ser sellada, antes de visada pela autoridade consular. As outras vias poderão ser copiadas por qualquer processo, comtanto que sejam facilmente legiveis, e são isentas de sello.

II. O valor para o despacho nas alfandegas e mesas de rendas se regula pelo da 1.^a via, remetida a estas repartições pelos consules ou agentes consulares.

III. Pelas divergencias da factura consular com o conteúdo do volume ou volumes, verificados no acto da conferencia, incorrerá o dono ou consignatario das mercadorias na multa de direitos em dobro, seja qual fôr a importancia dos direitos, resultante da differença encontrada, quer se trate de differença de qualidade, quer de quantidade, de peso, taxa inferior ou valor.

IV. Ficam revogados os arts. 4.º, 5.º, 8.º e 14.º, segunda parte, 23, ns. 1 a 4, 26, paragrapho 4.º, e 28 e seus paragraphos, do decreto legislativo n. 1.103, de 21 de novembro de 1903, e supprimidas as palavras — a pessoas estranhas ao objecto das mesmas — no final do art. 30.

V. A declaração da factura do peso bruto da mercadoria, quando esta estiver sujeita ao pagamento de direitos pelo peso liquido ou vice-versa, incide na differença sujeita á penalidade do n. III ».

Confirmando a comunicação supra mencionada, em nome do Sr. Ministro, reitero a V. S. os protestos da minha estima e consideração.

Enéas Martins.

Ao Sr.

ANNEXO D

Contabilidade

Resumo da proposta do orçamento da despesa do Ministério das Relações Exteriores para o exercício de 1913

VERBAS	PEDIDO PARA 1913		VOTADO PARA 1912	
	Ouro	Papel	Ouro	Papel
1 Secretaria de Estado	—	816 :600\$000	—	767 :200\$000
2 Empregados em disponibilidade.	—	100 :000\$000	—	100 :000\$000
3 Extraordinarias no interior	—	536 :000\$000	—	536 :000\$000
4 Comissões de limites.	—	850 :000\$000	—	850 :000\$000
5 Receções officaes.	—	100 :000\$000	—	—
6 Congressos e Conferencias	200 :000\$000	150 :000\$000	200 :000\$000	400 :000\$000
7 Repartições internacionaes	46 :488\$991	—	40 :933\$436	—
8 Corpo Diplomatico	1.304 :593\$333	—	1.304 :593\$333	—
9 Corpo Consular.	681 :500\$000	—	639 :500\$000	—
10 Ajudas de custo.	300 :000\$000	—	300 :000\$000	—
11 Extraordinarias no exterior	400 :000\$000	—	400 :000\$000	—
	2.932 :582\$324	2.552 :600\$000	2.885 :026\$769	2.653 :200\$000

As quantias que figuram nas verbas «Extraordinarias no interior» e «Extraordinarias no exterior» votadas para 1912 são as correspondentes ás consignações que permanecem na presente proposta, por ter sido de cada uma dellas desmembrada uma consignação para a verba 6.^a «Congressos e Conferencias».

Tabellas explicativas da proposta do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1913

NATUREZA DA DESPEZA		LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
VERBA 1. ^a (Papel)					
SECRETARIA DE ESTADO					
Pessoal					
Ministro de Estado	Ord.	Dec. n. 27 H, de 1 de dezembro de 1889	24 :000\$000		
	Rep.	Idem n. 260, de 20 de dezembro de 1894	12 :000\$000		
Sub-Secretario de Estado	Ord.	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912. .	16 :000\$000		
	Grat.	Idem	8 :000\$000		
	Rep.	Idem	6 :000\$000		
2 Directores Geraes	Ord.	Dec. n. 2.092, de 31 de agosto de 1909	24 :000\$000		
	Grat.	Idem	12 :000\$000		
	Rep.	Idem n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905	6 :000\$000		
1º Consultor Juridico	Grat.	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912. .	16 :000\$000		
2º Consultor Juridico	Grat.	Idem	12 :000\$000		
7 Directores de Secção	Ord.	Dec. n. 2.092 de 31 de agosto de 1909	56 :000\$000		
	Grat.	Idem	28 :000\$000		
	Rep.	Dec. n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905	12 :600\$000		
10 Primeiros Officiaes	Ord.	Idem n. 2.092, de 31 de agosto de 1909	64 :000\$000		
	Grat.	Idem	32 :000\$000		
10 Segundos Officiaes	Ord.	Idem	48 :000\$000		
	Grat.	Idem	24 :000\$000		
12 Terceiros Officiaes	Ord.	Idem	43 :200\$000		
	Grat.	Idem	21 :600\$000		
4 Praticantes.	Ord.	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912. .	7 :200\$000		
	Grat.	Idem	3 :600\$000		
1 Bibliothecario.	Ord.	Idem	6 :800\$000		
	Grat.	Idem	3 :400\$000		
3 Auxiliares do Bibliothecario	Ord.	Idem	7 :200\$000		
	Grat.	Idem	3 :600\$000		
1 Cartographo	Grat.	Idem	6 :000\$000		
1 Calligrapho	Grat.	Idem	3 :000\$000		
1 Porteiro	Ord.	Dec. n. 2.092, de 31 de agosto de 1909	4 :000\$000		
	Grat.	Idem	2 :000\$000		
1 Ajudante do Porteiro	Ord.	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912. .	3 :200\$000		
	Grat.	Idem	1 :600\$000		
7 Continuos	Ord.	Idem	16 :800\$000		
	Grat.	Idem	8 :400\$000		
1º Correio.	Ord.	Idem	2 :400\$000		
	Grat.	Idem	1 :200\$000		
			545 :800\$000		

NATUREZA DA DESPEZA		LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912.
Transporte			545 :800\$000		
2º Correio.	Ord.	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912 . .	2 :000\$000		
	Grat.	Idem	1 :000\$000		
2 Officiaes de Gabinete do Ministro		Grat. Dec. n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905	12 :000\$000		
1 Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado		Grat. Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912. .	6 :000\$000		
2 Auxiliares dos Directores Geraes.		Grat. Dec. n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905	4 :800\$000		
Para o pagamento da gratificação annual extraordinaria que deverá receber um dos Directores Geraes por ter mais de 40 annos de serviços publicos. . . .		Idem	3 :000\$000		
Para gratificações addicionaes aos 1. ^{os} , 2. ^{os} e 3. ^{os} Officiaes que tiverem mais de 8 annos de exercicio nesses cargos. .		Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912. .	5 :000\$000		
Para duplicata de vencimentos por substituições			20 :000\$000	599 :600\$000	
Material					
1 — Objectos necessarios para o expediente, compra e concerto de moveis, aquisição de livros, almanques, collecções de leis e decisões do Governo, encadernações e assignaturas de jornaes e revistas.				35 :000\$000	
2 — Conservação do jardim e asseio da casa, despesas de garagem (pessoal e material), despesas de cocheira (pessoal, animaes e material), conducção dos empregados em serviço, consumo de gaz e luz electrica, artigos para illuminação e agua e despesas miudas				60 :000\$000	
3 — Organização, revisão e impressão do relatorio, publicação dos actos do Governo, do expediente e de quaesquer trabalhos officiaes.				60 :000\$000	
4 — Diarias aos Correios na razão de 1\$. salarios dos serventes e gratificações dos ordenanças				40 :000\$000	
5 — Fardamento do pessoal da Portaria e Correios				10 :000\$000	
6 — Despesas de conducção do Ministro.				12 :000\$000	
				816 :600\$000	767 :200\$000
Para esta verba pedem-se mais 49 :400\$000. sendo 5 :000\$000 na parte do « Pessoal » para o pagamento de gratificações addicionaes aos 1.^{os}, 2.^{os} e 3.^{os} Officiaes que tiverem mais de 8 annos de exercicio nesses cargos, de conformidade com o n. IV do paragrapho unico do art. 14 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912 e 44 :400\$000 na parte do « Mate-					

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
rial», assim discriminados : 7 :000\$000 na 1.^a consignação em virtude do crescente augmento do expediente da Secretaria de Estado, que motivou a reforma e o augmento do pessoal; 26 :000\$000 na 3.^a consignação por ser de todo insufficiente para a publicação do avultado expediente deste Ministerio a quantia até agora votada; 8 :000\$000 na 4.^a consignação por ser necessario elevar o numero de serventes em virtude do accrescimento do edificio da Secretaria de Estado e 3 :400\$000 na 5.^a consignação por ter sido augmentado pela lei n. 2.544 de 4 de janeiro de 1912 o numero de funcionarios da Portaria e á vista da projectada elevação do quadro dos serventes.				
VERBA 2. ^a (Papel)				
EMPREGADOS EM DISPONIBILIDADE				
Para empregados em disponibilidade.			100 :000\$000	100 :000\$000
Para esta verba pede-se a mesma quantia votada para 1912.				
VERBA 3. ^a (Papel)				
EXTRAORDINARIAS NO INTERIOR				
1—Para diversos serviços extraordinarios no interior e despesas eventuaes.			100 :000\$000	
2—Para expedição de telegrammas officiaes			100 :000\$000	
3—Para obras e reparos no edificio da Secretaria de Estado			300 :000\$000	
4—Para despesas de representação especial do Ministerio, na razão de 3 :000\$000 por mez			36 :000\$300	
			536 :000\$000	536 :000\$000
Desta verba foi desmembrada a 5.^a consignação destinada ás despesas com a reunião de Congressos e Conferencias internacionaes que se reunirem no Brasil. Para as quatro consignações restantes pedem-se as mesmas quantias votadas para 1912.				
VERBA 4. ^a (Papel)				
COMMISSÕES DE LIMITES				
Para commissões de limites.			850 :000\$000	850 :000\$000
Pede-se para esta verba a mesma quantia votada para 1912.				

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
VERBA 5.^a (Papel)				
RECEPÇÕES OFFICIAES				
Para despesas com a recepção e hospedagem de representantes de Governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.			100 :000\$000	
Esta verba figura na presente proposta por ter sido reconhecida pelo Congresso Nacional a necessidade que ha de uma verba annual para despesas dessa natureza, como já o demonstrou pela votação dos creditos de 100 :000\$000, papel, cada um, concedidos a este Ministerio e abertos pelos Decretos executivos n. 8.002 de 12 de maio de 1910 e n. 8.478 de 28 de dezembro do mesmo anno. Pede-se para esta verba a mesma quantia votada pelo Congresso Nacional para o mesmo fim.				
VERBA 6.^a				
CONGRESSOS E CONFERENCIAS				
1.^a CONSIGNAÇÃO (PAPEL)				
Para todos os Congressos e Conferencias Internacionaes que se reunirem no Brasil			150 :000\$000	400 :000\$000
2.^a CONSIGNAÇÃO (OURO)				
Para a representação do Brasil nos Congressos e Conferencias Internacionaes que se reunirem no exterior.			200 :000\$000	200 :000\$000
Esta verba é constituída pelo desmembramento da 5.^a consignação da verba 3.^a e da 2.^a consignação da verba 8.^a do Orçamento deste Ministerio para o exercicio de 1912. Para a 1.^a consignação pedem-se menos 250 :000\$000 e para a 2.^a consignação pede-se a mesma quantia votada para 1912.				
VERBA 7.^a (Ouro)				
REPARTIÇÕES INTERNACIONAES				
Para o pagamento, ao cambio de 27 d. por mil réis, das contribuições com que o Brasil concorre para diversas repartições internacionaes, sendo :				
para o <i>Bureau of American Republics</i>			24 :934\$000	
para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma.			14 :132\$040	
			39 :066\$040	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			39 :066\$040	
para a Repartição Internacional de Hygiene Publica			5 :555\$555	
para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras			808\$396	
para o Congresso Internacional Permanente de Navegação			706\$000	
para o Escriptorio Internacional das Estradas de Ferro			353\$000	
			46 :488\$991	40 :933\$436
Para esta verba pedem-se mais 5 :555\$555 por ter sido incluída na presente proposta a contribuição de Frs. 15,625,00 com que o Brasil é obrigado a contribuir para a Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris, contribuição essa que até agora tem sido paga pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.				
VERBA 8. ^a (Ouro)				
CORPO DIPLOMATICO				
Pessoal				
ALLEMANHA				
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666		
	Grat. Idem	3 :333\$334		
	Rep. Lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905	16 :000\$000	26 :000\$000	
ARGENTINA				
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666		
	Grat. Idem	3 :333\$334		
	Rep. Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895	20 :000\$000	30 :000\$000	
AUSTRIA-HUNGRIA				
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666		
	Grat. Idem	3 :333\$334		
	Rep. Lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905	12 :000\$000	22 :000\$000	
			78 :000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			78 :000\$000	
<i>BELGICA E SUECIA</i>				
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906 Grat. Idem Rep. Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895	6 :666\$666 3 :333\$334 10 :000\$000	20 :000\$000	
<i>BOLIVIA</i>				
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906 Grat. Idem Rep. Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895	6 :666\$666 3 :333\$334 10 :000\$000	20 :000\$000	
<i>CHILE</i>				
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906 Grat. Idem Rep. Lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907	6 :666\$666 3 :333\$334 16 :000\$000	26 :000\$000	
<i>COLOMBIA</i>				
1 Ministro Residente.	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906 Grat. Idem Rep. Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908	4 :000\$000 2 :000\$000 12 :000\$000	18 :000\$000	
<i>CUBA E AMERICA CENTRAL</i>				
1 Ministro Residente.	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906 Grat. Idem Rep. Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908	4 :000\$000 2 :000\$000 12 :000\$000	18 :000\$000	
<i>EQUADOR</i>				
1 Ministro Residente.	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de de 1906 Grat. Idem Rep. Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908	4 :000\$000 2 :000\$000 12 :000\$000	18 :000\$000	
			198 :000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			198 :000\$000	
<i>ESTADOS UNIDOS DA AMERICA</i>				
1 Embaixador	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem.			
	Rep. Lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905	40 :000\$000	50 :000\$000	
<i>FRANÇA</i>				
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem.			
	Rep. Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895	20 :000\$000	30 :000\$000	
<i>GRAN-BRETANHA</i>				
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem.			
	Rep. Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895	20 :000\$000	30 :000\$000	
<i>HESPANHA</i>				
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem.			
	Rep. Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908	12 :000\$000	22 :000\$000	
<i>HOLLANDA</i>				
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem.			
	Rep. Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908	10 :000\$000	20 :000\$000	
<i>ITALIA</i>				
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem.			
	Rep. Lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905	16 :000\$000	26 :000\$000	
			376 :000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA		LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PAR 1912
Transporte				376 :000\$000	
<i>JAPÃO E CHINA</i>					
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord.	Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666		
	Grat.	Idem	3 :333\$334		
	Rep.	Lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907	16 :000\$000	26 :000\$000	
<i>MEXICO</i>					
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord.	Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666		
	Grat.	Idem	3 :333\$334		
	Rep.	Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908	10 :000\$000	20 :000\$000	
<i>NORUEGA E DINAMARCA</i>					
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord.	Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666		
	Grat.	Idem	3 :333\$334		
	Rep.	Lei n. 2.188, de 22 de novembro de 1909	14 :000\$000	24 :000\$000	
<i>PARAGUAY</i>					
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord.	Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666		
	Grat.	Idem	3 :333\$334		
	Rep.	Lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907	14 :000\$000	24 :000\$000	
<i>PERÚ</i>					
1 Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord.	Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666		
	Grat.	Idem	3 :333\$334		
	Rep.	Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908	12 :000\$000	22 :000\$000	
				492 :000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			492 :000\$000	
<i>PORTUGAL E MARROCOS</i>				
Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem			
	Rep. Lei n. 1.453 de 30 de dezembro de 1905	16 :000\$000	26 :000\$000	
<i>RUSSIA</i>				
Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem			
	Rep. Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895	10 :000\$000	20 :000\$000	
<i>SANTA SÉ</i>				
Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem			
	Rep. Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895	16 :000\$000	26 :000\$000	
<i>SUISSA</i>				
Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem			
	Rep. Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895	10 :000\$000	20 :000\$000	
<i>TURQUIA</i>				
Ministro Residente.	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	4 :000\$000 2 :000\$000		
	Grat. Idem			
	Rep. Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895	12 :000\$000	18 :000\$000	
<i>URUGUAY</i>				
Enviado Extraordinario e Minis- tro Plenipotenciario	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. Idem			
	Rep. Lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905	16 :000\$000	26 :000\$000	
			628 :000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO P. 1912
Transporte			628 :000\$000	
VENEZUELA				
I Ministro Residente.	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	4 :000\$000 2 :000\$000		
	Grat. Idem			
	Rep. Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908	14 :000\$000	20 :000\$000	
SECRETARIOS DE LEGAÇÃO				
Para 18 Primeiros Secretarios de Legação	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	96 :000\$000 48 :000\$000	144 :000\$000	
	Grat. Idem			
Para 30 Segundos Secretarios de Legação	Ord. Idem	120 :000\$000	180 :000\$000	
	Grat. Idem	60 :000\$000		
Para o acrescimo de vencimentos aos Pri- meiros Secretarios de Legação que já atingiram e para os que atingirem a 5 e 10 annos de serviço effectivo durante o exercicio.			30 :000\$000	
GRATIFICAÇÕES DE RESIDENCIA				
Para o pagamento das gratificações de resi- dencia aos Chefes de Missão e Secre- tarios de Legação	Dec. n. 2.363, de 31 de dezembro de 1910		130 :000\$000	
			1.132 :000\$000	1.132 :000
Material				
ALUGUEIS				
Para o aluguel da casa para a Embaixada nos Estados Unidos da America.	Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908		22 :000\$000	
Para o aluguel das casas para as Chancel- arias das seguintes Legações :				
na Republica Argentina	Lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908		15 :093\$333	
na Italia	Idem n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910		12 :000\$000	
na França.	Idem n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912		12 :000\$000	
no Uruguay	Idem n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908		9 :000\$000	
			70 :093\$333	1.132 :000

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			70 :093\$333	1.132 :000\$000
na Allemanha	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912		8 :000\$000	
na Austria-Hungria	Idem		8 :000\$000	
na Gran-Bretanha	Idem		8 :000\$000	
no Perú	Idem n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908		8 :000\$000	
no Chile	Idem n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912		6 :000\$000	
na America Central	Idem n. 322, de 8 de novembro de 1895		2 :000\$000	
na Belgica e Suecia	Idem		2 :000\$000	
na Bolivia	Idem		2 :000\$000	
na Colombia	Idem		2 :000\$000	
em Cuba	Idem		2 :000\$000	
na Dinamarca	Idem		2 :000\$000	
no Equador	Idem		2 :000\$000	
na Hespanha	Idem		2 :000\$000	
na Hollanda	Idem		2 :000\$000	
no Japão e China	Idem		2 :000\$000	
no Mexico	Idem		2 :000\$000	
na Noruega	Idem		2 :000\$000	
no Paraguay	Idem		2 :000\$000	
em Portugal e Marrocos	Idem		2 :000\$000	
na Russia	Idem		2 :000\$000	
junto á Santa Sé	Idem		2 :000\$000	
na Suissa	Idem		2 :000\$000	
na Turquia	Idem		2 :000\$000	
na Venezuela	Idem		2 :000\$000	
			146 :093\$333	146 :093\$333
<i>EXPEDIENTE</i>				
o expediente da Embaixada nos Estados Unidos da America	Lei n. 1.453, de 31 de dezembro de 1905		3 :500\$000	
o expediente das seguintes Legações :				
na França	Lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898		2 :000\$000	
na Republica Argentina	Idem n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909		2 :000\$000	
na Gran-Bretanha	Idem n. 560, de 31 de dezembro de 1898		1 :500\$000	
no Perú	Idem n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909		1 :500\$000	
no Chile	Idem		1 :500\$000	
no Uruguay	Idem		1 :500\$000	
no Paraguay	Idem		1 :250\$000	
na Bolivia	Idem		1 :250\$000	
			16 :000\$000	1.278 :093\$333

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			16 :000\$000	1.278 :093\$333
em Portugal e Marrocos	Lci n. 560, de 31 de dezembro de 1898		1 :000\$000	
na Allemanha	Idem		500\$000	
na America Central	Idem		500\$000	
na Austria-Hungria	Idem		500\$000	
na Belgica e Suecia	Idem		500\$000	
na Colombia	Idem		500\$000	
em Cuba	Idem		500\$000	
na Dinamarca	Idem		500\$000	
no Equador	Idem		500\$000	
na Hespanha	Idem		500\$000	
na Hollanda	Idem		500\$000	
na Italia	Idem		500\$000	
no Japão e China	Idem		500\$000	
no Mexico	Idem		500\$000	
na Noruega	Idem		500\$000	
na Russia	Idem		500\$000	
junto á Santa Sé	Idem		500\$000	
na Suissa	Idem		500\$000	
na Turquia	Idem		500\$000	
na Venezuela	Idem		500\$000	
			26 :500\$000	26 :500\$000
			1.304 :593\$333	1.304 :593\$333
Pede-se para esta verba a mesma quantia votada para 1912.				
VERBA 9.^a (Ouro)				
CORPO CONSULAR				
Pessoal				
ALLEMANHA				
1 Consul Geral em Hamburgo.	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333		
	Grat. Idem	4 :666\$667		
1 Chanceller em Hamburgo	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	2 :666\$666		
	Grat. Idem	1 :333\$334		
1 Consul em Bremen.	Ord. Idem	5 :333\$333		
	Grat. Idem	2 :666\$667	26 :000\$000	
ARGENTINA				
1 Consul Geral em Buenos Aires	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333		
	Grat. Idem	4 :666\$667		
1 Chanceller em Buenos Aires.	Ord. Idem	3 :333\$333		
	Grat. Idem	1 :666\$667		
1 Consul no Rosario de Santa Fé	Ord. Idem	6 :666\$666		
	Grat. Idem	3 :333\$334		
		29 :000\$000	26 :000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA		LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			29 :000\$000	26 :000\$000	
1 Vice-Consul em Alvear. . .	Ord.	Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	3 :333\$333 1 :666\$667		
	Grat.	Idem	3 :333\$333 1 :666\$667		
1 Vice-Consul em Corrientes . .	Ord.	Idem	3 :333\$333 1 :666\$667		
	Grat.	Idem	3 :333\$333 1 :666\$667		
1 Vice-Consul em Paso de los Libres	Ord.	Idem	3 :333\$333 1 :666\$667		
	Grat.	Idem	3 :333\$333 1 :666\$667		
1 Vice-Consul em Posadas. . .	Ord.	Idem n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	2 :666\$666 1 :333\$334		
	Grat.	Idem	2 :666\$666 1 :333\$334		
1 Vice-Consul em Santo Thomé	Ord.	Idem n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	3 :333\$333 1 :666\$667	53 :000\$000	
	Grat.	Idem	3 :333\$333 1 :666\$667		
<i>AUSTRIA-HUNGRIA</i>					
1 Consul Geral em Trieste. . .	Ord.	Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333 4 :666\$667	14 :000\$000	
	Grat.	Idem	9 :333\$333 4 :666\$667		
<i>BELGICA</i>					
1 Consul Geral em Antuerpia. .	Ord.	Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333 4 :666\$667		
	Grat.	Idem	9 :333\$333 4 :666\$667		
1 Chancellor em Antuerpia . .	Ord.	Idem n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	2 :666\$666 1 :333\$334	18 :000\$000	
	Grat.	Idem	2 :666\$666 1 :333\$334		
<i>BOLIVIA</i>					
1 Consul em Villa Bella. . . .	Ord.	Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat.	Idem	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. suppl.	Idem n. 2.250, de 29 de abril de 1910	4 :000\$000		
1 Consul em Cobija.	Ord.	Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat.	Idem	6 :666\$666 3 :333\$334		
	Grat. suppl.	Idem n. 2.250, de 29 de abril de 1910	4 :000\$000	28 :000\$000	
				139 :000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			139 :000\$000	
<i>CHILE</i>				
1 Consul em Valparaiso	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333	14 :000\$000	
	Grat. Idem	4 :666\$667		
<i>ESTADOS UNIDOS DA AMERICA</i>				
1 Consul Geral em Nova York.	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333	19 :000\$000	
	Grat. Idem	4 :666\$667		
1 Chanceller em Nova York	Ord. Idem	3 :333\$333		
	Grat. Idem	1 :666\$667		
<i>FRANÇA</i>				
1 Consul Geral em Paris.	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333	72 :000\$000	
	Grat. Idem	4 :666\$667		
1 Chanceller em Paris	Ord. Idem n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	2 :666\$666		
	Grat. Idem	1 :333\$334		
1 Consul Geral no Havre	Ord. Idem n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333		
	Grat. Idem	4 :666\$667		
1 Consul em Marselha	Ord. Idem	6 :666\$666		
	Grat. Idem	3 :333\$334		
1 Consul em Bordéos.	Ord. Idem n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	5 :333\$333		
	Grat. Idem	2 :666\$667		
1 Consul em Cayenna	Ord. Idem n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	6 :666\$666	72 :000\$000	
	Grat. Idem	3 :333\$334		
	Grat. suppl. Idem n. 2.250, de 29 de abril de 1910	4 :000\$000		
1 Consul em Boulogne-sur-Mer	Ord. Idem n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	5 :333\$333		
	Grat. Idem	2 :666\$667		
<i>GRAN-BRETANHA</i>				
1 Consul Geral em Londres.	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333	244 :000\$000	
	Grat. Idem	4 :666\$667		
		14 :000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA		LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			14 :000\$000	244 :000\$000	
1 Chancellor em Londres . . .	Ord.	Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	2 :666\$666		
	Grat.	Idem	1 :333\$334		
1 Consul Geral em Liverpool . .	Ord.	Idem n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333		
	Grat.	Idem	4 :666\$667		
1 Chancellor em Liverpool . . .	Ord.	Idem n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	2 :666\$666		
	Grat.	Idem	1 :333\$334		
1 Consul em Cardiff	Ord.	Idem	5 :333\$333		
	Grat.	Idem	2 :666\$667		
1 Consul em Southampton	Ord.	Idem	5 :333\$333		
	Grat.	Idem	2 :666\$667		
1 Consul em Glasgow	Ord.	Idem	5 :333\$333		
	Grat.	Idem	2 :666\$667		
1 Consul em Georgetown	Ord.	Idem	5 :333\$333		
	Grat.	Idem	2 :666\$667	68 :000\$000	
<i>HESPANHA</i>					
1 Consul Geral em Barcelona . .	Ord.	Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	8 :000\$000		
	Grat.	Idem	4 :000\$000		
1 Consul Geral em Cadiz	Ord.	Idem	8 :000\$000		
	Grat.	Idem	4 :000\$000		
1 Consul em Vigo.	Ord.	Idem n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	5 :333\$333		
	Grat.	Idem	2 :666\$667	32 :000\$000	
<i>HOLLANDA</i>					
1 Consul Geral em Rotterdam. .	Ord.	Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	8 :000\$000		
	Grat.	Idem	4 :000\$000	12 :000\$000	
<i>ITALIA</i>					
1 Consul Geral em Genova. . . .	Ord.	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912	9 :333\$333		
	Grat.	Idem	4 :666\$667		
1 Chancellor em Genova	Ord.	Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	3 :333\$333		
	Grat.	Idem	1 :666\$667		
			19 :000\$000	356 :000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte		19 :000\$000	356 :000\$000	
Consul em Napoles	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	5 :333\$333		
	Grat. Idem	2 :666\$667		
Vice-Consul em Milão	Ord. Idem	2 :666\$666		
	Grat. Idem	1 :333\$334	31 :000\$000	
<i>JAPÃO</i>				
Consul Geral em Yokohama.	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	8 :000\$000		
	Grat. Idem	4 :000\$000	12 :000\$000	
<i>PARAGUAY</i>				
Consul Geral em Assumpção	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333		
	Grat. Idem	4 :666\$667	14 :000\$000	
<i>PERÚ</i>				
Consul Geral em Iquitos.	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333		
	Grat. Idem	4 :666\$667		
	Grat. suppl. Idem n. 2.250, de 29 de abril de 1910	4 :000\$000	18 :000\$000	
<i>PORTUGAL</i>				
Consul Geral em Lisboa	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333		
	Grat. Idem	4 :666\$667		
Chanceller em Lisboa.	Ord. Idem n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	2 :666\$666		
	Grat. Idem	1 :333\$334		
Consul no Porto	Ord. Idem n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	6 :666\$666		
	Grat. Idem	3 :333\$334		
Vice-Consul em Funchal (Ilha da Madeira)	Ord. Idem n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	2 :666\$666		
	Grat. Idem	1 :333\$334	32 :000\$000	
			463 :000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO P 1912
Transporte			463 :000\$000	
SUISSA				
1 Consul Geral em Genebra	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	6 :666\$666	10 :000\$000	
	Grat. Idem	3 :333\$334		
TURQUIA				
1 Consul em Beyruth.	Ord. Dec. n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906	5 :333\$333	8 :000\$000	
	Grat. Idem	2 :666\$667		
URUGUAY				
1 Consul Geral em Montevideo	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	9 :333\$333	59 :000\$000	
	Grat. Idem	4 :666\$667		
1 Chanceller em Montevideo	Ord. Idem	3 :333\$333		
	Grat. Idem	1 :666\$667		
1 Consul em Salto	Ord. Idem	6 :666\$666		
	Grat. Idem	3 :333\$334		
1 Vice-Consul em Artigas	Ord. Idem	3 :333\$333		
	Grat. Idem	1 :666\$667		
1 Vice-Consul em Melo	Ord. Idem	3 :333\$333		
	Grat. Idem	1 :666\$667		
1 Vice-Consul em Paysandú	Ord. Idem	3 :333\$333		
	Grat. Idem	1 :666\$667		
1 Vice-Consul em Rivera	Ord. Idem	3 :333\$333		
	Grat. Idem	1 :666\$667		
1 Vice-Consul em San Eugenio	Ord. Idem	3 :333\$333		
	Grat. Idem	1 :666\$667		
1 Vice-Consul em Santa Rosa.	Ord. Idem	3 :333\$333		
	Grat. Idem	1 :666\$667		
ADDIDOS COMMERCIAES				
Para quatro Addidos Commerciaes	Ord. Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	32 :000\$000	48 :000\$000	
	Grat. Idem	16 :000\$000		
GRATIFICAÇÕES DE RESIDENCIA				
Para o pagamento de gratificações de resi- dencia a Consules Geraes, Consules, Vice-Consules e Chancelleres e grati- ficações aos Vice-Consules que substi- tuam os Consules Geraes.		Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910	80 :000\$000	
			668 :000\$000	628 :000\$000

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO PARA 1912
Transporte			668 :000\$000	628 :000\$000
Material				
ALUGUEIS				
a aluguel das casas para as Chancellarias dos seguintes Vice-Consulados :				
em Alvear	Dec. n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910		1 :200\$000	
em Artigas	Idem		1 :200\$000	
em Corrientes	Idem		1 :200\$000	
em Paso de los Libres.	Idem		1 :200\$000	
em Melo	Idem		1 :200\$000	
em Paysandú	Idem		1 :200\$000	
em Rivera	Idem		1 :200\$000	
em San Eugenio	Idem		1 :200\$000	
em Santa Rosa	Idem		1 :200\$000	
em Santo Thomé	Idem		1 :200\$000	
			12 :000\$000	10 :000\$000
			680 :000\$000	638 :000\$000
EXPEDIENTE				
a o expediente do Consulado Geral em Genebra	Lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906		500\$000	
m idem do Consulado em Cayenna.	Idem n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904		500\$000	
m idem do Consulado em Villa Bella	Idem n. 1.404, de 4 de novembro de 1905		500\$000	
			1 :500\$000	1 :500\$000
			681 :500\$000	639 :500\$000
Para esta verba pedem-se mais :000\$000, sendo 40 :000\$000 na parte «Pessoal», para occorrer ao pagamento das gratificações que competem aos Vice-Consules quando substituem os Consules geraes, de accordo com o art. 9.º do decreto n. 2.364 de 31 de dezembro de 1910, e 2 :000\$000 na do «Material», para occorrer ao pagamento da differença de 200\$000, annuaes, para o aluguel da chancellaria de dez Vice-Consulados, por já ter sido votada para 1912 a quota de um cento de réis para cada um, em vez da de 200\$000, fixada pelo art. 5.º do Decreto n. 2.364 de 31 de dezembro de 1910.				
VERBA 10ª (Ouro)				
AJUDAS DE CUSTO				
Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações, retiradas e expressos			300 :000\$000	300 :000\$000
Para esta verba pede-se a mesma quantia votada para 1912.				

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	VOTADO P 1912
VERBA 11ª (Ouro)				
EXTRAORDINARIAS NO EXTERIOR				
Para soccorros a brasileiros desvalidos e naufragos em paizes estrangeiros, telegraphmas e outras despesas eventuaes			400 :000\$000	400 :000\$
A 2.ª consignação desta verba, destinada á representação do Brasil nos Congressos Internacionaes que se reunirem no exterior. foi desmembrada para a verba « Congressos e Conferencias ».				
Para a consignação restante pede-se a mesma quantia votada para 1912.				

OBSERVAÇÕES

Comparada a presente proposta com o orçamento votado para 1912, ha nesta uma redução de 100 :600\$000, papel, e um augmento de 47 :555\$555, ouro. Reduzida a papel a importancia do augmento em ouro que é igual a 80 :250\$000, papel, ao cambio de 16 d. por mil réis, ha na presente proposta uma redução de 20 :350\$000, papel, sobre o orçamento votado para o anno de 1912.

Devemos, porém, considerar que a quantia de 5 :555\$555, ouro, correspondente a 9 :375\$000, papel, augmentada na verba 7.ª não é criação nova porque figura no orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, donde é transportada para o deste e que a quantia de 100 :000\$000 da verba 5.ª já figura, por meio de credito extraordinario, como despesa deste Ministerio, sendo portanto despesas já fixadas na Despesa Geral da Republica. Adicionadas estas quantias á de 20 :350\$000, vemos que ha na presente proposta uma redução real de 129 :725\$000, papel, sobre o orçamento votado para 1912.

4.ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 27 de abril de 1912.

RAUL A. DE CAMPOS,

1.º Official servindo de Director.

ANNEXO E

Montepio

U. OXENIA

original

Quadro dos contribuintes do montepiô dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, de 1890 até 30 de Abril de 1912

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Francisco Gil Castello Branco	Consul Geral de 2. ^a classe	6 de set. de 1891	200\$000 (*)	Theodora de Britto Castello Branco, viuva	23 de jan. de 1892	750\$000
José Coelho Gomes.	2. ^o Secretario de Legação	6 de julho de 1892		Filhos. { (*) Francisco Gil { Dóra Antonietta	Idem. Idem.	375\$000 375\$000
Dr. Luiz Pires Garcia.	Consul Geral de 1. ^a classe	24 de out. de 1892	200\$000	Luiza Hatcher Gomes, viuva.	5 de set. de 1892	1:250\$000
Francisco Paulo de Faria.	Continuo desta Secretaria de Estado.	16 de abril de 1893	200\$000 (*)	Rosa de Amorim Pires Garcia, viuva	26 de dez. de 1892	2:000\$000
Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1. ^a classe	25 de março de 1893	200\$000 (*)	Rita Maria de Farias, viuva.	17 de abril de 1893	300\$000
Luiz Caetano da Silva.	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	22 de julho de 1893	200\$000	Filhos. { (*) Horacio { (*) Julieta { (*) Carlos { Georgina. { Helena { (*) Eduardo { Maria.	Idem. Idem. Idem. 23 de maio de 1893 Idem. Idem. Idem. Idem.	100\$000 100\$000 100\$000 750\$000 750\$000 750\$000 750\$000
José Gurgel do Amaral Valente.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1. ^a classe	3 de junho de 1893	200\$000 (*)	Firmina Caetano da Silva Cremona, irmã Marietta Bastos Monteiro de Oliveira, sobrinha	27 de julho de 1893 Idem.	1:200\$000 1:200\$000
			200\$000 (*)	Leopoldina Gasselseder, viuva	24 de agosto de 1893	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
João Carneiro do Amaral.	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	1 de out. de 1893	200\$000	Lavinia Ludwig do Amaral, neta	7 de out. de 1893	2.400\$000
Antonio Augusto de Castilho	Consul Geral de 1. ^a classe	19 de jan. de 1894	200\$000	Maria Oliveira de Castilho, viuva Maria de Castilho, filha.	17 de março de 1894 Idem	1.000\$000 1.000\$000
Thomaz Fortunato de Brito	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1. ^a classe	27 de fev. de 1894	200\$000	(*) Maria Fortunata Hartley, irmã. (*) Elisa Fortunata de Brito Azambuja, irmã Carolina Saldanha da Gama, sobrinha.	31 de março de 1894 Idem Idem	1.000\$000 1.000\$000 500\$000
Cesar Augusto Vianna de Lima.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2. ^a classe	15 de set. de 1894	200\$000	Grimaneza Vianna de Lima, viuva.	28 de dez. de 1894	2.500\$000
Quirino Augusto da Cunha Bastos	1. ^o Official desta Secretaria de Estado	1 de maio de 1895	200\$000	Alzira Herminia Bruce da Cunha Bastos, viuva filhos. { (*) Irineu (*) Quirino Hortencia Laura.	27 de maio de 1895 Idem Idem Idem Idem	950\$000 237\$500 237\$500 237\$500 237\$500
Pedro Candido Afonso de Carvalho	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2. ^a classe	14 de maio de 1895	200\$000	Manuela Afonso de Carvalho, viuva. Filhos. { (*) Julia Adelia (*) Henrique José Sebastião (*) Frederico Afonso	19 de set. de 1895 Idem 25 de maio de 1896 19 de set. de 1895	1.250\$000 416\$666 416\$666 416\$666

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Rita Maria de Faria . . .	Viuva do continuo desta Secretaria de Estado Francisco Paulo de Farias. . .	16 de jan. de 1896		(*) Carlos Paulo de Faria, filho . . .	4 de março de 1896	300\$000
João Francisco Leite Nunes Consul		29 de jan. de 1896	200\$000	Thereza da Conceição Castro Nunes, viuva . . .	25 de março de 1896	625\$000
				Francisca.	Idem	78\$125
				Clelia.	Idem	78\$125
				(*) José	Idem	78\$125
				Thereza	Idem	78\$125
				Maria Estella	Idem	78\$125
				Marianna.	Idem	78\$125
				Carlos	Idem	78\$125
				(*) Plinio	Idem	78\$125
Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado	12 de junho de 1896	200\$000 (*)	Feliciano Vandelli de Andrade Azambuja, viuva	3 de julho de 1896	1 : 600\$000
Pedro Pinheiro Guimarães	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	8 de junho de 1896	200\$000 (*)	Henriqueta Ferreira Pinheiro Guimarães, viuva	15 de out. de 1896	2 : 400\$000
Antonio de Araujo Itajubá	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.	3 de nov. de 1897	200\$000	Maria Elisa Pereira da Silva, viuva	18 de março de 1898	3 : 000\$000
Francisco Vieira Monteiro	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.	28 de fev. de 1898	200\$000	Joaquina de Amorim Vieira Monteiro, viuva	15 de junho de 1898	1 : 500\$000
				Filhos. { Maria Izabel	Idem	750\$000
				{ Joaquina Maria Anna.	Idem	750\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Napoléon de Siqueira Lamaix.	1.º Secretario de Legação aposentado.	31 de out. de 1896	200\$000	Frederica de Siqueira Lamaix, viuva.	10 de out. de 1898	1:500\$000
Dr. Casemiro Dias Vieira Junior	Consul.	30 de jan. de 1897	200\$000	Filhos. { (*) Ricardo. (*) Maria Thereza. (*) Amalia. (*) Mercedes (*) Delta. (*) Fernando	23 de nov. de 1898 Idem. Idem. Idem. Idem. Idem.	208\$333 208\$333 208\$333 208\$333 208\$333 208\$333
Alfredo José Ferreira Baptista	2.º Official desta Secretaria de Estado	21 de out. de 1899	200\$000	Maria Carolina Ferreira Baptista, viuva.	8 de nov. de 1899	750\$000
Bacharel Luiz Caetano Pereira Guimarães	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado	19 de maio de 1898		Filhos. { Nestor Walkyria. (*) Eduardo.	Idem. Idem. Idem.	250\$000 250\$000 250\$000
Theodora de Britto Castello Branco	Viuva do Consul Geral de 2.ª classe Francisco Gil Castello Branco.	25 de março de 1899	200\$000	Filhos. { Iracema Gabriella. (*) Horacio. (*) Gabriel.	26 de março de 1900 Idem. Idem. Idem.	625\$000 625\$000 625\$000 625\$000
Leonardo Lessa Junior	Amanuense desta Secretaria de Estado	15 de fev. de 1900	200\$000	Filhos. { (*) Francisco Gil (*) Dora Antonietta	Apostilla de 20 de fev. de 1900.	375\$000 375\$000
Egas Muniz Barreto de Araújo	1.º Secretario de Legação	8 de out. de 1898	200\$000	Emilia Carolina Coelho Lessa, irmã.	3 de abril de 1900	1:100\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Oscar Reyndner do Amaral	1.º Secretario de Legação	29 de set. de 1899	200\$000			
Dr. José Joaquim Ferreira Valle	Consul Geral de 1.ª classe	2 de fev. de 1899	200\$000	(*) Josephina Hoffmann do Desterro (*) Carolina Hoffmann do Desterro	11 de julho de 1900 Idem.	1.000\$000 1.000\$000
Bacharel Carlos Vieira Ferreira.	Ex-2.º Secretario de Legação	3 de junho de 1900	200\$000	(*) Albertina de Gusmão Vieira Ferreira, viuva	24 de out. de 1900	1.250\$000
João Pereira de Andrade.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado	28 de agosto de 1900	200\$000	(Julia de Argollo Ferrão, casada Alexandrina Olga de Andrade e Silva, casada Paulina Andrade Accioli de Brito, casada.	19 de jan. de 1901 Idem. Idem.	1.000\$000 1.000\$000 1.000\$000
Bacharel Americo de Campos	Consul Geral de 2.ª classe	21 de jan. de 1900	200\$000	(*) Anna Amalia Peixoto de Azevedo Campos, viuva (*) Maria Amalia de Campos, filha	8 de março de 1901 Idem.	750\$000 750\$000
Joaquim Tibiriçá Pinheiro Guimarães.	2.º Official desta Secretaria de Estado	26 de fev. de 1901	200\$000	Cecilia Roxo Pinheiro Guimarães, viuva	8 de abril de 1901	750\$000
Manoel de Azevedo Barroso Bastos	Consul Geral de 1.ª classe	9 de abril de 1901	200\$000	Filhos. { Heloisa Jayme. Abelardo. Nair	Idem. Idem. Idem. Idem.	187\$500 187\$500 187\$500 187\$500
				Mathilde de Azevedo Barroso Bastos, viuva	31 de dez. de 1901	2.000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Antonio Joaquim Netto dos Reis	Consul Geral de 2. ^a classe	22 de agosto de 1901	200\$000	Filhos. { Maria Antonia (* Hugo (* Mario Francisca Hilda Luiz	22 de fev. de 1902 Idem. Idem. Idem. Idem.	300\$000 300\$000 300\$000 300\$000 300\$000
Miguel Francisco do Monte Junior	1. ^o Official desta Secretaria de Estado	29 de jan. de 1902	200\$000	Florença de Castro Monte, viuva	13 de março de 1902	950\$000
Luiz Pedro da Silva Rosa	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado	21 de nov. de 1903	200\$000 (*)	Amalia Lisboa de Oliveira Rosa, viuva Filhas. { Dulce Anna (* Rubens Cordelia Heloisa Luiz Abelardo (* Maria de Lourdes	Idem. Idem. Idem. Idem. Idem. Idem. Idem. Idem. Idem.	118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$500 118\$500 118\$500
José Antonio de Oliveira Leitão	Correio aposentado desta Secretaria de Estado	24 de set. de 1903	200\$000 (*)	Josephina Honorata Pereira Leitão, viuva Filhas. { Albertina Lisboa da Silva Rosa (* Maria Olympia Lisboa da Silva Rosa	3 de dez. de 1903 Idem. Idem. Idem.	1.200\$000 600\$000 600\$000 600\$000
João Germano Vieira de Barros	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado	13 de jan. de 1904	200\$000	Abigail de Barros, filha solteira.	3 de fev. de 1904	2.400\$000
José de Almeida e Vasconcellos	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	29 de julho de 1903	200\$000	Adelaide de Almeida e Vasconcellos, viuva	26 de fev. de 1904	3.000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSO ANNUAL
Domingos José da Silva Azevedo	Consul Geral de 1. ^a classe	21 de julho de 1903	200\$000	Maria Izabel de Azevedo, viuva	29 de fev. de 1904	1 :000\$000
Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado	24 de nov. de 1904		Filhos. { Esther de Azevedo Euridyce Inah de Azevedo (*) Luiz de Azevedo	Idem Idem Idem	333\$333 333\$333 333\$333
José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1. ^a classe aposentado	18 de out. de 1903	200\$000	Luiza Maria Peixoto de Brito e Mello Cavalcante de Lacerda, viuva	19 de dez. de 1904	3 :000\$000
Eduardo Octaviano	Consul Geral de 2. ^a classe	13 de nov. de 1903	200\$000	Albertina Werneck Ribeiro de Aguiar, viuva, interdicta	21 de março de 1905	3 :000\$000
Carlos Mauricio da Silva	Correio aposentado desta Secretaria de Estado	15 de julho de 1904	200\$000	Vera Octaviano, viuva	19 de março de 1906	1 :500\$000
Carlos Fraenkel	Consul aposentado	12 de maio de 1905	200\$000	Aldina de Magalhães Fraenkel, viuva	31 de agosto de 1905	700\$000
Pedro de Castro Pereira Sodré	Consul Geral de 1. ^a classe	8 de julho de 1905	200\$000	Filhos. { Walter Edith Benjamin Constant Carlos	Idem Idem Idem Idem	175\$000 175\$000 175\$000 175\$000
Olympio Adolpho de Souza Pitanga	Consul Geral de 1. ^a classe	13 de out. de 1906	200\$000	Isabel Tross Pereira Sodré, viuva	26 de dez. de 1906	2 :000\$000
				Regina Lydia Pitanga, filha maior e solteira	2 de julho de 1907	2 :000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
José Alexandrino de Oliveira	Director de Secção desta Secretaria de Estado	20 de nov. de 1907	200\$000	Eugenia Baptista de Oliveira, viuva. .	11 de dez. de 1907	3 :000\$000
Francisco Ignacio de Carvalho Moreira.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado	1 de abril de 1906	200\$000	Carlota de Carvalho Moreira, viuva. .	6 de maio de 1908	3 :000\$000
Vital do Espirito Santo Fontenelle	2.º Official desta Secretaria de Estado	22 de junho de 1908	200\$000 (*)	Castorina de Oliveira Fontenelle, viuva, Gilda, filha	30 de julho de 1908 Idem	800\$000 800\$000
Feliciano José da Costa.	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado	17 de julho de 1909	200\$000	Filhas Amelia Mattos da Costa. (Elvira Mattos da Costa. solteiras e Maria da Gloria Mattos da Costa	3 de set. de 1909 Idem Idem	800\$000 800\$000 800\$000
Francisco de Paula Araujo e Silva.	2.º Secretario de Legação	20 de agosto de 1909	200\$000	Luiza Carolina de Araujo e Silva, irmã solteira	27 de set. de 1909	2 :000\$000
Dr. Alfredo Sergio Teixeira de Macedo	Ex-Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	10 de jan. de 1906	200\$000	Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viuva	7 de junho de 1910	3 :000\$000
Ernesto Augusto Ferreira.	1.º Official desta Secretaria de Estado	9 de maio de 1910	200\$000	Maria Augusta Ferreira, irmã maior e solteira	28 de junho de 1910	3 :100\$000
José Cordeiro do Rego Barros	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	31 de dez. de 1908	200\$000	Ellen do Rego Barros, viuva.	20 de julho de 1910	3 :333\$333

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABOONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
José Augusto Ferreira da Costa	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	1 de abril de 1910	200\$000	Candida Dyonisia da Costa, irmã maior e solteira Maria Auea Porciuncula da Costa, irmã maior e solteira	16 de fev. de 1911 Idem	1:666\$666 1:666\$666
Castorina de Oliveira Fontelle	Viúva do 2.º Official desta Secretaria de Estado Vital do Espirito Santo Fontelle			Gilda, filha menor e solteira	28 de março de 1911	800\$000
José Antonio d'Espinheiro	Director de Secção desta Secretaria de Estado	30 de março de 1911	200\$000	Maria Carlota da Conceição Espinheiro, viúva	7 de julho de 1911	3:600\$000
José Joaquim Gomes dos Santos	Consul Geral de 1.ª classe	23 de julho de 1910	200\$000	Firmina Ferrer de Gomes dos Santos, viúva	25 de julho de 1911	3:600\$000
João Belmiro Leoni	Consul Geral de 1.ª classe	3 de junho de 1910	200\$000	Mercedes Werneck Leoni, filha menor e solteira Carmen Werneck Leoni, filha menor e solteira	25 de julho de 1911 Idem	1:800\$000 1:800\$000

As pensões marcadas com um asterisco (*) não estão mais em vigor.

4.ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de Abril de 1912.

RAUL A. DE CAMPOS, 1.º official servindo de Director.

